INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Maíra Cardoso Onofri Magalhães

PATRIMÔNIO CULTURAL E TECNOLOGIA SOCIAL: EXPERIÊNCIAS DE PRESERVAÇÃO E PROPOSTAS DE PARTICIPAÇÃO PARA A VILA SERRA DO NAVIO/AP NA AMAZÔNIA.

Rio de Janeiro
2019

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Maíra Cardoso Onofri Magalhães

PATRIMÔNIO CULTURAL E TECNOLOGIA SOCIAL: EXPERIÊNCIAS DE PRESERVAÇÃO E PROPOSTAS DE PARTICIPAÇÃO PARA A VILA SERRA DO NAVIO/AP NA AMAZÔNIA.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Prof.ª Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal
Co-Orientadora: Prof.ª Dra. Flávia Brito do Nascimento

Rio de Janeiro

2019

Essa pesquisa foi definida a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Amapá.

M228p Magalhães, Maíra C. O.
Patrimônio cultural e tecnologia social: experiências de preservação e propostas de participação para a Vila Serra do Navio/AP na Amazônia / Maíra Cardoso Onofri Magalhães – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2019.

238 f: il.

Orientadora: Claudia Feierabend Baeta Leal.
Coorientadora: Flávia Brito do Nascimento

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2019.

1. Patrimônio cultural. 2. Gestão do patrimônio. 3. Tecnologia Social. 4. Arquitetura Moderna. 5. Vila Serra do Navio. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Título.

CDD 363.6909811

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Maíra Cardoso Onofri Magalhães

"Patrimônio cultural e tecnologia social: experiências de preservação e propostas de participação para a Vila Serra do Navio/AP na Amazônia"

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2019.

Banca examinadora

Professora Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal (orientadora e presidente da Banca)

Rodrigo da Nóbrega Machado (supervisor) – Superintendência do IPHAN no Amapá

Professora Dra. Flávia Brito do Nascimento (coorientadora) – USP

Professora Me. Sônia Regina Rampim Florêncio (PEP-MP/IPHAN)

Professora Me. Sandra Schmit Soster (USP)

Professor Dr. Nivaldo Vieira de Andrade Junior (UFBA)

Superação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de vida e por poder experimentar a Amazônia de uma forma muito especial.

Ao meu marido, Daniel Magalhães, que me acompanhou nessa trajetória com seu apoio incondicional. Aos meus pais (Iêda e Paulo) e irmã (Paula) que torceram por mim desde a primeira etapa, quando descobrimos que tinha passado na prova. Em especial à minha mãe que com sua maneira singular, consegue ser tão presente! Aos meus sogros (Marta e Hamilton) que além de orações, me deram suporte, me ouviram e me ensinaram a ter paciência nos momentos mais difíceis.

Agradeço a todos da Superintendência do IPHAN/Amapá, que com muito carinho, me receberam e me ensinaram as práticas do patrimônio cultural. A pluralidade de ações, atividades e vivências que tive na Superintendência só foram possíveis pela generosidade e paciência que meu supervisor Rodrigo da Nóbrega teve comigo. Agradeço aos ensinamentos também do meu colega Charles Sena que com tamanha bondade, me ensinou como ser uma "profissional do patrimônio". Agradeço também aos meus colegas do Amapá: Weleda, Haroldo, Evandro, Kleber, Hélio, Ana Clara, Adrian, Ruan, Eluane, Amandha, Vivi, Gil, Fernanda, Regis, Adonias e Camila. À todos que conheci no Amapá, o meu "muito obrigada" e em especial, à Lenira e Alaor!

À equipe do Centro Lúcio Costa (IPHAN/Rio de Janeiro) que com tanta atenção e zelo, fazem desse Mestrado um lugar único de experiências, trocas e vivências intensas com o patrimônio cultural. À Lia Motta, meus sinceros agradecimentos pela dedicação e carinho conosco. Obrigada aos professores e equipe de apoio de peso, por tanto conhecimento adquirido nessa caminhada.

À equipe do DEPAM (IPHAN/Brasília), em especial à Érica e ao Miguel, pela confiança em mim depositada em poder escrever sobre a regularização fundiária urbana no Brasil, em especial, sobre a Vila Serra do Navio/AP. À Maria do Carmo e o Kid Reis (UFPA) que subsidiaram com tantas informações.

Por fim, gostaria de agradecer minhas queridas orientadoras, Claudia Feierabend Baeta Leal e Flávia Brito do Nascimento, que com muita paciência e amor, me ajudaram a construir esse trabalho. Meu profundo agradecimento pela atenção de vocês e pela oportunidade de adquirir novos conhecimentos através da experiência proporcionada pelo Mestrado Profissional do IPHAN. Obrigada por tudo!

RESUMO

Esta dissertação aborda o uso da tecnologia social como ferramenta de gestão do patrimônio cultural brasileiro visando uma melhor comunicação entre o poder público e a comunidade. O estudo de caso contemplado nesse trabalho é a Vila Serra do Navio, no interior do estado do Amapá, um conjunto urbano moderno tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no início dos anos 2000 e que passa por dificuldades relacionadas à sua gestão. O conceito de tecnologia social remete ao processo de organização, desenvolvimento e implementação coletiva, aliando o saber local com o técnico-científico. As tecnologias sociais podem ser experiências de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas com a comunidade e que podem representar efetivas soluções de transformação social (GARCIA, 2007). A preocupação do trabalho, desde à pesquisa em campo, foi de tentar mobilizar os moradores para se envolverem com o discurso do patrimônio, construir novas formas de interação e participação e, por fim, identificar formas de tornar a gestão do sítio histórico tombado mais participativa. A pesquisa em questão trata do assunto no âmbito do patrimônio cultural brasileiro, propondo ações e metodologias práticas que podem ser aplicadas no contexto da arquitetura moderna da Vila Serra do Navio ou em qualquer sítio histórico e/ou conjunto urbano tombado (em qualquer esfera de governança) através do uso das plataformas digitais. Por meio de pesquisa bibliográfica, levantamento de fontes documentais/fotográficas e bancos de dados institucionais/pessoais, este trabalho busca compreender em que medida a tecnologia social pode ajudar no fortalecimento da gestão do patrimônio cultural com vista à promoção e valorização dos bens culturais e cultivo do valor do *pertencimento* entre a comunidade em análise.

Através dessa pesquisa, pretende-se contribuir com o debate acerca da gestão do patrimônio cultural brasileiro, ressaltando a importância do uso das tecnologias digitais como uma das ferramentas possíveis de preservação e valorização. Os atuais debates relacionados à tecnologia social exercem um papel fundamental para ações mais participativas e democráticas assim, inserir na discussão o caráter "digital" no campo do patrimônio cultural dentro do contexto da Vila Serra do Navio, torna-se um desafio, mas também, um campo aberto para profundas transformações sociais.

Palavras-chave: Tecnologia Social, Patrimônio Cultural, Arquitetura Moderna, Ferramentas Digitais, Amazônia.

ABSTRACT

This dissertation discusses the use of social technology as a management tool of the Brazilian cultural heritage aiming for better communication between government and community. Serra do Navio Village is the case study contemplated on this work, located on interior of Amapá State. This modern urban complex was listed by the Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN) on early 2000s and is experiencing management issues that may affect its preservation. The social technology concept refers to the organization, development and collective process implementation, combining local and technical-scientific knowledge. Social technologies can be obtained by product experiences, techniques or methodologies developed with the community. They can represent effective solutions for social transformation (GARCIA, 2007). Since the field research, this work aimed to try to mobilize residents to get involved on heritage discourse, build new ways for interaction and participation between government and community and, finally, identify ways to make management of this historic site more participative. This research deals with Brazilian cultural heritage subject, proposing practical actions and methodologies that can be applied in the context of the modern architecture of Vila Serra do Navio or in any historical site and / or urban set (in any sphere of governance) through the use of digital platforms. Through bibliographic research, documentary survey / photographic sources and institutional / personal databases, this work seeks to understand the extent to which social technology can help strengthen cultural heritage management. Also aiming to promote and bring value to cultural goods, strengthening the sense of belonging among this community.

This research, intend to contribute with the e management of Brazilian cultural heritage debate, highlighting the importance of using digital technologies as one of the possible tools for preservation and enhancement. The current debates related to social technology play a fundamental role for more participative and democratic actions. Inserting the “digital” character in the field of cultural heritage discussion, basing on the context of Vila Serra do Navio, becomes a challenge, but also an open field for profound social transformations.

Keywords: Social Technology, Cultural Heritage, Modern Architecture, Digital Tools, Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Casas em Fordlândia, data desconhecida, Pará 32
Figura 02: Casas em Fordlândia em 2019 – Pará 33
Figura 03: Vista aérea de Porto Trombetas em Oriximiná – Pará..... 33
Figura 04: Vista aérea de Monte Dourado – Pará 34
Figura 05: Ambiente do "Beiradão" com casas tipo palafitas às margens do Rio Jari..... 35
Figura 06: Vista aérea da Vila Carajás – Pará..... 36
Figura 07: Vista da cidade Vila Carajás – Pará..... 36
Figura 08: Mapa do estado do Amapá 40
Figura 09: Mapa da Ferrovia que interligava a Vila Serra do Navio (município de Serra do Navio) com o município de Santana (no Porto de Santana). 41
Figura 10: Planta geral da Vila Serra do Navio, no interior do Amapá..... 43
Figura 11: Vistas internas do Clube destacando a área de lazer com pessoas jogando sinuca. 44
Figura 12: Capa Jornal da ICOMI de julho de 1964..... 47
Figura 13: Jornal da ICOMI de julho de 1964. 48
Figura 14: Foto aérea da Vila Serra do Navio..... 50
Figura 15: Projeto de urbanização da Vila Serra do Navio..... 51
Figura 16: Croqui feito à mão pelo arquiteto da casa dos funcionários graduados..... 52
Figura 17: Casas de Hóspedes no ano de 2008 53
Figura 18: Prédio MESP (Ministério da Educação e Saúde Pública)……57
Figura 19: O conjunto urbanístico e arquitetônico da cidade de Brasília 64
Figura 20: Imagem da esplanada de Congresso Nacional 64
Figura 21: Mapa da área tombada de Brasília..... 65
Figura 22: Esquemas de ventilação e iluminação estudados para as habitações..... 68
Figura 23: Variações casas BB projetadas pelo arquiteto Oswaldo Bratke..... 70
Figura 24: Mapa da Vila Serra do Navio projetado por Bratke 71
Figura 25: Casa dos operários em Serra do Navio – Vila BC – Vila Operária..... 72
Figura 26: Casa dos operários em Serra do Navio – Vila AA – Vila Especializada..... 74
Figura 27: Casa para os funcionários graduados em Serra do Navio – Vila CC – Staff ou Vila Administrativa 75
Figura 28: Casa para os funcionários nível médio e também graduados em Serra do Navio – Vila DD – Vila Administrativa..... 76
Figura 29: Casa DD com destaque para a área verde, 2008..... 78

Figura 30: Casa da Vila operária da Vila Serra do Navio, 2008 78
Figura 31: Escola da Vila Serra do Navio, 2008 79
Figura 32: Desenho do mobiliário desenvolvido pelo arquiteto na Vila Serra do Navio 79
Figura 35: Imagem aérea realizada por Rodrigo da Nóbrega, arquiteto do IPHAN/AP em julho de 2019. 84
Figura 36: Foto acima é da asa tipo DD e a foto abaixo é do antigo alojamento masculino, .. 85
Figura 37: A primeira foto mostra o modo de viver do povo amazônico e abaixo uma foto de um funcionário em frente a casa projetada pelo Oswaldo Bratke. 96
Figura 38: Ampliação de alvenaria para utilização como guarita, no ano de 2006– Casa na Vila CC 98
Figura 39: Fechamento do telhado com estrutura de aço e tela, no ano de 2006– Casa na Vila CC 99
Figura 40: Uso de grade nas esquadrias e ar condicionado instalado na fachada no ano de 2006– Casa na Vila CC 99
Figura 41: Planta de setorização da Vila Serra do Navio adaptada do Dossiê de Tombamento 101
Figura 42: Planta da Vila Serra do Navio com destaque em vermelho para as ocupações ... 102
Figura 43: Mapa de Situação atual na Vila de Serra do Navio em 2008 103
Figura 44: Mapa de Tombamento e delimitação de áreas na Vila de Serra do Navio 2008 .. 104
Figura 45: Mapa de Uso do Solo Proposto na Vila de Serra do Navio em 2008 106
Figura 46: Imagens no ano de 2006 que mostram as ampliações das casas da Vila Serra do Navio 107
Figura 47: Processos de intervenções em Serra do Navio em 14/12/12, da técnica em arquitetura Patrícia Helena Takamastu 110
Figura 48: Processos de intervenções em Serra do Navio em 28/12/12, da técnica em arquitetura Patrícia Helena Takamatsu 110
Figura 49: Auto de Infração emitido dia 25/11/11 pela técnica Anna Izabel que trabalhava no IPHAN/AP 111
Figura 50: Representação do fluxo de procedimento da Prefeitura de Serra do Navio, antes da Regularização Fundiária 117
Figura 51: Quadro que mostra a Legislação municipal em 2015 em Serra do Navio 117
Figura 52: Quadro que mostra as informações complementares em relação a Legislação municipal no ano de 2015 em Serra do Navio 118

Figura 53: Reunião para coleta de documentos com mais de 90 famílias 120
Figura 54: Imagem da ocupação irregular, conhecido como “Cafona”..... 121
Figura 55: Imagem da ocupação irregular, conhecido como “Cuba do asfalto”..... 121
Figura 56: Mapa da localização do posto de gasolina na Vila Serra do Navio..... 130
Figura 57: Mapa que mostra o posto ocupando faixa principal de acesso ao Staff..... 131
Figura 58: Foto retirada em fiscalização do IPHAN/AP em julho de 2019..... 131
Figura 59: Foto do galpão construído de maneira irregular em fiscalização do IPHAN/AP, em julho de 2019 132
Figura 60: Foto oficial “Cidade Digital” Serra do Navio, noticiada no dia 12/12/18 143
Figura 61: Foto de divulgação do curso “Projeto Cidadão Digital”, em 24/06/19..... 145
Figura 62 – Grupo 1: Galerinha de Plantão..... 148
Figura 63 – Grupo 2: Em sintonia com o Povo 149
Figura 64 – Grupo 3: Compra e Venda S.N.V 149
Figura 65: primeiro encontro entre a pesquisadora (Maíra Onofri) e o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa), no auditório do IPHAN/AP no dia 14/02/19. 152
Figura 66: Primeiro croqui do encontro técnico entre a pesquisadora (Maíra Onofri) e o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa), no auditório do IPHAN/AP no dia 14/02/19. 155
Figura 67: Segundo *croqui* do encontro técnico entre a pesquisadora (Maíra Onofri), o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa) e o técnico de TI da Prefeitura de Serra do Navio, no auditório do IPHAN/AP no dia 18/02/19. 157
Figura 68: Fotos e segundo *croqui* do encontro técnico entre a pesquisadora (Maíra Onofri), o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa) e o técnico de TI da Prefeitura de Serra do Navio (Haroldo Igor), no auditório do IPHAN/AP no dia 18/02/19. 158
Figura 69: Fotos do encontro técnico entre a pesquisadora (Maíra Onofri), o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa) e o consultor do SEBRA/AP (Erick Dias), na sala reservada do SEBRAE, no dia 21/02/19..... 159
Figura 70: Fotos do rascunho final do aplicativo realizado entre a pesquisadora (Maíra Onofri), o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa) e o morador de Serra do Navio (Lucas Trindade), no auditório do IPHAN/AP, no dia 25/02/19..... 160
Figura 71: Fotos do encontro técnico entre a pesquisadora (Maíra Onofri), o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa) e o morador serrano (Lucas Trindade), no auditório do IPHAN/AP, no dia 25/02/19. 161

Figura 72: Mapeamentos em grupos de whatsapp em que os moradores estão pintando os postes, guarda-corpos das pontes e calçadas,maio de 2019. Ações voluntárias dos moradores.162
Figura 73: Mapeamentos em grupos de whatsapp em que os moradores estão pintando os postes, guarda-corpos das pontes, calçadas maio de 2019. Ações voluntárias dos moradores.. 162
Figura 74: Etapa 1 - Mural Maíra Onofri 167
Figura 75: Etapa 1 - Mural Rômulo Costa 167
Figura 76: Etapa 2 - Objetivo em 2 (dois) anos 168
Figura 77: Etapa 3 - Responder Perguntas da Sprint (nesse caso, a pergunta começava "Como podemos..."?) 169
Figura 78: Etapa 4 - Priorização das perguntas da Sprint 169
Figura 79: Etapa 5 - Mapeamento dos usuários em relação ao fluxo interno na plataforma 170
Figura 80: Etapa 06 - Galerias de ideias com os rascunhos do aplicativo desenvolvida pela Maíra Onofri (direita) e pelo Rômulo Costa (esquerda). 171
Figura 81: Etapa 7 - Mapa final de percurso do usuário 172
Figura 82: Aplicativo desenvolvido pela pesquisadora Maíra Onofri, software Adobe XD. 173
Figura 83: Maíra Onofri entrevistando moradora na rodoviária de Serra do Navio 176
Figura 84: Gil Gomes entrevistando morador na praça cívica de Serra do Navio 176
Figura 85: Rômulo Costa entrevistando morador na praça cívica de Serra do Navio..... 177
Figura 86: Amanda Lima entrevistando morador na praça cívica de Serra do Navio..... 177
Figura 87: Entrevista respondida pelo Mateus Gomes, morador da comunidade do Cachaço, próximo à Vila Serra do Navio 178
Figura 88: Entrevista respondida pelo Mateus Gomes, morador da comunidade do Cachaço, próximo à Vila Serra do Navio 179
Figura 89: Alunos da Escola Estadual Hermelino Gusmão preenchendo o questionário..... 181
Figura 90: A pesquisadora Maíra Onofri tirando dúvidas dos alunos sobre a dinâmica 181
Figura 91: Fotos da pesquisadora e do técnico explicando o trabalho e distribuindo as folhas para as atividades 182
Figura 92: "Selfie" tirada pelo Romulo Costa com os alunos do segundo ano da Escola Hermelino Gusmão em Serra do Navio 183
Figura 93: Entrevista respondida pela aluna Gabriela P. de 15 anos, da Escola Estadual Hermelino Gusmão 185
Figura 94: Entrevista respondida pelo aluno Marcus V. de 16 anos, da Escola Estadual Hermelino Gusmão 186

Figura 95: Desenho do aluno Pedro Henrique de 16 anos, sobre a dinâmica “O que você levaria na sua mala se você mudasse de Serra do Navio?”..... 188
Figura 96: Desenho da aluna Emilly Cruz de 18 anos, sobre a dinâmica “O que você levaria na sua mala se você mudasse de Serra do Navio?”..... 189
Figura 97: Desenho do aluno Walter Júnior de 15 anos, sobre a dinâmica “O que você levaria na sua mala se você mudasse de Serra do Navio?”..... 190
Figura 98: Desenho da aluna Marlene M. de 17 anos, sobre a dinâmica “O que você levaria na sua mala se você mudasse de Serra do Navio?”..... 191
Figura 99: Desenho da aluna Deliana Pinheiro de 17 anos, sobre a dinâmica “O que você levaria na sua mala se você mudasse de Serra do Navio?”..... 192

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Relação dos prédios edificados nas vilas Serra do Navio e Amazonas, segundo o artigo de Monteiro (2003)..... 41
Tabela 02: Previsão dos Funcionários desenvolvido pelo arquiteto Oswaldo Bratke..... 45
Tabela 03: Bens culturais edificados nos anos 1930 a 1960 tombados pelo IPHAN..... 61
Tabela 04: Bens culturais modernos tombados ou em estudo dos anos1980 até 2013. 63
Tabela 05: Tempo de permanência nas áreas de ocupação dita "irregular" (nov/2015) 123
Tabela 06: Tempo de permanência na Vila de Serra do Navio (novembro/2015)..... 123
Tabela 07: Tempo de permanência dos moradores na Vila (novembro/2015) 124
Tabela 08: Descrição das atividades da Prefeitura de Serra do Navio enviado por Maria do Carmo Silva, coordenadora do projeto de Regularização Fundiária 129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Média anual do preço do manganês no mercado mundial (entre os anos de 1921 até 1998) por unidade de manganês contida no minério. (MONTEIRO, 2003)..... 38
Gráfico 02: Número de trabalhadores contratados diretos e terceirizados pela ICOMI de 1967 a 2002. 55
Gráfico 03: Aspectos físicos das áreas irregulares na Vila Serra do Navio..... 122
Gráfico 04: Tempo de residência para morados da Vila Serra do Navio 125
Gráfico 05: Renda em salários mínimos para a regularização fundiária 125
Gráfico 06: Distribuição de benefícios segundo o instrumento jurídico para a regularização .126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

DEPAM – Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN

DEPROT – Departamento de Proteção

ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios S.A

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro

IPHAN[1] – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura (até 1985) / Ministério da Educação (atual)

MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública

PGC – Palácio Gustavo Capanema

SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TS – Tecnologia Social

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP – Universidade de São Paulo

VSN – Vila Serra do Navio

[1] De acordo com NASCIMENTO (2016, p. 60) o Instituto teve diversos nomes: 1937-1946 – SPHAN, Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1946-1970 – DPHAN, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1970-1979- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1979-1981, Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ligada à Fundação Nacional Pró-memória; 1981-1989 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1989-1994 – IBPC, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; 1994 até os dias atuais, IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SUMÁRIO

Introdução 17

1. Identificação do bem cultural: o contexto histórico da Vila Serra do Navio, no Amapá 24

1.1. Historiografia das *Company Towns* 24

1.2. A criação da Vila Serra do Navio 42

1.3. Arquitetura moderna brasileira e o patrimônio cultural 55

1.4. O arquiteto Oswaldo Bratke e seu projeto para a Vila Serra do Navio 67

1.5. O período Pós-ICOMI e o tombamento pelo IPHAN 80

2. As articulações para a gestão do patrimônio cultural na Vila Serra do Navio 88

2.1 A instrução do Processo de Tombamento – atores mobilizados, valores atribuídos, conceitos/ categorias acionadas: 89

2.2 Atribuições de valor na Vila Serra do Navio: 95

2.3. O contexto físico, social e ambiental da Vila, na época do tombamento 97

2.4. A transição de gestão e as formas de atuação do IPHAN na Vila 108

2.5. O projeto de Regularização Fundiária na Vila Serra do Navio 113

3. Ação propositiva de ferramenta de gestão do patrimônio – A relação entre Tecnologia Social e o Patrimônio Cultural 134

3.1. A Tecnologia Social 136

3.2. A proposta prática para a Vila Serra do Navio 141

3.3. A metodologia utilizada e pesquisas em campo 146

4. Considerações Finais 197

Referências Bibliográficas 200

Apêndice I 213

Apêndice II 219

Apêndice III 224

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação surgiu da solicitação de uma vaga para um arquiteto e urbanista para o Programa do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN[2], na Superintendência do IPHAN/AP, que pudesse abordar os assuntos relacionados à gestão da Vila Serra do Navio, no interior do Estado do Amapá. As atividades práticas supervisionadas no âmbito do Mestrado me proporcionaram ter contato com o dia a dia do profissional do patrimônio, participando de diversas reuniões, visitas técnicas, notas técnicas e tantos outros assuntos que fui inserida, além da pesquisa aprofundada de campo relacionada ao tema da gestão do patrimônio cultural brasileiro, no caso específico na Vila Serra do Navio.

Porém, como abordar a temática da gestão de uma cidade tombada em plena floresta amazônica, contemplando todos os aspectos relacionados à gestão? É preciso, antes de qualquer coisa, qualificar essa gestão e como ela será abordada. Nas palavras do professor Ulpiano, pode-se concordar que, "apesar de tudo, a cidade pode ser vivida como bem cultural" (MENESES, 2015, p 35).

Nos últimos anos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vem passando por um significativo processo de aprimoramento de suas práticas e de revisão crítica[3]. A abrangência das atribuições legais do Instituto faz com que os esforços de ações sejam redobrados nas reflexões e na qualificação no patrimônio cultural, sobretudo na atuação da gestão dos bens culturais acautelados. Verifica-se nesse sentido que o tema da gestão do patrimônio cultural brasileiro (seja ele material, imaterial, arqueológico ou outros[4]) tem sido recorrente em inúmeros debates, encontros, simpósios e seminários temáticos, promovidos pela Instituição.

Vale destacar aqui que o enfoque deste trabalho na gestão de bens culturais alinha-se ao conjunto de atividades, ações e práticas defendidas pela Instituição em relação ao patrimônio cultural. Na *Politica do Patrimônio Cultural Material* do IPHAN, que foi promulgada por meio

---

[2] Para conhecer mais do Mestrado Profissional: <http://portal.iphan.gov.br/pep>. Acesso em 12 abr. 2018.
[3] Política do Patrimônio Material do IPHAN disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf>. Acesso em 12 jun. 2019.
[4] Ver mais detalhes em páginas do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837> / <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/418> / <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1239>. Acesso em 14 nov. 2018

da Portaria nº 375 de 17 de setembro de 2018, como a sistematização recente de orientações da área, contempla a definição de gestão no glossário que consta no art. 105 da mesma:

> Gestão – (1) Entendimento aplicável ao patrimônio cultural. (2) Planejamento e implementação de estratégias e práticas que garantam a preservação dos valores que subsidiam o reconhecimento do bem como patrimônio cultural. (3) Inclui, necessariamente, aspectos relacionados à viabilidade econômica, sustentabilidade cultural, responsabilidades diretas e indiretas, agentes interessados, etc. (4) Deve considerar todos os processos relativos à preservação e à administração (planejamento, implementação, monitoramento e avaliação). (IPHAN, 2018b, p. 54)

Nesta dissertação, a perspectiva que se aproxima ao trabalho é a de número 2, que se relaciona ao planejamento e à implementação de estratégias e práticas que garantam a preservação dos valores que subsidiam o reconhecimento do bem como patrimônio cultural. Portanto, os capítulos serão descritos dentro desse alinhamento e entendimento.

O IPHAN tem ampliado seus debates acerca do tema da gestão do patrimônio com o intuito de valorizar o desenvolvimento social, econômico e sustentável dos bens acautelados. Na *Política do Patrimônio Cultural Material* observam-se algumas revisões e transformações na estrutura organizacional voltadas para as discussões relacionadas a gestão do patrimônio:

> O Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização vem passando por uma série de transformações desde 2012. A mais significativa delas diz respeito à estrutura organizacional de suas Coordenações Gerais, que abandonaram o formato temático até então adotado (Bens Móveis, Bens Imóveis, Patrimônio Natural e Cidades) e assumiram a lógica dos macroprocessos institucionais (Identificação e Reconhecimento; Normatização e Gestão do Território; Autorização e Fiscalização; e Conservação). (ibid)

As reflexões sobre o patrimônio cultural, dentro da perspectiva da preservação, emolduram vários conceitos e categorias que são possíveis de serem desdobradas no âmbito de cidades consideradas *patrimônio cultural nacional,* onde está em jogo um campo de forças políticas, sociais, culturais, ideológicas e tantas outras. As cidades e as experiências urbanas devem ser consideradas dentro de fenômenos que contextualizam suas práticas sociais, que os criam e lhes confere sentido (ARANTES, 2015).

De acordo com Ulpiano Meneses (2015), é necessário examinar ao menos três dimensões em que toda cidade se realiza (intimamente imbricadas e que agem solidariamente): a dimensão do artefato (relacionada às condições materiais e históricas de sua formação), a

dimensão relacionada ao campo das forças (espaço de tensões, conflitos, interesses de natureza territorial, incluindo a documentação, identificação, proteção e promoção do bem) e a dimensão das significações (relacionada a apropriação por grupos sociais que, fundamentalmente, fazem uso da cidade como um todo).

É necessário compreender a cidade como bem cultural, enfrentando essas três dimensões para que se possa entender a prática do patrimônio e como sustentar o patrimônio, que é vivo e vai se modificando todos os dias.

Em um histórico de eixos de articulações de conflitos entre as normas de preservação, o ordenamento urbano-espacial, as questões sociais e valores a serem preservados, o caso da Vila Serra do Navio, no interior do Amapá, nos revela inspirações importantes sobre as discussões no campo do patrimônio cultural. A proposta deste trabalho de dissertação de Mestrado permeia as reflexões da gestão do patrimônio cultural, mas, principalmente, propõe discutir sobre os usos do patrimônio para a geração de melhoria da qualidade e condição de vida da comunidade serrana, inserindo-a no debate sobre a questão. Para isso, este trabalho concentrou-se também na análise dos conceitos da *tecnologia ou sustentabilidade social* e no seu uso como ferramenta de comunicação, escuta e aproximação entre o poder público e a população local. Nesse sentido, torna-se necessária a discussão sobre o patrimônio ambiental urbano, desenvolvida por Ulpiano Meneses (2015)[5] e que, segundo Arantes (2015), vem sendo estimulada pela UNESCO e pela Organização das Cidades do Patrimônio Mundial, dentro destes 3 aspectos principais:

> **Democracia:** As políticas de preservação do patrimônio, como as de desenvolvimento humano e social de modo geral, têm importante interface com a formação e reconfiguração de identidades sociais. Por essa razão, o modo como se implementam as ações de proteção e salvaguarda, isto é, o relacionamento que se estabelece com a sociedade, é tão importante quanto a qualidade das obras de restauração e reabilitação feitas nas estruturas arquitetônicas e urbanísticas. [...]
>
> **Responsabilidade social:** A reabilitação de uma área urbana pode gerar (e tem gerado frequentemente) concentração de riqueza e, ao mesmo tempo, exclusão. Esta tendência deve ser combatida para a própria garantia e rentabilidade dos investimentos, assim como para o atendimento da função social dos empreendimentos realizados.

[5] Disponível em: https://patrimonioeconservacao.files.wordpress.com/2017/11/a-cidade-como-bem-cultural-ulpianotoledobezerra.pdf. Acesso em 17 mar. 2019.

> **Cidadania:** É necessário enfrentar com isenção os conflitos de interesse e as tensões existentes nos meios sociais afetados pela preservação, assim como estimular a participação social diversificada nas decisões e na execução das políticas do patrimônio. Será problemático motivar a população a aderir aos programas de preservação se não houver garantia de sua condição de protagonista dessas ações e o acesso efetivo dos participantes aos direitos associados ao patrimônio (direito à diferença, de continuar residindo em sítios preservados e áreas urbanas requalificadas, etc.). Para serem socialmente sustentados, os sentidos de lugar e de pertencimento não podem ser realidades de vitrine, feitas para o mercado. (Meneses, 2015, p. 58)

Desde que a Vila Serra do Navio foi tombada, a pouca (ou falta de) comunicação entre as diferentes instâncias de governo e a população tem ocasionado uma série de discussões no campo de sua preservação, que ocasionaram descaracterizações do conjunto urbano tombado, conflitos entre as normas de preservação e de interesses, dentre outros. Através de estudos técnicos e pesquisas realizadas em campo, pretende-se aqui discutir a gestão do patrimônio cultural destacando a importância da população no processo de patrimonialização e a compreensão do espaço quando ele se torna um "bem cultural".

A história do conjunto urbano moderno da Vila Serra do Navio, no Estado do Amapá, tombado pelo IPHAN em 2010[6], traz importantes reflexões acerca dos processos de patrimonialização no âmbito dos valores culturais atribuídos, dos mecanismos de atuação no território, dos grupos que foram mobilizados e da relação entre o poder público e os detentores do bem tombado. A reflexão sobre o uso das tecnologias sociais nas práticas de preservação e de gestão do patrimônio cultural mostra-se oportuna nesse momento, tanto relacionada à conservação e manutenção da cidade, como também enquanto estímulo para discussão dos valores atribuídos ao bem no processo de tombamento, inserido na lógica dos moradores e detentores do bem tombado, que mantêm relações diversas e constantes com os chamados bens culturais.

Como esta dissertação parte da discussão sobre a gestão do patrimônio cultural entendendo a gestão como uma das etapas previstas do processo de patrimonialização dos bens culturais, definiu-se a divisão dos capítulos permeando desde a historiografia das *company town,* entendimento e contextualização do objeto, análise de algumas práticas de gestão do IPHAN como o projeto de Regularização Fundiária, até o desenvolvimento de ações

[6] De acordo com o Processo de Tombamento 1567-T-08, houve um tombamento provisório no ano de 2010 e em 2012 a Vila Serra do Navio foi inscrita dos Livros dos Tombos: Histórico, Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

propositivas no intuito de mobilização dos moradores como forma de exigibilidade de cidadania. Para entender estes impactos da patrimonialização, propõe-se levantar as seguintes questões como norteadoras dos capítulos da Dissertação:

1) Como se contextualiza a criação da Vila Serra do Navio? Como a arquitetura moderna pode ser usada para "justificar" o tombamento e quais as características dessa cidade moderna?

2) Como o IPHAN entendeu este território e como foi a gestão do espaço tombado? Nesse sentido, como o projeto de regularização fundiária se apresenta como um dos eixos possíveis de comunicação?

3) Em que medida os moradores/ habitantes foram incluídos e como fortalecer a relação dos moradores com a Vila enquanto bem tombado? Como a tecnologia social, aliada ao saber técnico, pode auxiliar nas ferramentas de preservação e conservação do bem tombado?

Assim, vale detalhar os capítulos que seguem na Dissertação.

O primeiro capítulo visa discutir os assuntos pertinentes à identificação do bem cultural, descrevendo a concepção da construção das *company town* na Amazônia, com interesse na Vila Serra do Navio e como ela é reforçada na sua característica de arquitetura e urbanismo modernos. A arquitetura moderna e o patrimônio cultural são destacados nesse capítulo, tentando buscar aproximações e afirmações que levaram os "técnicos do patrimônio" a escolher a Vila Serra do Navio como bem a ser preservado em âmbito nacional. Assim, o discurso da arquitetura moderna dentro das ações do IPHAN e ações de gestão serão discutidos no capítulo seguinte.

O segundo capítulo propõe a análise do processo de tombamento (quais atores foram mobilizados, quais valores foram atribuídos e quais conceitos e categorias foram acionados), refletindo assim sobre quais ações foram escolhidas para gerir esse território tombado. Sendo assim, pergunta-se: em que medida os valores identificados no processo de reconhecimento do conjunto como patrimônio por meio de seu tombamento orientaram as ações e de que maneira foram realizadas? Esta e outras perguntas são contempladas nesse capítulo. O projeto de regularização fundiária será analisado como uma das ações de mobilização e de gestão nas instâncias (municipal e federal) no âmbito da preservação do conjunto urbano da Vila Serra do Navio. Nesse sentido, são detalhados os esforços da Instituição Federal em gerir o território com acordos e políticas públicas voltados para o desenvolvimento urbano e sustentável do município. Mostrando-se ainda como um processo, esse capítulo visa apresentar a

Regularização Fundiária[7] (ainda em vigência), as formas de atuação e gestão do IPHAN na Serra do Navio. Também aqui serão mostradas algumas dificuldades, como os exemplos recentes de construções irregulares - um posto de gasolina e um galpão em frente à sede da Prefeitura - junto à área tombada.[8]

O *terceiro* e último capítulo é uma análise propositiva de ferramenta de gestão urbana e de comunicação mais eficiente entre o poder público e a comunidade de Serra do Navio. Após os estudos técnicos e pesquisas realizadas em campo, percebeu-se como as ferramentas digitais unem a população serrana através de sua história, memória e laços construídos com o território. Com o uso de uma metodologia implementada pela pesquisadora e através de estudos direcionados para essa área, notou-se que essa metodologia poderia ser entendida dentro do campo da *tecnologia social,* que "compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidos na interação com a comunidade" e "que representem efetivas soluções de transformação social"[9]

De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o conceito de Tecnologia Social (TS) contempla quatro dimensões, que são:

Conhecimento, ciência, tecnologia: tem como ponto de partida os problemas sociais, em que a tecnologia é realizada com organização e sistematização. Nessa dimensão, a tecnologia pode introduzir ou gerar inovações nas comunidades.

Participação, cidadania e democracia: enfatiza a cidadania e a participação democrática e a metodologia adotada é a participativa em todas as etapas dos processos de trabalho, o que impulsiona sua disseminação e reaplicação.

Educação: realiza um processo pedagógico por inteiro, pois essa tecnologia se desenvolve no diálogo entre saberes populares e científicos. Assim, ela é apropriada pelas comunidades locais, que ganham autonomia em suas práticas.

Relevância social: é eficaz na solução de problemas sociais, provocando transformações no âmbito da sustentabilidade ambiental.

---

[7] Considerada uma iniciativa no campo da gestão da conservação de conjuntos urbanos e sítios tombados, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artísitico Nacional (IPHAN), a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Universidades Federais estão desenvolvendo ações conjuntas no tema da Regularização Fundiária do Parque Histórico Nacional de Guararapes (PE) e do Conjunto Urbano Tombado de Serra do Navio (AP) em 2015. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/ap/noticias/detalhes/3260/iphan-apresenta-projetos-inovadores-de-regularizacao-fundiaria-em-pernambuco-e-amapa>. Acesso em 02 fev. 2018.

[8] Processo online disponível no SEI/IPHAN de número: 01424.000066/2019-08. Acesso em: 20 mai. 2019.

[9] Definição retirada de entrevista da geógrafa e pesquisadora do Laboratório Herbert de Souza – Tecnologia e Cidadania, Ana Paula de Moura Varanda, concedida à 'Rede Mobilizadores' onde explica o conceito de tecnologia social. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/tecnologias-sociais-possibilitam-modelos-alternativos-de-desenvolvimento/>. Acesso em 15 mai. 2019.

Segundo o site oficial do Ministério[10], até 2015, as tecnologias sociais contribuíram de forma participativa e democrática, com os *Objetivos do Milênio* (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU). Com a *Agenda 2030* da ONU[11] e seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), as tecnologias sociais são importantes instrumentos para a construção de um mundo mais justo, resiliente e sustentável.[12]

Portanto, o último capítulo descreve, de acordo com os conceitos da tecnologia social, uma metodologia que se propõe participativa e prevê o contato direto entre a população e as instâncias de governo, visando uma melhor comunicação e entendimento do valor de pertencimento dessa cidade tombada na floresta amazônica. Mapeamentos de grupos em redes sociais (como *whatsapp, facebook e instagram),* outros levantamentos e pesquisas técnicas, deram suporte para a construção de um *aplicativo digital* denominado pela pesquisadora e pelos moradores de "coNext", que aborda a cidade de uma maneira mais participativa e que auxilia a comunidade nas construções de suas memórias mediante retroalimentação. A prefeitura pode se articular com a população diariamente, entender suas necessidades e priorizar suas demandas quando se fala em preservar o patrimônio cultural. Este aplicativo, que ainda é um protótipo, foi pensado no âmbito da gestão e desenvolvimento urbano sustentável, visando que, futuramente, ele poderia ser aplicado em qualquer sítio histórico ou conjunto urbano tombado que busca aprimorar seus canais de comunicação.

---

[10] Ver mais em: <https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html>. Acesso em 01 fev. 2020.

[11] Ver mais em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 12 mai. 2019

[12] Texto retirado do site oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Para ver mais em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html Acesso: 08 Abr. 2019.

1. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL: O CONTEXTO HISTÓRICO DA VILA SERRA DO NAVIO, NO AMAPÁ

Este capítulo tem como objetivo fazer uma abordagem sobre a historiografia das *company towns,* destacando a história da Vila Serra do Navio, doravante VSN, no Amapá, o contexto da arquitetura moderna como escolha do projeto do arquiteto e sua relevância na narrativa do patrimônio cultural brasileiro. A busca por "desbravar" a floresta amazônica levou diversos empreendimentos a construírem *company towns* como representação do desenvolvimento e também do discurso do progresso. Busca-se nesse capítulo, também, destacar as características da Vila Serra do Navio e sua importância dentro do cenário e discussões relacionadas à arquitetura moderna brasileira.

A VSN, construída na década de 1950 no interior do estado do Amapá, em meio à floresta amazônica, projetada por iniciativa de uma empresa de mineração nos cânones da arquitetura e urbanismo moderno, sugere-nos considerações sobre as mudanças culturais, sociais e econômicas que levaram à patrimonialização deste conjunto urbano pelo IPHAN. O valor atribuído no processo de tombamento, que será analisado no capítulo 2, está relacionado *ao projeto do arquiteto e aos aspectos modernistas da Vila,* e assim, busca-se uma melhor compreensão sobre o espaço tombado e patrimonializado no âmbito do patrimônio cultural.

1.1. Historiografia das *Company Towns*

As "cidades da empresa", mais conhecidas como *Company Towns*[13]*,* são cidades construídas pelas empresas que planificam e organizam o espaço urbano de modo a contribuir para a racionalidade e funcionalidade de natureza econômica. De acordo com Margaret Crawford (1995, p.07) citada por Roberta Menezes Rodrigues (2007, p. 03)[14], "[...] as *company towns* representam a junção de aspectos econômicos, de relações de trabalho e sociais. Significam estratégias industriais e elementos de negociação nas relações de trabalho". Ainda segundo esta autora:

> Ao construir uma *company town*, a empresa capitalista objetiva assegurar à seus funcionários o atendimento das necessidades de habitação, lazer, cultura e promoção

[13] Ver outras *Company Towns* na Amazônia: <http://realidadeurbanas.blogspot.com.br/2012/01/company-towns-na-amazonia.html>. Acesso em 10 mai. 2018.
[14] Ver artigo completo: <http://www.ufpa.br/xiienanpur/CD/ARQUIVOS/GT5-1042-839-20070107223702.pdf>. Acesso em 11 nov. 2018.

> social. A estruturação das *company towns*, como modelos de aplicação de uma determinada concepção do urbano e de sua funcionalidade significa a reconstrução do fenômeno urbano por meio da negação das estruturas existentes (cidades espontâneas) e fundação de novas estruturas. Foram criadas como um dos instrumentos do processo de desenvolvimento capitalista, que "cria, altera e destrói", as *company towns*" (CRAWFORD, 1995, p.05 apud RODRIGUES, 2007, p. 03).

Nota-se que a própria definição de *company towns* as descreve como sendo construídas a partir de objetivos específicos das empresas sobre um determinado território onde os contextos produtivos perpassam dentro de uma lógica extremamente racional. Rodrigues (2007, p. 04), por sua vez, aponta em seu artigo que:

> Assim, na Amazônia, onde predomina uma economia de base primária exportadora e uma rede urbana ainda em consolidação a existência das *company towns* tem sido um recurso utilizado para a viabilização de diferentes empreendimentos. As primeiras *company towns* construídas foram Fordlândia (PA), na década de 20, e posteriormente, Belterra (PA) na década de 30, ambas ligadas ao projeto de extração da borracha pela Companhia Ford Industrial do Brasil. Na década de 1960, novas *company towns* surgiram na floresta tropical úmida, então associadas a empreendimentos de extração-exportação de minérios. Esse foi o caso de Serra do Navio e Vila Amazonas, no Amapá.

A criação de cidades concebidas por empresas para abrigar seus funcionários é um capítulo muito importante na urbanização brasileira, que deve ser destacado aqui como um dos eixos norteadores do trabalho da vila operária que se torna patrimônio cultural brasileiro.

Vale destacar que a criação de cidades voltadas especificamente para os operários empregados por determinada empresa está ligada ao controle sobre esses operários – em seu tempo, seu lazer e suas rotinas. O historiador inglês Edward Palmer Thompson (1998) destaca no capítulo "Tempo, Disciplina e Capitalismo Industrial", de seu livro *Costumes em Comum* sobre a cultura popular tradicional do século XVIII, como a noção de tempo surge nos contextos fabris e como a percepção dos trabalhadores passa a ser mensurada de acordo com o relógio. O autor, nesse sentido, aponta como a organização do tempo era orientada pela execução de tarefas antes de ser definida pelo relógio, detalhando aspectos da mudança:

> Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre "o trabalho" e "a vida". As relações

> sociais e o trabalho são misturados - o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa- e não há grande senso de conflito entre o trabalho e "passar o dia". Terceiro, aos homens acostumados com trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência.
> [...]
> Mesmo nesse caso, o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador. Assim que se contrata mão-de-obra real, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado (THOMPSON, 1998, p. 272)

Infere-se pensar que, com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição dele como meio de exploração da mão-de-obra, é possível entender que o trabalhador "[...] deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta" (ibid, p. 272). O historiador inglês destaca ainda as consequências dessa nova orientação para os operários e para as formas de controle exercidas sobre eles:

> Na sociedade capitalista madura, todo tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente "passe o tempo".
>
> [...]
>
> Pode se notar que, à medida que a Revolução Industrial avança, os incentivos salariais e as campanhas de expansão do consumo - as recompensas palpáveis pelo consumo produtivo do tempo e a prova de novas atitudes "proféticas" para o futuro - são claramente eficientes. (ibid, p. 298-299)

De acordo com Oliveira (2018), a questão do controle sobre os trabalhadores fazia parte da visão que a burguesia tinha sobre o trabalhador, assim, era necessário enquadrá-los em novos hábitos pelas classes dominantes:

> Como consequência do controle do tempo, do trabalho e do cotidiano dos trabalhadores, entende-se que as Vilas Operárias foram utilizadas como espaços para disciplinar o cotidiano do trabalhador ao novo modelo social imposto pela sociedade industrial. (ibid, p,45)

A construção de moradias para os funcionários e operários que vinham de diversos lugares para trabalhar nas fábricas, precisa ser entendida nessa chave de controle das empresas

sobre os trabalhadores; e foi uma prática que acompanhou a urbanização e o desenvolvimento das indústrias brasileiras:

> A moradia é elemento da organização social, que tanto pode surgir como espaço de autonomia de seus ocupantes – abrigo e refúgio – quanto como espaço sanitário e base para uma intervenção externa na ordem familiar. No núcleo fabril, a moradia coloca-se simultaneamente como um alojamento e um hábitat proletário. Nele, os objetivos ligados à segurança e à saúde se sobressaem; suas moradias são solidárias com a inspeção e a formação de lares limpos e ordenados, favoráveis à reposição das energias para o trabalho. (CORREIA, 1998, p. 15)

Por um lado, o controle sobre os trabalhadores implicava nas formas de moradia populares existentes e disseminadas. No livro *Cidade Febril*, do historiador Sidney Chalhoub, o capítulo 1 – Cortiços e epidemias na corte imperial – ele descreve o surgimento dos cortiços na época da corte imperial no Brasil e usa a destruição do cortiço "Cabeça de Porco", no Rio de Janeiro, para exemplificar as intervenções violentas das autoridades do Estado por meio dos discursos higienistas e como esse episódio concebeu a gestão das diferentes classes sociais brasileiras. A destruição desse cortiço, um dos mais famosos na época, não foi um ato isolado, mas sim, um evento "[...] no processo sistemático de perseguição a esse tipo de moradia, o que vinha se intensificando desde pelo menos meados da década de 1870, mas que chegaria à histeria com o advento das primeiras administrações republicanas." (CHALHOUB, 1996, p. 25). O autor apresenta em seu livro como a ciência foi acionada na intervenção nesses espaços de habitação popular:

> O discurso dos higienistas contra as habitações coletivas interessou sobremaneira a grupos empresariais atentos às oportunidades de investimentos abertas com a expansão e as transformações da malha urbana da Corte. Haveria no processo um enorme potencial para a especulação na construção de moradias e no provimento da infraestrutura indispensável à ocupação de novas áreas da cidade. A prestigiosa Ciência dos higienistas parecia legitimar as pretensões dos empresários ao insistir na necessidade de uma terapia radical no centro da cidade, e ao enfatizar sempre que a destruição das moradias consideradas insalubres e a diminuição da aglomeração de pessoas naquela área eram os dois motes essenciais de tal terapia. (ibid, p. 52)

E mais adiante:

> O mais trágico em toda essa história é que alegação de "cientificidade", de neutralidade nas decisões administrativas, traz sempre em seu cerne a violência contra

> cidadania. Se os administradores, os governantes, são eles próprios governados por imperativos ditos "científicos" - sejam esses imperativos uma criação das mentes férteis de higienistas, naquela época, ou de economistas, mais recentemente -, não há o que negociar com cidadãos, essa massa de ignorantes portadores de todos os vícios ou inoculados pelo vírus da "cultura inflacionária". (ibid, p. 58)

Por outro lado, o esforço de deslegitimar e descontinuar tais formas de habitação vinha acompanhado de propostas bastante sistematizadas de novas formas de morar. Em relação ao contexto fabril, conforme discussão de Telma Correia (1998, p. 09), a emergência das grandes indústrias em sintetizar um "modelo" para a reorganização do trabalho incluiu, muitas vezes, uma ação "[...] patronal de controle sobre as circunstâncias que envolviam o cotidiano dos trabalhadores. Nessa ação, situa-se a construção, por empresas, de moradias para seus operários". Assim, diante dos "perigos sanitários" que existiam nas cidades, foi-se criado o "núcleo fabril" no qual, ainda segundo Correia, a eficiência do trabalhador poderia de alguma maneira, ser controlada:

> A ideia do meio como principal responsável pela formação do corpo físico e do estado moral do pobre conduziu à noção de que o combate à doença e aos comportamentos julgados antissociais deveria passar por uma modificação do meio. Pensava-se que, se a cidade é um meio corruptor, favorável à perversão dos costumes e à difusão de doenças, ela poderia ser transformada em um meio corretor; se a casa degrada o indivíduo, alterada de acordo com os preceitos da higiene e da moral, ela poderia converter-se em elemento que corrige, em meio gerador de pessoas saudáveis e regradas. Essa transformação era pensada em termos de controle e reordenamento desses ambientes segundo preceitos de saúde, moral e segurança. Alternativamente, pensavam-se novos modelos de cidade, capazes de equacionar as questões que se julgava fossem suscitadas pelas grandes aglomerações. (ibid, p. 37)

E mais adiante:

> A identificação por setores de elite de perigos sanitários, morais e sociais nas cidades existentes contribuiu para a criação de um modelo novo de aglomeração – o núcleo fabril -, no qual a eficiência produtiva se colocasse como finalidade única; um lugar do trabalho, projetado para atrair pessoas ao emprego fabril e integrá-las a um cotidiano inteiramente subordinado à produtividade. (ibid, p. 40)

Do ponto de vista da saúde, Correia descreve o núcleo fabril como ambiente em que os operários seriam controlados; sendo assim, as investigações acerca dos "[...] impactos das grandes cidades sobre seus habitantes enfatizam, sobretudo, questões relativas a

comportamento e saúde, com seus efeitos sobre a 'paz urbana' e a produtividade do trabalho". (ibid*,* p. 27). Nabil Bonduki, em seu livro sobre *as origens da habitação social no Brasil,* reforça a discussão sobre o controle exercido nas vilas oferecidas aos trabalhadores:

> Várias análises têm explicado a emergência das vilas de empresas como um gesto filantrópico de empresários favoráveis à harmonia entre o capital e o trabalho, como uma estratégia para atrair operários em um mercado de trabalho incipiente ou, ainda, como forma de disciplinar o tempo livre dos operários, submetendo-os à ordem burguesa e mantendo-os sobre permanente controle. De fato, muitas empresas criaram não só vilas, mas verdadeiras cidadelas, porque se estabeleciam em locais isolados, onde inexistia mercado de trabalho ou cidades capazes de concentrar trabalhadores e oferecer o mínimo de serviços e equipamentos urbanos.
>
> [...]
>
> A vida cotidiana obedecia ao ritmo imposto pela sirene da fábrica e, como assinalou Rolnik (1981), a vila operária "funciona como um verdadeiro laboratório de uma sociedade disciplinar, combinando um saber higienista com um poder que ao mesmo tempo proíbe, pune, reprime e educa". (BONDUKI, 2017, p. 55, grifo nosso)

Mostra-se oportuno nesse momento mencionar as diversas iniciativas de concentração de trabalhadores sob a vigilância das empresas que os empregavam, sob os diversos nomes de espaços destinados a operários para se instalarem próximos ao empreendimento fabril:

> No Brasil, do mesmo modo, esses lugares têm sido nomeados de várias formas. Vila operária, fazenda, usina, bairro proletário, núcleo urbano, núcleo residencial, núcleo fabril, cidade operária, cidade-companhia, cidade-empresa e cidade nova são algumas das designações que algumas aglomerações têm recebido entre nós, dependendo de suas características quanto a tamanho, forma, localização e condição político-administrativa, do tipo de atividade à qual estão ligadas e do momento histórico em que surgem. (CORREIA, 2001, p. 84, grifo nosso)

Na obra *De Vila Operária a Cidade-Companhia,* Correia (2001) diferencia tais termos como passo fundamental para o entendimento e compreensão da diversidade de formas de nomear e organizar os ambientes construídos e coordenados pelos donos das fábricas, que serão brevemente destacados abaixo:

> Fazenda: inserção de grupos de moradias em uma propriedade rural particular.

> Vila Operária: foi o termo mais frequente para nomear grupos de casas erguidas por fábricas desde o século XIX. Ou seja, pequeno grupo de casas em cidades ou no campo.
>
> Bairro operário: conjunto de casas de maiores proporções situado em uma "cidade-aberta".
>
> Conjunto habitacional: referência ao conjunto de moradias em blocos de apartamentos ou em casas unifamiliares. Sugere uma alteração de escala, de forma e de inserção na cidade.
>
> Bairro Proletário (ou Bairro Popular ou Vilas Populares): denunciava o desprestígio da forma "vila operária" a partir da década de 1930.
>
> Núcleos fabris: palco de muitas lutas trabalhistas e de conflitos sociais que existiam naqueles lugares.
>
> Cidade-Operária: termo que começa a ser usado a partir da década de 1930. Está associado a uma mudança de escala, tanto em relação ao crescimento quanto à emancipação e conversão de municípios. Ou seja, aplica-se a uma localidade isolada com um conjunto de moradias e serviços complementares e certa autonomia de vida no local.
>
> Núcleo urbano (residencial ou fabril): pequenas aglomerações isoladas. Expressa o vínculo do lugar com a empresa que o criou.
>
> Cidade-Empresa (ou Cidade-Companhia): estreitam os vínculos entre a aglomeração e a empresa que detém o poder da propriedade dos imóveis e é a que emprega a maioria da população (CORREIA, 2001, p. 84-94).

Por outro lado, a inserção do papel dos especialistas foi fundamental para a criação de novos espaços de moradias voltados para os trabalhadores de determinadas empresas. Os novos assentamentos de trabalhadores ganharam traçados específicos pelos profissionais da arquitetura e da engenharia, fazendo com que as empresas fizessem demandas específicas para esses profissionais:

> Uma inovação significativa na forma urbana de assentamentos criados por empresas no Brasil ocorre em casos posteriores a 1930, quando o planejamento de alguns desses lugares é assumido por especialistas – arquitetos, engenheiros e planejadores urbanos. A partir desse momento, registram-se algumas experiências "modelo" – como Harmonia no Paraná e Ouro Branco em Minas Gerais -, cujos planos sociais e físicos

> se empenham em amenizar os efeitos da lógica econômica, enfatizando uma ordem conceitual e uma forma simbólica, que se deslocam – em certa medida e durante certo período de tempo – das demandas específicas da empresa que gerou o lugar. (ibid, p. 93, grifo nosso)

No caso dos grandes projetos na Amazônia, a maioria deles foram empreendimentos econômicos voltados para a exploração de recursos naturais e que se caracterizaram pela grandiosidade das construções ali empregadas, pela quantidade e qualidade de mão-de-obra e pelo volume investido de capital naquele território. Além disso, "[...] são projetos que utilizam tecnologia avançada e exigem uma infraestrutura constituída de portos, ferrovias, energia elétrica, aeroportos, núcleos urbanos e etc., para dar apoio ao desenvolvimento dos mesmos". (NUNES, 2010, p. 43). O autor detalha como a região amazônica despertou e desperta interesse de vários projetos:

> Para Pinto (2009), esses projetos são considerados verdadeiros "enclaves" na região, pois estão dissociados do contexto local, são planejados fora da sua área de atuação e muito distante dos interesses e necessidades da população local. O autor questiona sobre que motivos levaram a região amazônica a despertar interesse do Governo e de grandes empresas para ser o local de instalação dos Grandes Projetos e conclui afirmando que o primeiro deles foi o de poder dispor de imensas áreas de terras, o que significa a possibilidade de utilização do espaço para a instalação desses projetos e da infraestrutura moderna que eles exigem para o seu funcionamento. O segundo motivo foi o de poder contar com as riquezas naturais existentes em abundância na Amazônia, bem como o apoio do Governo Federal para implantação desses empreendimentos. Com essas facilidades, os Grandes Projetos começaram a ser implantados na Amazônia, a partir da década de 1950. (ibid, p. 43)

Esse seria o contexto de construção da Vila Serra do Navio, no Amapá, objeto de estudo desse trabalho, assim como de outros núcleos que existem na Amazônia e que, igualmente, tiveram sua implementação associada a algum grande projeto exploratório na região. Também podem ser descritos a partir das noções trabalhadas por Telma Correia (2001), elencadas acima, como "vilas operárias" ou "núcleos fabris", no que diz respeito ao urbanismo de tais núcleos e à forma como impactavam a rotina dos trabalhadores para os quais eram oferecidos:

> Do ponto de vista da história do urbanismo, as vilas operárias e núcleos fabris podem ser considerados um momento importante de construção de um "habitat proletário moderno", onde a moradia surge articulada a equipamentos de uso coletivo e a redes de infraestrutura, enquanto configura-se como um local de vida familiar e de repouso,

> do qual são afastadas atividades produtivas e limitado o acesso de estranhos. Sua organização interior é submetida a uma organização funcional dos espaços e perpassada por requisitos de higiene e conforto. Esta habitação tende a reter a família no seu interior sendo, neste sentido, correlata a uma tendência de redução da rua a mero local de circulação (CORREIA, 2001, p. 03, grifo nosso)15

Nesse trabalho, será adotada a terminologia *company town* para descrever a Vila Serra do Navio pois a maior parte da historiografia consultada a classifica com o termo dessa forma. Abaixo, serão citados brevemente alguns dos grandes empreendimentos na Amazônia Brasileira, que se destacaram seja pela exploração ou pela complexidade de implantação em meio à floresta e mata verde:

Fordlândia: Foi um projeto agroindustrial de Henry Ford realizado em 1927, com o objetivo de construir cidades que fossem as bases para os gerentes e trabalhadores da plantação de seringueiras com vistas à produção da borracha e, assim, abastecer suas linhas de produção nos Estados Unidos. Apesar das grandes expectativas sobre a implantação do projeto, ele acabou não dando certo, pois a terra era infértil e pedregosa, as pragas contaminaram as seringueiras e os trabalhadores (na maioria amazônicos) não se acostumaram com a rotina americana "imposta" em Fordlândia, o que acarretou vários conflitos entre os trabalhadores, baixa produtividade, além de algumas mortes. A figura 01 mostra as casas no ano de sua construção em 1927 e a figura 02 apresenta a cidade nos dias atuais (2019) com ruas sem asfalto e casas já descaracterizadas.



Figura 01: Casas em Fordlândia, data desconhecida, Pará
Fonte: <http://realidadeurbanas.blogspot.com/2012/01/company-towns-na-amazonia.html>

[15] Ver artigo completo disponível em: <https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Telma_de_Barros_Correia.pdf>. Acesso em 10 nov. 2018.



Figura 02: Casas em Fordlândia em 2019 – Pará
Fonte: <https://viajantesdeprimeiraviagem.com.br/turismo-na-cidade-abandonada-de-fordlandia/

Porto Trombetas: O projeto surgiu na década de 1960 com a descoberta da bauxita no extremo oeste do estado do Pará para abrigar os trabalhadores da mineração na Serra do Saracá. Em 1999, a vila foi elevada à categoria de distrito e atualmente serve como acomodação para os trabalhadores do Grupo Alcan do Brasil, constituída pela Mineração Rio do Norte S.A (MRN). A infraestrutura dessa *company town* compreende casas, hospital, escolas, clubes de lazer, cine-teatro, museu, centro comercial, entre outros serviços e edificações.[16] A figura 03 apresenta a cidade no ano de sua construção com uma vista aérea de toda região e, ao fundo, a floresta amazônica.



Figura 03: Vista aérea de Porto Trombetas em Oriximiná – Pará
Fonte: <https://www.facebook.com/pg/Porto-Trombetas-Pa-138648802874022/posts/>

[16] Para ver a linha do tempo, disponível em:< http://www.mrn.com.br/paginas/pt/sobre-a-mrn/historia/linha-do-tempo.html>. Acesso em 20 jul. 2019.

Monte Dourado e o "Projeto Jari": Projeto Jari (mais conhecido como Projeto Jari Celulose) é o nome dado a uma fábrica existente em frente ao Rio Jari (na divisa entre os estados do Pará e Amapá – na época Território Federal[17]), que teve seu início em 1967, quando o bilionário americano Daniel Keith Ludwing mandou construir uma fábrica para instalação agroindustrial. A fábrica de celulose foi construída no Japão, transportada em plataformas flutuantes até a Amazônia e instalada nas proximidades do atual distrito de Monte Dourado[18]. Assim, no final da década de 1970, o projeto começou a exportar bauxita e caulim e necessitou de infraestrutura para seu empreendimento, que contou com a construção de portos, ferrovias, além da *company town* projetada para abrigar os trabalhadores. A figura 04 mostra a vista aérea do distrito de Monte Dourado, e figura 05 apresenta o ambiente de "Beiradão", que se localiza às margens do Rio Jari (no município de Laranjal do Jari) onde reside grande parte dos trabalhadores do Projeto do Jari.



Figura 04: Vista aérea de Monte Dourado – Pará
Fonte:<http://realidadeurbanas.blogspot.com/2012/01/company-towns-na-amazonia.html>

[17] O estado do Amapá pertencia ao estado do Pará, no denominado Grão-Pará no antigo Território Federal. Após a Constituição de 1988, os estados se desmembraram formando as unidades federativas em questão. Ver mais em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23698/1/2017_MauraLealdaSilva.pdf>. Acesso em 19 jul. 2019.
[18] Ver mais, disponível em: <http://almeirim.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em 18 jul. 2019.



Figura 05: Ambiente do "Beiradão" com casas tipo palafitas às margens do Rio Jari.
Fonte: <http://realidadeurbanas.blogspot.com/2012/01/company-towns-na-amazonia.html>

Em 2013 e 2014, a fábrica foi paralisada para passar por algumas reformas e processo de modernização e, desde então, a empresa nunca retomou sua plena capacidade[19].

Projeto Grande Carajás: Conhecido como Programa Grande Carajás (PGC), o projeto teve início nas décadas de 1970 e 1980, em uma área de aproximadamente 900 mil metros quadrados na região sudeste do Pará, norte de Tocantins e sudoeste do Maranhão (figuras 06 e 07). Foi criado um grande complexo pela empresa Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale S/A) que incluiu a construção da Usina hidrelétrica de Tucuruí, a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Ponta da Madeira localizado em São Luís, além da *company town* próxima às atividades minerais. Atualmente, o projeto Grande Carajás continua em atividade, com explorações de minérios ricos em ferro como o cobre, níquel, manganês, ouro, bauxita e cassiterita. [20]

19 Ver mais em: <https://amazonia.org.br/2017/09/area-da-renca-entre-amapa-e-para-tem-trauma-de-projetos-grandiosos/>. Acesso em 12. Ago. 2019.
20 Ver mais, disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2015-Projeto-Grandes-Caraj%C3%A1s.pdf>. Acesso em 19 jul. 2019



Figura 06: Vista aérea da Vila Carajás – Pará
Fonte: <http://realidadeurbanas.blogspot.com/2012/01/company-towns-na-amazonia.html>



Figura 07: Vista da cidade Vila Carajás – Pará
Fonte:<http://realidadeurbanas.blogspot.com/2012/01/company-towns-na-amazonia.html>

Em meados de 2014, a região recebeu um fluxo migratório após a inauguração do novo projeto da Vale, a mina S11D em Canaã dos Carajás, que foi considerado o maior empreendimento de exploração de minério de ferro do mundo. Porém, com o término da obra

desta grande mina, menos da metade dos trabalhadores foram contratados e o restante ficou na cidade sem perspectiva de trabalho e aumentando o nível de desemprego do estado[21].

A pesquisa bibliográfica das *company towns* apresentada até o momento busca entender os impactos causados pelos projetos econômicos instalados na Amazônia. Passados tantas décadas após as criações das *company towns* no norte do Brasil, parece ser evidente o acúmulo de inadequações cometidas na tentativa de ocupar, de todo modo, a floresta. O Estado do Amapá no decorrer dos anos, passou por diversas transformações territoriais, econômicas e sociais caracterizando a criação de assentamentos, vilas e cidades com características e dinâmicas espaciais diferentes:

> Nos séculos XVI e XVII a área que compreende a Amazônia Brasileira foi disputada por portugueses e espanhóis, e ainda contou com a cobiça dos ingleses, franceses e holandeses. Neste espaço encontramos o Estado do Amapá que é tido como uma das primeiras fronteiras de ocupação da Amazônia, de acordo com PORTO (2007, p. 1) "o domínio da margem esquerda da foz do Rio Amazonas historicamente trouxe inúmeros interesses externos, tanto pelos seus produtos exóticos, minerais, alimentícios, ou pelo acesso ao continente Sul Americano. (...)
>
> No entanto, apenas no século XX, mais precisamente a partir de 1900 é que a soberania sobre o Amapá foi reconhecida. Em 1945 temos a separação do Estado do Pará com a criação do Território Federal do Amapá, e em 1988 visualiza-se a transformação de território para Estado. Durante todo o século XX o Amapá presenciou uma série de transformações nas estruturas territoriais, econômicas e sociais; o território foi então marcado por uma dinâmica de fenômenos históricos, geográficos, culturais, sociais e políticos. (...)
>
> No decorrer dessas mudanças percebeu-se que a sua estrutura espacial foi sendo aos poucos modificada, assim como inúmeros outros espaços da Amazônia, essa mudança na configuração territorial foi expressa no nascimento de assentamentos, vilas e cidades, sejam elas planejadas ou espontâneas, e cada uma sendo formada com características e dinâmicas espaciais diferentes. (THALEZ e COUTO, 2007, p. 31)

Ao se analisar o caso específico da *company town* no território amapaense, que foi o complexo construído pela ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A), é possível refletir

[21] Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/19/projeto-grande-carajas-desestrutura-comunidades-e-territorios-indigenas/>. Acesso em 19 jul. 2019

acerca dos objetivos da empresa e como isso interferia diretamente nos hábitos e costumes tradicionais dos povos amazônicos:

> Desse modo, a política de valorização do caboclo amapaense durante o primeiro governo territorial do Amapá implicava, contraditoriamente, a desvalorização de todo seu arcabouço cultural e de todas as suas formas de reprodução material às margens dos rios, igarapés e no interior da floresta. Na medida em que se buscava a maximização de racionalização da sua capacidade produtiva, sugerindo uma recuperação da sua força de trabalho, que estaria prejudicada por má alimentação, doenças e falta de ambição, o que se pretendia, de fato, era uma profunda e irreversível transformação nos seus hábitos e costumes tradicionais, objetivando sua inserção em uma economia de mercado plenamente desenvolvida o mais breve possível. (PAZ, 2014, p. 35)

De acordo com Monteiro (2003), a exploração mineral na Serra do Navio, no Amapá, foi a primeira grande exploração na Amazônia conduzida por uma empresa que se instalou na região na década de 1950. Segundo ele, "[...] a atividade suscitou questionamentos acerca da sua capacidade de impulsionar processos de desenvolvimento regional" (ibid, p. 114).

A mercantilização de manganês em terras amapaenses destinava-se ao suprimento da demanda da indústria siderúrgica internacional. Assim, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o manganês passou a ampliar sua importância no cenário internacional, sendo um minério estratégico, pois no âmbito da "Guerra Fria", a ex-União Soviética (detentora das maiores reservas de manganês no mundo) parou de exportar o minério (CUNHA, 1962).

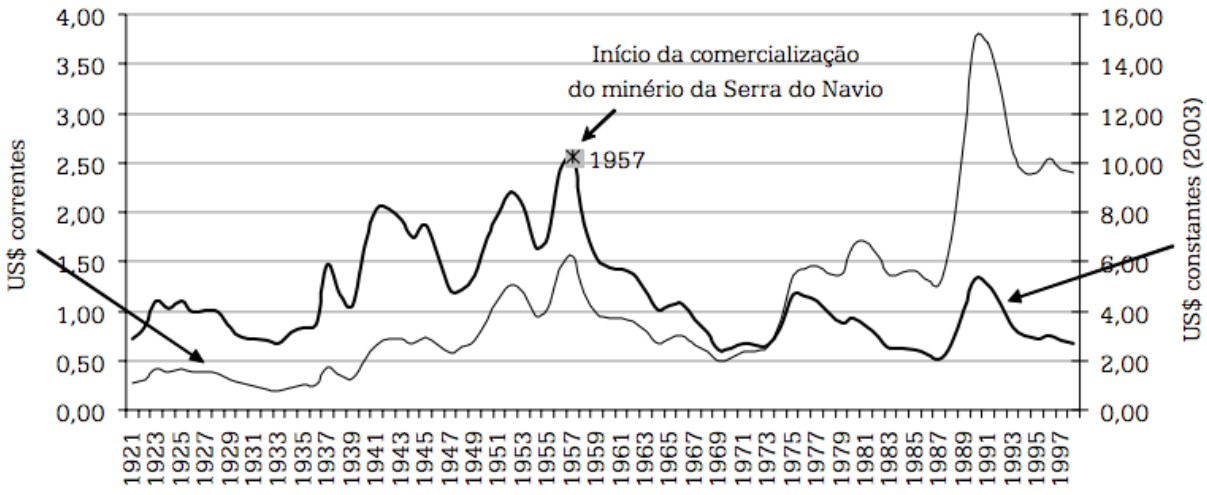


Gráfico 01: Média anual do preço do manganês no mercado mundial (entre os anos de 1921 até 1998) por unidade de manganês contida no minério. (MONTEIRO, 2003)
Fonte: MONTEIRO (2003), adaptado pela autora, com base em Plunkert e Jones (1999, p. 83)

O gráfico 01 mostra a média anual do preço do manganês no mercado mundial entre o período de 1921 até 1998, e aponta maior comercialização quando o minério da Serra do Navio é instaurado, em 1955, e tem seu "pico" no ano de 1957.

De acordo com Monteiro (2003, p. 199), em 1951, como determinava o contrato de arrendamento, a "[...] ICOMI entregou o relatório da pesquisa geológica iniciada em 1948. Nele se apontava a existência de reservas de 16 milhões de toneladas de minério, com teor superior a 46% de manganês". Seguiu-se, então, a implantação do empreendimento na região:

> Acertados os meios de financiamento do empreendimento, as obras de implantação da infraestrutura necessária à valorização das reservas da Serra do Navio tiveram início em 1954. As obras civis desenvolveram-se em ritmo acelerado, foram edificados os equipamentos de infraestrutura, que compreenderam as instalações industriais para a lavra e o beneficiamento do minério, a estrada de ferro e um embarcadouro de minério. No ano seguinte, a ICOMI iniciou a construção e a urbanização de duas vilas residenciais: Serra do Navio e Amazonas. (ibid, p. 121)

O projeto da ICOMI no estado do Amapá incluiu a construção da *company town* da Vila Serra do Navio, localizada próximo às jazidas de exploração (o principal minério explorado foi o Manganês) no interior do Estado; da Vila Amazonas, que também foi desenhada nos moldes da arquitetura e urbanismo modernistas, que fica no município de Santana (próximo à capital Macapá); da ferrovia (que interligava a Vila Serra do Navio com a Vila Amazonas); e do Porto de Santana (no município de Santana).

O arquiteto paulista Oswaldo Arthur Bratke, que já tinha no portfólio um extenso trabalho na área de arquitetura e urbanismo, foi o contratado pela empresa para desenvolver os projetos habitacionais e das respectivas infraestruturas funcionais. Em 1960, foi inaugurado o conjunto de equipamentos urbanos da ICOMI, e a Vila Serra do Navio passou a abrigar os funcionários da empresa que vieram trabalhar na região.

> Não existem fontes "diretas" por parte do governo ou da ICOMI que forneçam detalhes acerca dos primeiros trabalhadores que foram empregados pelo governo durante a fase de reconhecimento e nas primeiras pesquisas sobre o manganês em 1946-47, e pela prospecção realizada pela ICOMI entre 1948-51. Contudo, é possível afirmar que as origens mais remotas dos chamados "braçais" encontram-se: entre os diversos grupos de extrativistas dispersos pelo interior do Amapá; nas populações que vivam espalhadas pelas ilhas na fronteira com o Estado do Pará; e nas demais cidades interioranas próximas. (PAZ, 2014, p. 68)

A figura 08 apresenta o mapa do estado do Amapá com a localização do município de Serra do Navio, bem a oeste da capital Macapá, no "coração" do estado. A figura 09 é o mapa da ferrovia que ligava o município de Santana ao município de Serra do Navio[22]. Esta ferrovia, que foi construída com 194 quilômetros de extensão, atendia tanto a população residente na Vila, quanto o deslocamento das cargas de minérios no sentido do Porto de Santana. O Porto era bem movimentado devido à sua proximidade com a capital. Desde o ano de 2016, a ferrovia encontra-se totalmente desativada.

> O Estado do Amapá é uma das unidades da federação brasileira que se situa mais ao norte. Localiza-se à esquerda do Rio Amazonas e ao sul é margeado pelo canal norte do estuário deste rio, que caminha em direção ao Oceano Atlântico. Ao norte faz fronteira com a Guiana Francesa. Sua característica fisiográfica básica é o Planalto das Guianas. E foi neste acidente geológico que foram encontradas as principais jazidas de manganês exploradas pela ICOMI S/A. (BRITO, 1994, p. 19)



Figura 08: Mapa do estado do Amapá
Fonte: <https://www.guiageo.com/amapa.htm>

[22] A ferrovia foi construída na década de 1950 e possui um traçado de aproximadamente 194 quilômetros e foi uma das raras ferrovias brasileiras a utilizar a Bitola Standard (1,435m). O traçado da ferrovia ainda existe nos dias atuais, porém sem uso. Ver mais em: <http://www.ferreoclube.com.br/2016/11/29/e-f-amapa/>. Acesso em 14 nov. 2018.

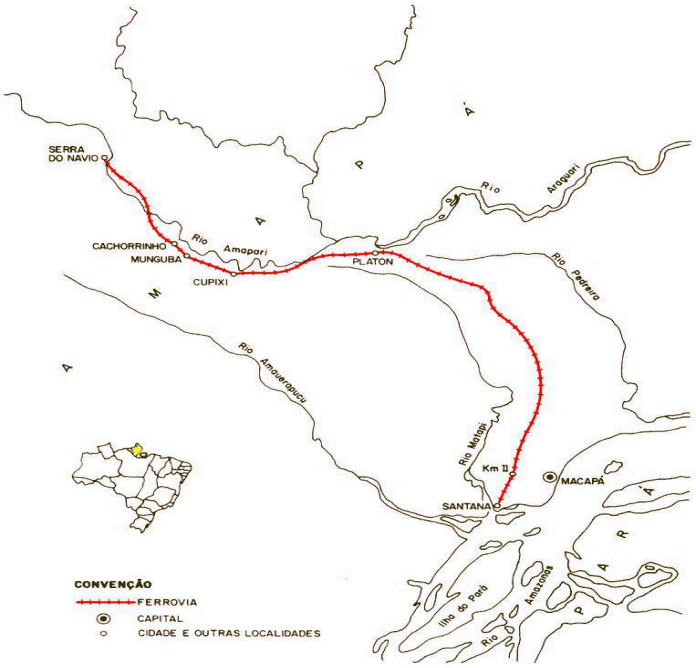


Figura 09: Mapa da Ferrovia que interligava a Vila Serra do Navio (município de Serra do Navio) com o município de Santana (no Porto de Santana).
Fonte: <http://www.ferreoclube.com.br/2016/11/29/e-f-amapa/>

As duas vilas residenciais eram estratégicas para a ICOMI pois a Vila Amazonas estava próxima ao Ponto de Santana e a de Serra do Navio muito próximo às jazidas de exploração do manganês (MONTEIRO, 2003). Abaixo, segue uma tabela com a relação de casas construídas pela ICOMI para abrigar os funcionários das duas vilas no Amapá, sendo que, cada modelo de casa destinava-se à moradia de um determinado segmento de hierarquia da empresa (Tabela 01):

Tipo da construção	Vila Serra do Navio	Vila Amazonas
Residencial		
Casas de pessoal administrativo	55	62
Casas de operários categorizados (3 quartos)	64	72
Casas de operários sem qualidade (3 quartos)	128	108
Casas de operários sem qualidade (2 quartos)	88	72
Conjuntos residenciais para solteiros		
Para pessoal administrativo (aposentados)	40	30
Para operários categorizados (aposentados)	48	24
Para operários sem qualificação (aposentados)	44	72
De uso coletivo		
Prédios com diversas finalidades	18	16

Tabela 01: Relação dos prédios edificados nas vilas Serra do Navio e Amazonas, segundo o artigo de Monteiro (2003).
Fonte: Tabela elaborada por Monteiro (idem) e adaptado pela autora, com base em Plunkert e Jones (1999, p. 83)

Entende-se aqui como “operários categorizados” aqueles que estudaram e tem formação em comparação com os “operários sem qualificação” que são aqueles que não estudaram (na figura acima, ambos descritos como também, aposentados).

De acordo com Adalberto Paz (2014, p. 69), muitos trabalhadores viram como oportunidade de trabalho a instalação de um projeto de mineração de grande porte da região, assim, eles se desvencilhavam de suas antigas atividades extrativistas e dos “constrangimentos impostos pelos seringalistas, e não hesitaram em se dirigir rumo à área manganífera no Rio Amapari, em busca de alguma colocação no empreendimento”.

> Um dos fatores de forte atração no empreendimento de Serra do Navio era a qualidade das construções que estavam sendo erguidas para alojamento dos funcionários em substituição aos primeiros *carbés* - comuns no interior do Amapá - erguidos no início das pesquisas. Eram casas de madeira cobertas com cavacos feitos de maçaranduba, construídas sobre estacas para evitar a umidade do solo. (ibid, p. 73)

1.2. A criação da Vila Serra do Navio

Interessa nesse trabalho focar nos impactos decorrentes da implantação desse empreendimento na região amazônica e destacar sua importância no cenário do patrimônio cultural brasileiro, com foco no ambiente e nas relações sociais que se criaram com uma organização de aparato privado e que, atualmente, é estruturada em caráter estatal.

A Vila Serra do Navio é um conjunto urbano que se localiza a 200km da capital Macapá, no estado do Amapá, e foi um dos grandes empreendimentos destinados à exploração de minérios na Amazônia Brasileira e modelo para todos os grandes projetos que vieram depois. Trata-se de uma Vila dirigida e controlada por uma única empresa privada, a ICOMI (Indústria e Comércio de Mineração S.A), cuja economia é ligada a uma só atividade empresarial, a mineração. Segundo Daniel Brito (1994, p. 49), o papel do Estado no “desenvolvimento da Amazônia e, em especial no caso da mineração de manganês do Amapá, demonstra que ele foi o principal ponto de apoio de uma política de implantação de uma nova ordem de produção”.

O livro sobre a Vila Serra do Navio, de autoria de Benjamin Ribeiro, atribui a Oswaldo Bratke como o grande protagonismo no empreendimento no interior do estado do Amapá. Ribeiro (1992) enfatiza que na VSN tudo deveria ser planejado para um grande empreendimento residencial, absolutamente nada existia; tudo deveria ser previsto e executado para a nova cidade.

A figura 10 apresenta a planta geral da Vila Serra do Navio com a setorização projetada pelo arquiteto Oswaldo Bratke. Na porção direita da figura localizam-se as habitações para os funcionários graduados, casa de hóspedes, alojamentos para os homens solteiros e, também, habitações para os funcionários de nível médio. Ao centro da figura, localiza-se a praça de esportes com estádio e quadras esportivas. Na porção esquerda, localizam-se as habitações dos operários, alojamentos de solteiros, hospital, praça cívica, centro comercial, escola e Igreja. Neste mapa, percebe-se que até as áreas de expansão estão demarcadas com habitações (áreas na porção 4 e na porção 7), porém elas não foram construídas e sim, planejadas prevendo o futuro crescimento para a cidade.

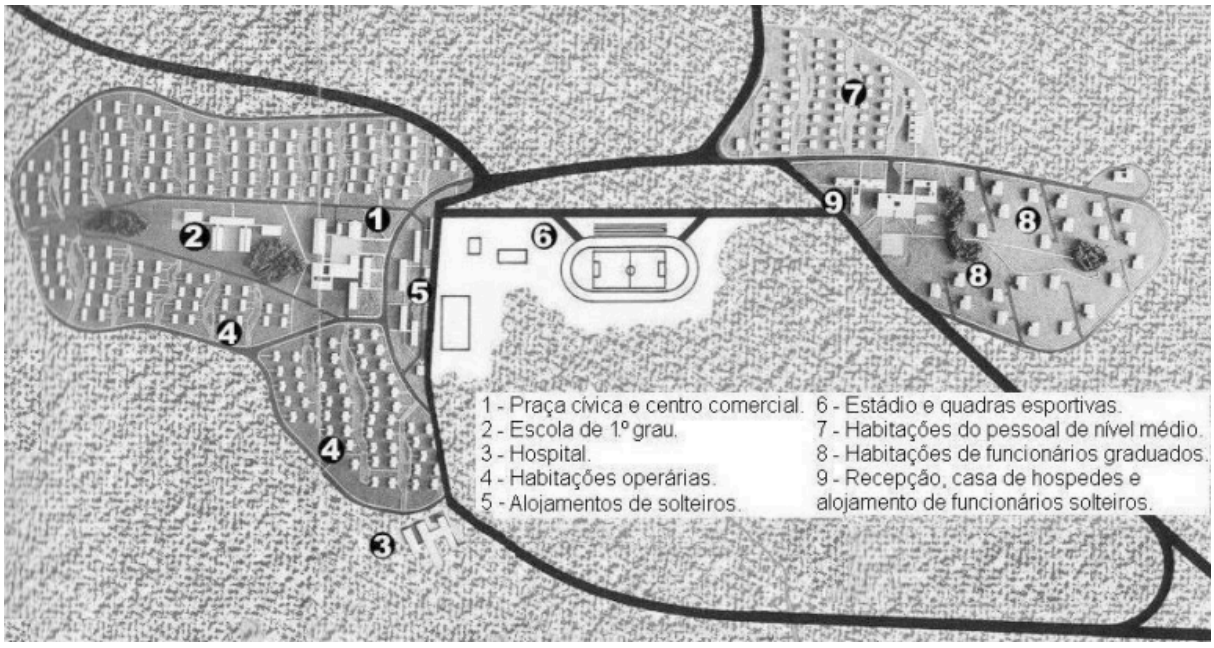


Figura 10: Planta geral da Vila Serra do Navio, no interior do Amapá
Fonte: RIBEIRO (1992, p. 43)

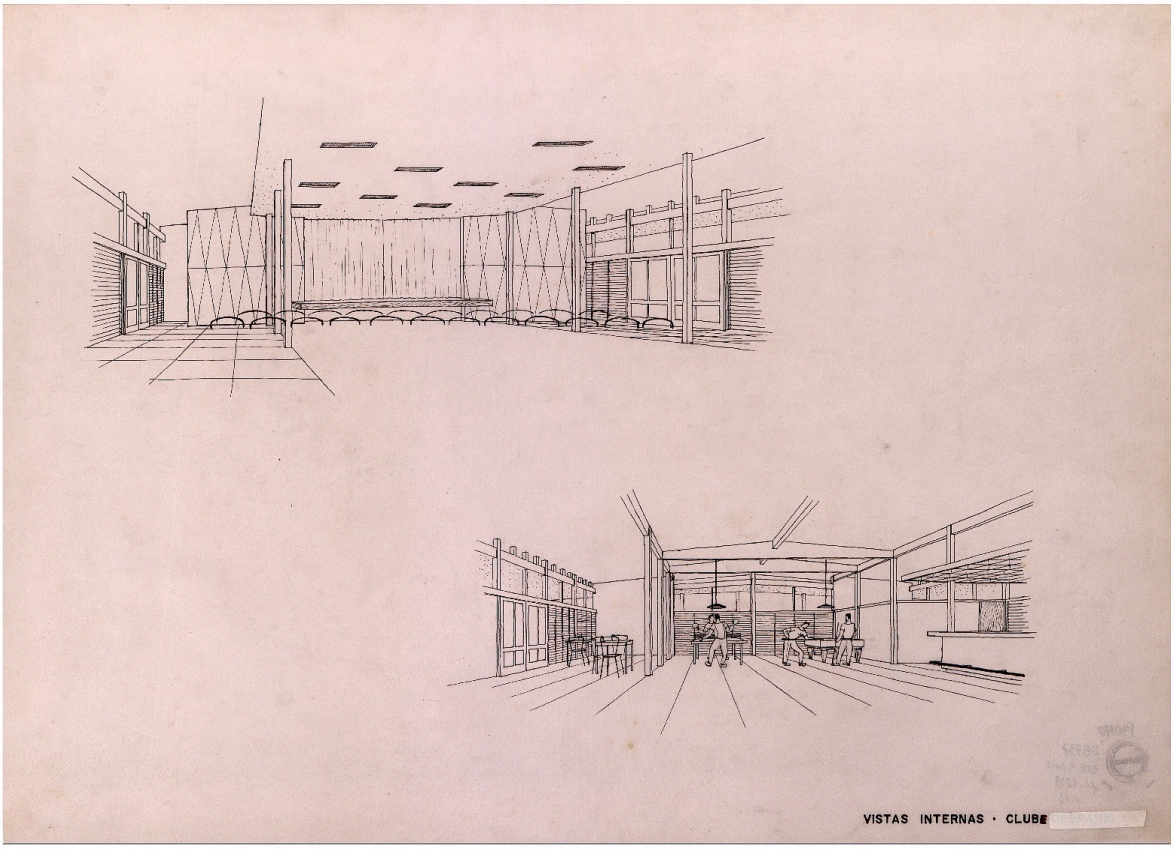
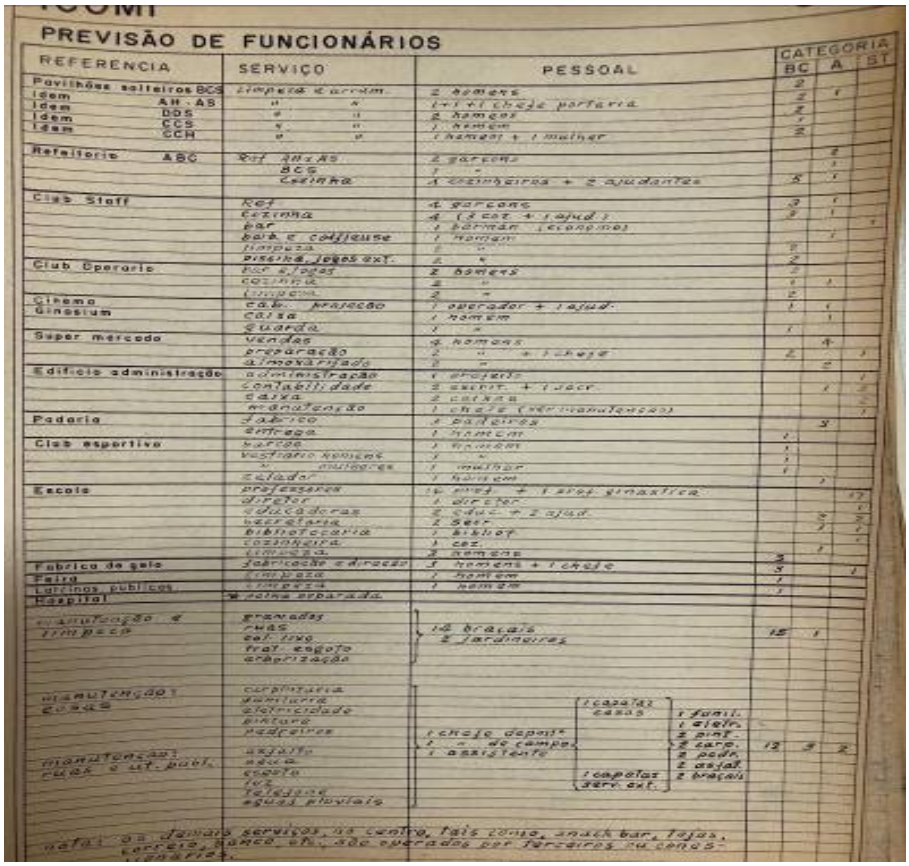


Figura 11: Vistas internas do Clube destacando a área de lazer com pessoas jogando sinuca.
Fonte: Arquivo cedido pela Universidade de São Paulo (USP), 2018.

A figura 11 apresenta, em perspectiva, dois desenhos projetados à mão, do arquiteto Oswaldo Bratke que situa a área do clube como uma área de destaque para a convivência dos funcionários e áreas destinadas ao lazer.

De acordo com a tabela elaborada pelo arquiteto, de previsão de funcionários que iriam trabalhar na Vila Serra do Navio (Tabela 02), observa-se como foi detalhado os serviços em relação à equipe de pessoal e em qual setor cada um iria trabalhar. A Vila foi projetada para abrigar aproximadamente 2.500 trabalhadores e, para isso, era necessário conhecer os hábitos e níveis de renda desta população para poder mensurar, por exemplo, quantos professores, diretores e secretarias deveriam existir, ou quantos funcionários precisaria para atender às vendas, almoxarifado e outros no supermercado; enfim, era necessário prever a logística diária necessária para que a cidade pudesse se desenvolver. Com base nesse estudo elaborado a pedido da ICOMI, o arquiteto descreveu a *referência* (seria o espaço arquitetônico como padarias, escola e outros), o *serviço* (quantificando as atividades que cada espaço poderia comportar), o *pessoal* (relacionado ao quantitativo de pessoas para trabalhar em cada área) e as *categorias* (que eram divididas de acordo com as funções).



PREVISÃO DE FUNCIONÁRIOS

REFERENCIA	SERVIÇO	PESSOAL	CATEGORIA BC	CATEGORIA A	CATEGORIA ST
Pavilhões solteiros BCS	limpeza e arrum.	2 homens	2		
Idem AH - AS	" "	(1+1 chefe portaria	2	1	
Idem DDS	" "	2 homens	2		
Idem CCS	" "	1 homem	1		
Idem CCH	" "	(homem + 1 mulher	2		
Refeitorio ABC	Ref Amas	2 garçons		2	
	BCS	1 "		1	
	Cozinha	4 cozinheiros + 2 ajudantes	5	1	
Club Staff	Ref	4 garçons	3	1	
	Cozinha	4 (2 coz. + 1 ajud.)	3	1	
	bar	1 homem (economo)		1	1
	bank e coiffeuse	1 homem		1	
	limpeza	1 "	1		
Club Operario	Piscina, jogos ext.	2 "	2		
	Ref e jogos	2 homens	2		
	cozinha	2 "	1	1	
	limpeza	2 "	2		
Cinema	cab. projeção	1 operador + 1 ajud.	1	1	
Ginasium	caixa	1 homem		1	
	guarda	1 "	1		
Super mercado	vendas	4 homens		4	
	preparação	2 " + 1 chefe	2		1
	almoxarifado	1 "		2	
Edificio administração	administração	1 projetista			1
	contabilidade	2 escrit. + 1 secr.		1	2
	caixa	2 caixas		2	
	manutenção	1 chefe (encanadores)			1
Padaria	fabrico	2 padeiros		3	
	entrega	1 homem	1		
Club esportivo	barcos	1 homem	1		
	Vestiario homens	1 "	1		
	" mulheres	1 mulher	1		
	guarda	1 homem			1
Escola	professores	14 prof. + 1 prof. ginastica			15
	diretor	1 diretor			1
	educadoras	2 educ. + 2 ajud.		4	2
	secretaria	2 Secr.		2	1
	bibliotecaria	1 bibliot.		1	1
	cozinheira	1 coz.		1	
	limpeza	3 homens			
Fabrica de gelo	fabricação e diretor	3 homens + 1 chefe	3		1
Feira	limpeza	1 homem	1		
Fontes publicas	limpeza	1 homem	1		
Hospital	* ainda separado.				
[illegible] limpeza	granadas	12 brasais	15	1	
	ruas	2 jardineiros			
	col. lixo				
	trat. esgoto				
	arborização				
manutenção [illegible]	carpintaria				
	jardinagem				
	eletricidade				
	pintura				
	pedreiros	(chefe depósito			
		1 - de rampa	12	3	2
		1 assistente			
manutenção ruas e ut. publ.	asfalto				
	agua				
	esgoto				
	luz				
	telefone				
	aguas pluviais				

nota: os demais serviços no centro, tais como, snack bar, lojas, correio, banco etc. são operados por terceiros ou concessionarios.

Tabela 02: Previsão dos Funcionários desenvolvido pelo arquiteto Oswaldo Bratke
Fonte: Arquivo cedido pela Universidade de São Paulo (USP), 2018.

De acordo com as orientações da empresa ICOMI, o arquiteto projetou toda a zona residencial, comercial e urbana, se atentando para todos os detalhes construtivos e locais. Segundo Hugo Segawa e Guilherme Dourado (2012, p. 241):

> Seus "serviços profissionais" compreendiam, no plano de urbanização, conforme o contrato: "1) Os planos de arruamento, com todas as informações e detalhes em escala adequada à perfeita compreensão dos projetos, locação, medição e construção. 2) Os planos para as redes de água potável, de águas pluviais, de água para a extinção de incêndios, de esgotos e de eletricidade pública e domiciliar, todos acompanhados de seus cálculos e memoriais descritivos".

Os autores detalham as demandas específicas apresentadas por Bratke relacionadas aos planos de urbanização para a construção da cidade, mas vale também destacar como esse plano sistematizado vai chegar aos moradores, na medida que existiam regras e normas de convívio impostos pela empresa, e que os moradores tinham que seguir. Assim, as "regras" eram contempladas em uma cartilha, que, segundo Paz (2014), eram as normas de convívio e condições para a sobrevivência do empreendimento:

> Zenira Vieira da Silva lembra que, ao chegarem a Serra do Navio, sua mãe e seu pai receberam uma cartilha na qual constavam as regras e condições de convívio elaboradas pela ICOMI, especificamente direcionadas às famílias de operários. Segundo tais normas, cabia, sobretudo, à sua mãe, Sebastiana Vieira da Silva, a manutenção e a limpeza da residência, além das demais funções corriqueiras atribuídas a uma dona de casa, de maneira que seu pai, Ambrósio Lúcio da Costa, deveria ocupar-se tão somente em cumprir suas obrigações com o trabalho e, assim, prover o sustento da família. Alguns itens da cartilha não eram apenas "orientações". Para a esposa, a responsabilidade pela higiene e pela conservação da casa, por exemplo, estava muito além da intenção em agradar o marido e proporcionar um ambiente saudável a todos, pois a ICOMI realizava inspeções, sem aviso prévio. (ibid, p. 189, grifos nossos)

> A história desse gigantesco empreendimento minerador se confunde com as suas próprias trajetórias de vida, e, por isso, ao falarem sobre as dificuldades e os desafios inerentes à sua condição "sui generis" de caboclo-mineiros, a maioria prefere enfatizar a capacidade que cada um teve para superar todas as privações, controle e demais exigências, buscando contrabalança-las com os momentos de lazer ao lado dos companheiros de trabalho e da família. (ibid, p. 214, grifo nosso)

Em um trecho destacado do trabalho de Sônia Florêncio (2000, p. 26) ela aborda como o trabalhador tem que se adaptar para adequar aos padrões de uma empresa:

> Assim, parece que a *cultura* de uma organização entendida como um conjunto de procedimentos pretensamente homogêneos na gestão das empresas, é uma forma de adequação da gestão organizacional para manter e sustentar relações de poder socialmente estruturadas. Assim, nas organizações, os homens devem resolver seus problemas e satisfazer suas necessidades por meio do trabalho organizacional. O trabalhador precisa adaptar-se, qualificar-se para a sua própria realização dentro da organização.



Figura 12: Capa Jornal da ICOMI de julho de 1964.
Fonte: imagens disponibilizadas na página do *Facebook,* no dia 01/07/2019, sobre a Vila Serra do Navio.



Vida na

ICOMI

ECOS DE 8 DE MAIO

Por ocasião dos festejos comemorativos ao 22.º aniversário do ICOMI, houve verdadeiro entrelaçamento de amizade entre empregados que servem nos Escritórios do Sul e os lotados no Território Federal do Amapá. Assim, enquanto uns se deslocavam do Rio, São Paulo e Belo Horizonte, para assistir às festividades desenroladas em Santana e Serra do Navio, outros, representando estas duas comunidades, partiam para o Rio de Janeiro com o objetivo de participar das solenidades programadas para o dia 8 de maio. De volta a Macapá, como se vê nos clichês ao lado, Benedito Ferreira dos Santos, de Santana, mostra aos companheiros de trabalho algumas fotos e revistas do Rio, enquanto Marcelino Milhomem, de Serra do Navio, comenta com dois colegas, na sede do Mangands Esporte Clube, as belezas da "Cidade Maravilhosa". Ambos percorreram os pontos turísticos do Rio, como Pão de Açúcar, Corcovado, Estádio do Maracanã, Copacabana, etc., além de passeios que realizaram pelas cidades vizinhas à Guanabara, como Petrópolis e Teresópolis.

ESTÁGIO NA DIVISÃO DE SAÚDE — No intuito de conhecerem bem o trabalho desenvolvido pelo ICOMI no campo da saúde, especialmente no que concerne às técnicas de enfermagem, duas enfermeiras do sul, pertencentes à Faculdade de Enfermagem de Ribeirão Preto (São Paulo), estão fazendo presentemente um estágio na nossa Divisão de Saúde, em Serra do Navio. São Marina Negrini e Ninfa Gerep, que vemos na foto e que ficarão no Hospital de SNV cêrca de três meses. As jovens estudantes têm gostado muito da Serra, e se integraram alegremente na sociedade serrana, onde foram muito bem recebidas.

CURSO E SEMINÁRIO

Completou o Curso de Técnica de Treinamento, na Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro, o Eng.º Idio Silva, chefe da Divisão de Obras, pela qual ficou respondendo, durante as oito semanas de duração do curso, o Eng.º Carlos Alberto Ferreira.

Participou do 1.º Seminário de Doenças Ocupacionais, patrocinado pela Associação Brasileira de Prevenção contra Acidentes, o Dr. José de Freitas Cardoso Veras. Ficou respondendo pela Divisão de Saúde, enquanto aquêle médico esteve no sul, o Dr. Juarez Silva.

A direção do Recreio da Mina, procurando oferecer entretenimentos e momentos de lazer aos seus associados e freqüentadores, mesmo nas noites chuvosas, fêz realizar, com grande sucesso, um torneio de boliche. Cinqüenta pessoas foram inscritas em três categorias: principiantes, médios e veteranos, que farão parte de duas equipes, a Vermelha e a Preta, côres simbólicas e tradicionais do Recreio da Mina. Nas fotos aparecem a sra. Olga Silva e Renato Bicelli.

Figura 13: Jornal da ICOMI de julho de 1964.
Fonte: imagens disponibilizadas na página do *Facebook,* no dia 01/07/2019, sobre a Vila Serra do Navio.

Padrões esses que podem ser ditados em diversas formas. As imagens que seguem acima, por exemplo, (figuras 12 e 13) são do Jornal "ICOMI Notícias", datado de julho de 1964,

número 07. Na reportagem em questão, notam-se duas ênfases em espacial: uma delas é o progresso; outra, é o modo de vida estimulado naquele núcleo criado pela empresa. A capa do jornal enfatiza a primeira questão: Progresso para o Amapá. Na reportagem, a ICOMI coloca que "há anos vem trabalhando no Território Federal do Amapá, sendo que desde janeiro de 1957 ela se encontra produzindo e exportando minério de manganês" (PROGRESSO..., 1964). A reportagem relaciona-se ao convívio social e como estimular cada vez mais contato entre os trabalhadores.

As casas geminadas ou isoladas foram as opções encontradas pela empresa para pensar no modo de vida e socialização dos trabalhadores - ao invés de prédios em altura ou monoblocos definidos (SEGAWA e DOURADO, 2012, p. 255).

A ICOMI deveria assegurar que todo o empreendimento estava sendo executado conforme o planejado, para que os novos funcionários fossem morar e trabalhar na região. Assim, atendendo as necessidades e padrões mínimos de qualidade das moradias, os funcionários graduados se deslocaram para trabalhar na região (predominantemente do sul e do sudeste do país). Os funcionários recrutados na região amazônica também foram contemplados com projetos de moradias, portanto, seria inevitável o choque cultural que iria existir na região (RIBERO, 1992).

A figura 14 mostra uma fotografia aérea da cidade na qual se percebe a escala das edificações com a paisagem envolvente. As casas em primeiro plano são da Vila Operária em que se apresenta um maior adensamento. À direita, está a área destinada à expansão, ainda em construção, conforme projeto do arquiteto. A figura 15 caracteriza o projeto de urbanização com a setorização, acessos, áreas destinadas à lazer e outros equipamentos urbanos. A Vila foi projetada seguindo os preceitos da arquitetura e urbanismo modernista, sendo a parte alta da cidade destinada ao *staff* (onde moravam os engenheiros, administradores e todos funcionários graduados da empresa) e na parte mais baixa, localizava-se a administração da empresa (também conhecida como "administração de vilas"), o hospital, escola, praça cívica, igreja ecumênica e edificações geminadas para os operários (também conhecida como Vila Operária e Vila Especializada).



Figura 14: Foto aérea da Vila Serra do Navio
Fonte: RIBEIRO, 1992, capa do livro.



Figura 15: Projeto de urbanização da Vila Serra do Navio
Fonte: Arquivo cedido pela Universidade de São Paulo (USP).

A figura 16 exemplifica as casas dos funcionários graduados, com espaços internos maiores, com mais cômodos e mais mobiliário. As casas de hóspedes, apresentadas na figura 17, recebiam os funcionários "oscilantes" e, às vezes, parentes dos funcionários que trabalhavam na ICOMI. Posteriormente, a Casa de Hóspedes virou o Hotel da Vila Serra do Navio. Segundo Segawa e Dourado (2012, p. 251):

> "Como fazer uma cidade num local distante, perdido no mapa? Qual a temperatura, os ventos dominantes, os materiais à disposição? ", perguntou-se Bratke na ocasião. Não havendo nada sistematizado, o urbanista foi estudar as características físicas e climáticas da região.

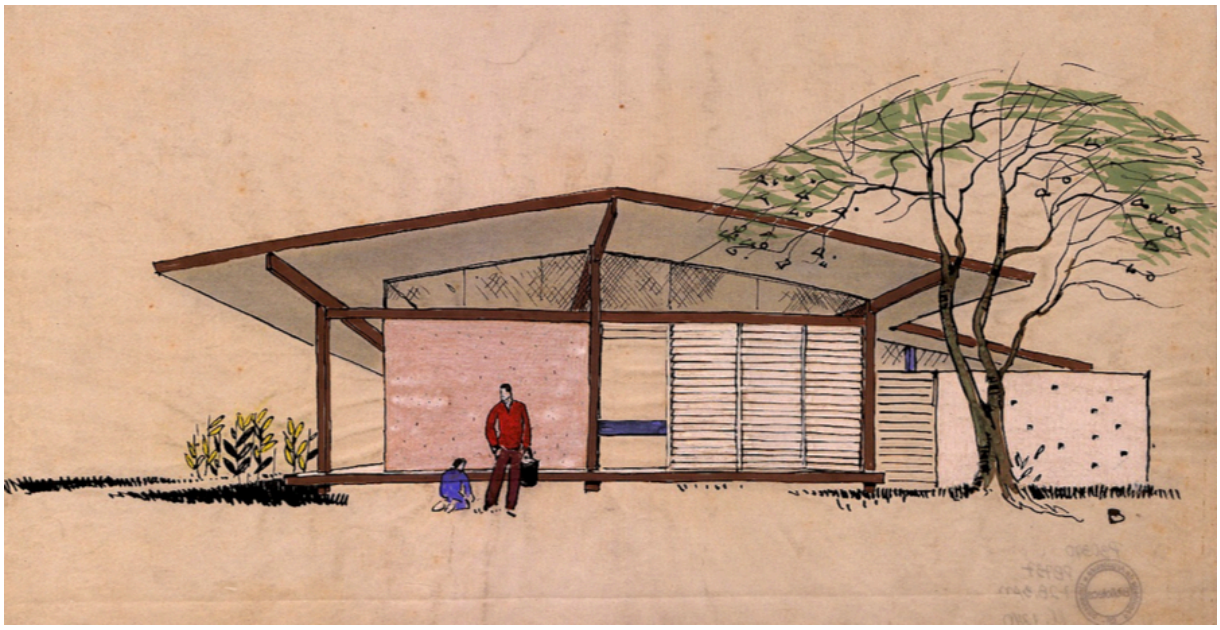


Figura 16: Croqui feito à mão pelo arquiteto da casa dos funcionários graduados
Fonte: Arquivo cedido pela Universidade de São Paulo (USP).



Figura 17: Casas de Hóspedes no ano de 2008
Fonte: Processo de Tombamento da Vila Serra do Navio 1567-T-08

A constante manutenção e limpeza que existia na Vila era condicionada à cooperação e forte controle da empresa sobre os moradores. Era, assim, necessário que o convívio entre as pessoas fosse harmônico, em favor da manutenção do espaço público e da própria casa. O depoimento, coletado em 2018, da moradora Dalzira Alexandre da Silva, nascida na Vila, exemplifica a situação:

> Na verdade, a ICOMI nos dava tudo, mas também cobrava dos moradores a limpeza ao redor de suas casas. A casa mais limpa e organizada ganhava prêmio todos os meses, espécie de incentivo e de interagir com os moradores. Todos queriam estar na relação do quadro administrativo do escritório da ICOMI. Como lhe falei, estudei aqui e fui fazer o segundo grau em Macapá, casei e depois de separada voltei para trabalhar em outro setor na Serra. A ICOMI não existia mais, já tinha sido extinta. [...]
>
> A vigilância era severa aqui na época, liberdade tínhamos até as 22hs da noite, depois disso, ninguém podia ficar na rua. Se a vigilância pegasse, estávamos na "roça" (risos). Só dia de festa que os maiores de idade podiam ficar na festa. [...]
>
> Estudar era obrigação de todos os filhos de funcionários, isso sim era cobrado. Assim como eu estudei, todos os filhos homens tinham que fazer um curso profissionalizante no centro de treinamento. Aqueles que se destacavam se não quisessem fazer uma faculdade, mas já tinha que pensar numa profissão. Os meninos tinham a obrigação já no segundo ano do fundamental, fazer um curso intensivo no centro de treinamento, que a ICOMI mantinha na área de trabalho dela. Os nossos irmãos não eram obrigados, mas todos tinham interesse em fazer esses cursos, seja na área de mecânica,

> elétrica, administrativo, pois era uma medida compensatória da ICOMI para com o Estado do Amapá, através dos filhos dos funcionários.[23]

Percebe-se com este depoimento que, as relações entre a empresa e os funcionários baseavam-se por um lado em "direitos e deveres" e, por outro, respaldavam-se no planejamento, investimento e orientações investidas de um ideal de desenvolvimento urbano, social e cultural desse conjunto.

> Os conflitos existentes entre as famílias operárias e a mineradora, as posturas adotadas pela empresa para mediá-los e o pioneirismo da experiência na região contribuíram para que as vilas de trabalhadores edificadas e gerenciadas pela ICOMI no Amapá fossem tomadas como referência de *company town,* balizando o arranjo da moradia, o modo de vida e o controle da força de trabalho em outras empresas minerometalúrgicas que se instalaram, décadas depois, na Amazônia (MONTEIRO, 2003, p. 127)

A ICOMI operou na região por quase 50 (cinquenta) anos e, alguns anos antes de terminar o contrato com o governo[24], a empresa decidiu parar as atividades de exploração e romper com o contrato com o recém-criado[25] governo do Estado do Amapá. O gráfico 02, mostra por meio de dados sobre contratação direta e de terceirizados, como a empresa foi deixando o local:

---

[23] Entrevista concedida por Dalzira Alexandre da Silva, no dia 18/06/2018

[24] O presidente Dutra assinou, em dezembro de 1947, o decreto que autorizou o governo territorial do Amapá a firmar contrato de prospecção com a ICOMI. Esse contrato foi assinado e registrado em cartório no Rio de Janeiro em dezembro de 1947. Texto retirado do arquivo disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3158/1/Artigo_IcomiAmapaMeio.pdf>. Acesso 20 dez. 2019.

[25] O Território do Amapá foi criado através do Decreto-Lei nº. 5.8124, de 13 de setembro de 1943, que também criou os Territórios Federais Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu, de partes desmembradas, respectivamente, dos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina. Em 1988, com a Constituição Federal Brasileira, o território é elevado a categoria de Estado do Amapá. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23698/1/2017_MauraLealdaSilva.pdf>. Acesso em 12 Dez. 2019.

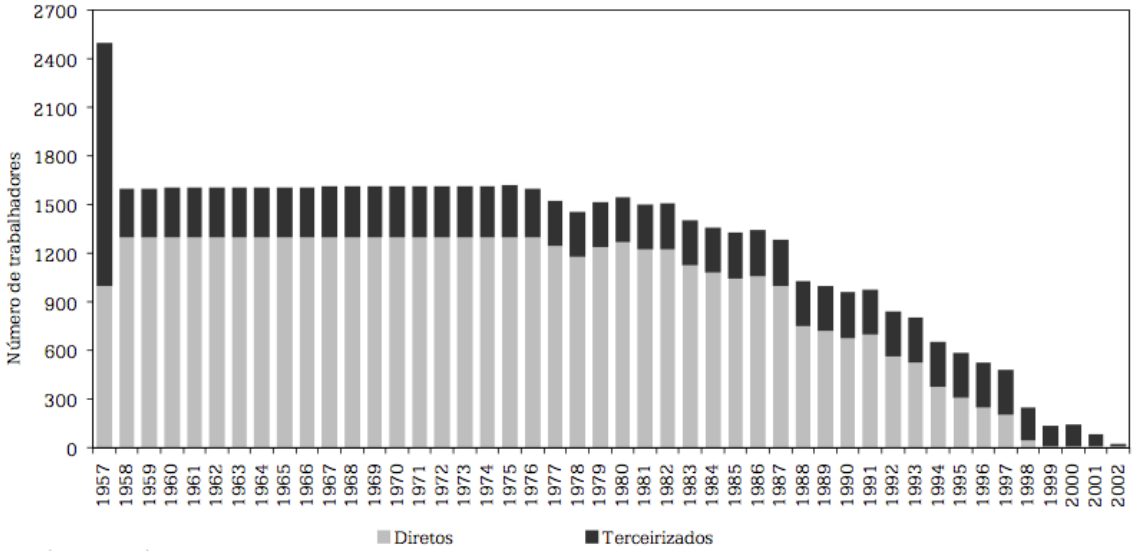


Gráfico 02: Número de trabalhadores contratados diretos e terceirizados pela ICOMI de 1967 a 2002.
Fonte: MONTEIRO (2003, p. 129) com base em ICOMI (1997).

O gráfico permite observar como, a partir de 1988, as contratações diretas vão diminuindo e, a partir de 1998, a sua mão-de-obra já era basicamente de terceirizados, ou seja, de pessoas que trabalhavam por demanda, com um trabalho específico e com prazo limitado para deixar a cidade. Isso se deve ao fato de que, com a redução da exploração de manganês nas últimas décadas do século XX, a estratégia da empresa foi de contratar terceirizados e não mais realizar contratações diretas, como eram feitas no começo de sua instalação. A empresa reduziu o contingente de trabalhadores que operavam nas lavras, nos transportes e optou por terceirizar os serviços de vigilância, manutenção e outros (MONTEIRO, 2003, p. 130).

As diversas interpretações contempladas até o presente momento pelos autores consultados por esta dissertação buscam trazer à tona as discussões acerca do papel social da ICOMI no território amapaense. É necessário um esforço de compreensão sobre os aspectos sociais e econômicos que motivaram uma empresa desse porte a se instalar na região amazônica assumindo um papel transformador naquele território.

O esforço, a partir desse momento, será de entender os desenhos do arquiteto Oswaldo Bratke para a Vila Serra do Navio, dentro do contexto da arquitetura moderna brasileira e sua relação com o patrimônio cultural.

1.3. Arquitetura moderna brasileira e o patrimônio cultural

A arquitetura moderna do século XX buscou a renovação dos conceitos de arquitetura e urbanismo com ênfase no desenvolvimento das cidades e na sua organização racional e

funcional, com principal interesse nos edifícios como objetos arquitetônicos. Alguns pontos em especial auxiliam a refletir sobre a "trama narrativa", elemento discutido por Carlos Martins (1999) sobre o qual a Flávia Nascimento (2012) se debruça em seu artigo: "A arquitetura moderna e o Condephaat no desafio das práticas seletivas"[26]. Essa trama apresenta o protagonismo de Oscar Niemeyer na arquitetura brasileira, tendo estabelecido uma "matriz de leitura" que influencia os estudos sobre essa arquitetura:

> Martins interpreta que tal matriz de leitura que se tornará recorrente na historiografia inaugurada pelo livro e exposição homônima "Brazil Builds", que, para além de detonar uma onda internacional de divulgação da arquitetura moderna nacional, estruturou a ideia de indissociabilidade entre originalidade da arquitetura brasileira e de sua identificação com a articulação entre modernidade e tradição, sustentado pela necessidade de afirmação ideológica do aparato estatal varguista. (NASCIMENTO, 2012, p. 16)

Os *modernistas*, inspirados e legitimados por noções específicas de nação, identidade, memória, arte e arquitetura, atuaram em favor do reconhecimento de bens culturais, que deveriam ser preservados para o presente e futuro da sociedade. A partir dos anos de 1930, esse movimento foi alimentado na prática por conceitos e posicionamentos de um grupo seleto de profissionais, dentre eles o arquiteto Lucio Costa, que realizou projetos de arquitetura e também de urbanismo junto ao Estado Brasileiro. O grupo de intelectuais do modernismo brasileiro tinham nomes como: Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lucio Costa.

> Com Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), os modernistas encontraram lugar no Estado getulista e o IPHAN, com relação à educação, teve certa autonomia no âmbito das políticas gerais do período, funcionando com espaço privilegiado. (NASCIMENTO, 2016, p. 69)

Uma das principais preocupações do Estado Novo é em relação à construção do "novo homem brasileiro". De acordo com Gomes (1982), citado por Lauro Cavalcanti em seu livro *Moderno e Brasileiro,* o "trabalho é considerado o meio por excelência para integrar o homem à sociedade, transformando-o em cidadão/trabalhador, atentas às diversas facetas da vida do

[26] Ver artigo completo em: < https://www.academia.edu/38134882/A_arquitetura_moderna_e_o_Condephaat_no_desafio_das_pr%C3%A1ticas_seletivas >. Acesso em 20 nov.2018.

povo brasileiro: saúde, educação, alimentação, habitação" (GOMES, 1982 apud CAVALCANTI, 2006, p. 33). Nessa perspectiva, o prédio do Ministério da Educação e Saúde (figura 18) construído no Rio de Janeiro sob orientação do então ministro Gustavo Capanema, preocupava-se não somente com a educação, mas também, com a formação desse novo homem que se pretendia construir e/ou moldar naquele momento. Em carta ao presidente Getúlio Vargas em 14 de junho de 1937, o ministro Gustavo Capanema ressalta que o "O Ministério da Educação e Saúde se destina a preparar, a compor, a afeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o *Ministério do Homem*" (CAVALCANTI, 2006, p. 33).



Figura 18: Prédio MESP (Ministério da Educação e Saúde Pública), mais conhecido como Palácio Gustavo Capanema, RJ.
Fonte:<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3578/restauro-do-palacio-capanema-valoriza-icone-da-arquitetura-moderna>

Cavalcanti (2006, p. 42) entende que o "modernismo na arquitetura brasileira foi, sobretudo, uma reinterpretação das ideias de Le Corbusier e, em menor medida, daquelas de Walter Gropius". Assim, essa emblemática obra se destaca e é um divisor de águas para a arquitetura moderna brasileira.

Levantar os debates sobre a arquitetura moderna nesse momento torna-se oportuno, pois o arquiteto que projetou a Vila Serra do Navio, Oswaldo Bratke, também foi influenciado por

esses pensamentos e, associando-os aos da escola paulista[27], projetou diversas obras seguindo esses preceitos e conceitos. É preciso destacar antes de tudo, as tentativas de compreensão do espaço *moderno* ou *modernista* dentro da arquitetura moderna e sobretudo, no âmbito do patrimônio cultural. A começar, é necessário compreender a diferença entre ser *modernista* e ser *moderno*:

> Um dos pontos importantes a explicitar é aquele de denominação das correntes: nenhum dos participantes daquele movimento acata a designação de modernista, que, segundo os próprios, reduziria-o a uma dimensão transitória: preferem moderno, que traduziria uma contemporaneidade e um estágio evolutivo, resultado de aprimoramento de fases anteriores. (CAVALCANTI, 2006, p. 15)

Berman (1986) conceitua o modernismo enquanto "o conjunto de visões e valores que tornaria os indivíduos sujeitos do processo de modernização, agrupados de forma solta". Ou seja, o modernismo seria uma tradução das experiências da modernidade que o antecede; em outras palavras: "desenvolvimento e estabilização do sistema capitalista é a condição fundamental para o estabelecimento do modernismo enquanto estetização das formas de vida". (ibid, p.10).

A arquitetura moderna se entrelaça com o campo do patrimônio cultural brasileiro em relação às práticas institucionais, aos modos de pensar da "nação brasileira", às atribuições de valor aos bens culturais tendo em vista que os grandes nomes da arquitetura brasileira foram os que fundaram, no ano de 1936, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)[28]. Para entender a relação da arquitetura moderna no campo do patrimônio cultural brasileiro, vale destacar suas contribuições no campo teórico, prático e metodológico para entender a diversidade e as expressões culturais que existem hoje no campo do patrimônio.

Em 30 de novembro de 1937, o Decreto-Lei n 25/37[29] foi promulgado para oficializar a

---

[27] As escolas carioca e paulista tiveram renomados arquitetos que representavam respectivamente o Rio de Janeiro e São Paulo. Em linhas gerais, a escola carioca seguiu os padrões de Le Corbusier tendo os arquitetos brasileiros Lúcio Costa e Oscar Niemeyer como os grandes representantes com o uso racional dos espaços e características formais mais leves, tendo os padrões corbusianos a serem seguidos. Enquanto na escola paulista, destacava-se o grande nome de Vilanova Artigas como um dos principais atores da escola, juntamente com Lina Bo Bardi com uso de materiais pré-fabricados, uso de concreto aparente, exposição dos materiais e acabamentos, etc. (LEONIDIO, 2006).

[28] "O Instituto teve diversos nomes: 1937-1946 – SPHAN, Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1946-1970 – DPHAN, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1970-1979- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1979-1981, Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ligada à Fundação Nacional Pró-memória; 1981-1989 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1989-1994 – IBPC, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; 1994 até os dias atuais, IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". (NASCIMENTO, 2016, p. 60)

[29] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 15 mai. 2019.

criação do então SPHAN e para sistematizar e organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico com relevância nacional. Vale destacar o artigo primeiro em que a noção de patrimônio proposta pela normativa é explicitada:

> Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
>
> § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.
>
> § 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL, 1937)

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) formou a "face futura" da nação que se construía naquele momento, calcada por intelectuais, sendo boa parte desses intelectuais arquitetos modernos:

> Penso que os arquitetos modernos conquistaram a posição de dominantes, desde a década de 1940, ao vencerem o debate com seus oponentes neocoloniais e acadêmicos nas seguintes frentes: a construção de monumentos estatais para o Estado Novo, a instauração de um Serviço de Patrimônio responsável pela constituição de um capital simbólico nacional – com a seleção e a guarda das obras consideradas monumentos nacionais – e, finalmente, a proposição de projetos de moradias econômicas, para a implantação, no país, de uma política de habitação popular. (CAVALCANTI, 2006, p. 10)

É importante destacar a criação do então SPHAN como o início das práticas de preservação dos bens culturais no Brasil, na segunda metade dos anos 1930. O campo e pesquisa patrimonial no país foi ganhando sucessivas revisões sobre as atribuições de valores do patrimônio com referência nacional e consequentemente, sobre suas práticas e atuações de valorização dos bens culturais. Segundo Fonseca (2005), um dos principais objetivos das políticas de preservação do patrimônio é "garantir o direito à cultura dos cidadãos, entendida a cultura, nesse caso, como aqueles valores que indicam – e em que se reconhece – a identidade da nação" (ibid, p. 39).

Percebe-se, na trajetória da Instituição do Patrimônio, a configuração de uma narrativa identitária, que teve início com forte caráter nacionalista, onde o "antigo" e o "novo" representavam – e representariam nessa trajetória - o percurso de uma certa, e peculiar, genialidade brasileira, de um saber fazer recheado de peculiaridades e excepcionalidade. Segundo Carlos Eduardo Comas, no texto de Busto (2012, p. 12)[30], "a arquitetura moderna não deveria ser vista como ruptura histórica, senão como recuperação de uma tradição legítima, apagada por uma maquiagem eclética e historicista".

Os trinta primeiros anos de atuação da Instituição, que coincidem com a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, marcam um momento importante na história do patrimônio brasileiro. A arquitetura dita "colonial" seria considerada "pura" para os arquitetos modernistas e assim, estes monumentos e cidades históricas foram sendo tombados ao longo dos anos pela Instituição. Neste sentido, as cidades são lidas como obras de arte ou, como Márcia Sant'anna (1995) descreve, *cidade - monumento.*

Para Lucio Costa, somente a arquitetura colonial e o modernismo poderiam ser considerados intimamente *brasileiros,* as demais, seriam as "arquiteturas bastardas" ou importadas. Por isso a arquitetura moderna é inserida em conjuntos urbanos tombados como o Grande Hotel em Ouro Preto, pois afinal, as "lacunas" somente poderiam ser preenchidas pela arquitetura moderna, para poder dar uma ideia de harmonia e concretude à paisagem urbana de maneira geral[31].

> A arquitetura moderna brasileira enquanto patrimônio está diretamente envolvida nos posicionamentos teóricos nacionais da história da preservação, cujos protagonistas eram os mesmos. Os processos seletivos e de atribuição de valor são tributários das práticas patrimoniais, fundadas em critérios estético-estilísticos estabelecidos pela narrativa arquitetônica. A preservação do moderno edificado desde os primeiros momentos do Iphan foi guiada e respaldada pela história da arquitetura dita canônica, cuja afirmação assumiu sentido de batalha intelectual.
>
> Se nas ações do Iphan existe íntima relação entre a arquitetura que se considerou relevante de salvaguarda e a escrita da história dessa mesma arquitetura, na proteção da arquitetura moderna tais relações tornaram-se operativas. Os arquitetos modernos lançaram mão do tombamento como recurso de afirmação da arquitetura defendida

[30] Ver mais em: <https://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_especial_museus/TEXTO3.pdf>. Acesso em 01. Fev. 2020

[31] Fala da Prof. Marcia Sant'anna em aula ministrada na Unidade especial do IPHAN, da Escola de Patrimônio, centro Lucio Costa, na cidade do Rio de Janeiro em Setembro.2018

> como garantia da materialidade e prova de originalidade não só às gerações futuras, mas às ameaças do presente. Os tombamentos eram a prova final da vitória. (NASCIMENTO, 2016, p.82-83)

Em meados dos anos 1950, já estava consolidada, também na atuação do órgão, a vontade de "perpetuação material" da arquitetura moderna brasileira, com recurso ao estatuto do tombamento, compondo, pelos exemplares arquitetônicos, uma certa unidade identitária cultural da nação, expressa na diversidade das suas produções – entre o antigo e o novo.

Na tabela a seguir (Tabela 03), organizada por Flávia Brito do Nascimento (2016), listam-se obras modernas tombadas pelo IPHAN entre 1947 a 1967. Percebe-se a velocidade da aprovação dos tombamentos ao se comparar com a data de seu pedido oficial.

Somente a partir dos anos 1980 começa a ser discutido, dentro do campo do patrimônio, um conceito mais amplo que iria além dos valores de singularidade e monumentalidade; assim, a discussão gira em torno dos valores sociais, culturais, afetivos e técnicos impressos nos espaços urbanos.

Bens culturais edificados nos anos 30 a 60 tombados pelo Iphan entre 1947 e 1967			
Bem cultural*	**Data do pedido tombamento**	**Data do tombamento**	**Processo**
Igreja de São Francisco de Assis e suas obras de arte (Belo Horizonte-MG)	1947	1947	0373-T-47
Edifício na rua da Imprensa, 16 (edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde), com toda a área de terreno situada entre as ruas da Imprensa e de Santa Luzia, a avenida Graça Aranha e a rua Araujo Porto Alegre, necessária a preservação de sua perspectiva monumental (Rio de Janeiro-RJ)	1946	1948	0375-T-48
Antiga Estação de Hidroaviões (Rio de Janeiro-RJ)	1956	1957	0552-T-56
Edifício conhecido como RP-1 ou "Catetinho" (Brasília-DF)	1959	1959	0594-T-59
Área do Parque do Flamengo (Rio de Janeiro-RJ)	1964	1965	0748-T-64
Catedral Metropolitana (Brasília-DF)	1962	1967	0672-T-62

* Nomes tal como aparecerem nos livros de tombo.

Tabela 03: Bens culturais edificados nos anos 1930 a 1960 tombados pelo IPHAN
Fonte: Processos de tombamento, Arquivo Central do Iphan; Copedoc/ Iphan, *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009*, 2009. Organizado por Flávia Brito do Nascimento em 2011. (NASCIMENTO, 2016, p. 83)

Tanto o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural do estado do Rio de Janeiro (Inepac) quanto o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do estado de São Paulo (Condephaat), protegeram obras da arquitetura moderna que priorizaram

os nomes dos arquitetos considerados “famosos” das duas escolas. Destaca-se nesse trabalho esses dois órgãos em defesa do patrimônio cultural, por estar em análise referente às escolas carioca e paulista, como já mencionado acima. As obras com assinaturas de Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Vilanova Artigas, Oswaldo Bratke, Lina Bo Bardi, eram constantemente consideradas nos processos de tombamento. Segundo Silvia Wolff (2007), a excepcionalidade e a autoria da arquitetura moderna influenciavam os tombamentos de edifícios pelo Condephaat, muito mais do que outras arquiteturas daquele período.

A Tabela 04 apresenta os bens culturais modernistas tombados ou em estudo pelo IPHAN desde os anos 1980 até o começo dos anos 2000. Percebe-se um maior número de bens inscritos na década de 1980.

Nome do Bem Cultural	**Data do pedido de Tombamento ou abertura do Processo**	**Data do Tombamento**
Conjunto arquitetônico do Pedregulho _ RJ	1982	Em estudo
Associação Brasileira de Imprensa _ RJ	1983	1984
Hotel do Parque São Clemente _ RJ	1984	1985
Conjunto Residencial Parque Guinle _ RJ	1984	1985
Casa modernista de Warchavchik _ SP	1984	1985
Casa modernista na rua Bahia _ SP	1984	1985
Casa modernista na rua Itápolis _ SP	1984	1985
Obra do Berço _ RJ	1984	Em estudo
Pavilhão Luis Nunes _ PE	1986	1997
Cine 9 Abril _ RJ	1988	Arquivado
Prédio do Instituto de Resseguros do Brasil _ RJ	1989	Em estudo
Brasília / Conjunto Urbanístico _ DF	1990	1990
Pampulha / Conjunto arquitetônico e paisagístico _ MG	1994	1997
Cataguases / Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico _ MG	1994	1995
Conjunto de edificações projetadas pelo O. Niemeyer para o Parque Ibirapuera _ SP	1998	Proprietários notificados
Conjunto de edificações projetadas pelo O. Niemeyer para o Centro Tecnológico da Aeronáutica _ SP	1998	Em estudo
Acervo arquitetônico e urbanístico *art decó* de Goiânia _ GO	2002	2003
Casa da Estrada das Canoas _ RJ	2002	Em estudo
Elevador Lacerda _ BA	2002	2011
Teatro Castro Alves _ BA	2003	2015
Casa de Vidro _ SP	2003	2007
Complexo Arquitetônico do Hypódromo de Cristal _ RS	2004	Em estudo

Conjunto arquitetônico da praça do Caminho Niemeyer _ RJ	2007	Em estudo
Conjunto de 23 obras do O. Niemeyer	2007	2007
Edifício Camuru _ BA	2008	Em estudo
Vila Serra do Navio _ AP	2008	2012
Monumento aos mortos da II Guerra Mundial _ RJ	2009	2012
Vila Industrial Modernista de Rio Largo _ AL	2010	Em estudo
Edifício "A noite" _ RJ	2012	2013

Tabela 04: Bens culturais modernos tombados ou em estudo dos anos1980 até 2013.
Fonte: Tabela organizada pela autora com base no livro *Blocos de Memórias.* Tabela organizada com base no Arquivo Central do Iphan de acordo com Flávia Brito do Nascimento.

Quando se pensa em *cidade moderna,* logo vem em mente a cidade de Brasília e todos os seus desdobramentos. Neste trabalho, importa destacar o tombamento pelo IPHAN da cidade de Brasília que, de acordo com José Pessôa (2003), foi "inovador" na medida que foi "lida e entendida" como *cidade-documento*. A forma de atuação da Instituição, em face ao caráter moderno, foca no projeto do plano piloto, desenvolvido pelo arquiteto Lucio Costa e não nas edificações. O arquiteto do Plano Piloto deseja manter a cidade "sem alterações ou inovações" e assim, sugere sua proteção nas quatro escalas: a residencial, a gregária, a bucólica e a monumental. No processo de tombamento de Brasília[32], fica estabelecida a manutenção dos gabaritos e do parcelamento do solo, de acordo com as sugestões feitas pelo próprio Lucio Costa. Ou seja, o tombamento de Brasília é sobre suas relações (as diferentes escalas) e não somente da "coisa tombada". Segundo Thiago Perpétuo, o tombamento referia-se ao projeto de cidade agindo sobre o que, futuramente, seria a cidade propriamente construída.

> Em certa medida, e guardadas as devidas proporções, um procedimento que guarda semelhanças com o que seria adotado trinta anos depois. Senão vejamos: consta que está tombado o conjunto urbano construído em decorrência do projeto inicial de Brasília. Uma definição assaz subjetiva e imprecisa. Afinal, como definir o que decorre ou não daquele projeto, ou antes, a qual projeto que se refere, quando o mesmo experimentou diversas alterações, modificações, acréscimos. O único elemento que, de fato, resta estabelecido com precisão é a poligonal de tombamento, ou seja, a área em que se inscreve a porção da cidade, ainda inconclusa, que se pretende proteger por meio do tombamento. (PERPÉTUO, 2015, p. 143)

[32] IPHAN, Processo de Tombamento, n. 1305-T-90, Brasília: Conjunto Urbanístico.

As figuras 19 e 20 mostram o conjunto urbanístico da cidade de Brasília visto de cima, respectivamente com a Esplanada dos Ministérios e o Congresso Nacional, e também com a Catedral, o Museu Nacional Honestino Guimarães, os Setores de Diversão Sul e a Norte e a Torre de TV. Percebe-se pelas imagens a relação das escalas monumentais, mas também as viárias, desenhadas sob o tecido urbano.



Figura 19: O conjunto urbanístico e arquitetônico da cidade de Brasília
Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/31>



Figura 20: Imagem da esplanada de Congresso Nacional
Fonte:<https://www.metropoles.com/distrito-federal/gdf-usa-imagens-aereas-para-tentar-aumentar-iptu-de-terrenos/amp>

A poligonal de tombamento de Brasília, que consta na figura 21, revela uma "expressiva massa edificada que se repete nos quatro quadrantes que envolvem a porção mais central da cidade, o cruzamento dos eixos que conformam o partido urbanístico da cidade" (PERPÉTUO, 2015, p, 149).

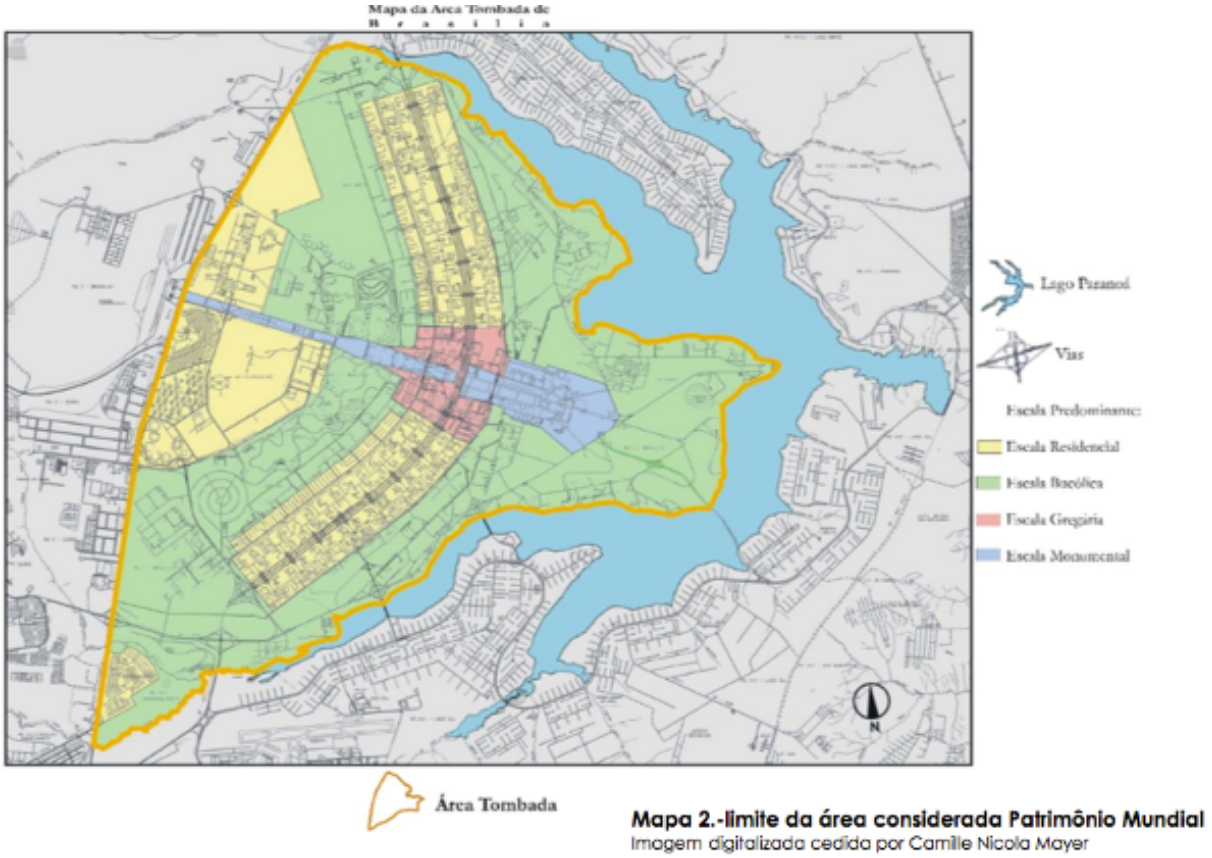


Figura 21: Mapa da área tombada de Brasília
Fonte: REIS, 2011, p. 9

Também como parte desse breve histórico sobre a relação entre a arquitetura moderna e o patrimônio cultural, vale destacar a preocupação com a autenticidade, monumentalidade, estética e integridade como critérios que orientaram os discursos para o tombamento das edificações modernistas. Nesse sentido, destacam-se argumentos que enfocam a "genialidade" dos arquitetos e a valorização das suas obras monumentais que orientaram os tombamentos feitos pelo IPHAN e pelos órgãos de proteção estaduais. Segundo Lucena (2008), os arquitetos das instituições de patrimônio no papel apresentavam-se, também, como herdeiros da tradição, garantiam a integridade dos vestígios materiais da narrativa arquitetônica nacional e os tombamentos produziam a história.

Voltando um pouco à escola paulista, em artigo intitulado *Condephaat 50 anos: Balanço Crítico e perspectivas atuais,* Flávia Nascimento e Simone Scifoni (2018) argumentam que as "políticas tenderam, desde os anos 1980, à autocelebração dos protagonistas da chamada Escola

Paulista". Isso mostra como o discurso da narrativa moderna no estado de São Paulo, influencia todo o resto do Brasil:

> A arquitetura moderna foi, na grande maioria das vezes, tratada como bem isolado e excepcional, monumentalizado pela escrita da história da Arquitetura. Assim como no Iphan, os argumentos dos especialistas contaram de maneira decisiva para a preservação. As aproximações com a sociedade ficaram como exceção – é o caso da Casa Modernista, ícone da relação da sociedade com o patrimônio nos anos 1980 (NIGRO, 2001). A autora [Cíntia Nigro] enfatiza como as narrativas construídas para justificar o reconhecimento público focam-se nas obras em si mesmas e nas lógicas da produção do autor, distanciando-se dos valores sociais e afetivos ou de uma compreensão a partir da história do processo de urbanização do estado – o que acaba por reforçar ações públicas recorrentes na principal centralidade metropolitana paulista. (NASCIMENTO e SCIFONI, 2018, p. 13, grifo nosso)

A trajetória do arquiteto Oswaldo Bratke coincide com os caminhos percorridos pela arquitetura moderna paulista, em relação à estreita relação com a tradição construtiva racional. De acordo com o esboço cronológico sucinto que é apresentado por Hugo Segawa no livro *Oswaldo Arthur Bratke – "A arte de bem projetar e construir"* (SEGAWA e DOURADO, 2012, p. 317), percebe-se que desde o final dos anos 1920 Bratke já estava atuando no mercado paulista, seja participando de concursos de arquitetura, seja fazendo projetos de reforma. Bratke foi o arquiteto que teve mais projetos executados na capital paulistana entre as décadas de 1940 a 1960 e pertenceu a uma geração de arquitetos que, segundo Camargo (2004), transformou a arquitetura brasileira:

> Sua produção configura-se como uma conquista, resultante de um processo de permanente investigação, que o levou a uma ruptura com as soluções ecléticas que vinha desenvolvendo a favor de uma arquitetura que atendesse com maior eficiência as necessidades daquele momento. [...]
>
> Uma arquitetura que se caracterizou pela criatividade, leveza e simplicidade, cuja qualidade estética foi compatível à qualidade construtiva, é, portanto, digna da atribuição – moderna e paulista. (ibid, p. 144)

As próximas páginas inserem o objeto de pesquisa desta dissertação, a Vila Serra do Navio, conjunto tombado pelo IPHAN, no contexto dos tombamentos de obras modernistas e refletem sobre as qualidades arquitetônicas e urbanísticas destacadas na Vila, projetada pelo

arquiteto paulista Oswaldo Bratke, que vislumbrou, dentro de um discurso claro de *progresso,* implantar uma nova vida para o caboclo amazônico e os migrantes instalados na Amazônia:

> À medida que mais e mais depósitos de manganês eram descobertos por entre as clareiras abertas no interior da floresta, a ICOMI buscava administrar o crescimento populacional em torno do seu empreendimento, contando com o apoio do governo do Amapá no sentido de "civilizar" não apenas o local, mas principalmente as pessoas que para lá se deslocavam ininterruptamente. (PAZ, 2014, p. 94, grifo nosso)

1.4. O arquiteto Oswaldo Bratke e seu projeto para a Vila Serra do Navio

Em 1955, a empresa de mineração ICOMI convida escritórios de arquitetura para submeterem suas ideias e projetos sobre núcleos urbanos na Amazônia.

> A determinação de extrair minérios em plena selva amazônica evoca qualidade épicas: mescla da audácia de pioneiros explorando o espaço desconhecido com a ousadia empresarial de conduzir um complexo processo ao longo de um ponderável tempo. O empreendimento desenvolvido pela Indústria e Comércio de Minérios – Icomi, para a exploração de uma jazida de manganês na Serra do Navio, no então território do Amapá, pode ser considerado um feito extraordinário no Brasil da segunda metade do século 20. (SEGAWA e DOURADO, 2012, p. 238)

O arquiteto Oswaldo Arthur Bratke apresentou sua ideia e ganhou a concorrência. O projeto da Vila Serra do Navio, idealizado por ele, fez referência ao modernismo naturalista[33] e foi concebida, "na busca pela integração entre o meio ambiente peculiar e a floresta amazônica" (TOSTES, 2016, p. 04).

Os esquemas, estudos de ventilação e iluminação natural previstas pelo arquiteto foram fatores predominantes para a execução de todo o empreendimento, como apresento na fig. 22.

Os estudos minuciosos das imagens apontam quais seriam as caraterísticas arquitetônicas a serem escolhidas para favorecer o conforto e a qualidade dos novos habitantes de Serra do Navio. De acordo com Segawa e Dourado (2012, p. 252), a "seleção de materiais e sistemas construtivos derivou de uma racional e criteriosa análise de variáveis empíricas e econômicas", que iriam desde a escolha do fornecedor de cerâmicas, dos dados técnicos sobre

[33] Inserção de habitações em meio à mata nativa como oportunidade para, através da cultura local, evocar herança naturalista com sua integração ao ambiente construído.

as madeiras locais para conhecer a qualidade delas, até a dificuldade de encontrar mão de obra específica para a realizações das atividades.

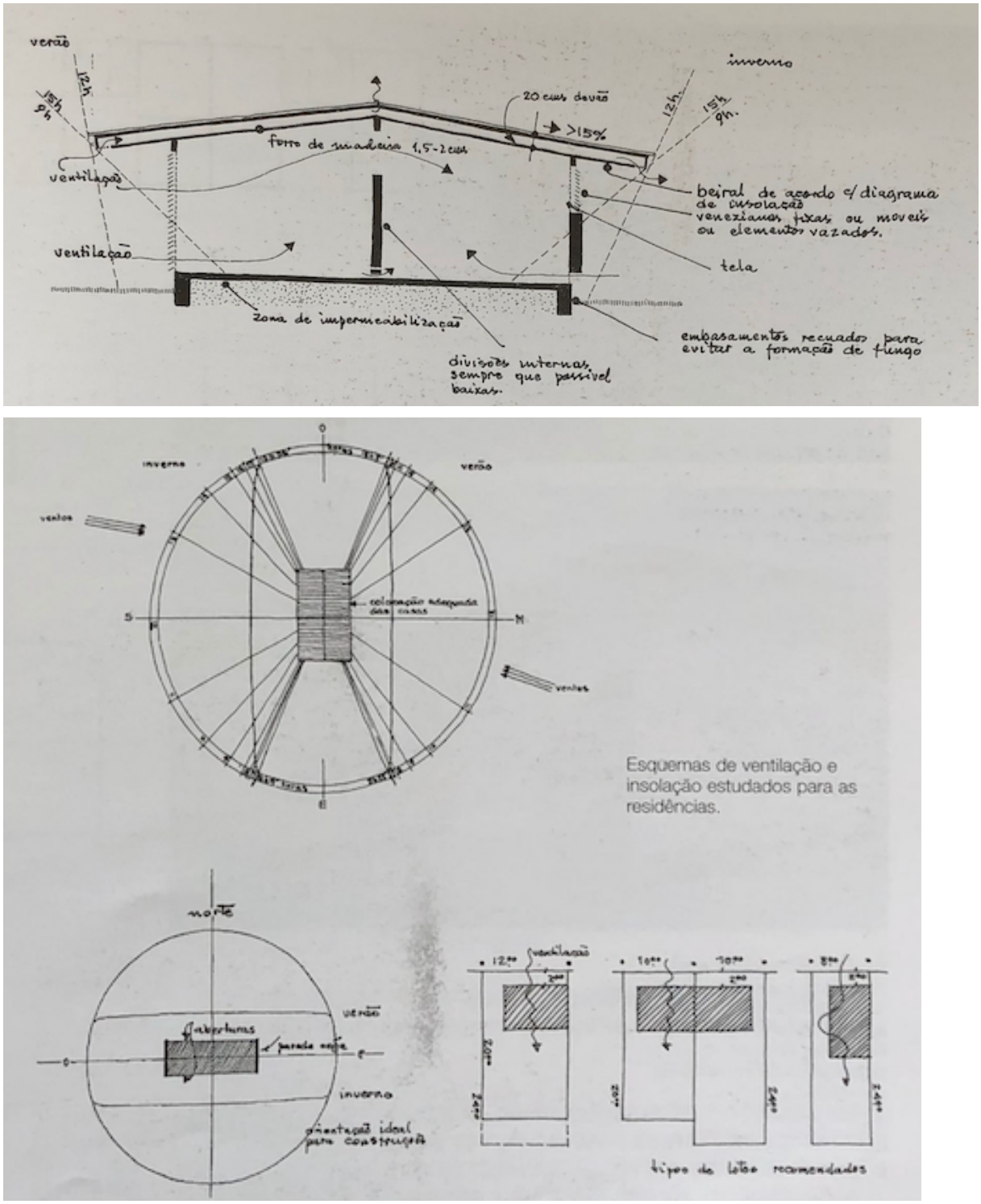


Figura 22: Esquemas de ventilação e iluminação estudados para as habitações
Fonte: SEGAWA e DOURADO, 2012, p. 289

O arquiteto paulista projetou a Vila nos preceitos da arquitetura e urbanismo modernista, e desenhou a setorização da cidade hierarquicamente de acordo com a renda e cargos dos funcionários da empresa.

> A cidade moderna se destaca pelas suas tipologias construtivas gerando novas formas urbanas, pelo seu zoneamento funcional, o parcelamento do solo urbano, o fascínio dos edifícios isolados, a ruptura com a história e o uso dos novos materiais e tecnologias. Essas características estão presentes em todos os casos, independente das adaptações que foram consolidadas em diferentes realidades (TOSTES, 2016, p. 06).

Ou seja, as pessoas com altos salários e cargos como de gerência, moravam em casas maiores e com mais mobiliários, enquanto os funcionários que ganhavam menos moravam em casas menores. Essa lógica se estende para as áreas de lazer com clubes construídos também desta forma hierárquica. Outros fatores econômicos também foram importantes no dimensionamento do núcleo urbano como as faixas de renda, tipos e intensidade das atividades a serem desempenhadas por cada indivíduo. Por se tratar de uma cidade isolada geograficamente, foi dada bastante atenção ao dimensionamento dos equipamentos comerciais, das modalidades dos serviços e das listagens de itens a serem comprados em cada área para que pudesse ficar bem acessível a todos os futuros moradores (RIBEIRO, 1992).

O arquiteto Bratke pensou em todos os detalhes técnicos para a construção deste núcleo urbano, inclusive no considerável conforto dos funcionários que iriam vir de outras regiões do país, para trabalhar na empresa. No caso da Serra do Navio, o cliente era a empresa de mineração ICOMI, e indiretamente, os funcionários que iriam morar e trabalhar na própria cidade (RIBEIRO, 1992).

Os detalhes técnicos podem ser identificados em vários aspectos, como na figura 23, que mostra as variações de estudo para as casas BB, projetadas por Bratke, em que é possível visualizar os estudos de aberturas, ventilações, caimento de telhado e outros aspectos arquitetônicos.

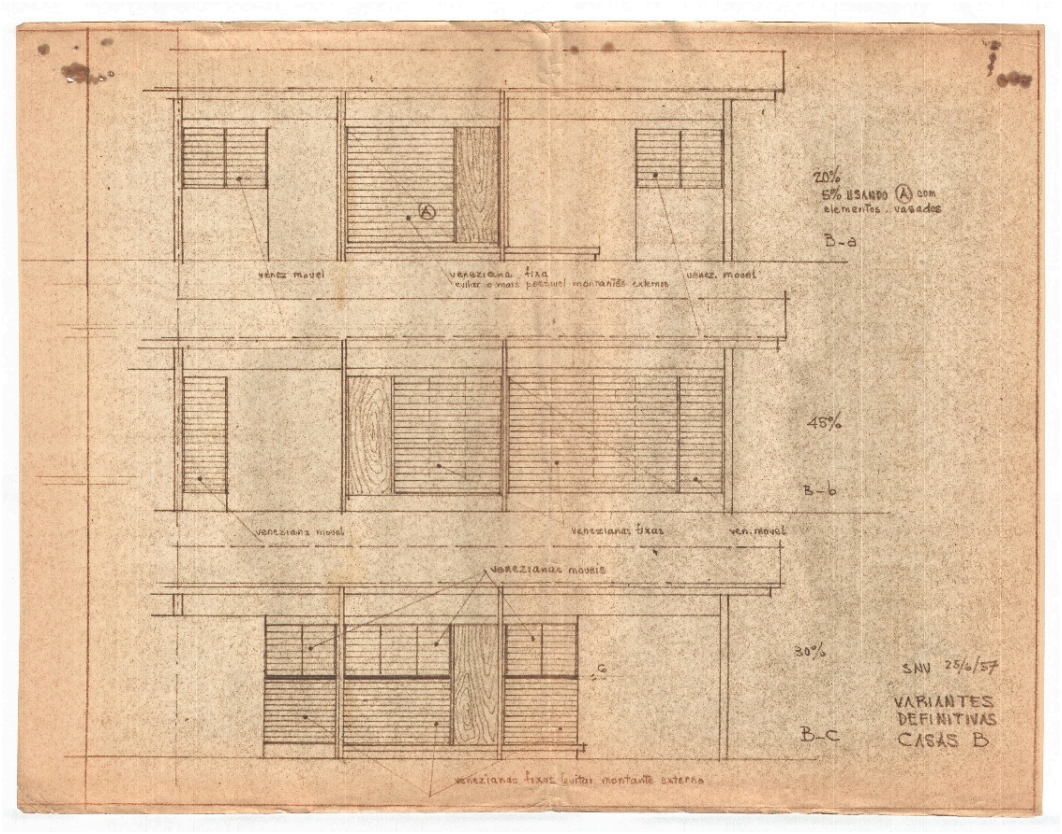


Figura 23: Variações casas BB projetadas pelo arquiteto Oswaldo Bratke
Fonte: Arquivo cedido pela Universidade de São Paulo (USP).

As casas projetadas pelo arquiteto Bratke foram pensadas para serem as mais práticas possíveis, tendo em vista a manutenção e o acabamento. Assim, optou-se por uma mínima variação de plantas arquitetônicas. O uso de venezianas móveis de madeira e de telas nos vãos de caixilhos fez com que as casas fossem otimizadas com a ventilação e o controle da incidência solar. A implantação dos edifícios e das casas foram pensadas também de forma a favorecer a iluminação e ventilação natural, tendo em vista o caráter de implantação assimétrico. De forma resumida, as casas se dividem desta forma:

1- Casa tipo A - Operária com 2 quartos (geminada)
2- Casa tipo B - Operária com 3 quartos (geminada)
3- Casa tipo C - Operária com 3 quartos (geminada) porém bem maior que todas
4- Casa de funcionário graduado - 3 quartos com garagem e quarto de empregada
5- Casa de funcionário graduado - 3 quartos sem garagem e quarto de empregada[34]

[34] Termo usado de acordo com o projeto do arquiteto Oswaldo Bratke.

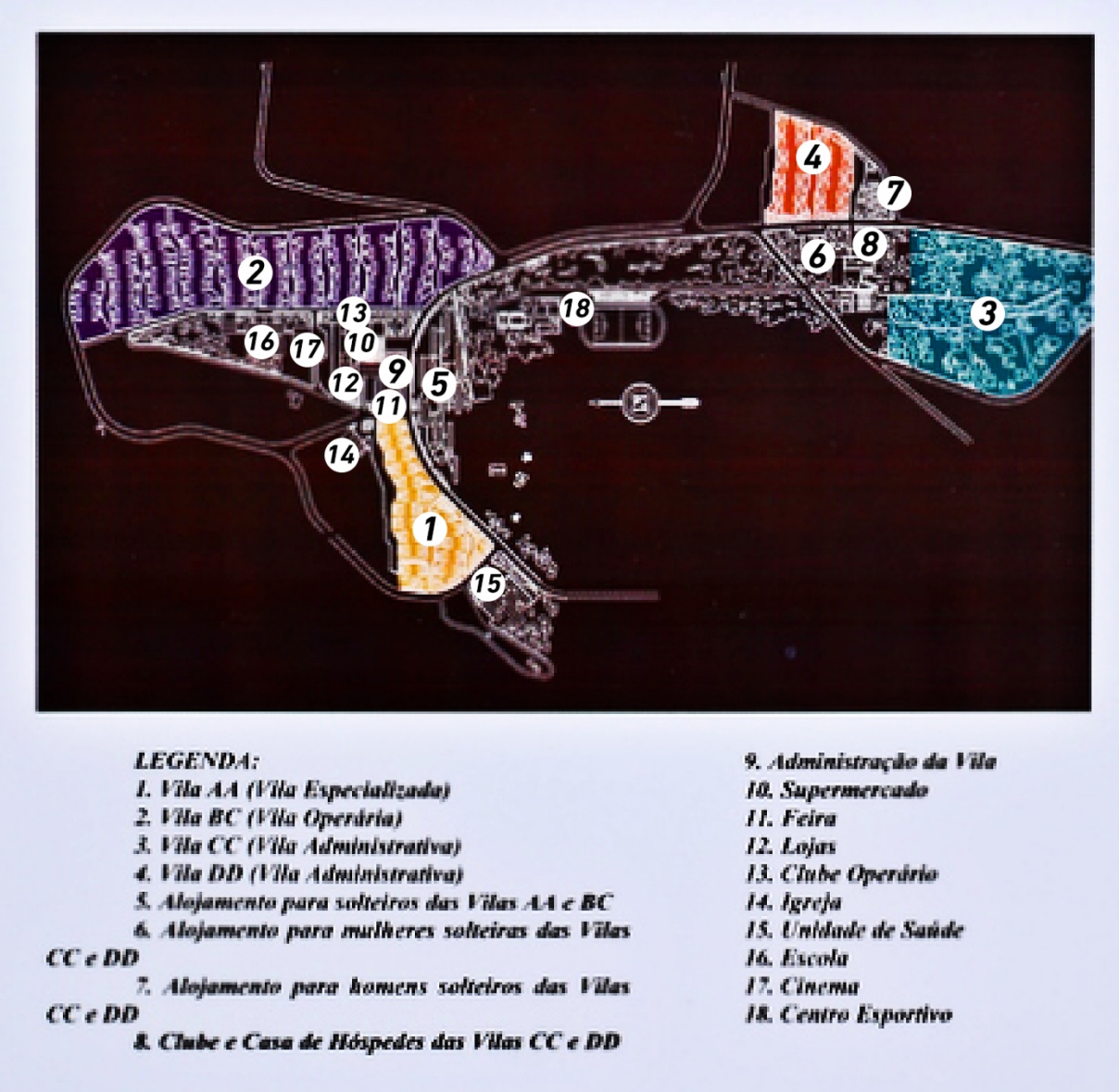


Figura 24: Mapa da Vila Serra do Navio projetado por Bratke
Fonte: Dossiê de Tombamento, IPHAN, 2008a.

Na figura 24, estão demarcadas em cores as áreas com edificações residenciais. Na área em roxo (2 - Vila BC), é a *Vila Operária* que tem um maior adensamento com casas geminadas e várias ruas. A área em amarelo (1 - Vila AA) é a *Vila Especializada*, onde existiam casas maiores que as da Vila Operária. A área em verde (3 – Vila CC) é o *Staff* ou *Vila Administrativa*, destinada aos funcionários graduados da empresa com casas maiores, de 3 quartos e mais o quarto da funcionária, que trabalharia nas atividades domésticas na casa, com generosas áreas verdes ao redor. Por último e não menos importante, é a área em laranja que apresenta a *Vila Administrativa* (4 - DD) para os funcionários de nível médio e graduados, também área destinada aos alojamentos dos homens solteiros.

A seguir, serão apresentadas as casas em detalhes com foto, planta e perspectiva feita pelo arquiteto Oswaldo Bratke.

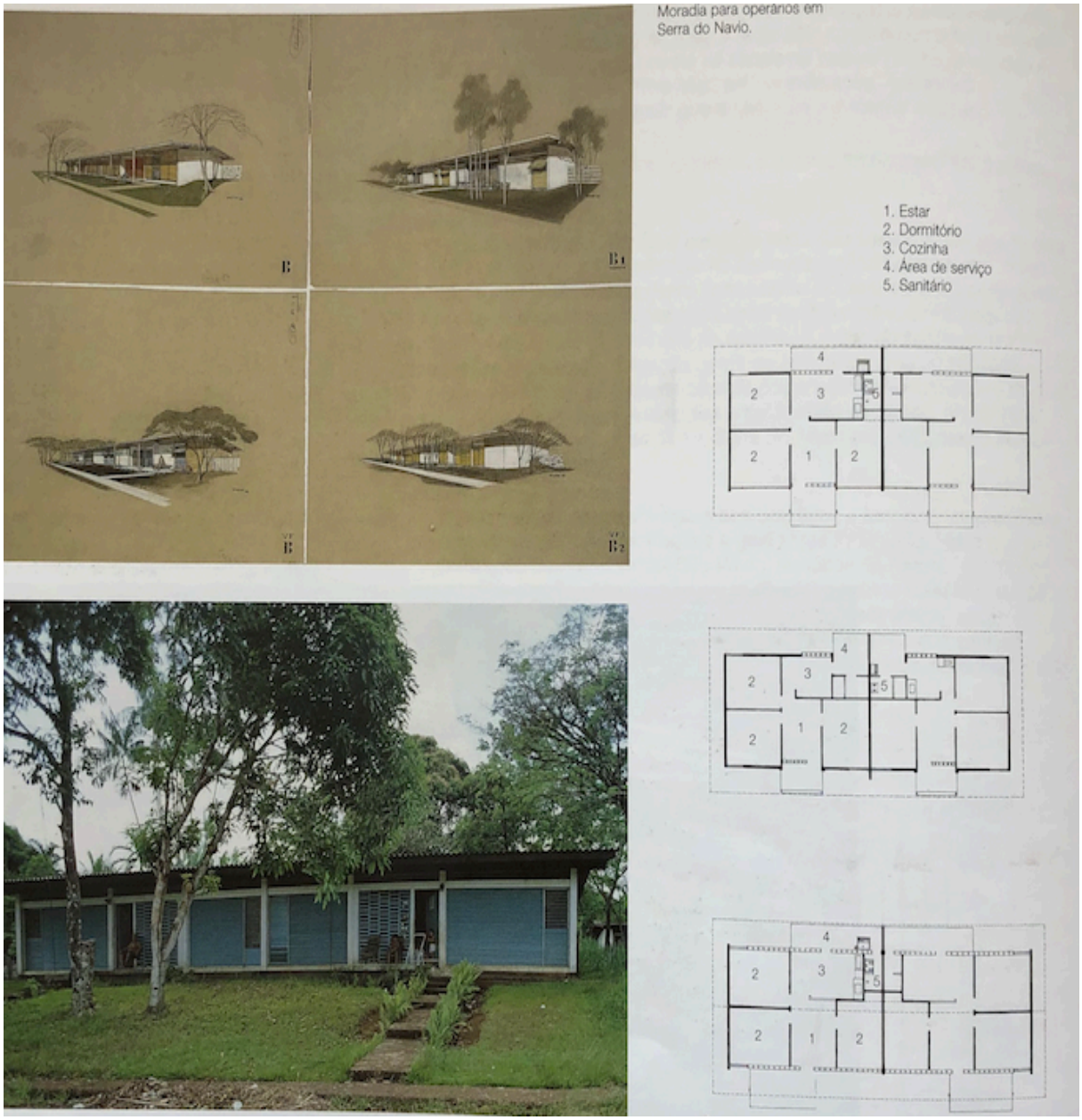


Figura 25: Casa dos operários em Serra do Navio – Vila BC – Vila Operária
Fonte: SEGAWA e DOURADO, 2012, p. 258

A figura 25 apresenta uma casa da Vila Operária com o uso de venezianas em madeira e elementos vazados na fachada principal, os chamados cobogós[35]. Curiosamente, nestas casas,

[35] Elementos vazados construídos inicialmente com cimento e posteriormente com cerâmica natural, empregados por diversos arquitetos modernistas, tais como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Criados por Amadeu Oliveira Coimbra, Ernest August Boeckmann e Antônio de Góis, que carrega suas iniciais – Cobogó. (CORDEIRO, 2018).
.

o acesso ao banheiro ficava por fora da casa. Em entrevista concedida a Segawa e Dourado (2012, p. 256), Bratke explica que a localização do banheiro destacava o hábito dos moradores:

> A proposta era a seguinte: o banheiro tinha dois batentes, um aberto para fora e outro fechado, embutido na alvenaria, voltado para dentro. Num primeiro momento, o banheiro com acesso por fora era mais compatível com a falta de hábito dessa peça entre as dependências internas da habitação. Na medida em que se assimilava o uso do banheiro, era possível estabelecer a ligação direta do interior da casa ao sanitário mediante a abertura daquele batente emparedado. No começo, o pessoal sujava muito o vaso sanitário. Era uma questão de tempo

Com uma variação de planta sutil, a figura 26 mostra uma casa geminada da Vila Especializada onde internamente a configuração interna é maior. Todas as casas foram entregues aos funcionários completas e inteiramente mobiliadas. (RIBEIRO, 1992)

Na figura 27, as casas CC ou Staff eram maiores e destinadas aos funcionários graduados, localizadas na parte mais alta da cidade. O arquiteto desenvolveu as perspectivas internas e externas das casas na Vila Serra do Navio de forma brilhante e com uma qualidade arquitetônica singular. O estudo cromático fica evidente nesta figura, em que se percebe o cuidado que o Bratke e sua equipe tinham com as escolhas das cores e dos acabamentos. Em entrevista a Segawa e Dourado (2012, p. 257) o arquiteto explicita:

> O estudo cromático foi feito pelo pintor Francisco Rebolo Gonzales. Combinamos que a casa que fosse azul teria a porta de tal cor. Ele estudou variações de cores para não ficar monótono. Isso funcionou nos primeiros tempos. Fizemos uma concorrência para as tintas. As cores não tinham nomes, tinham números. Assim funcionou muito bem. Creio que esse cuidado não perdurou.

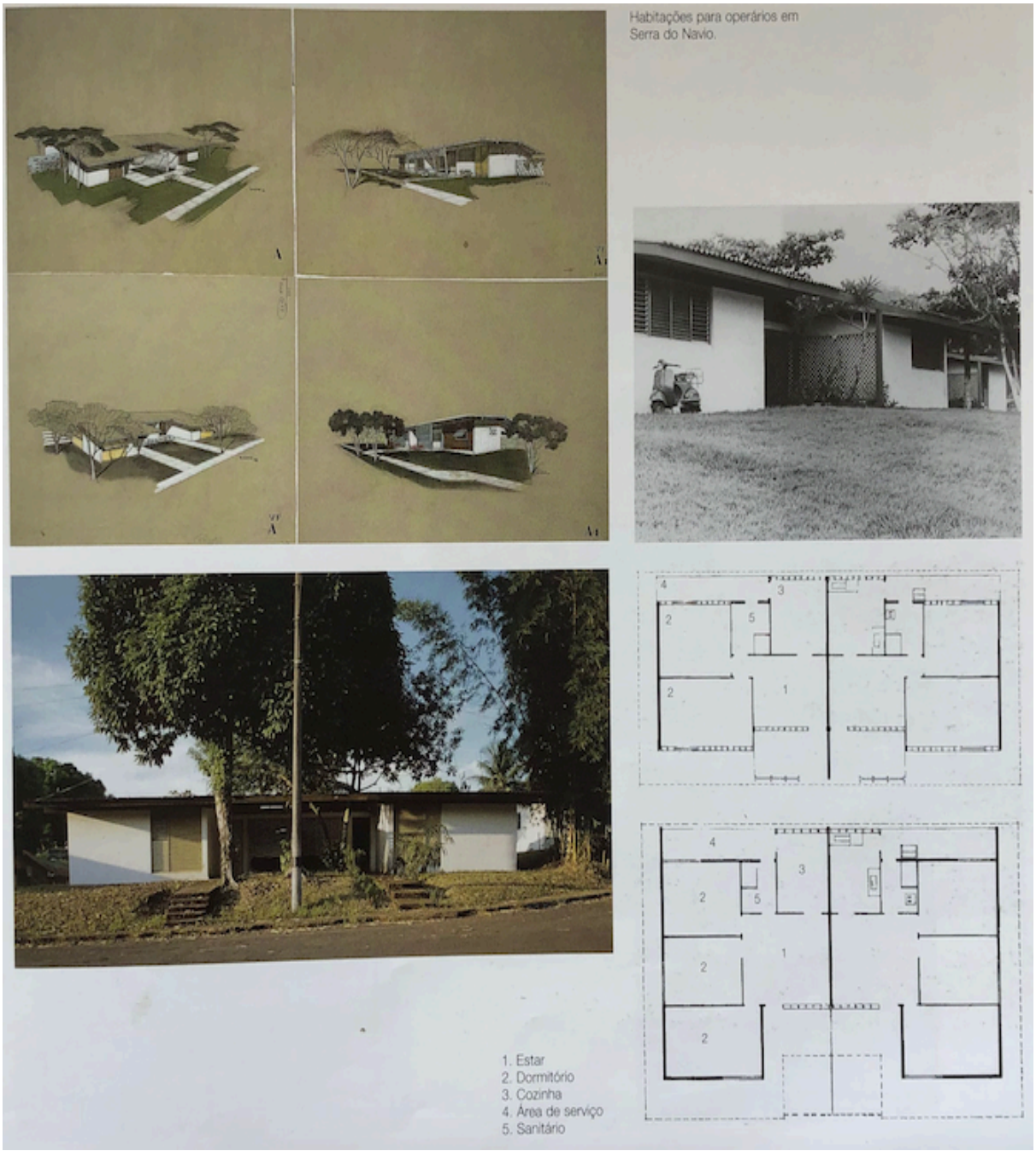


Figura 26: Casa dos operários em Serra do Navio – Vila AA – Vila Especializada
Fonte: SEGAWA; DOURADO, 2012, p. 259

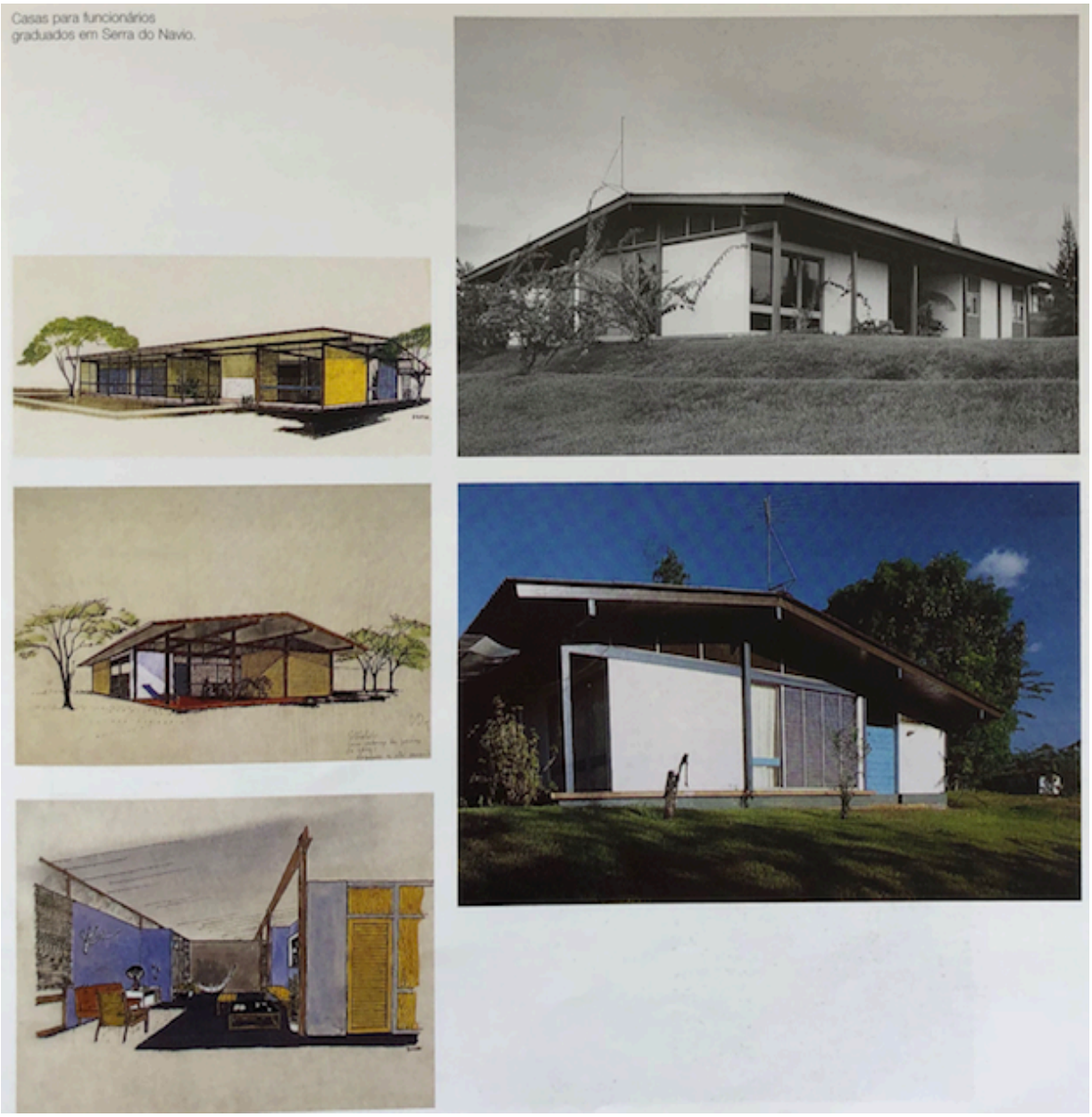


Figura 27: Casa para os funcionários graduados em Serra do Navio – Vila CC – Staff ou Vila Administrativa
Fonte: SEGAWA; DOURADO, 2012, p. 261



Figura 28: Casa para os funcionários nível médio e também graduados em Serra do Navio – Vila DD – Vila Administrativa
Fonte: SEGAWA e DOURADO, 2012, p. 266

A figura 28 apresenta a casa dos funcionários de nível médio e graduados, da vila DD ou vila administrativa. Interessante destacar a presença de mata verde ao redor das casas, pois "a introdução de vegetação exótica na arborização do núcleo, nos jardins e canteiros teve uma procedência estética" (SEGAWA e DOURADO 2012, p. 268).

Segundo Ribeiro (1992), como os moradores nos primeiros anos não teriam renda e nem condições de mobiliarem suas casas, os dirigentes da ICOMI não iriam arriscar trazer os funcionários para morarem naquele isolamento geográfico, sem que tivessem a certeza que eles iriam encontrar boas condições de adaptação. Na época da construção da cidade, existiu um galpão com uma marcenaria para capacitar alguns moradores a trabalhar com as madeiras da região, para atender às demandas de execução de todo o mobiliário.

No artigo *Entre o sonho e a utopia: O argumento no projeto de arquitetura,* José Alberto Tostes (2011) destaca a importância desse projeto dentro da realidade amazônica e ressalta as peculiaridades do projeto idealizado pelo Bratke:

> Bratke buscava o argumento, era um estudioso das relações humanas e com prática em projetar vários bairros paulistas como Vila Suzana ou Vila Andrade. O arquiteto visava associar inúmeros mecanismos que estivessem vinculados umbilicalmente aos aspectos culturais, climáticos e a paisagem do lugar. Sua arquitetura denota a concepção para uma ventilação permanente, a preocupação com os insetos, resultou no uso de materiais que foram revestidos com uma tela fina. (ibid, n.p.)

É, portanto, o texto – o projeto modernista – e o contexto da sua elaboração (a encomenda e as condições de sua realização) que se apresentam no processo do tombamento, como objeto de valoração como patrimônio cultural; é, portanto, a idealização de um projeto moderno que se tomba.

As figuras que seguem exemplificam as características que exaltam este patrimônio urbano moderno inserido no meio da Floresta Amazônica. A figura 29 mostra a fachada principal da casa tipo DD com telhado em madeira e uma grande vegetação ao redor. Já a figura 30, mostra a fachada principal com detalhe para os cobogós pintados em azul. O alinhamento e a "cadência" dos pilares na figura 31 reforçam os elementos estruturais expostos e valorizados como preceitos na *arquitetura moderna.* A Escola na Vila Serra do Navio também tinha venezianas e tetos em madeira e com uma vegetação exuberante ao seu redor, permeando toda a edificação e a paisagem do lugar.



Figura 29: Casa DD com destaque para a área verde, 2008
Fonte: https://josealbertostes.blogspot.com/2011/06/entre-o-sonho-e-utopia-o-argumento-no.html



Figura 30: Casa da Vila operária da Vila Serra do Navio, 2008
Fonte: Processo de Tombamento 1567-T-08, Anexo I



Figura 31: Escola da Vila Serra do Navio, 2008
Fonte: Processo de Tombamento 1567-T-08, Anexo I



Figura 32: Desenho do mobiliário desenvolvido pelo arquiteto na Vila Serra do Navio
Fonte: https://josealbertostes.blogspot.com/2011/06/entre-o-sonho-e-utopia-o-argumento-no.html

Já a figura 32 mostra alguns dos croquis de mobiliários projetados pelo arquiteto Oswaldo Bratke para as residências dos funcionários. O arquiteto projetou desde camas, sofás até as luminárias e escrivaninhas internas.

Em suma, o foco deste trabalho resume-se no sentido da patrimonialização da Vila e de que maneira isso impactou na vida dos moradores e como influenciou na gestão do território após o tombamento. O tópico que segue contempla o período pós-ICOMI e como se deu o contexto do tombamento do IPHAN na Vila Serra do Navio.

1.5. O período Pós-ICOMI e o tombamento pelo IPHAN

No ano de 1992, a ICOMI decide encerrar suas atividades de exploração de minérios na região e, nesse mesmo ano, foi aprovada na Assembleia Legislativa do Amapá a lei que criou o município de Serra do Navio. No mês de janeiro do ano seguinte, o novo município foi instalado, tomando posse o primeiro prefeito e a primeira Câmara de Vereadores.

A ICOMI anuncia a saída em 1992 e somente em 1997 ela encerrou totalmente suas atividades. O município de Serra do Navio no estado do Amapá é, portanto, criado pela Lei Nº 07, no dia 01 de maio de 1992 tendo a Vila Serra do Navio como parte mais central do município onde se encontra a prefeitura, o comércio, a praça cívica principal, equipamentos urbanos e as casas dos moradores. De acordo com o Dossiê de Tombamento elaborado pelo IPHAN no ano de 2008[36]:

> Em 1º de maio de 1992, foi criado o município de Serra do Navio, que aproveitou a infraestrutura existente para a instalação da Prefeitura, da Câmara e Secretarias Municipais, adaptando as edificações ao seu uso. Além disso, algumas instalações foram cedidas ao governo estadual para abrigar funcionários.
>
> A saída antecipada da empresa e recusa do governo estadual em receber Serra do Navio com a cobrança de possíveis passivos ambientais e ações judiciais pelo espólio da empresa contribuíram para dar início a um processo de descaracterização de Vila Serra do Navio, cuja população não sabia a quem dirigir para tratar sobre os imóveis. (IPHAN, 2008a, p. 05-06)

[36] O Dossiê de Tombamento da Vila Serra do Navio foi elaborado no ano de 2008, dando subsídio ao Processo de Tombamento que ocorreu no ano de 2010 com o tombamento provisório e depois o definitivo no ano de 2012. Ver mais em: <http://mpap.mp.br/recomendacoes?view=article&id=690:tombamento-definitivo-da-vila-serra-do-navio-municipio-de-serra-do-navio-estado-do-amapa&catid=111>. Acesso em 12. Ago. 2019.

Iniciou-se um longo processo de retomada das terras pela União, e, posteriormente, de doação desta para o município, com sérias consequências para a cidade e seus moradores, que, conforme se lê no Dossiê de Tombamento, ficaram durante longo período com muitas dúvidas sobre o que pode fazer em suas casas. A manutenção de infraestrutura e a conservação dos espaços públicos passaram a ser pouco frequentes. Com isso, de acordo com Drummond e Pereira (2007, p. 394) um grande desafio para a cidade como um todo era de "transformar empregados de uma empresa privada em cidadãos, fazer com que cada indivíduo de Serra do Navio se enquadrasse em uma nova combinação entre os seus direitos e as suas obrigações".

Passados alguns anos e observando a cidade atualmente, constata-se que aproximadamente 80% das edificações da Vila Serra do Navio apresentam algum tipo de alteração física e as áreas de expansão e próximas à malha consolidada foram sendo ocupadas de forma espontânea e precária, sem estudo ou autorização prévia. Além disso, algumas adaptações foram feitas pelos moradores nesses anos sem orientações específicas, como por exemplo, a construção de paredes externas para ampliar o banheiro, construção de mais um cômodo, algumas reconfigurações internas, colocação de ar condicionado, grades e outros elementos. Como se pode observar na figura 33, existe um vaso sanitário apoiando um encanamento provisório e a na imagem da direita, o telhado da casa foi expandido para abrigar o carro do morador.



Figura 33: Fotos das casas em visita técnica a Vila Serra do Navio
Fonte: Maíra Onofri, dia 23/03/2018

Em 1998, deu-se a abertura do processo de tombamento da Vila Serra do Navio junto ao IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), através de pedidos de grupos de alunos, técnicos e funcionários do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará com apoio da então Superintendente do IPHAN/PA, a arquiteta Maria Dorotéa

de Lima (Superintendência Regional do IPHAN no Pará era responsável, no período, pela Sub-regional do Amapá).

De acordo com o processo de tombamento, um ofício oriundo da então 2º Superintendência Regional do IPHAN, no Pará, em 2003, assinado por Mariana Batista Sampaio, foi dirigido ao Governo do Amapá comunicando sobre a tramitação do processo e informando que "trata-se de um legado histórico, urbano arquitetônico e paisagístico único e de grande valor, com potencial turístico (ecológico, cultural e de negócios) e científico"[37]. O mesmo documento sugere "que a situação deveria ser tratada pelas três esferas governamentais, empresariado e comunidade, de modo que a permanência, preservação e sustentabilidade do complexo urbano e industrial sejam viabilizados com o empenho e a participação de todos os envolvidos" (ibid, p.76)

Em abril de 2008, Maria Dorotéa de Lima, que continuava à frente da Superintendência do IPHAN no Pará, enviou um ofício para o Procurador da República solicitando embargar as obras que estavam acontecendo no núcleo urbano de Serra do Navio sem nenhum estudo e respeito à realidade do local. Ela detalhou que:

> A proposta do IPHAN é que, para viabilizar a preservação da vila, governo estadual, prefeitura e mineradoras preparem áreas de expansão com infraestrutura para receber novas construções, a serem implantadas de acordo com as normas e com a legislação ambiental, transferindo-se os atuais comércios e serviços para estas áreas, mantendo-se no núcleo urbano apenas aqueles compatíveis com suas instalações.[38]

Sustentado por tais valores, a Vila foi objeto de tombamento provisório em 2010, e, em 2012, confirmou-se seu tombamento definitivo com uma delimitação que engloba o traçado arquitetônico/urbanístico/circulação e ainda uma faixa da floresta amazônica formando o cenário envolvente (Figura 34).

---

[37] Ofício N°176/2003 – GAB/2ªSR/IPHAN. Processo de tombamento Vila Serra do Navio 1567-T-08 – volume 01/página 73. Ofício datado de 06 de julho de 2003. IPHAN, 2008b

[38] Ofício N°146/2008 – GAB/2ªSR/IPHAN-PA.AP. Processo de tombamento Vila Serra do Navio 1567-T-08 – volume 01/página 92. Ofício datado de 17 de abril de 2008. IPHAN, 2008b

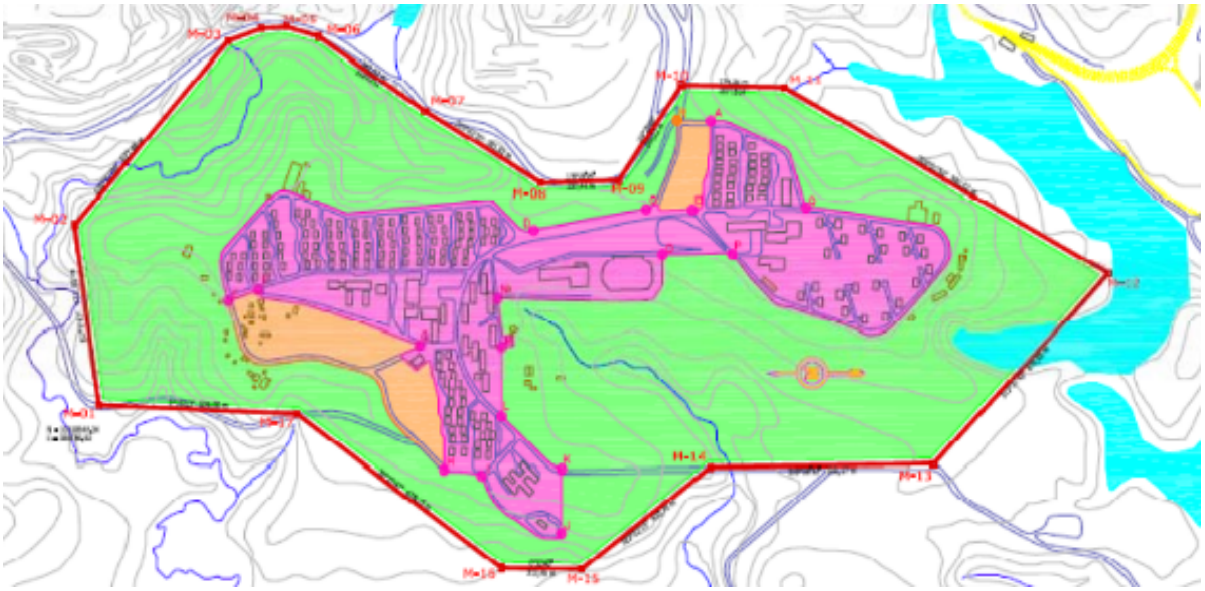


Figura 34: Mapa do tombamento da Vila de Serra do Navio
Fonte: IPHAN, 2008a.

A Vila Serra do Navio foi inscrita em três dos livros de Tombo, realçando o caráter singular e expressivo da Vila: Livro de Tombo Histórico, Volume III, fls. 21 a 25, número de inscrição: 602 / Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Volume II, fls. 63 a 66, número de inscrição: 152 / Livro de Tombo das Belas Artes, Volume II, fls. 60 a 63, número de inscrição: 632.

O perímetro da área do objeto de tombamento é constituído pelos Setores A e B que estão demarcados em rosa e laranja na figura 34, que constituem o perímetro urbano do traçado original do arquiteto Oswaldo Bratke. O núcleo urbano é composto por quadras e construções originais que são o Hospital, a Vila AA (Setor Especializado), as Residências de Solteiros (Operários e Especializados), a Escola, Igreja, a Vila BC (Setor Operário), a Praça de Esportes, Clubes, a Vila CC e DD (Setor Administrativo), além das vias de ligações internas e externas à Vila. A área verde destacada na figura corresponde a um "cinturão verde" (áreas de entorno imediato), formado por matas nativas da floresta Amazônica, misturada às matas replantadas, que emolduram a paisagem da Vila Serra do Navio.

Em relatório sobre a audiência pública ocorrida em 16/10/2007, no processo de tombamento número 01492.000116/1998-68 sobre a Vila Serra do Navio, o servidor Luciano de Souza, técnico em arqueologia lotado então na unidade da Superintendência do IPHAN no Amapá, esclareceu as dúvidas sobre o tombamento. Segundo ele, falava-se que "se Tombassem a Serra, as pessoas teriam que sair das casas" e questionava-se: "como Tombar a cidade se ela precisa de mais água, mais energia, garagem para colocar seus carros, saúde, etc.? " Souza escreveu no relatório que:

> "[...] aconteceram as perguntas e debates sobre todos os assuntos em pauta, o que confirmou a falta de interesse da população sobre o tombamento da Vila Serra do Navio, muito mais por falta de conhecimento, ou seja, devido à informação sobre o assunto (conceito, legislação, vantagens) ter chegado depois do processo, que já estava em andamento". (IPHAN, 2008b, volume 01/página 85, Relatório de audiência pública de tombamento, sub-regional 2ªSR/IPHAN)

- **Os primeiros anos de atuação no IPHAN após o Tombamento**

À data do tombamento, a Vila já não era aquela configurada pelo projeto do Oswaldo Bratke e nem as vivências urbanas eram aquelas antes propiciadas, ou admitidas, pela entidade patronal. A realidade que vemos atualmente (Figura 35) é de uma cidade crescendo e se adequando às novas necessidades (quase todas as cidades preservadas também passam por isso), com reflexos e perspectivas relacionadas às transformações culturais e sociais que se desdobram neste espaço urbano. O que se destaca nesse caso específico da Vila Serra do Navio é em que medida isso é intensificado e se torna mais grave, do ponto de vista da preservação de uma cidade no meio da floresta amazônica.



Figura 35: Imagem aérea realizada por Rodrigo da Nóbrega, arquiteto do IPHAN/AP em julho de 2019.
Fonte: arquivo cedido pela Superintendência IPHAN/AP

As áreas destinadas à expansão (conforme previsto no projeto do arquiteto Oswaldo Bratke) e áreas do "cinturão verde" (conforme descrição no Processo de Tombamento) possuem construções precárias e de ocupação desordenada sem serviços de infraestrutura, sem iluminação pública e ausência de manutenção de ruas e asfaltos. As adaptações que os moradores fizeram nas edificações originais após a saída da ICOMI caracterizavam-se já pelos cercamentos em seus "lotes", instalação de ar condicionado, ampliação da cobertura para proteção dos carros e para pequenos negócios, além das adaptações internas, como o aumento de áreas de ocupação, alteração de compartimentações e alterações externas com a substituição de esquadrias e fechamento dos antigos cobogós. A figura 36 mostra alguns exemplos de edificações com telhados que foram anexados sem estudo prévio, instalação de caixa d´água, antenas e outros elementos que estão "fora do projeto original" do Bratke.



Figura 36: Foto acima é da asa tipo DD e a foto abaixo é do antigo alojamento masculino, 2016
Fonte: Arquivo Central do IPHAN / Seção Brasília.

Após o tombamento definitivo da Vila Serra do Navio, no ano de 2012, a equipe técnica da Superintendência do IPHAN no Amapá (criada em 2009) foi a campo para começar sua atuação na preservação do patrimônio tombado. As primeiras ações de fiscalização (mais à frente serão explicadas as fiscalizações destacadas pelo IPHAN) visavam, em princípio,

desacelerar o processo de reformas e de ocupação precária; foram emitidas algumas NAD (Notificação para Apresentação de Documentos) e organizaram-se oficinas para sensibilizar a população sobre a importância da preservação, porém sem muito sucesso. Segundo a técnica do IPHAN Liliane Monfardini, em uma entrevista cedida dia 17/07/18 via e-mail:

> As descaracterizações que houve não perderam a essência dos projetos urbano e arquitetônico. Em relação ao urbano, me lembro de alguns acréscimos - novas residências em área residencial da vila operária, área que já era pelo projeto original considerado área de expansão. Mas, como a cidade ficou décadas "sem dono" ou seja, sem qualquer gestão administrativa pública ou particular, as pessoas foram ocupando essas áreas pré-definidas (residenciais), construindo conforme seus recursos. Me lembro também de algumas alterações que foram feitas na área comercial, mas também, nada muito significativo. Tudo possível de ser adaptado ou revertido ou incorporado. [...]
>
> Uma casa ou área urbana que tenha valor histórico, artístico nunca deixou de ser tombada por haverem reconhecido que alguns elementos originais haviam sido substituídos ou modificados, correto? Pondera-se justamente que elementos de autenticidade, integridade estão mantidos, o que foi modificado, enfim, se sua essência não foi alterada. Com isso ela pode ser reconhecida só pelo seu valor histórico, ou histórico e arquitetônico, ou dependendo de sua excepcionalidade e integridade como elemento artístico ou ainda só de composição de uma paisagem histórica, correto? (grifo nosso)

A abordagem seguinte foi iniciar a emissão de Autos de Infração[39] e Termos de Embargo[40] com o objetivo de penalizar os moradores que estavam "descaracterizando a paisagem". Tal abordagem e postura desencadearam uma relação tensa e conflituosa que, paulatinamente, foi inviabilizando a ação da instituição que, raramente, e sempre sob ameaça, conseguia estabelecer uma aproximação institucionalizada.

---

[39] Manual básico para o Autuado disponibilizado em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_basico_para_o_autuado.pdf>. Acesso em 30 jul. 2019.

[40] Portaria 420/2010 do IPHAN que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf>. Acesso em 30 jul. 2019.

> Tentando reverter esta situação, foram realizadas várias reuniões junto aos moradores para esclarecer a importância da preservação da Vila de Serra do Navio dentro de seu contexto histórico, com participação de diversos entes interessados na preservação, na busca de soluções que viabilizasse a manutenção e garantia de meios de sustentabilidade para o Município, com sugestão de usos dos imóveis, que pudesse agregar valores e atrair para região, turistas interessados na sua arquitetura moderna, adaptada para uma floresta amazônica; na arqueologia histórica, pelos equipamentos industriais existentes na época, apesar da depredação acelerada que vinha ocorrendo, com roubo de maquinários. E, também para falar que o tombamento não tinha o mesmo efeito de desapropriação, que o tombamento não iria alterar a propriedade, apenas iria impedir que o mesmo viesse a ser destruído ou descaracterizado. [...]
>
> O tombamento foi um fato importante para a preservação histórica da implantação da primeira cidade planejada, no meio da floresta amazônica, no estado do Amapá, cujo objetivo maior era guardar para as gerações futuras a oportunidade de conhecer e vivenciar o Patrimônio Amapaense, que faz parte da historia e identidade do município, uma vez que, no Amapá não se tem o hábito de preservação, os gestores preferem demolir um prédio que não atende mais as necessidades daquela atividade realizada no local, a reformar e dar novo uso aquele prédio que faz parte da cultura do povo e, construir em outro local, o prédio que atenda a demanda e necessidades atuais.[41]

A transição das realidades e da ordem social (passar da tutela de uma empresa privada para a tutela das instituições públicas), que implicaria na alteração dos regimes de relação social e jurídica, não ocorreu de forma planejada, nem foi objeto de abordagem política e social específica. O que aconteceu na Vila deve ser compreendido no seu processo histórico: afinal, ela foi construída unicamente para abrigar os trabalhadores de uma empresa privada e, de repente, viu-se confrontada com a condição de cidade, sob a qual incidia, agora, o tombamento.

[41] Entrevista com Simone Macedo concedida via e-mail em 15/07/2018

2. AS ARTICULAÇÕES PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA VILA SERRA DO NAVIO

A questão que pauta o segundo capítulo é a relação entre os valores e categorias acionadas na instrução do Processo de Tombamento, e se tal relação estaria diretamente ligada à maneira com que a Instituição atua e gere aquele determinado bem. Acredita-se que o estudo em Serra do Navio apresente importantes contribuições acerca das relações entre a gestão do patrimônio e o processo de patrimonialização dos bens culturais.

Neste estudo sobre a Vila Serra do Navio, vai-se acionar discussões referentes à cidade entendida como bem cultural e como suas relações sociais são compreendidas. Segundo MENESES (2015, p. 36) o caráter problemático da cidade "não se encontra nela – entendida como uma forma espacial de assentamento humano – mas na sociedade, no tipo de relações entre os homens que a institui e organiza".

No entanto, para melhor compressão sobre a atribuição de qualidade da cidade, é necessário detalhar as etapas de desenvolvimento para a construção de um bem cultural. Vale destacar a análise do filósofo e antropólogo Lévi-Strauss sobre a cidade – além de compará-la "a uma sinfonia ou a um poema", também destaca sua relação com a natureza e com a cultura:

> A cidade, talvez mais preciosa ainda, situa-se na confluência da natureza e do artifício. Congregação de animais que encerram a sua história biológica nos seus limites, modelando-a ao mesmo tempo com todas as suas intenções de seres pensantes, a cidade provém simultaneamente da procriação biológica, da evolução orgânica e da criação estética. É ao mesmo tempo objeto de natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo; vivida e sonhada; a coisa humana por excelência". (LÉVI-STRAUSS, 1981, p. 62)

Pode parecer fora do contexto essa afirmação diante dos problemas contemporâneos das grandes cidades, mas nesse trecho o autor Lévi-Strauss está falando do contexto das cidades que ele conhecia em 1930: brasileiras, como São Paulo, os conjuntos ao norte do Paraná, Goiânia, mas também, as ruínas paquistanesas de 5.000 anos de Mohenjo-Daro e Harappa, por exemplo. Assim, além das diferentes épocas históricas e tipológicas, o que interessa para o filósofo é entender os eixos estruturantes das narrativas das cidades em um plano de longa duração que ainda segundo o autor é "a forma mais completa e requintada de civilização" (LÉVI-STRAUSS, 1981, apud MENESES, 2015, p.62).

Já o arquiteto Paulo Ormindo de Azevedo (2015) levanta ponderações importantes dentro dessa discussão quando ele aborda a cidade como uma "obra aberta e permanentemente em transformação":

> A preservação da cidade ou parte dela não pode se restringir, portanto, ao artefato material, ignorando as duas outras dimensões urbanas, as práticas sociais e os sentidos associados. Sem essa integração, a cidade perde a sua vida, vira sítio arqueológico, ou pior, parque temático. Ao contrário dos monumentos arquitetônicos e objetos de arte, a cidade nunca é uma obra acabada, virtualmente perfeita, como na tradição clássica. O congelamento da cidade significaria sua morte. O que podemos é conservar algumas partes ou componentes da cidade, como os monumentos, tendo em vista não só o passado, mas especialmente o futuro. (AZEVEDO apud MENEZES, 2015, p. 65)

2.1 A instrução do Processo de Tombamento – atores mobilizados, valores atribuídos, conceitos/ categorias acionadas:

O processo de tombamento da Vila Serra do Navio foi encaminhado ao IPHAN na data de 06/08/1990, ou seja, após a reforma administrativa do governo Collor que resultou na extinção da então SPHAN[42], alterando, assim, algumas práticas e procedimentos que eram aplicados no setor responsável pela avaliação dos pedidos e estudos de tombamento.

Uma série de técnicos do IPHAN envolvidos com o processo de tombamento da Vila Serra do Navio, como já explicitado na Introdução desta dissertação, foram entrevistados por e-mail no contexto desta pesquisa. É interessante notar como todos convergem sobre um mesmo ponto: a importância da arquitetura modernista como motivadora do tombamento[43].

Técnica do IPHAN do antigo departamento DEPROT, Helena Mendes Santos, descreve, em entrevista[44], o contexto da instauração do processo de Tombamento da Vila Serra do Navio, no que diz respeito aos procedimentos adotados:

---

[42] Com a publicação da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências, como parte da implantação do Plano Nacional de Desestatização, criado pela Lei nº 8.031, de 12/04/1990, no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), algumas instituições públicas foram extintas, entre elas a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória/FNPM, atual IPHAN, sendo substituídas pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/IBPC (1990-1994).
Informação disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8031.htm>. Acesso em 04 Ago. 2018.

[43] Aqui vale destacar que, para subsidiar o Processo de Tombamento da Vila Serra do Navio, executou-se um *Dossiê de Tombamento* no ano de 2008, elaborado pela Superintendência do IPHAN/PA com auxílio de técnicos de arquitetura e urbanismo. Ao longo deste capítulo, serão destacados alguns trechos do documento.

[44] Entrevista via e-mail dia 20/06/18

> Desde a década de 1980, no sentido de formalizar alguns procedimentos para o desempenho das ações institucionais, foram publicadas algumas normas e procedimentos para o cumprimento das ações, inclusive aqueles visando formalizar o trâmite da abertura/instauração dos processos de tombamento e a avaliação técnica dos pedidos (externos) e propostas (internas) de tombamento. Pelo Artigo 3º da Portaria nº 11, ficou estabelecido que os pedidos de tombamento poderiam ser dirigidas às representações regionais do IPHAN, ao presidente da Instituição ou ao Ministro da Cultura; no Artigo 4º ficou determinado que o pedido encaminhado às representações regionais (ou quando desta se originasse a proposição) seria remetido à 'área central' do IPHAN (na época da publicação da Portaria, Coordenadoria de Proteção, setor correspondente praticamente ao atual Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização/DEPAM) para a devida instrução e posterior encaminhamento para a abertura do respectivo processo de tombamento pela instância competente (Arquivo Noronha Santos). De acordo com os trâmites estabelecidos pela referida Portaria, após o recebimento do pedido de tombamento pela 'área central', o processo de tombamento (série "T") poderia ter sido aberto pela instância competente (Arquivo) antes de ser encaminhado para a representação regional com o pedido de análise e emissão de parecer, mas foi esse procedimento foi alterado, posteriormente, com a implantação das normas sobre a tramitação de documentos na administração pública, que exigia uma numeração de processo administrativo, conforme consta na capa e no documento de abertura do processo/'Guia para Formação do Processo' (fl. 1).
>
> Ocorre, também, que, com a mencionada reforma administrativa de 1990 e a extinção da então SPHAN, também foi extinto o Conselho Consultivo, instância deliberativa em relação ao ato do tombamento, sendo somente reconduzido à estrutura regimental da Instituição em 14/05/1992, o que ocasionou uma série de atrasos nas decisões e diversos procedimentos administrativos.

O pedido de tombamento da Vila Serra do Navio foi motivado pelos alunos, técnicos e funcionários do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará, além da técnica Maria Dorotéa Lima, ex-superintendente do IPHAN-PA (que nasceu na Vila). Ele foi encaminhado à então 2ª Superintendência Regional-IPHAN (cuja atuação, na época, abrangia os estados do Amapá e Pará). Helena Santos, na mesma entrevista, chama a atenção para o que foi então descrito como objeto de tombamento:

> (...)[o] COMPLEXO DA ICOMI e todas as demais instalações urbanas, industriais, portuárias, assim como, a ferrovia e seus equipamentos (Galpões, Locomotivas, Vagões de carga e de passageiros e seus acessórios), no caso da cidade, sua malha

urbana, sua arquitetura e paisagem", e como justificativa "Esta solicitação se deve a significativa importância para a arquitetura e urbanismo nacional e internacional.

Em outra entrevista realizada no contexto desta dissertação, dessa vez com a ex-superintendente do IPHAN/PA, Maria Dorotéa Lima em 12/07/18, sobre os valores que foram atribuídos à Vila, esta discorre a respeito dos aspectos destacados na argumentação pelo tombamento do conjunto e confirma as quatro dimensões que foram acionadas:

a) Aspectos históricos - Vila Serra do Navio e a Vila Amazonas representam uma das formas de ocupação da Amazônia, como um dos projetos precursores de cidades de companhia implantados na Amazônia, representando a expansão das fronteiras do capital sobre a floresta. O primeiro foi da cidade de Fordlândia, seguido de Belterra, ambos no estado do Pará e vinculados ao projeto de Ford de plantação de seringueiras na Amazônia (com processo de tombamento em aberto), no caso de Vila Amazonas e Serra do Navio, o projeto estava vinculado a exploração do manganês e passou a constituir um modelo nesse sentido, pois viria a ser utilizado por outras empresas de mineração, projeto de hidroelétricas, a própria Jari Celulose, anos mais tarde, entre outros;

b) Aspectos arquitetônicos - o fato de tratar-se de arquitetura moderna e de um traçado urbano também vinculado ao modernismo, características essas já muito ressaltadas nos encontros do *Docomomo,* mas, ressalte-se, de uma arquitetura de grande qualidade que pode ser percebida nos detalhes construtivos: materiais de baixo custo que não comprometem a solução esteticamente, conforto ambiental, solução estrutural de grande delicadeza/leveza, funcionalidade e racionalidade;

c) Aspectos urbanísticos e paisagísticos - além do zoneamento, a hierarquização, o traçado com vias sem saída, a ausência de muros na delimitação dos lotes, e a boa integração com o meio ambiente, destacam-se os recursos arquitetônicos simples e de baixo custo utilizados para romper a monotonia do conjunto edificado, possibilitando a integração habitacional com recuo e avanço dos blocos edificados com relação ao alinhamento frontal, desníveis e, também, os painéis diversificados de fachadas que se alternam da mesma forma que o uso das cores primárias nos elementos de vedação de madeira, cobogós;

d) Aspectos antropológicos – realizaram-se entrevistas junto à população para saber o que pensavam/entendiam a respeito do tombamento e dos possíveis

> desdobramentos desse, à época da pesquisa muitos defenderam a preservação, o tombamento, observa-se também nas falas o caráter hierarquizado, disciplinador e civilizatório do projeto, mas também as formas de burlar esses controles e de reagir a eles, da mesma forma o aprendizado, a profissionalização propiciada pela experiência de ser parte desse processo.

Simone Macedo, técnica em arquitetura do IPHAN/AP, por exemplo, afirma que tinha tomado conhecimento de um "processo tramitando na 2ª SR do Iphan- Superintendência Regional do Pará, para tombamento da Vila de Serra do Navio, pelas suas características de arquitetura moderna, implantada no meio da floresta amazônica"[45]. Luciano Souza, que era arqueólogo da Sub-regional do Amapá, por sua vez, afirma que existia uma discussão sobre a arquitetura moderna no IPHAN (um grupo de trabalho dentro do IPHAN) e que na época havia um "interesse em preservar exemplares, principalmente com o discurso de está inserida no meio da Floresta Amazônica. Como exemplo temos também Fordlândia no Pará, que reproduz o mesmo contexto"[46]. A técnica em arquitetura que esteve lotada na Superintendência do IPHAN/AP, Liliane Monfardini, situa a importância do projeto de "um arquiteto modernista, que concebeu todas as etapas do projeto, desenhando a forma urbana, o sistema de circulação, as residências, a Igreja, hospital, o comercio, laser, tudo desenhado, projetado"[47]. Já a técnica do IPHAN, Helena Santos, que trabalhava no DEPROT na época, enfatiza, no projeto, as "características de implantação, o caráter excepcional, singular ou exemplar do programa, o projeto arquitetônico, com destacadas qualidades ambientais, urbanísticas e construtivas, e as soluções técnicas construtivas que serviram de fundamentação para justificar o pedido"[48]. Por fim, a técnica em arquitetura Patrícia Helena Takamatsu, que trabalhou durante alguns anos na Sub-regional do Amapá (hoje, IPHAN/AP), chama atenção para o papel, na defesa do tombamento da Vila, de "um grupo específico que tinha entendimento de arquitetura por conta da figura do arquiteto Bratke e que tinha algum vínculo com o Amapá"[49].

De acordo com os recortes de jornais e documentos da época recolhidos no processo de tombamento, percebe-se que a motivação do reconhecimento estaria também vinculada às ameaças que pairavam sobre o bem e sobre a descaracterização que a Vila estava sofrendo com

[45] Entrevista via e-mail dia 15/07/18, grifos meus
[46] Entrevista via e-mail dia 27/06/18, grifos meus
[47] Entrevista via e-mail dia 19/07/18, grifos meus
[48] Entrevista via e-mail dia 20/06/18, grifos meus
[49] Entrevista via e-mail dia 16/08/18, grifos meus.

a saída da empresa. No Dossiê de tombamento/estudo realizado pela 2ª Superintendência Regional do IPHAN (Pará e Amapá) - ANEXO III do processo de tombamento -, na 'Introdução' do estudo estão destacados os principais pontos considerados pela regional e que justificam a preservação da Vila de Serra do Navio. Serão elencados os de maior destaque:

> Contudo, a escolha do caminho da preservação para Vila Serra do Navio promoverá, principalmente, a recuperação da auto-estima de seus moradores e a reafirmação da identidade de homens e mulheres que construíram um lugar singular na Amazônia Brasileira [...]
>
> A atribuição, neste caso, do título de patrimônio cultural brasileiro a este conjunto modernista, peculiar e único, vem ao encontro do anseio de antigos moradores e trabalhadores da empresa, mas também de outros amapaenses e brasileiros, leigos e estudiosos da arquitetura brasileira, sobretudo da arquitetura moderna. (IPHAN, 2008a, p. 4-8)

No parecer técnico do arquiteto Antônio José Aguilera Montalvo (Parecer nº 03/2009, de 03/03/2009, fls. 238-239, vol. II do processo de tombamento) são apresentados os argumentos que justificam a medida, dentre os quais é possível destacar:

> Dentro do complexo todo que constitui o acervo da ICOMI, o IPHAN fez opção pela Vila Serra do Navio como objeto de estudo e valoração como patrimônio cultural nacional, acompanhando também a solicitação de tombamento que deu início ao processo. Esta escolha deve-se ao fato de que, apesar dos estragos sofridos pela falta de conservação e por intervenções inadequadas, a vila mantém as características originais e uma unidade potencial que permite a recuperação da ordem em risco de se perder. (fl. 239) [...]
>
> A Vila Serra do Navio foi concebida e implantada para ser uma cidade completa e auto-suficiente, uma verdadeira ilha no meio da floresta. Foi experiência precursora na região amazônica na implantação de uma 'Cidade da Companhia' voltada para a exploração mineral, precedida apenas por Fordlândia e Belterra, no Pará, vilas americanas construídas pela Ford (...) (fl.239)

No Parecer do relator do Conselho Consultivo do IPHAN, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès (Parecer de 15/04/2010, apresentado na 63ª reunião do Conselho realizada em 15/04/2010, às fls. 355-371, vol. III), ele discorre sobre a importância das cidades reconhecidas como patrimônio, destacando sua importância histórica e cultural:

> Como nos demais exemplares de cidades que já são reconhecidas na lista do nosso patrimônio cultural, este acervo e sua história tem a face do indiscutível valor histórico, urbanístico, arquitetônico e paisagístico, mas a compreensão de sua gênese acaba revelando a presença de um conjunto de forças e interesses expressivos para o entendimento do paradoxo aparentemente inamovível das imensas contradições sociais e econômicas do país. (fl. 367)

Voltando ao parecer nº 03/2009, de 03/03/2009, do arquiteto José Aguilera, que aborda a Vila Serra do Navio como uma cidade absolutamente singular e com destaques pelas suas qualidades arquitetônicas:

> O IPHAN realizou minuciosos estudos para verificar a reversibilidade das modificações acontecidas, realizou entrevistas com os moradores e elaborou uma proposta de adequação da cidade às condições atuais, preservando, ao mesmo tempo, sua arquitetura e urbanismo e as características que fazem da Vila Serra do Navio uma cidade absolutamente singular. (fl. 243)

Na entrevista com Helena Mendes Santos[50], técnica do IPHAN, ela detalha uma parte importante do processo:

> Durante o andamento do processo de tombamento é possível constatar que foram realizadas várias tentativas e tratativas no sentido de se estabelecer uma gestão compartilhada na preservação do bem, por meio de compromisso de intenções, reuniões, debates ou encontros técnicos com os diferentes agentes envolvidos na questão. Conforme o parecer do conselheiro do Conselho e relator do processo de tombamento, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès: "O resultado é que as tentativas do IPHAN de estabelecer parcerias, de entabular iniciativas em conjunto com outras instituições, de obter apoio da comunidade, no esforço de proteção daquele patrimônio, sempre esbarraram nesta contingência." [a contingência a que se refere o conselheiro era a situação litigiosa e de indefinição sobre a posse dos bens da empresa gerada por uma controvérsia jurídica entre a União e o Estado do Amapá, sobre a titularidade dos bens da extinta empresa mineradora ICOMI].
>
> Pela leitura da documentação, entendo que a expectativa era de recompor algumas alterações promovidas na Vila e, talvez, ou sobretudo, tentar resgatar e resguardar as características físicas das casas, possivelmente, por serem os equipamentos que visualmente mais marcam o conjunto. (grifos nossos).

[50] Entrevista via e-mail dia 20/06/18

Buscando elencar os itens e argumentos mais importantes que são retratados no processo de tombamento com os valores que foram atribuídos a esse bem cultural tombado, percebe-se a importância da arquitetura moderna na região amazônica e como o arquiteto Oswaldo Bratke foi destaque para o reconhecimento desse patrimônio cultural.

Idêntica lógica de reconhecimento do caráter vanguardista que sustenta a ideia de constituição de um "acervo" modernista é expresso por Flávio Lemos Carsalade, mediante entrevista cedida via e-mail no dia 15/07/2018: "a arquitetura moderna, como as demais expressões da arquitetura de outros tempos também precisa ter seus exemplares mais expressivos preservados para a história e a nossa identidade".

2.2 Atribuições de valor na Vila Serra do Navio:

O Dossiê de Tombamento sobre a Vila Serra do Navio, elaborado pela equipe da Superintendência do IPHAN/PA, apresenta uma leitura e análise específica de qualidades arquitetônicas e urbanísticas e ressalta as casas da região amazônica: a primeira como o "ribeirinho" mora e a segunda como os funcionários da ICOMI moram (figura 37).

Na primeira foto, os dizeres apontam que é "uma habitação típica da área em que se estabeleceu Vila Serra do Navio, em desenho de Bratke", foto retirada do livro de Ribeiro (1992). Interessante perceber que esta casa típica da região amazônica é um exemplo de "palafita" onde a casa é suspensa do chão por motivos de cheias dos rios e para ficar longe dos animais silvestres. Curiosamente, as áreas de expansão e *non edificaendi* são ocupadas hoje em dia por estruturas similares, chamadas de "ocupações irregulares" de acordo com o Dossiê e os estudos de Regularização Fundiária que será mostrando mais a frente. A segunda foto, apresenta um funcionário posando para a foto, em frente a uma casa projetada pelo Oswaldo Bratke, com os seguintes dizeres: "um funcionário da ICOMI em frente a uma das casas projetadas por Bratke", foto retirada do livro do Ribeiro (1992).

Além da diferença óbvia estruturalmente observada, percebe-se uma tentativa, por parte do IPHAN, ao colocar uma foto debaixo da outra, de comparação explícita arquitetonicamente falando. Ou seja, o homem está sendo deslocado agora para uma casa considerada "boa", com estrutura e solidez, que tem um telhado firme e uma vegetação que integra à casa. Isso não é dito no Dossiê, mas é claramente possível fazer esta leitura em um comparativo que não deixa dúvidas de que a *casa modernista,* era a melhor opção em meio a selva amazônica.



Figura 11 - Uma habitação típica da área em que se estabeleceu Vila Serra do Navio, em desenho de Bratke. Fonte: RIBEIRO, 1992, p. 42.



Figura 12 - Um funcionário da ICOMI em frente a uma das casas projetadas por Bratke. Fonte: RIBEIRO, 1992, p. 4.

Figura 37: A primeira foto mostra o modo de viver do povo amazônico e abaixo uma foto de um funcionário em frente a casa projetada pelo Oswaldo Bratke.
Fonte: Dossiê de Tombamento IPHAN, 2008a

Para compreender a patrimonialização de bens culturais, que serão sempre atribuições de valores àquele determinado espaço, o tombamento da Vila Serra do Navio traz importantes reflexões no campo do patrimônio cultural. É, portanto, necessário entender o contexto histórico da Vila, a conjuntura em que o Brasil se encontrava e destacar o discurso dos técnicos que participaram do *Processo de Tombamento* para, assim, conseguir relatar como eles se inserem na narrativa da relação entre a arquitetura moderna e o patrimônio cultural.

2.3. O contexto físico, social e ambiental da Vila, na época do tombamento

Pretende-se, a partir deste momento, analisar em que medida a atuação dos agentes envolvidos na gestão da Vila se relaciona com os valores que foram atribuídos ao longo do processo de tombamento.

Cabe registar, com base nos depoimentos retratados ao longo do item 2.1, acima, e nos posicionamentos nas rotinas de gestão das instituições de patrimônio, a dificuldade que têm os técnicos do patrimônio de assimilarem a noção da "cidade como documento" que vai além da lógica da preservação dos exemplares que ilustram a história da arquitetura, e, raramente, a história da própria cidade. Os arquitetos modernos fizeram história no IPHAN e são parte da construção das "cidade-patrimônio". Em outras palavras, "as regras patrimoniais tratam a cidade-patrimônio ainda de modo museológico e sem considerar que, mesmo quando parte da sua materialidade é preservada, ela cresce e muda continuamente" (SANT`ANNA, 1995, p. 351). No ano de 2018, foi desenvolvido pelo Departamento de Patrimônio Material do IPHAN (DEPAM), juntamente com a autora, a nota técnica que subsidiou o processo de Rerratificação do tombamento da Vila Serra do Navio[51] (IPHAN, 2018a)

O discurso das significações e dos afetos apresentados no processo de tombamento, refere aos conhecidos "filhos de Serra", mas que a maioria deles já não residem naquele espaço, assim possuem relações mais esporádicas e distanciadas em relação ao seu passado.

Entre as disputas jurídicas (ainda em curso) sobre o contencioso do fim da concessão da ICOMI e a indefinição dos poderes públicos em relação à gestão do território, o conjunto urbano ficou sem a devida manutenção e os processos de deterioração e descaracterização dos imóveis foram se intensificando durante o período que antecedeu ao tombamento.

---

[51] Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496312>. Acesso em 14 Abr. 2019.



Figura 38: Ampliação de alvenaria para utilização como guarita, no ano de 2006– Casa na Vila CC
Fonte: IPHAN, 2008a, p. 164

As figuras 38, 39 e 40 exemplificam as alterações feitas pelos moradores ao longo dos anos. Em 2006, já era possível notar as alterações físicas e estruturais nas habitações projetadas pelo arquiteto Oswaldo Bratke.



Figura 39: Fechamento do telhado com estrutura de aço e tela, no ano de 2006– Casa na Vila CC
Fonte: IPHAN, 2008a, p. 164



Figura 40: Uso de grade nas esquadrias e ar condicionado instalado na fachada no ano de 2006– Casa na Vila CC
Fonte: IPHAN, 2008a, p. 164

Nesse contexto de alterações do perfil social da comunidade serrana – com a paulatina saída dos "filhos de Serra", o envelhecimento dos antigos operários e a chegada de novos ocupantes –, os mecanismos de relação com aquele território e os processos de sociabilidade foram também mudando. As relações com o lugar iam da simples desvinculação, com a crescente chegada de novos moradores que, de forma transitória, buscavam alojamento associado ao trabalho temporário com a atividade de mineração, ao saudosismo dos antigos, e cada vez mais escassos, moradores que, na perda do "patrono", recordavam as vivências da vila operária. (IPHAN, 2018a)

Na lógica de abordar o objeto a ser patrimonializado e retomando os valores atribuídos pelo IPHAN à Vila, permanece uma questão como ponto de partida: como introduzir a lógica do valor arquitetônico no âmbito da arquitetura moderna na Vila Serra do Navio, em contexto de transformação da vocação original? De acordo com Sant`Anna (1995), para se preservar um espaço urbano, é preciso antes de tudo, conhecê-lo enquanto "fenômeno urbano":

> Esse conhecimento não pode ficar restrito à identificação das condições socioeconômicas dos seus habitantes e a um punhado de características tipológicas e estilísticas. Será preciso considerar também os dados sobre sua função na estrutura urbana, sobre sua dinâmica de uso pela população e sobre sua apropriação simbólica por parte da sociedade e de seus usuários. Isso significa que a metodologia a ser montada deverá resultar da reunião dos instrumentos conceituais e metodológicos necessários e apropriados à análise de cada uma das questões. Somada à aceitação da diversidade e da mutabilidade próprias da área urbana, talvez essa abordagem possa pôr fim ao pesadelo. (ibid, p. 352)

No contexto do tombamento, as áreas de expansão (que estão representadas com manchas na cor roxo da figura 41, a seguir) são retratadas vazias e sem ocupações dos moradores nestes espaços, quando na verdade, já existiam algumas edificações. O mesmo cenário ocorre nas denominadas *áreas de proteção ambiental*, que, segundo o Dossiê, configura um cinturão verde de proteção ambiental e que emoldura a paisagem do conjunto urbano tombado. Tanto no Dossiê quanto no Processo de Tombamento, estas áreas são representadas de forma imprecisa no mapa de delimitação das poligonais de tombamento e entorno (embora levantadas nos estudos); e são identificadas ao longo do processo, na expectativa do resgate da feição original do projeto.

Entretanto, essas ocupações e produções, bem como as ampliações que já se registravam nas unidades habitacionais originais, já existiam com a chegada dos novos moradores em Serra

do Navio. A lógica de ocupação já não correspondia ao número fixo de alojamentos para os operários da empresa, pois a lógica de caráter urbano foi se modificando. Ou seja, a vila operária tinha adquirido o estatuto funcional e simbólico de cidade, ainda que o "projeto modernista" não tivesse sido configurado nessa lógica. (IPHAN, 2018a)

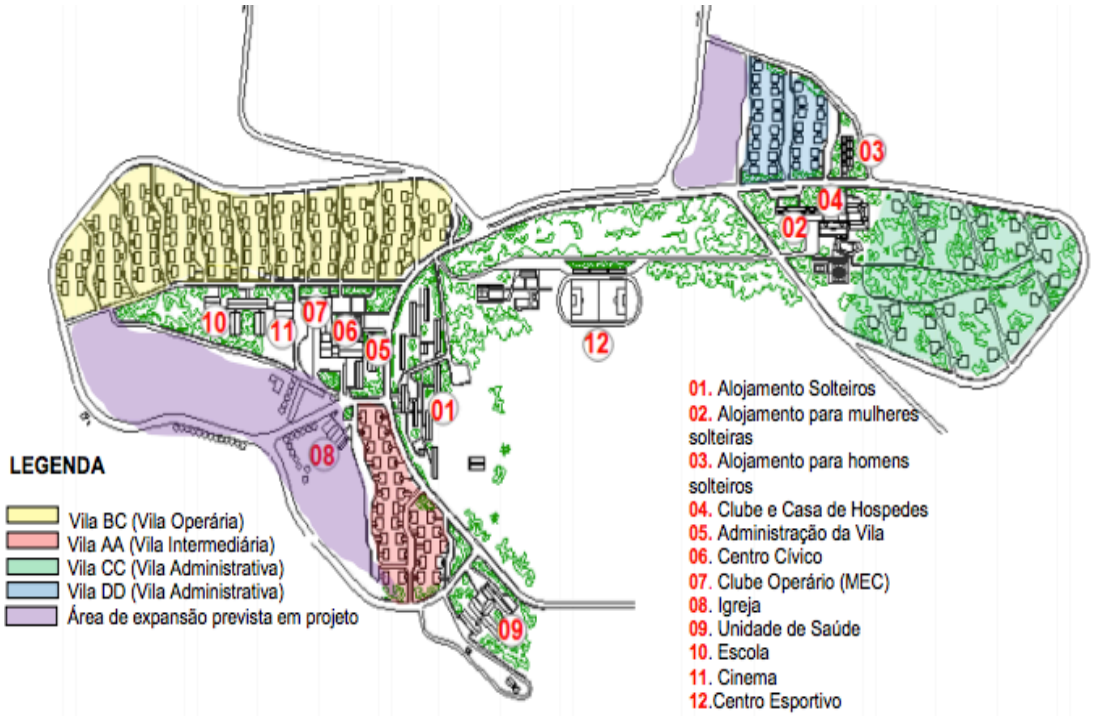


Figura 41: Planta de setorização da Vila Serra do Navio adaptada do Dossiê de Tombamento
Fonte: Mapa adaptado do Dossiê de Tombamento, 2008, p. 161. Adaptação: JANUACELI F. Murta. Belo Horizonte, janeiro de 2017

O mapa da figura 41 mostra a urbanização do projeto da Vila que se caracterizava por setores habitacionais, de serviços e de lazer, além de equipamentos e instalações. Segundo consta no Dossiê de tombamento:

> As zonas residenciais estão distribuídas hierarquicamente no plano urbanístico de Serra do Navio, correspondendo à própria estrutura organizacional da empresa. As habitações possuem tipologias diferentes e estão dispostas em quatro áreas: Vila AA (Vila Intermediária), no Setor Especializado; Vila BC (Vila Primária), no Setor Operário; e Vila CC e DD (Vilas Staff), no Setor Administrativo. Esta divisão, mesmo bastante criticada, era justificada pela origem, cultura e expectativas diferenciadas dos funcionários. (IPHAN, 2008a, p. 63)

Estima-se que mais de 100 casas[52] já estavam construídas na área de expansão conforme mostra em vermelho na figura 42, e na área *non edificandi* quando os estudos de Tombamento estavam acontecendo. Segundo a arquiteta que trabalhou como técnica no IPHAN/AP, Simone Macedo, em entrevista concedida em 08/08/18: "tínhamos pressa no tombamento para conseguir fazer as notificações e controlar a ocupação desordenada".

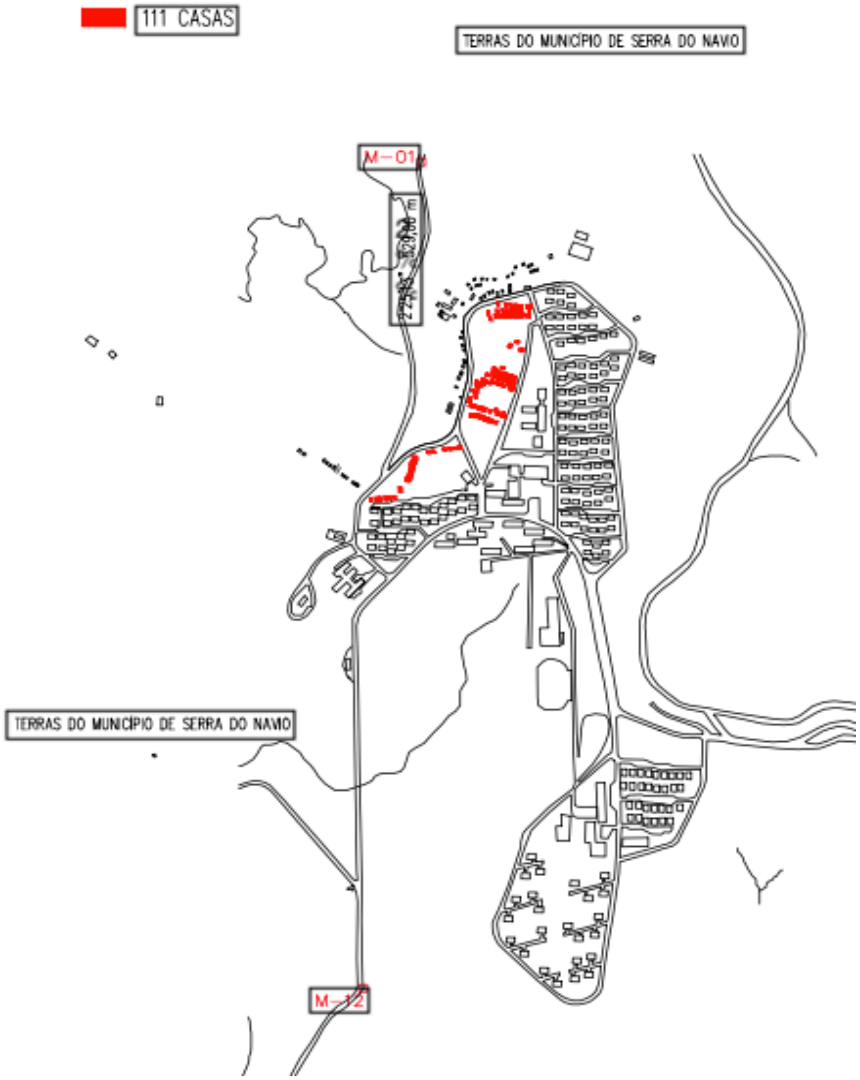


Figura 42: Planta da Vila Serra do Navio com destaque em vermelho para as ocupações
Fonte: Arquivo Central do IPHAN / Seção Brasília.

A figura 43 indica o mapa de situação da ocupação, em 2008, da Vila Serra do Navio, com destaque em cores para as áreas originais do projeto do Bratke. As edificações nas cores rosa e roxo foram os levantamentos feitos das edificações construídas de forma "aleatória" e,

[52] De acordo com levantamento técnico realizado pelo IPHAN para a elaboração do Dossiê de Tombamento em 2008.

por vezes, precária, conforme o Dossiê de Tombamento. Nota-se a quantidade de ocupações já mapeadas fora da área do projeto, tanto nas áreas de expansão quanto nas áreas de proteção ambiental. A figura 44 mostra o mapa de Tombamento e Delimitação das áreas na Vila, onde as áreas irregulares não são representadas e, no Processo, não são descritas as diretrizes e nem mecanismos de atuação para a sua resolução.

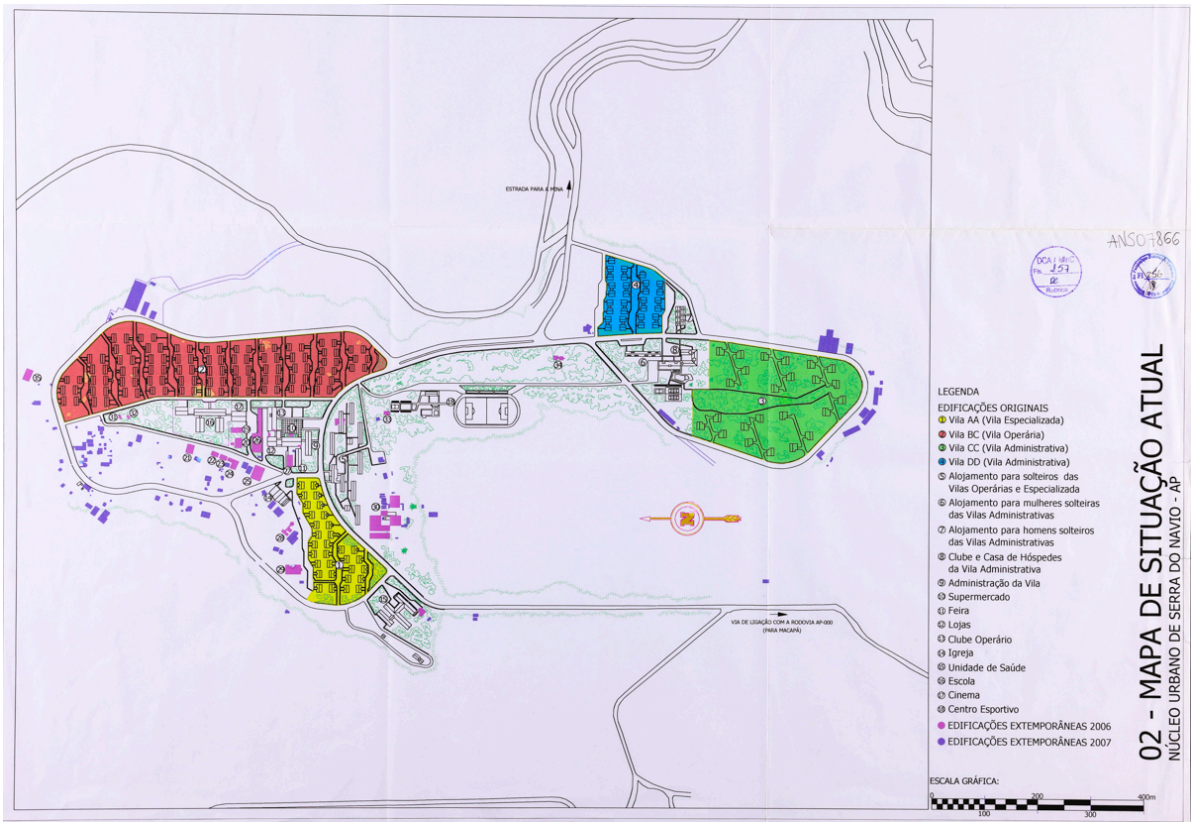


Figura 43: Mapa de Situação atual na Vila de Serra do Navio em 2008
Fonte: IPHAN, 2008a p. 230.

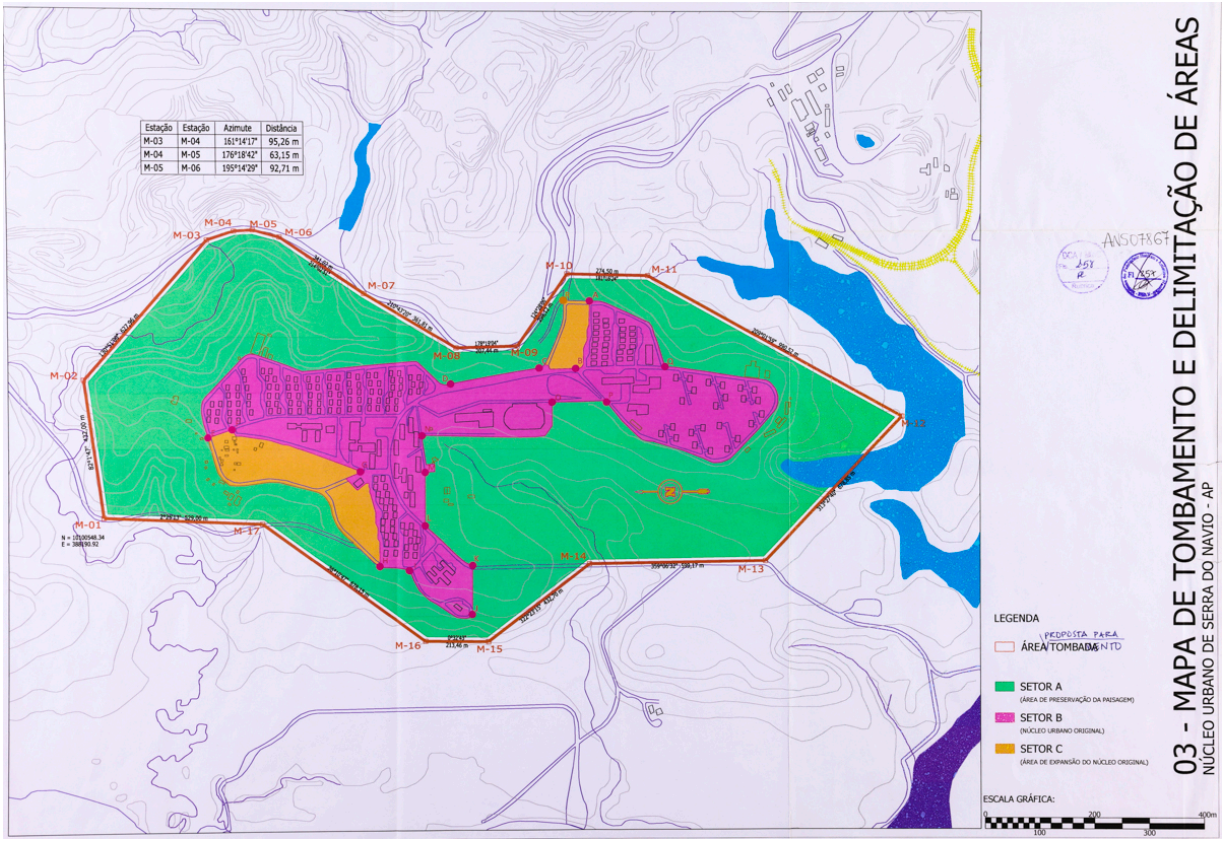


Figura 44: Mapa de Tombamento e delimitação de áreas na Vila de Serra do Navio em 2008
Fonte: IPHAN, 2008a, p. 232.

No Dossiê de Tombamento, elaborado pelo IPHAN, fala-se sobre a "descaracterização das casas" da seguinte maneira: "...hoje os moradores se deparam com a descaracterização das casas, com as chamadas *puxadinhas* que são construídas para todos os lados, sem obedecer nenhum padrão". (IPHAN, 2008a, p. 129). Por outro lado, as novas construções que estavam sendo construídas na Vila não obedeciam aos critérios técnicos de construção: "Haverá grandes dificuldades para resolver problemas na rede de esgoto ou de água encanada, já que essas novas construções se situam exatamente por cima das redes". (ibid, p. 131).

Interessante destacar que, ainda de acordo com o Dossiê, os moradores estavam informados da situação jurídica da posse e propriedade das casas pois a consciência de estar "morando numa casa que não lhes pertencia parece ter sido uma motivação para que muitos trabalhadores da ICOMI abrissem mão da moradia fornecida pela empresa, e passassem a investir na aquisição de sua casa própria". (ibid, p. 148)

No diagnóstico prévio levantado no Dossiê de Tombamento do IPHAN foram identificados problemas que estavam contribuindo para o processo de descaracterização e degradação da Vila Serra do Navio, porém não são discutidas as soluções para estes problemas:

- Indefinição com relação ao destino do espólio da ICOMI, bem como dos papéis no que se refere à gestão dos bens móveis e imóveis;
- Aumento populacional resultante do reaquecimento da atividade de exploração de minérios nos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca;
- Demanda ampliada por habitação concentrada em Serra do Navio, ocasionando adaptação das unidades habitacionais, especialmente das Vilas do Setor Operário e Especializado em repúblicas para atender as empresas;
- Degradação dos equipamentos de lazer e esporte na Praça dos Esportes e no Clube e Casa de Hóspedes por indefinição de responsabilidades e atribuições, falta de uso e de ações sistemáticas de conservação;
- Construções erguidas de forma aleatória dentro das áreas de expansão do projeto original, sem nenhum órgão assumindo o papel de análise de projetos e fiscalização de obras;
- A falta de documentação relativa à propriedade dos bens inviabiliza a obtenção e aplicação de recursos federais no hospital e nos equipamentos públicos;
- Não aplicação de legislação dos processos de licenciamento ambiental;
- Ausência de legislação municipal de uso do solo, obras e código de posturas. (ibid, p. 192 e 193).

O mapa abaixo, na figura 45, mostra o Uso do Solo Proposto pelo IPHAN em 2008, para que a Vila pudesse se desenvolver dentro desta "lógica urbana" sugerida.

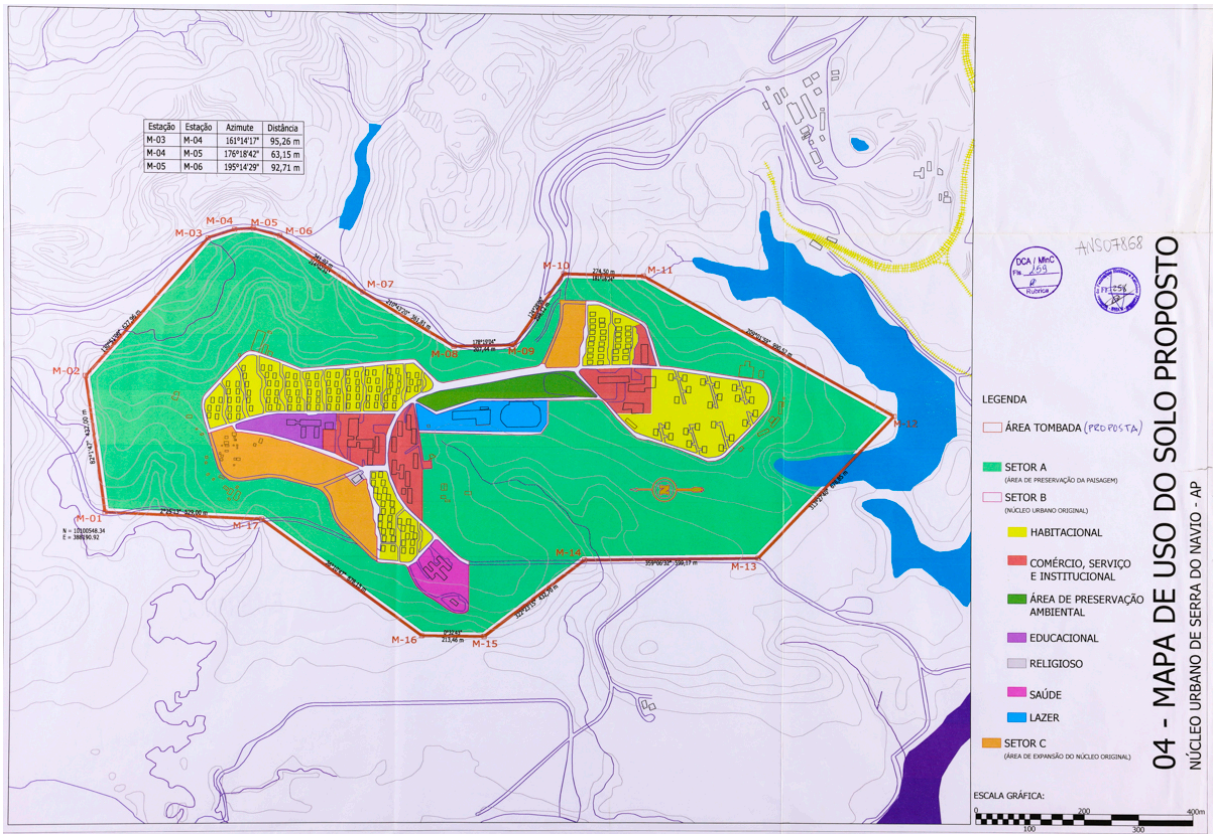


Figura 45: Mapa de Uso do Solo Proposto na Vila de Serra do Navio em 2008
Fonte: IPHAN, 2008a, p. 231.

O que foi projetado inicialmente por Bratke contempla as novas construções dentro das áreas de expansão, que no mapa na figura 45, são as áreas destacadas em laranja. O que se observa no mapa é que as construções começaram fora das áreas em laranja e construídas nas áreas verdes do mapa, também chamadas de "cinturão verde", ou seja, fora das áreas de expansão. A maioria das construções construídas fora "do padrão" são do tipo palafita, construídas com madeiras regionais e com aspectos da região (sendo o oposto projetado pelo arquiteto). Vale lembrar que, como mostra na figura 42 já existiam mais de 100 casas construídas na área de expansão (fora do "padrão original" do projeto do Bratke), que no mapa da figura 44 não são descritas, mas sim, ignoradas.

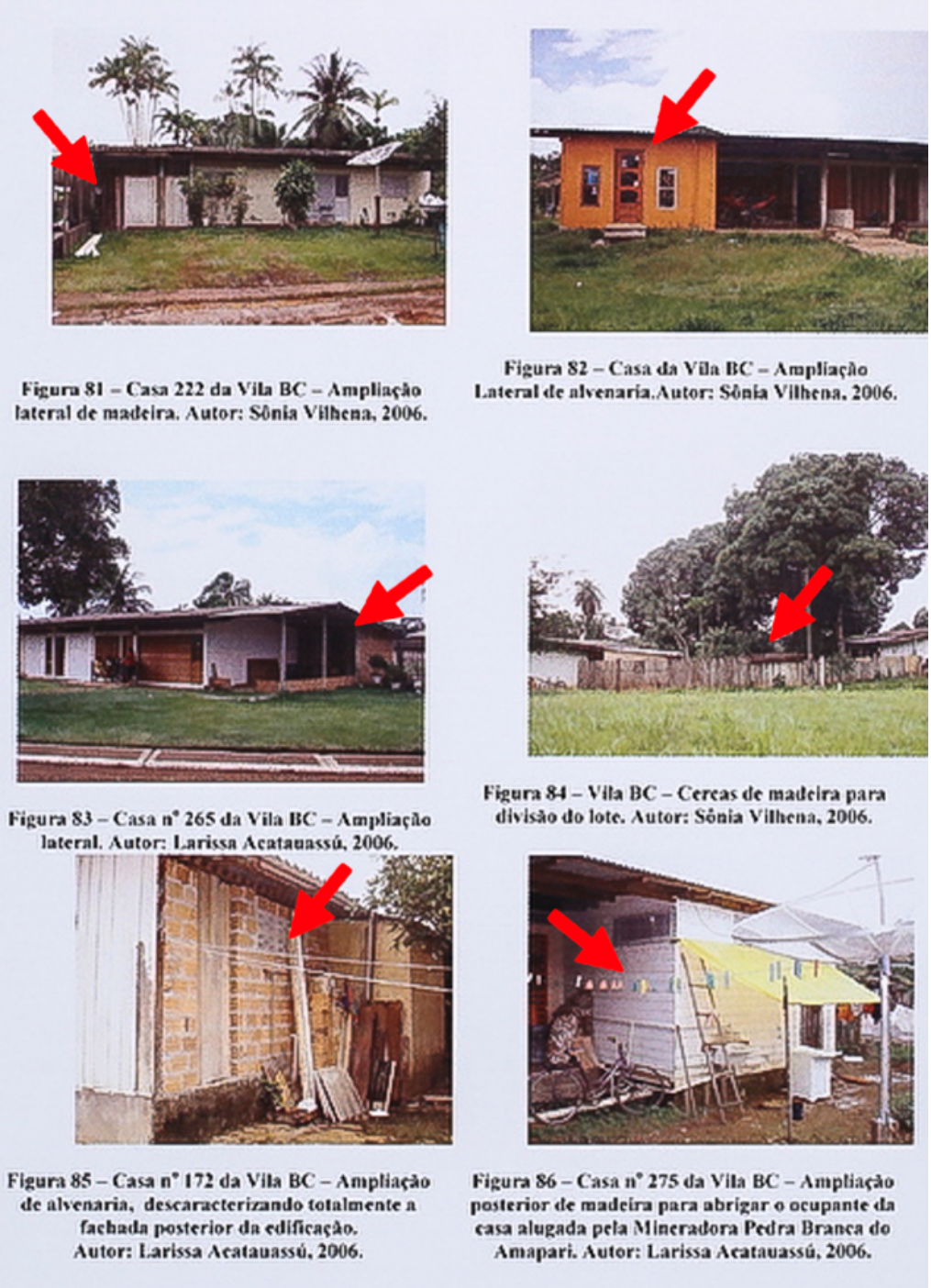


Figura 81 – Casa 222 da Vila BC – Ampliação lateral de madeira. Autor: Sônia Vilhena, 2006.

Figura 82 – Casa da Vila BC – Ampliação Lateral de alvenaria.Autor: Sônia Vilhena, 2006.

Figura 83 – Casa nº 265 da Vila BC – Ampliação lateral. Autor: Larissa Acatauassú, 2006.

Figura 84 – Vila BC – Cercas de madeira para divisão do lote. Autor: Sônia Vilhena, 2006.

Figura 85 – Casa nº 172 da Vila BC – Ampliação de alvenaria, descaracterizando totalmente a fachada posterior da edificação. Autor: Larissa Acatauassú, 2006.

Figura 86 – Casa nº 275 da Vila BC – Ampliação posterior de madeira para abrigar o ocupante da casa alugada pela Mineradora Pedra Branca do Amapari. Autor: Larissa Acatauassú, 2006.

Figura 46: Imagens no ano de 2006 que mostram as ampliações das casas da Vila Serra do Navio
Fonte: IPHAN, 2008a p. 161.

A figura 46 mostra algumas edificações residenciais, no ano de 2006, que já apresentavam alguma alteração física nas fachadas principais ou internamente (como indicam as setas em vermelho). A Vila Operária (BC) foi a área que mais rapidamente passou por mudanças físicas, tendo em vista que são moradores (com menor rentabilidade na época da ICOMI) e que assim, precisariam fazer adaptações internas e externas para atender suas

necessidades e também para sublocar para outras pessoas, de modo a poder gerar uma renda para a família.

A casa em laranja (na primeira linha ao lado direito) é que mais se destaca, pois, além de estar com uma pintura que chama atenção, ela modificou porta e janelas de uma maneira que as distinguem do restante. Ampliações nos telhados também são alterações comuns de se perceber no conjunto urbano, além das cercas de madeira ao redor dos "lotes" das casas.

O discurso sobre a possibilidade de perda, como discutido por José Reginaldo Gonçalves (1996) sobre o patrimônio cultural, é constantemente acionado em processos de tombamento e na Vila Serra do Navio não foi diferente. A apropriação é entendida, dentro dos discursos relacionados sobre o patrimônio cultural, como uma resposta necessária à fragmentação e à transitoriedade dos objetos e valores (ibid).

2.4. A transição de gestão e as formas de atuação do IPHAN na Vila

A Vila Serra do Navio teve seu tombamento provisório no ano de 2010 e somente dois anos depois o tombamento oficial (inscrição no livro do Tombo) entra em vigor, no ano de 2012. A partir daí, e trazendo para esta dissertação questões postas na Nota Técnica elaborada em colaboração com o técnico do IPHAN, Antônio Miguel Lopes de Sousa sobre a Rerratificação da Vila; como são realizadas as atuações de gestão neste território? Como foram as vivências promovidas por este projeto tombado? Uma coisa é certa: se o destaque dado pelos técnicos do IPHAN no processo de identificação e valoração do conjunto da Vila Serra do Navio privilegiou o caráter icônico do *moderno* como justificativa para o tombamento, também se privilegiou essa perspectiva técnica de leitura do território e de interpretação do lugar, tratando a dinâmica de ocupação do território como descaracterização, degradação e irregularidade (ou seja, fatores que deveriam ser freados). Não se deu destaque, portanto, à experiência dos moradores, às suas formas de apropriação do conjunto e às suas referências culturais. Era de se esperar, então, que os atritos e tensões iriam aparecer mais cedo ou mais tarde (Nota técnica nº 14/2018/CGN/DEPAM).

É neste contexto, tenso e repleto de dúvidas em relação ao tombamento, que os técnicos do IPHAN começaram a emitir as notificações[53] aos moradores serranos. Existem relatórios em

[53] Aqui destaca-se o *Art. 2* que aborda sobre os estudos, projetos, obras ou intervenções em bens culturais tombados que devem obedecer alguns princípios sendo destacado o IV que descreve sobre a fiscalização e controle das obras e/ou ou intervenções em bens culturais de acordo com os estudos e projetos aprovados. Disponível em:

que foram levantados a emissão de Auto de Infração (AI), Termo de Embargo (TE) e Notificação para Apresentação de Documentos (NAD)[54] nos anos de 2011 e 2012 pela Instituição, que mostram como o IPHAN tinha interesse em reverter de imediato a situação, entendida, como visto acima, como de descaracterização da Vila.

As duas coisas – visão do IPHAN dos modernos e o olhar técnico às invasões, vendo-as como problemas –, são parte de uma mesma lógica. A estratégia de atuação do IPHAN, portanto, iniciou com a emissão de Notificações e avisos aos moradores de que não podiam fazer as reformas sem, agora, pedir autorização ao IPHAN, segundo a técnica Patrícia Helena Turola Takamatsu. De acordo com a mesma, foram feitas reuniões com os moradores explicando o tombamento, distribuíram cartilhas informativas sobre a importância da preservação, mas mesmo assim, as iniciativas do IPHAN se mostraram inócuas, não conseguindo "influenciar" ou inserir na rotina dos moradores[55].

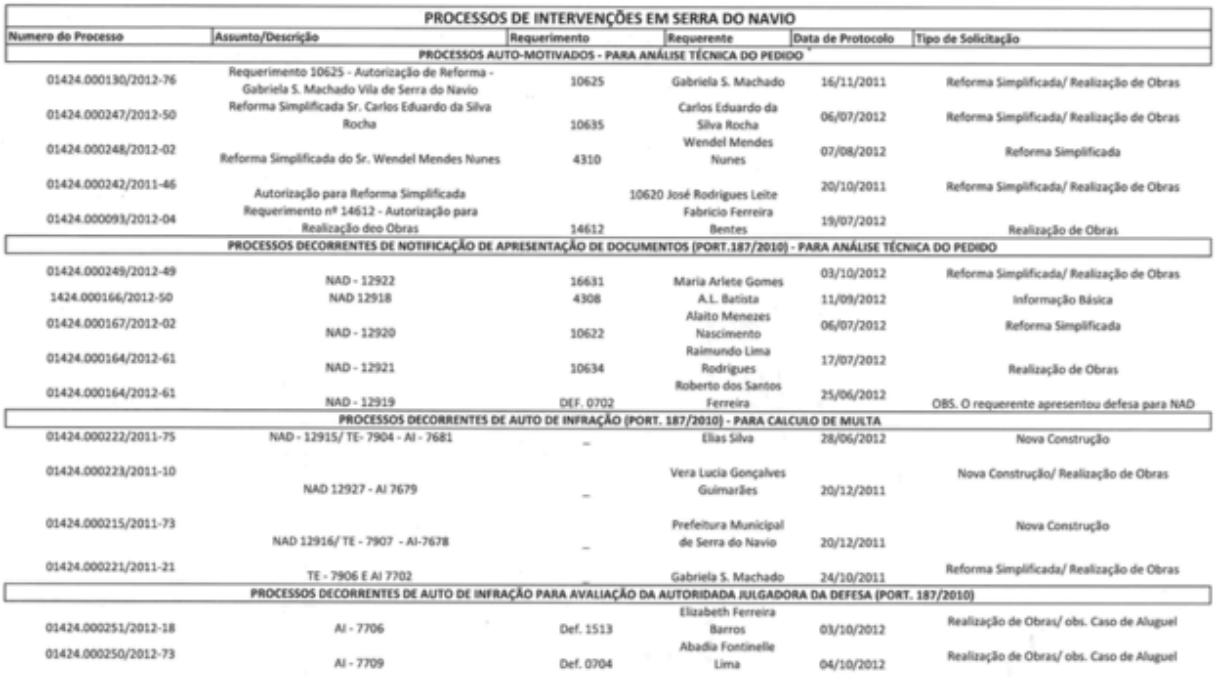
Diante de um cenário sem muita evolução, os técnicos começam a emitir os "Auto de Infração" e "Termo de Embargo". Em dezembro de 2012, dois memorandos (como mostram as figuras 47 e 48) são emitidos da técnica Patrícia Helena Turola Takamatsu para a então chefe de divisão do IPHAN/AP, Kilvya Prioli, nos quais ela envia os processos de fiscalização desenvolvidos durante o ano, juntamente com os controles de processos. Notam-se mais de 20

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf>. Acesso em 30 jun. 2019.

[54] De acordo com os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, existem três instrumentos de fiscalização, conforme Portaria 187/2010 do IPHAN: Notificação para Apresentação de Documentos (NAD), Auto de Infração (AI) e Termo de Embargo (TE). Segundo o art. 7, a Notificação para Apresentação de Documentos (NAD) será expedida quando: I - for constatada, em bem tombado edificado e/ou em seu entorno, em conjunto ou individualmente, a realização de intervenção cujo projeto não tenha sido aprovado pelo Iphan e não seja possível, de plano, constatar a ocorrência do dano, ou: II – houver incerteza sobre autoria ou algum elemento que componha a materialidade de infração ao patrimônio cultural edificado e seja necessária a apresentação de informações complementares por parte do notificado. Segundo o art. 8, será emitido o auto de infração quando constatada a ocorrência de infração às normas de proteção ao patrimônio cultural edificado, do qual deverá ser dada ciência ao autuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa. O art. 9 consta que o Auto de Infração (AI) deverá ser lavrado em formulário específico, por agente designado para a função de fiscalizar e deverá conter: I – identificação do autuado; II- local e data da lavratura; III- descrição clara e objetiva da infração; IV – identificação precisa do bem, contendo o endereço completo; V - indicação do(s) dispositivo(s) normativo(s) infringido(s); VI- identificação e assinatura do agente autuante. E por último, no art. 15, consta o Termo de Embargo (TE) que é quando constatada a existência de obra irregular em andamento, que deverá ser embargado imediatamente, com a lavratura do respectivo Termo de Embargo. No Art. 16, consta que o Termo de Embargo deverá também conter: I - a identificação do bem protegido; II - a indicação das obras a serem paralisadas; III – a identificação e assinatura do agente autuante; IV – a identificação do responsável pelo bem, quando possível; V – a indicação do dispositivo legal infringido; VI – o local, data e hora da lavratura. (texto retirado e adaptado da Portaria 187/2010, IPHAN. Ver mais em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_187_de_11_de_junho_de_2010.pdf> Acesso em 30 jun. 2019.

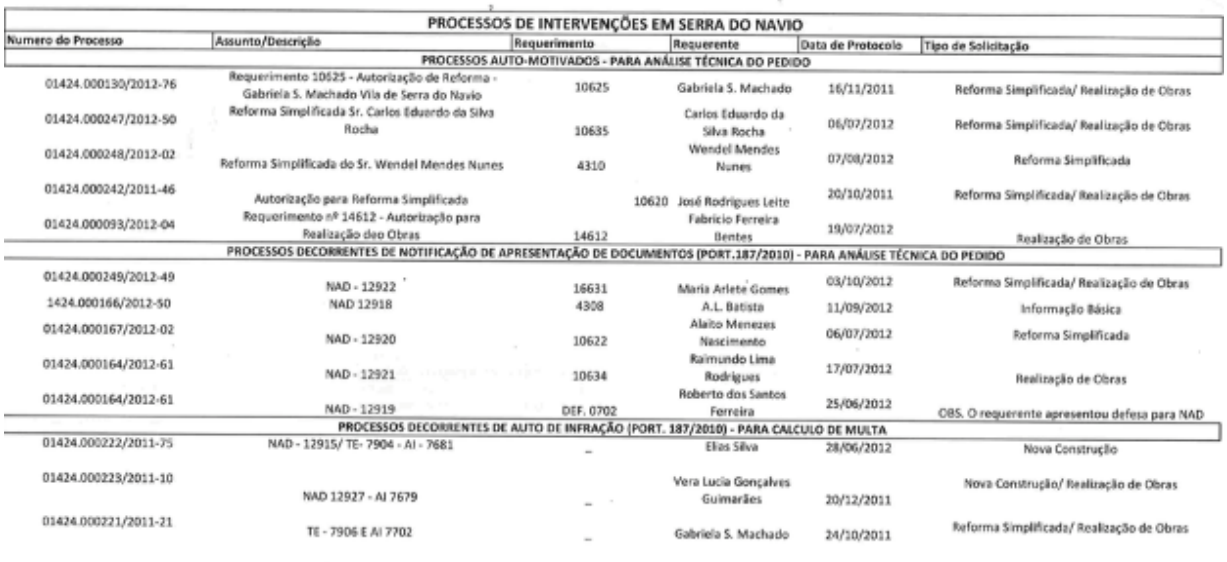
[55] Em entrevista cedida em 2018

processos abertos relacionados à reforma simplificada, à realização de obras e construções de novas casas.



PROCESSOS DE INTERVENÇÕES EM SERRA DO NAVIO					
Numero do Processo	Assunto/Descrição	Requerimento	Requerente	Data de Protocolo	Tipo de Solicitação
PROCESSOS AUTO-MOTIVADOS - PARA ANÁLISE TÉCNICA DO PEDIDO					
01424.000130/2012-76	Requerimento 10625 - Autorização de Reforma - Gabriela S. Machado Vila de Serra do Navio	10625	Gabriela S. Machado	16/11/2011	Reforma Simplificada/ Realização de Obras
01424.000247/2012-50	Reforma Simplificada Sr. Carlos Eduardo da Silva Rocha	10635	Carlos Eduardo da Silva Rocha	06/07/2012	Reforma Simplificada/ Realização de Obras
01424.000248/2012-02	Reforma Simplificada do Sr. Wendel Mendes Nunes	4310	Wendel Mendes Nunes	07/08/2012	Reforma Simplificada
01424.000242/2011-46	Autorização para Reforma Simplificada	10620	José Rodrigues Leite	20/10/2011	Reforma Simplificada/ Realização de Obras
01424.000093/2012-04	Requerimento nº 14612 - Autorização para Realização deo Obras	14612	Fabricio Ferreira Bentes	19/07/2012	Realização de Obras
PROCESSOS DECORRENTES DE NOTIFICAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS (PORT.187/2010) - PARA ANÁLISE TÉCNICA DO PEDIDO					
01424.000249/2012-49	NAD - 12922	16631	Maria Arlete Gomes	03/10/2012	Reforma Simplificada/ Realização de Obras
1424.000166/2012-50	NAD 12918	4308	A.L. Batista	11/09/2012	Informação Básica
01424.000167/2012-02	NAD - 12920	10622	Alaito Menezes Nascimento	06/07/2012	Reforma Simplificada
01424.000164/2012-61	NAD - 12921	10634	Raimundo Lima Rodrigues	17/07/2012	Realização de Obras
01424.000164/2012-61	NAD - 12919	DEF. 0702	Roberto dos Santos Ferreira	25/06/2012	OBS. O requerente apresentou defesa para NAD
PROCESSOS DECORRENTES DE AUTO DE INFRAÇÃO (PORT. 187/2010) - PARA CALCULO DE MULTA					
01424.000222/2011-75	NAD - 12915/ TE- 7904 - AI - 7681	_	Elias Silva	28/06/2012	Nova Construção
01424.000223/2011-10	NAD 12927 - AI 7679	_	Vera Lucia Gonçalves Guimarães	20/12/2011	Nova Construção/ Realização de Obras
01424.000215/2011-73	NAD 12916/ TE - 7907 - AI-7678	_	Prefeitura Municipal de Serra do Navio	20/12/2011	Nova Construção
01424.000221/2011-21	TE - 7906 E AI 7702	_	Gabriela S. Machado	24/10/2011	Reforma Simplificada/ Realização de Obras
PROCESSOS DECORRENTES DE AUTO DE INFRAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DA AUTORIDADA JULGADORA DA DEFESA (PORT. 187/2010)					
01424.000251/2012-18	AI - 7706	Def. 1513	Elizabeth Ferreira Barros	03/10/2012	Realização de Obras/ obs. Caso de Aluguel
01424.000250/2012-73	AI - 7709	Def. 0704	Abadia Fontinelle Lima	04/10/2012	Realização de Obras/ obs. Caso de Aluguel

Figura 47: Processos de intervenções em Serra do Navio em 14/12/12, da técnica em arquitetura Patrícia Helena Takamastu
Fonte: Arquivo da Superintendência do IPHAN/AP



PROCESSOS DE INTERVENÇÕES EM SERRA DO NAVIO					
Numero do Processo	Assunto/Descrição	Requerimento	Requerente	Data de Protocolo	Tipo de Solicitação
PROCESSOS AUTO-MOTIVADOS - PARA ANÁLISE TÉCNICA DO PEDIDO					
01424.000130/2012-76	Requerimento 10625 - Autorização de Reforma - Gabriela S. Machado Vila de Serra do Navio	10625	Gabriela S. Machado	16/11/2011	Reforma Simplificada/ Realização de Obras
01424.000247/2012-50	Reforma Simplificada Sr. Carlos Eduardo da Silva Rocha	10635	Carlos Eduardo da Silva Rocha	06/07/2012	Reforma Simplificada/ Realização de Obras
01424.000248/2012-02	Reforma Simplificada do Sr. Wendel Mendes Nunes	4310	Wendel Mendes Nunes	07/08/2012	Reforma Simplificada
01424.000242/2011-46	Autorização para Reforma Simplificada	10620	José Rodrigues Leite	20/10/2011	Reforma Simplificada/ Realização de Obras
01424.000093/2012-04	Requerimento nº 14612 - Autorização para Realização deo Obras	14612	Fabricio Ferreira Bentes	19/07/2012	Realização de Obras
PROCESSOS DECORRENTES DE NOTIFICAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS (PORT.187/2010) - PARA ANÁLISE TÉCNICA DO PEDIDO					
01424.000249/2012-49	NAD - 12922	16631	Maria Arlete Gomes	03/10/2012	Reforma Simplificada/ Realização de Obras
1424.000166/2012-50	NAD 12918	4308	A.L. Batista	11/09/2012	Informação Básica
01424.000167/2012-02	NAD - 12920	10622	Alaito Menezes Nascimento	06/07/2012	Reforma Simplificada
01424.000164/2012-61	NAD - 12921	10634	Raimundo Lima Rodrigues	17/07/2012	Realização de Obras
01424.000164/2012-61	NAD - 12919	DEF. 0702	Roberto dos Santos Ferreira	25/06/2012	OBS. O requerente apresentou defesa para NAD
PROCESSOS DECORRENTES DE AUTO DE INFRAÇÃO (PORT. 187/2010) - PARA CALCULO DE MULTA					
01424.000222/2011-75	NAD - 12915/ TE- 7904 - AI - 7681	_	Elias Silva	28/06/2012	Nova Construção
01424.000223/2011-10	NAD 12927 - AI 7679	_	Vera Lucia Gonçalves Guimarães	20/12/2011	Nova Construção/ Realização de Obras
01424.000221/2011-21	TE - 7906 E AI 7702	_	Gabriela S. Machado	24/10/2011	Reforma Simplificada/ Realização de Obras

Figura 48: Processos de intervenções em Serra do Navio em 28/12/12, da técnica em arquitetura Patrícia Helena Takamatsu
Fonte: Arquivo da Superintendência do IPHAN/AP

As ações dos moradores sobre as edificações foram, é claro, impactadas pelas notificações emitidas. Foram encontrados, entre 2011 e 2012, na Superintendência do IPHAN/AP, vários "Auto de Infração" conforme figura 49, emitidos pelos técnicos através de

fiscalização de rotina após o tombamento, obrigando o morador a parar a obra e responder sobre aquele ato.

Percebe-se nesse momento, a ausência de instituições públicas que desde o início da concessão da mineração, não promoveu a formação de mecanismos de relação entre cidadãos e poder público, o que teria sido acentuado pela privatização das relações sociais no período de permanência da ICOMI, cujas regras, por questões contratuais, os moradores eram obrigados a obedecer.

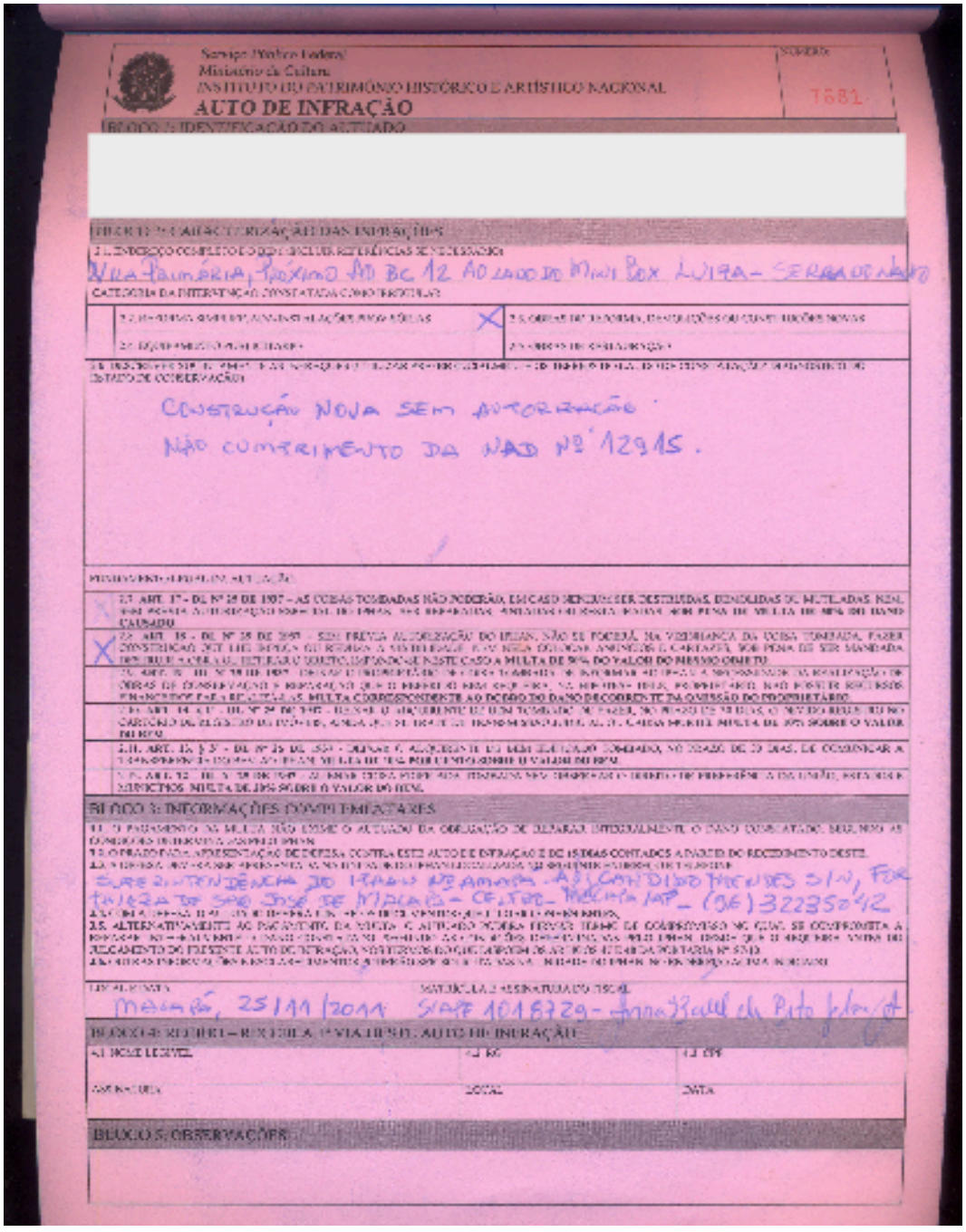

Serviço Público Federal
Ministério da Cultura
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
AUTO DE INFRAÇÃO
7581
CONSTRUÇÃO NOVA SEM AUTORIZAÇÃO.
NÃO CUMPRIMENTO DA NAD Nº 12915.
Macapá, 25/11/2011

Figura 49: Auto de Infração emitido dia 25/11/11 pela técnica Anna Izabel que trabalhava no IPHAN/AP
Fonte: Arquivo da Superintendência do IPHAN/AP

Ao mesmo tempo, o pouco espaço que o IPHAN[56] destinou ao diálogo com os moradores e com seus entendimentos sobre a Vila - enfatizando as obrigações dos moradores, privilegiando os procedimentos administrativos regulares e valorizando, acima das apropriações cotidianas do lugar o projeto original de Bratke - resultou no esvaziamento de referências ou na deslegitimação das autoridades responsáveis, conforme já destacado em Nota técnica citada nesta dissertação (IPHAN, 2018a). Os esforços para esclarecimento sobre os sentidos do patrimônio cultural, seus benefícios e obrigações geradas não foram suficientes para superar então a distância entre o IPHAN, que representava o poder público na região, e os moradores, vazios de referência sobre o patrono da Vila (ibid)[57].

Em suma, quando a ICOMI sai do território e nenhuma instituição pública assume, de forma plena, o papel da empresa (nem a prefeitura, nem o estado), cria-se um vazio institucional na gestão do território. As tensões em relação à ocupação do território, por sua vez, ficam claras na medida em que o IPHAN assume a "responsabilidade" pelo bem tombado e pelo que se acredita ter sido uma falha de comunicação ou uma compreensão pouco precisa do papel da Instituição, as pessoas entendem que o IPHAN deveria gerir a cidade, disponibilizando recursos para conservar os espaços públicos e as moradias.

Nas entrevistas feitas com a comunidade em campo, no dia 01/11/2018, alguns relatam seus entendimentos sobre o tombamento e do papel do IPHAN na Vila:

José Maria Barreto de Jesus (Profissão - técnico mecânico): *"você não vê, ninguém do IPHAN está aqui, quando vem, vem pra notificar uma casa que mexeu, que fez uma garagem ou que fez alguma coisa. Aí eles vêm por que parece que alguém falou lá com eles, aí eles vem, notificam e vão embora. Na realidade, nós que somos fiscais aqui do Estado, estamos fazendo o trabalho para eles, porque aquele negócio da pessoa estar levantando um muro ali e o fiscal tem que ir lá (que é o nosso caso), quem devia fazer isso era o IPHAN, não era a gente. Então olha, eles não ficaram aqui dentro.*

Maria de Jesus da Silva Souza (Profissão - Agente de Fiscalização Tributária): *Veja bem, eu penso assim, se tombou, não se "destomba" mais. Então o IPHAN deveria ter colocado uma sala bem aqui dentro da prefeitura ou de algum órgão e dizer olha: "de hoje em diante*

[56] A Portaria 187/2010 foi a orientação que os técnicos do IPHAN/AP tiveram para abordagem no território onde ela dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_187_de_11_de_junho_de_2010.pdf>. Acesso em 20 nov. 2018.

[57] Importante destacar que, nesse momento, a fiscalização estava em implantação no IPHAN, então vários debates estavam sendo feitos.

nós vamos tomar conta". E o IPHAN fazer isso, não a gente. A pessoa tá ali quebrando, mexendo na casa (porque hoje as casas todas estão modificadas) e o IPHAN orienta. Tem gente que toma multa aqui que não tem condição de pagar a multa do IPHAN.

Daniel Márcio Ferreira Fortuna (Profissão - Empresário, dono do Supermercado Menino Jesus): *A gente tem o sonho de ver a cidade bonita novamente, aqueles brilhos nos olhos das pessoas da época da ICOMI, eu quero também ter esse brilho nos olhos.*

Percebe-se de maneira geral, a pouca articulação de comunicação entre os representantes do poder público e a comunidade, o que se revela em multas excessivas, em construções irregulares e outros. As entrevistas revelam também dificuldades dos moradores em se adaptar às novas diretrizes de proteção do bem cultural tombado.

2.5. O projeto de Regularização Fundiária na Vila Serra do Navio

Diante dos atritos de relacionamento entre o IPHAN e os moradores serranos após o tombamento, a regularização jurídica da terra e da sua ocupação apresentou-se como estratégia e possibilidade de eixo de gestão do patrimônio cultural, principalmente no que diz respeito à definição dos papéis dos atores envolvidos:

> No impasse jurídico sobre a transferência dos equipamentos da empresa para o Governo do Estado ou para a prefeitura de Serra do Navio, não se encontram definidas claramente as responsabilidades e papéis de cada esfera no processo de transição com relação à administração do município, o que colabora para o agravamento da situação local (IPHAN, 2008a, p. 215).

Com o projeto da regularização fundiária, denominado por "Regularização Fundiária e Cidadania: valorização histórica, urbanística e ambiental em Serra do Navio", o IPHAN e os atores públicos envolvidos pretendiam mobilizar a comunidade para a importância de regularizar a propriedade das terras, dos lotes e do espaço urbano como um todo. Este projeto de regularização fundiária em área tombada é excepcional no Brasil. Trata-se, também, no âmbito da regularização fundiária no Brasil de um processo pioneiro no contexto da preservação do patrimônio cultural protegido em âmbito federal. O projeto de Regularização Fundiária em Serra do Navio, justifica-se, de acordo com o processo disponível online, com o "objetivo de

garantir o direito social à moradia, com a titulação de seus ocupantes e a valorização do patrimônio histórico, além de promover melhores condições para o desenvolvimento local"[58].

Em dezembro de 2014, o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o IPHAN, a Secretaria de Patrimônio da União e a Prefeitura de Serra do Navio tinha como objeto principal a "regularização fundiária para que o município receba, com eficiência e efetividade, os investimentos necessários para as obras de restauração de seus edifícios institucionais, assim como para as obras de recuperação e manutenção de sua infraestrutura urbana"[59]. Deste ACT, decorreram diversas iniciativas e articulações institucionais, nomeadamente com o Ministério das Cidades, que resultaram, em 2015, na decisão de contratação, por parte do IPHAN, da Comissão de Regularização Fundiária da Universidade Federal do Pará, em função da sua ampla experiência de atuação na região.

Desde o início dos trabalhos, percebeu-se que a Serra do Navio não se enquadrava nos pressupostos correntes da regularização fundiária[60]. As razões da inadequação do caso da Vila a tais pressupostos foram apontadas em Nota Técnica sobre a Rerratificação, já citada aqui (IPHAN, 2018a): em primeiro lugar, porque o problema principal não era a regularização de uma ocupação precária ou de uma ampla ocupação irregular no território. Em segundo lugar, não se tratava unicamente de promover condições adequadas de habitabilidade e serviços urbanos, mas de assegurar o funcionamento da infraestrutura habitacional e urbana existente; e, em terceiro lugar, porque se relaciona com a necessidade de instituir a preservação dos bens culturais protegidos (ibid).

Por um lado, e como já exposto, a articulação entre a política urbana e a preservação do patrimônio cultural, configurada no âmbito do projeto de regularização fundiária, pode ser entendida como forma ou ferramenta de gestão do patrimônio cultural e até de promoção e inclusão socioespacial. A Constituição brasileira, nos artigos 182 e 183 destaca a política urbana

---

[58] Ver mais em Processo Administrativo SEI/IPHAN: 01450.003756/2014-89.

[59] Nota Técnica 002/2013/COGU/DEPAM, de 18/07/2013, no Processo Administrativo SEI/IPHAN: 01450.002505/2013-04.

[60] Existem três espécies de regularização fundiária que são descritas na Lei Federal nº 13.465/2017 que atinge a maioria das propriedades irregulares no Brasil: 1- Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb – S) - Regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente (50 % + 1), por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal. 2- Regularização Fundiária de Interesse Específico (Reurb-E) - Regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese anterior. 3- Regularização Fundiária Inominada (Reurb–I) - Regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais consolidados em data anterior à Lei do Parcelamento do Solo Urbano - Lei 6.766/1979, de 19 de dezembro 1979 (art. 69, da Lei 13.465/2017). Texto retirado da Cartilha de Regularização Fundidária Urbana, de autoria de Jocsã Araujo Moura, 2017. Disponível em <https://www.sinoreg-es.org.br/__Documentos/Upload_Conteudo/arquivos/CARTILHA_REGULARIZACAO_FUNDIARIA_URBANA_2017.pdf>. Acesso em 12 ago. 2019.

como ordenadora de desenvolvimento social da cidade e de garantia de bem-estar entre os cidadãos. Assim, o atributo coletivo e não apenas individual dá o conceito da função social da cidade. (GUIA e RIBEIRO, 2012).

As condicionantes para a efetivação do direito real de uso em propriedade naquele território tombado requerem, para além da inclusão socioespacial, a construção de processos de pertencimento; ou seja, não bastaria aos moradores sentirem-se juridicamente incluídos enquanto cidadãos de pleno direito: esperava-se que se percebessem donos e responsáveis pelo patrimônio protegido. Afinal, os valores atribuídos ao bem são pouco conhecidos pelos moradores atuais (IPHAN, 2018a).

De acordo com o "Projeto de Regularização Fundiária e Cidadania: Valorização Histórica, Urbanística e Ambiental em Serra do Navio, Amapá" que está em vigência no território, buscam-se encontrar mecanismos que permitam aproximar os moradores do lugar em que eles próprios residiam – as casas e a Vila Serra do Navio.

- **O Trabalho da Comissão de Regularização Fundiária da UFPA na Vila Serra do Navio:**

Apesar de a iniciativa e do encargo financeiro do Termo de Execução Descentralizada – TED que viabiliza o convênio com a UFPA ser do IPHAN[61] (e por causa dos diversos atritos e tensões do Instituto com os moradores ao longo dos anos), entendeu-se que seria mais adequado a retirada temporária de "sua imagem" do território durante os trabalhos, deixando a Universidade iniciar o conjunto de atividades relacionadas à mobilização social e aos debates com a população. Nessa estratégia, de acordo com o Projeto, a Instituição avançava na configuração de arranjos entre órgãos e instituições – SPU, Fundação Nacional de Saúde, Secretarias do Governo do Estado, Legislativo e Executivo Municipal e Caixa Econômica Federal – no sentido de, por um lado, efetivar a doação das terras da União ao Município e, por outro lado, ir abrindo possibilidades e consolidando compromissos orientados ao planejamento

[61] Em 06 de março de 2014, o reitor da Universidade Federal do Pará, Prof. Dr. Carlos Edílson de Almeida, envia um ofício à presidente do IPHAN, na época a Sra. Jurema de Sousa Machado, mostrando seu interesse em firmar uma parceria com o IPHAN no intuito de desenvolver atividades de regularização fundiária urbana na Vila Serra do Navio, compreendendo o desenvolvimento de estudos, pesquisas e trabalhos técnicos. O trabalho resultará na doação da referida área para a prefeitura municipal, pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU), no parcelamento da área doada e na titulação dos imóveis aos moradores, assegurando o exercício do direito à moradia com segurança jurídica, bem como a preservação do patrimônio cultural tombado e condições para o desenvolvimento social e econômico do município. Ver *Termo de Convênio* no processo SEI/IPHAN nº: 01450.003756/2014-89

e desenvolvimento da Vila a fim de estabelecer as condições necessárias à sustentabilidade da preservação do bem tombado (IPHAN, 2018a).

O contato mais direto com a população, bem como a tarefa de mobilizar os moradores sobre o que estava acontecendo no território ficou com a Universidade Federal do Pará (UFPA) que relata:

> Este documento pretende estabelecer as diretrizes e índices quantitativos para uso e ocupação do solo na área urbana do município de Serra do Navio, Estado do Amapá, em consonância com as necessidades e normatividades legais de preservação e conservação dos padrões arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos e da ambiência do conjunto. (UFPA, 2017)

A sequência de etapas e metas planejadas consubstanciam-se em ações de mobilização da estrutura política e administrativa municipal, levantamento topográfico, cadastro físico-social, regularização urbanística/ambiental e instrução dos processos individuais de titulação dos lotes. Como premissa dos processos de trabalho, percebeu-se como necessária e imprescindível a contínua comunicação e debate com os moradores sobre o andamento das atividades, com o objetivo de construir a confiança com as instituições, esclarecendo sobre as suas funções, papéis e responsabilidades e qual o protagonismo da sociedade na configuração da sua atuação *(*ibid).

O trabalho da UFPA desenvolveu-se em duas frentes: por um lado, conhecer aquele lugar e aquela realidade – física e social – e, por outro lado, organizar e capacitar a estrutura administrativa da Prefeitura para lidar ora com sequência de atos do legislativo e do executivo, ora com os processos e fluxos inerentes à futura concessão de títulos aos moradores.

Na perspectiva de perceber qual seria o nível de participação e envolvimento da Prefeitura nas primeiras ações, procedeu-se ao levantamento dos instrumentos e capacidade técnica e operacional junto à administração municipal, consulta na unidade cartorial para constatar eventuais transações e inscrições fundiárias, visando a elaboração de um Termo de Adesão entre o Município e a UFPA para formalizar o início do processo de Regularização Fundiária (IPHAN, 2018a).



Figura 50: Representação do fluxo de procedimento da Prefeitura de Serra do Navio, antes da Regularização Fundiária
Fonte: Projeto de Regularização Fundiária e Cidadania: Valorização Histórica, Urbanística e Ambiental em Serra do Navio, Amapá. Produto 01: Parecer Preliminar Sensibilização e Mobilização Municipal Abril, UFPA, 2015.

Assim, com base nos dados e informações levantadas pela UFPA, é possível aferir que o Município de Serra do Navio não dispunha dos conjuntos de normas técnicas e jurídicas que fundamentariam o processo básico de regularização fundiária.

Quadro 1: Legislação municipal em vigor em Serra do Navio

QUAIS AS LEIS MUNICIPAIS QUE POSSUI	
Lei Orgânica Municipal	(X) Sim Não ( )
Plano Diretor Municipal	( ) Sim Não (X)
Lei de Parcelamento do Solo	( ) Sim Não (X)
Código de Edificações, Obras e Postura.	( ) Sim Não (X)
Plano Municipal de Habitação	(X) Sim Não ( )
Lei Fundiária	( ) Sim Não (X)
Lei de Uso e Ocupação do Solo	(X) Sim Não ( )
Lei de Perímetro Urbano	( ) Sim Não (X)
Plano de Gestão	( ) Sim Não (X)
Procuradoria Geral	( ) Sim Não (X)

Figura 51: Quadro que mostra a Legislação municipal em 2015 em Serra do Navio
Fonte: Projeto de Regularização Fundiária e Cidadania: Valorização Histórica, Urbanística e Ambiental em Serra do Navio, Amapá. Produto 01: Parecer Preliminar Sensibilização e Mobilização Municipal Abril, UFPA, 2015.

Quadro 2: Informações Complementares

Possuem Cartório de Registro de Imóveis?	( ) Sim Não (X) Se possui, qual sua jurisdição?
Existe setor/departamento responsável pela regularização fundiária?	( ) Sim Não (X) Se possui, qual o Setor Responsável?
Fazem lançamento de IPTU?	(X) Sim Não ( )
Existe Cadastro de Lideranças?	( ) Sim Não (X)
Quais os locais para emissão de CPF?	Correios
Existe declaração para Comprovação de Residência com base no CADÚNICO?	(X) Sim Não ( )
Possui Secretaria de Assistência Social?	(X) Sim Não ( )
Possui Secretária de Obras/Infraestrutura?	( ) Sim Não (X)
Possui Secretária de Urbanismo?	( ) Sim Não (X)
Possui Universidade local (presencial)?	( ) Sim Não (X) Caso sim, quais os cursos?
Tem rede de internet ligada a Prefeitura?	(X) Sim Não ( )
QUAIS OS CONSELHOS QUE POSSUI?	
Conselho da Cidade ou similar	( ) Sim Não (X)
Conselho Municipal de Habitação	(X) Sim Não ( )

Figura 52: Quadro que mostra as informações complementares em relação a Legislação municipal no ano de 2015 em Serra do Navio
Fonte: Projeto de Regularização Fundiária e Cidadania: Valorização Histórica, Urbanística e Ambiental em Serra do Navio, Amapá. Produto 01: Parecer Preliminar Sensibilização e Mobilização Municipal Abril, UFPA, 2015.

A figura 50 traz o quadro produzido no âmbito do Projeto de Regularização Fundiária, indicando que a Prefeitura não possuía, em 2015, leis municipais que dariam subsídio à construção da regularização fundiária, tais como o Plano Diretor, a Lei de Parcelamento de Solo, a Lei de Perímetro Urbano, entre outros. Além disso, no levantamento feito pela Universidade, em 2015, os quadros apresentados das figuras 51 e 52 mostram que não existia um Conselho da Cidade ou similar, além de não possuir uma Secretaria de urbanismo ou de obras e infraestrutura. Com base nessas informações, o próximo passo foi instituir o Grupo Municipal de Acompanhamento (GMA) e monitorar de forma integrada a agenda de ações necessárias com a configuração da estrutura e das competências da organização administrativa do município. Em deliberação conjunta da população e de representantes do poder público local, foram escolhidos, para compor o GMA, três (03) representantes da prefeitura, três (03) vereadores pela Câmara Municipal, finalizando com duas (02) lideranças do Município (UFPA, 2017).

De maneira resumida, as etapas da Regularização Fundiária foram as seguintes (ibid):

1. Estudo/Identificação da dominialidade (transferência para o Município);
2. Adequação da Legislação Municipal e Normativas;
3. Levantamentos (Topografia, Cadastro Físico e Cadastro Social);
4. Projeto de Regularização Fundiária (elaboração, pactuação, licenciamento e registro);

5. Coleta de Documentos/Formalização dos Processos individuais;
6. Análise processual e indicação do instrumento de regularização fundiária;
7. Emissão, Assinatura, Registro e Entrega dos títulos.

Todas as atividades listadas acima foram realizadas em parceria com o Grupo de Trabalho do Município-GTM para o acompanhamento local, com a equipe da Regularização Fundiária, os técnicos da Prefeitura Municipal de Serra do Navio, a comunidade serrana e os parceiros em geral (conforme figura 53 que retrata a reunião para coleta dos documentos de uma parte da população). O levantamento físico inicial das edificações em relação ao uso foi realizado pela Universidade e a metodologia utilizada no trabalho foi de acordo com a obtenção das informações que seguem abaixo:

Coleta de dados junto ao setor de terras do município:

Levantamento de todos os prédios institucionais que existem e funcionam atualmente na Vila Serra do Navio tais como: Escolas, Hospitais, Igrejas, delegacias e outros.

Vistoria Técnica:

A equipe da Universidade visitou cada unidade identificada da etapa anterior, destinada ao funcionamento de órgãos pertencentes a União ou ao Estado do Amapá. Realizaram-se medições (dos imóveis em que não havia dados tabulados) e fotografou-se cada unidade.

Análise de material do IPHAN:

Análise de todo o material que o IPHAN já tinha levantando.

A abordagem metodológica procurou articular a análise (o conhecimento) com a ação (instrumentos para a gestão) dos seguintes campos/temas (UFPA, 2017):

- Trabalho social – aproximação com os moradores como sujeitos esclarecidos e participantes; a mobilização da comunidade na construção do "interesse coletivo"; a articulação com agentes locais – Prefeitura e Câmara de Vereadores.
- Jurídico – o estudo das modalidades de regularização adequadas às várias situações existentes; a lei de regularização fundiária e a incorporação das condicionantes de

preservação aos instrumentos de cessão de direito real de uso; coleta da documentação junto dos moradores;

- Cartográfico – levantamento da cidade real com vista ao cadastramento físico e social, ao conhecimento das ocupações e das ampliações; delimitação da poligonal de doação das terras da União ao Município e base para a revisão da delimitação da área tombada.
- Urbanístico – estudos para fixação das diretrizes para o ordenamento territorial, o projeto de regularização e as normas de preservação.



Figura 53: Reunião para coleta de documentos com mais de 90 famílias
Fonte: Disponível em: <https://ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=12667>

Como enfatizado na Nota Técnica sobre o Processo de Rerratificação (IPHAN, 2018a), se a análise do projeto urbanístico se tornou decisiva para a compreensão das características daquela urbanização, de igual modo importava perceber em que aspectos as ocupações consideradas "fora do padrão projetado", interferiam não apenas no cenário perceptível do desenho, mas sobretudo nas qualidades e vivências urbanas do lugar (ibid).

Um dos estudos de extrema relevância para o trabalho foi o levantamento das ocupações irregulares nas áreas designadas *áreas de expansão e área de proteção paisagística* - "Cafona" e "Cuba do asfalto" -, e o respectivo levantamento dos dados econômicos, sociais e físicos destas áreas. As figuras 54 e 55 mostram as edificações dessas áreas, em que se notam ocupações precárias e a ausência de infraestrutura urbana.



Figura 54: Imagem da ocupação irregular, conhecido como “Cafona”
Fonte: Projeto de Regularização Fundiária, UFPA, 2017.



Figura 55: Imagem da ocupação irregular, conhecido como “Cuba do asfalto”
Fonte: Projeto de Regularização Fundiária, UFPA, 2017.

Os dados físicos que seguem abaixo, conforme mostra no gráfico 03, indicam que as áreas são predominantemente ocupadas por construções em alvenaria (69%), seguidas das construídas em madeira, totalizando 20%, e depois por construções mistas. Dessas construções, mais da metade possui cercamento em suas habitações, sendo que 57% possui instalação elétrica com estruturas aparentes e sem acabamento (IPHAN, 2018a).

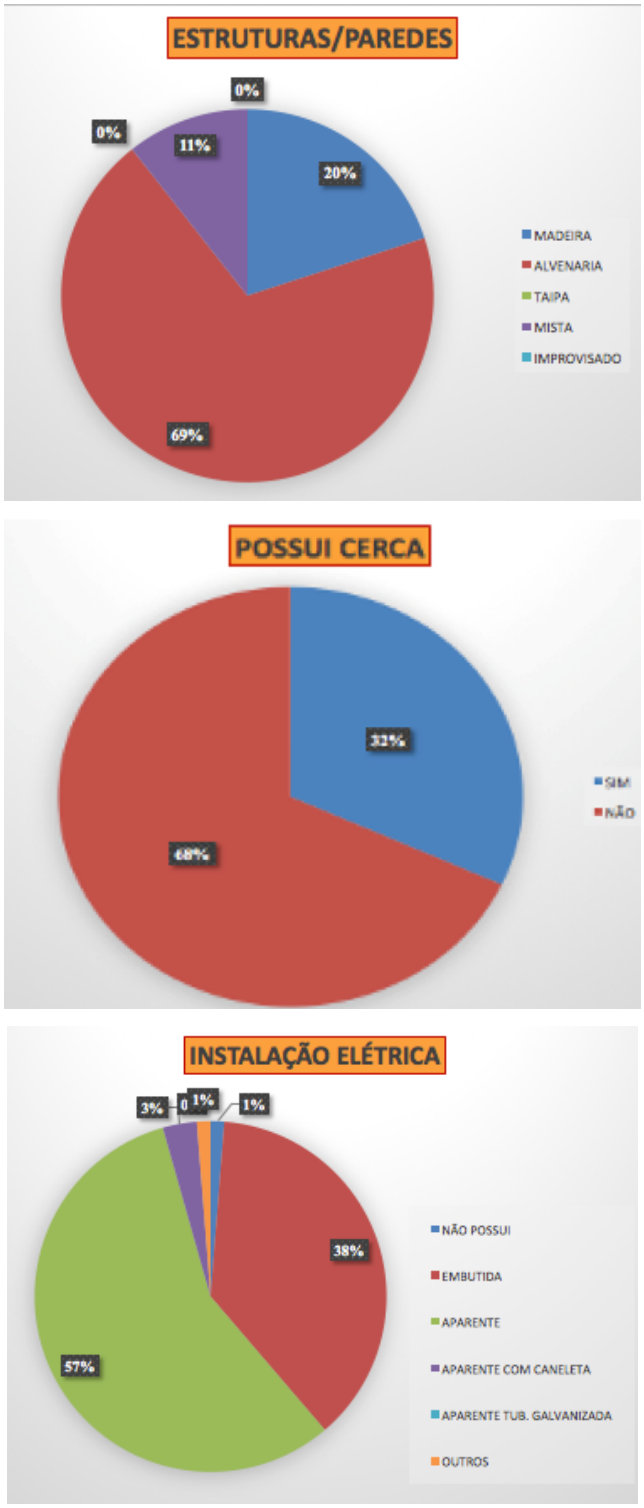


Gráfico 03: Aspectos físicos das áreas irregulares na Vila Serra do Navio
Fonte: Projeto de Regularização Fundiária, UFPA, 2017.

Como descrito na Nota Técnica sobre o Processo de Rerratificação (IPHAN, 2018a), para além da ocupação extemporânea com construções precárias, o que surge nos próximos gráficos é a questão do tempo de ocupação no lugar, que indica que cerca de 70% dos moradores residem há menos de oito anos na Vila; ou seja, não conviveram com o período da ICOMI e,

praticamente, instalaram-se após o processo de tombamento. Vale ressaltar que a situação do tempo de ocupação não é diversa para o total dos moradores de Serra do Navio e apenas se percebe uma ocupação mais antiga, com permanência acima dos oito anos, nos edifícios do "projeto modernista", o que, no entanto, não alcança sequer 50% dos moradores (tabelas 05, 06 e 07).

DADOS SOCIAIS

TEMPO DE OCUPAÇÃO

Tempo de ocupação (anos)	Quantidade	Percentual
Menos de 01	14	10,29
De 01 até 02	09	6,62
De 02 até 04	37	27,21
De 04 até 08	34	25,00
Superior a 08	24	17,65
Sem informação	18	13,24
TOTAL	136	100,00

Tabela 05: Tempo de permanência nas áreas de ocupação dita "irregular" (novembro/2015)
Fonte: Projeto de Regularização Fundiária, UFPA, 2017.

Tempo de ocupação (anos)	Quantidade	%
Menos de 01	44	7,17
De 01 até 02	33	5,37
De 02 até 04	104	16,94
De 04 até 08	125	20,36
Superior a 08	232	37,79
Sem informação*	76	12,71
TOTAL	**614**	**100,00**

*ainda passíveis de complementação de informações

Tabela 06: Tempo de permanência na Vila de Serra do Navio (novembro/2015)
Fonte: Projeto de Regularização Fundiária, UFPA, 2017.

Tempo de ocupação (anos)	Quantidade	%
Menos de 01	30	6,26
De 01 até 02	24	5,01
De 02 até 04	67	13,99
De 04 até 08	90	18,79
Superior a 08	208	43,42
Sem informação*	60	12,53
TOTAL	**479**	**100,00**

*Alguns moradores não conseguiram informar

Tabela 07: Tempo de permanência dos moradores na Vila (novembro/2015)
Fonte: Projeto de Regularização Fundiária, UFPA, 2017.

Seguem abaixo outras informações referentes ao tempo de residência, assim como dados sobre renda e dos beneficiados, que foram levantados no âmbito do Projeto de Regularização Fundiária. Percebe-se que o tempo de residência é superior a 8 anos destacando que a maioria da população recebe de 1 a 3 salários mínimos (gráficos 04 e 05). Já no gráfico 06, entende-se que de acordo com fontes e dados coletados na pesquisa, independente da renda do morador (até 1 salário mínimo/ de 1 a 3 salários mínimos/ de 3 a 5 salários mínimos), a distribuição de beneficiários está para a concessão gratuita[62].

[62] De acordo com o Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o direito de utilização de cessão gratuita resume-se em: autorização do uso de imóvel da União em condições definidas em contrato. Ela será utilizada nas situações em que houver o interesse em manter o domínio da União sobre o imóvel, mas haja interesse em destinar o imóvel para utilização de entidade que exerça atividade de interesse público comprovada. Texto retirado do site oficial do Governo. Ver mais em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/instrumentos-de-destinacao#4--cess-o-de-uso-gratuita>. Acesso em 14 set. 2019.

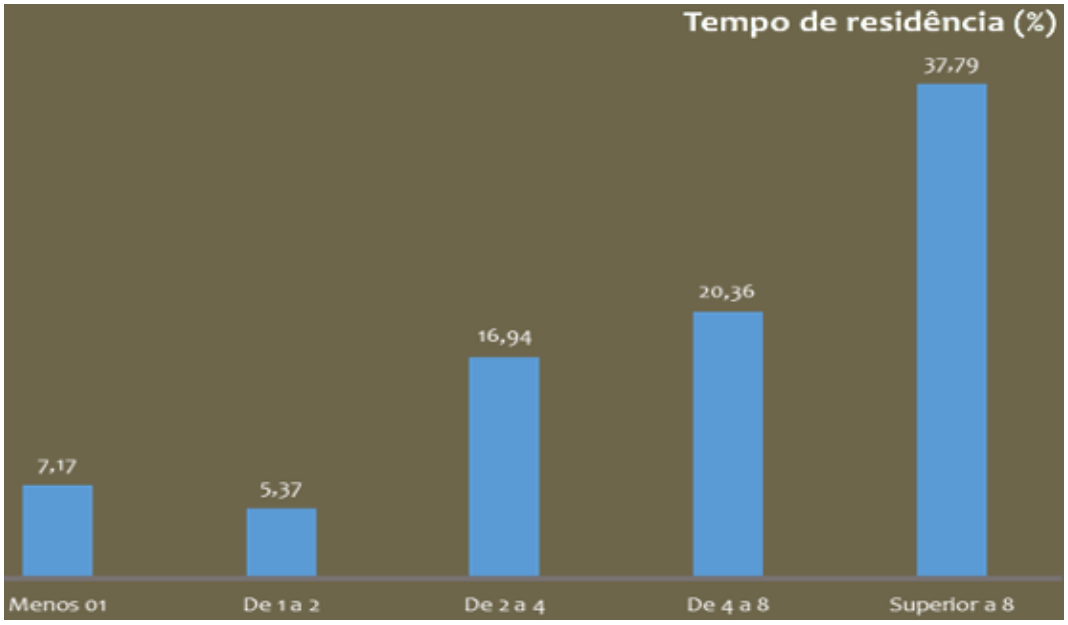


Gráfico 04: Tempo de residência para morados da Vila Serra do Navio
Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Brasília.

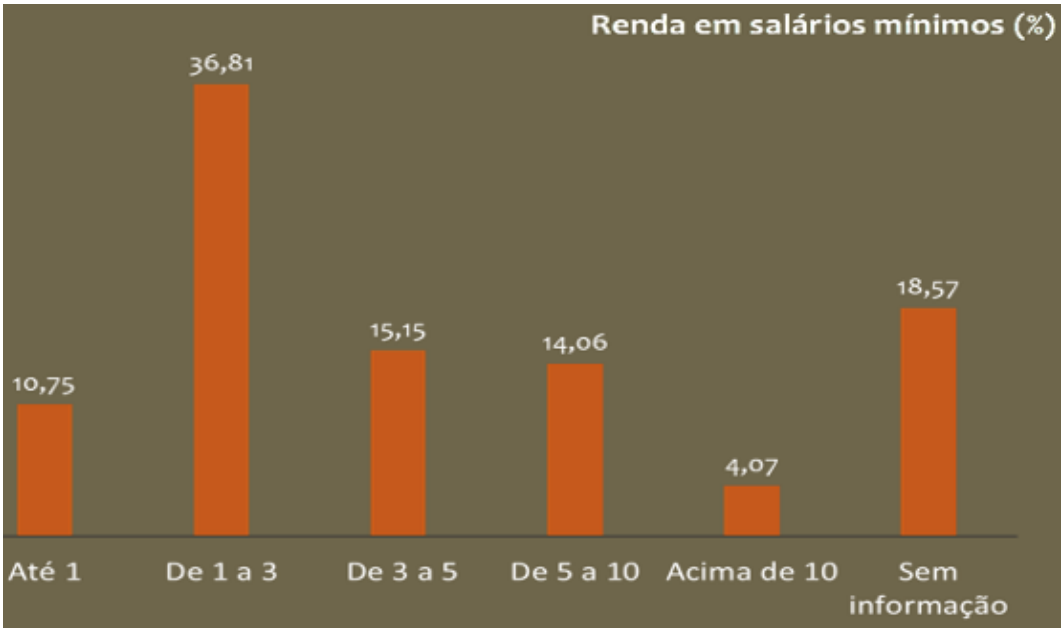


Gráfico 05: Renda em salários mínimos para a regularização fundiária
Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Brasília.

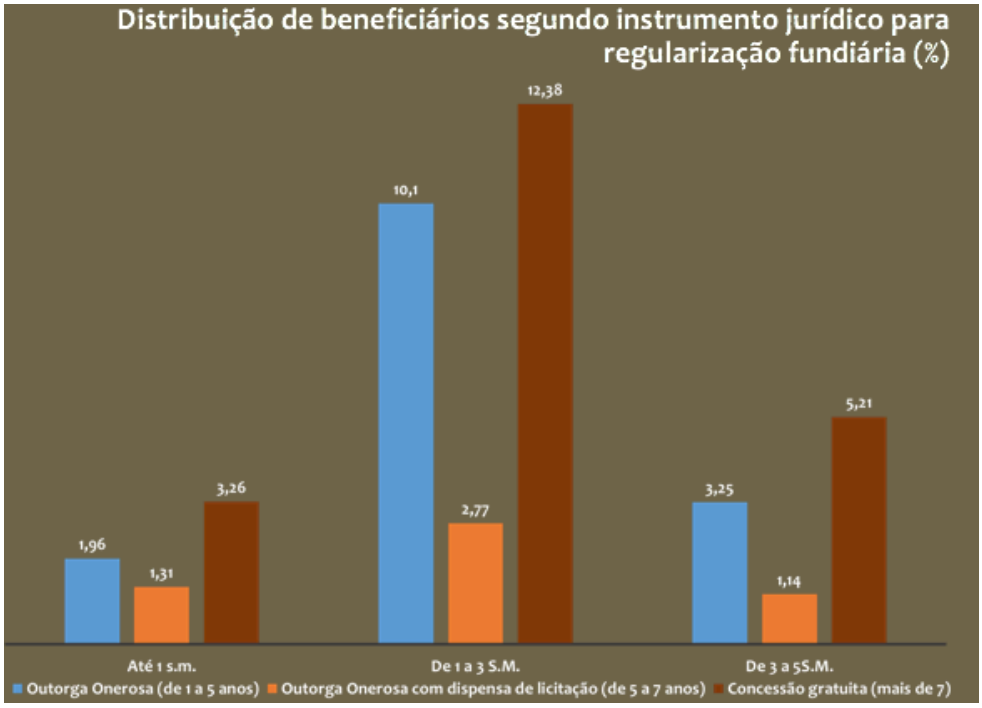


Gráfico 06: Distribuição de benefícios segundo o instrumento jurídico para a regularização fundiária
Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Brasília.

As estratégias adotadas entre o IPHAN e a UFPA, que enfocaram no estímulo à participação social durante todo o processo de levantamento de informações, trouxeram a comunidade serrana mais próxima aos debates, nos esforços de definir melhor os papéis, as obrigações e as responsabilidades, buscando, assim, construir vínculos esclarecidos e interessados sobre o território.

> A participação social não constitui uma etapa temporal de um projeto de regularização fundiária, mas perpassa todo o processo de execução, na perspectiva de envolver a população do assentamento, tanto diretamente como através de suas lideranças formais ou informais. O objetivo imediato é a preparação dos moradores para participar do processo de regularização fundiária e, em médio prazo, ampliar a percepção quando ao papel de cidadão ativo com direitos e deveres junto à sociedade, na tentativa de garantir o controle social quanto à implantação das melhorias decorrentes da regularização e sua manutenção, que certamente concorrerão para a fixação da população no assentamento após a regularização. (SILVA, 2015, p. 04)

O envolvimento das Secretarias de Cidade, de Infraestrutura e de Turismo do Governo do Estado, da Funasa, da SPU, da Caixa Econômica Federal, além da própria Prefeitura – que compôs o "GT Serra do Navio" – , gerou uma agenda de necessidades que implicavam em iniciativas e atuação conjugadas, no sentido de abrir as possibilidades de intervenção naquele território que viabilizassem condições para efetivar a autonomia administrativa e política do

território, o direito à moradia e a preservação do patrimônio cultural a partir do pressuposto da construção da cidadania.

Entre o conjunto de ações necessárias apontadas pela UFPA, estão:

* Elaboração do Plano Diretor;

* Elaboração de diretrizes urbanísticas e integração dos projetos de infraestrutura – abastecimento de água, saneamento, energia elétrica e mobilidade;

* Análise dos projetos de equipamentos e espaços públicos propostos pela Prefeitura Municipal;

* Mapeamento de oportunidades e desenho de estratégias de desenvolvimento local;

* Esforço para viabilizar os projetos de infraestrutura e a possível retomada da mineração.

De acordo com um dos relatórios que compõem os estudos para o Plano Diretor, o arquiteto e urbanista Benjamin Adiron Ribeiro (1994) elabora alternativas para o desenvolvimento econômico e social da cidade com vistas na organização do espaço urbano, na habitação, nas vias de circulação e no saneamento básico.

Sobre a organização do espaço, ele sugere que 35 a 50% do espaço urbano sejam destinados ao uso residencial, que 5 a 7% seja para comércio e serviços, que 15 a 20% do território urbano sejam para as vias de circulação e que até 20% sejam para as áreas verdes. O estudo realizado para a elaboração do Plano Diretor, em 1994, concluiu que a ocupação média era de 4,5 habitantes por unidade familiar, o que correspondia a 15m^2 de construção/pessoa; assim, o coeficiente de aproveitamento do lote variava entre 0,5 e 1 e a taxa de ocupação do lote, segundo o estudo, eram entre 0,3 e 0.5. Em relação à circulação na Vila Serra do Navio, o estudo apontou para faixas de rolamento de 3,5m para veículos em movimentos e 2,5m para veículos parados ou estacionados e as faixas de domínio seriam de 18m para vias principais, 12m para as secundárias e 9m para as vias locais. Por fim, em linhas gerais, Ribeiro estipulou o número de 200 litros de água tratada por habitante/dia, e sendo a mesma capacidade para esgoto coletado e tratado. (RIBEIRO, 1994)

Dentre as providências que o autor sugere no estudo do Plano Diretor, estão as considerações para os próximos 6 a 12 meses para que o município e principalmente a ICOMI, pudessem desenvolver em conjunto:

- Preparar dossiê de Serra do Navio (aqui entende-se *dossiê* como um conjunto de informações arquitetônicas e urbanísticas sobre a cidade), visando informar e atrair instituições de pesquisa cientifica, nacionais e/ou estrangeiras;

- Definir procedimentos legais, tendo em vista a ocupação de diversas pessoas nas instalações incluídos na área de concessão da ICOMI;

- Estabelecer contatos com órgãos governamentais especializados e com instituições de pesquisa, nacionais e/ou estrangeiras. (RIBEIRO, 1994)

Uma outra alternativa que Ribeiro sugere no trabalho seria a exploração do turismo nacional e também internacional. De acordo com o autor, uma ampla divulgação dos aspectos ambientais da Amazônia, poderia despertar grande curiosidade dos turistas:

> A exploração dessa curiosidade, para fins de turismo doméstico e internacional, é hipótese a considerar. Serra do Navio está localizada à selva amazônica, dispondo de estrutura urbana e instalações de boa qualidade, adaptáveis à atividade turística. [...]
>
> A simples viagem de trem Macapá-Serra do Navio já seria um programa de interesse turístico a ser complementado por: Desenvolvimento de atividades artesanais em Serra do Navio / Abertura de trilhas para excursões na selva / Desenvolvimento de pesca esportiva no rio Amapari / Adaptação de edificações e instalações existentes para hospedagem de turistas / Projeto e venda de chácaras de lazer em condomínios fechados, com alguma infraestrutura, nos arredores da cidade. (ibid, p.15)

Este trabalho aborda considerações e estudos importantes que, se tivessem sido atendidas e priorizadas na época em que foram propostas, pode-se pensar que a cidade hoje estaria vivendo com outras fontes de rendas, que incluiriam por exemplo, possibilidades turísticas com foco no desenvolvimento local e social.

O processo de Rerratificação do Tombamento da Vila Serra do Navio foi aprovado por unanimidade na reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, no dia 09 de novembro de 2018, na cidade de Belém. São três argumentos principais adotados para a Rerratificação: aumento da poligonal de tombamento, proteção da paisagem verde envoltória e uma delimitação das diretrizes de proteção e ocupação, definidos em projeto apresentado[63]. Até o presente momento[64], o projeto de regularização fundiária está vigente no território e as atividades continuam sendo realizadas. De acordo com o cronograma enviado por e-mail em agosto de 2019 (Tabela 07) pela contratada no âmbito do convênio do projeto de regularização fundiária, Maria do Carmo Silva, existem diversas tarefas de mobilização e atuação no território para atualização dos cadastros sociais dos moradores da Vila. Conforme tabelas inseridas abaixo, a

[63] Ver detalhes no processo SEI/IPHAN: 01450.001633/2018-37. Acesso em 30 jul. 2019.
[64] Maio/2019.

lista de atividades que o IPHAN deve desempenhar para que o processo de entrega dos títulos das casas seja concluído com êxito prevê o incremento da comunicação com a prefeitura e mobilização de agentes locais.

Contrato n. AS-907/2019. Projeto 914BRZ4018 - Gestão compartilhada do patrimônio cultural brasileiro

SERRA DO NAVIO - AGENDA/2019 NO MUNICÍPIO

Data	Turno	Atividade	Objetivo	Observação
29.05.2019 (quarta-feira)	Tarde	Atualização de cadastro social dos moradores com processos já formalizados (gratuidade).	Viabilizar a tramitação dos processos correspondentes, já formalizados.	
	Noite	Reunião com o Grupo Municipal de Acompanhamento	Informar sobre a estratégia do IPHAN de apoio à conclusão da regularização fundiária e o papel do Grupo Municipal nessa nova perspectiva.	
30.05.2019 (quinta-feira)	Manhã	Confirmação dos atuais ocupantes dos lotes da Vila Operária e Intermediária	/Organizar acoleta de documentos para formalização de novos processos	
	Tarde	Atualização do cadastro social na Vila Operária	Organizar acoleta de documentos para formalização de novos processos	
31.05.2019 (sextaa-feira)	Manhã	Atualização de cadastro social na Vila Operária	Organizar acoleta de documentos para formalização de novos processos	
		10h. Reunião com a equipe municipal	Avaliar as atividades desenvolvida e planejar as próximas atividades	Prefeitura deverá mobilizar os membros da equipe local para participarem.
	Tarde	Atualização de cadastro social dos moradores da Vila Intermediária	/Organizar acoleta de documentos para formalização de novos processos	O que não for possível concluir será realizado na próxima visita ao município (17 a 21.06)

IPHAN | Prefeitura | +

Tabela 07: Descrição das atividades e objetivos enviados por Maria do Carmo Silva, coordenadora do projeto de Regularização Fundiária
Fonte: Arquivo enviado por e-mail à pesquisadora em junho de 2019, por Maria do Carmo Silva.

A tabela 08, diz respeito às atividades da Prefeitura de Serra do Navio que contemplam todo o escopo de trabalho e que traduzem uma mobilização especial da prefeitura em auxiliar no diálogo e comunicação entre a equipe da Regularização e os moradores.

Contrato n. AS-907/2019. Projeto 914BRZ4018 - Gestão compartilhada do patrimônio cultural brasileiro

Serra do Navio - Agenda maio/2019 no município

Data	Turno	Atividade	Objetivo	Providências Prefeitura
29.05.2019 (quarta-feira)	Manhã	Reunião com a equipe local de regularização fundiária	Esclarecer o papel da equipe municipal para conclusão da regularização fundiária e o detalhamento do cronograma pactuado com o gestor local	Mobilizar servidores para participar da reunião e disponibilizar o local.
	Tade	Atualização de Cadastro social dos moradores com processos já formalizados	Viabilizar a tramitação dos processos correspondentes, já formalizados.	Acompanhar a atividade, caso seja do interesse da Prefeitura
	Noite	Reunião com o Grupo Municipal de Acompanhamento	Informar sobre a estratégia do IPHAN de apoio à conclusão da regularização fundiária e o papel do Grupo Municipal nessa nova perspectiva.	Disponibilizar o espaço dos Conselhos e confirmar representantes do Executivo Muncipal para participar.
30.05.2019 (quinta-feira)	Manhã	Confirmação dos atuais ocupantes dos lotes da Vila Operária e Intermediária	/Organizar acoleta de documentos para formalização de novos processos	Acompanhar a atividade, caso seja do interesse da Prefeitura
	Tarde	Atualização de cadastro social dos moradores da Vila Operária	/Organizar acoleta de documentos para formalização de novos processos	Acompanhar a atividade, caso seja do interesse da Prefeitura
31.05.2019 (sextaa-feira)	Manhã	Atualização de cadastro social dos moradores da Vila Operária	/Organizar acoleta de documentos para formalização de novos processos	Acompanhar a atividade, caso seja do interesse da Prefeitura
		10h. Reunião com a equipe municipal	Avaliar as atividades desenvolvida e planejar as próximas atividades	Mobilizar servidores para participar da reunião e disponibilizar o local.
	Tarde	Atualização de cadastro social dos moradores da Vila Intermediária	/Organizar acoleta de documentos para formalização de novos processos	Acompanhar a atividade, caso seja do interesse da Prefeitura

IPHAN | Prefeitura | +

Tabela 08: Descrição das atividades da Prefeitura de Serra do Navio enviado por Maria do Carmo Silva, coordenadora do projeto de Regularização Fundiária
Fonte: Arquivo enviado por e-mail à pesquisadora em junho de 2019, por Maria do Carmo Silva.

São muitas as dificuldades encontradas no âmbito da gestão do bem categorizado como conjunto urbano, ainda mais em se tratando da grande extensão territorial que é a VSN. Serão

relatados abaixo dois exemplos recentes que reforçam os desafios de gestão nesse território em análise. O primeiro deles diz respeito à construção de um posto de gasolina dentro do limite da área tombada conforme mostrado na figura 56 abaixo:



Figura 56: Mapa da localização do posto de gasolina na Vila Serra do Navio
Fonte: arquivo Superintendência IPHAN/AP

Segundo consta no processo do IPHAN[65], instaurado por meio de denúncia, foi constatada obra para construção de posto de gasolina em abril de 2019, sem a autorização do IPHAN, causando "dano à paisagem urbana da Vila, assim, coube a esta SE como medida circunstancial, o embargo imediato dos serviços ali em execução" (Processo 01424.000066/2019-08/Parecer técnico n 10/2019/DIVTEC-IPHAN/AP). De acordo com o parecer técnico do arquiteto do IPHAN/AP, Rodrigo da Nóbrega, o local de implantação do posto "inviabiliza a instalação do traçado urbano original da Vila"; o técnico do IPHAN também ressalta que "a edificação impediria a duplicação da principal via de acesso ao Staff (parte alta da cidade) e ao complexo industrial de mineração, o que afeta as condições de mobilidade urbana do município" (Processo 01424.000066/2019-08/Parecer técnico n 10/2019/DIVTEC-IPHAN/AP). A figura 57 exemplifica o posto sendo construído no meio da via de acesso ao "Staff" e sua paisagem envoltória. O processo segue em andamento e a prefeitura e o proprietário foram notificados.

[65] Ver processo administrativo SEI/IPHAN: 01424.000066/2019-08. Acesso em 20 jun. 2019.

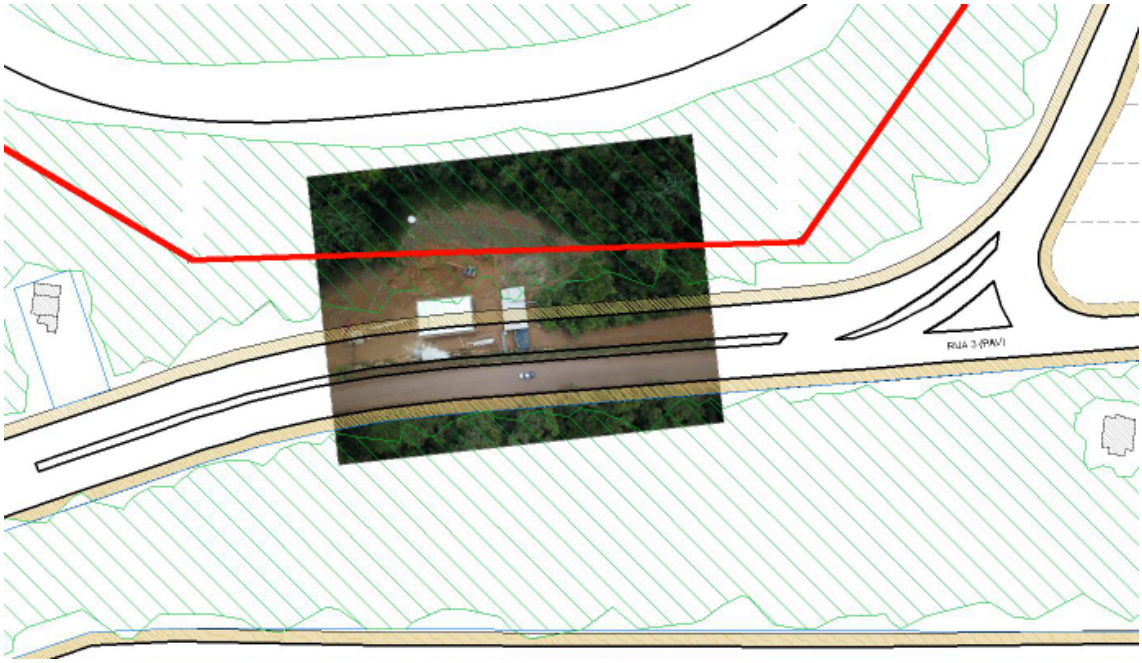


Figura 57: Mapa que mostra o posto ocupando faixa principal de acesso ao Staff
Fonte: arquivo Superintendência IPHAN/AP

Outra obra recente de impacto à paisagem urbana da VSN foi a construção de um galpão[66] em frente à sede da Prefeitura de Serra do Navio, tendo o proprietário sido notificado e autuado em julho de 2019.



Figura 58: Foto retirada em fiscalização do IPHAN/AP em julho de 2019
Fonte: arquivo Superintendência IPHAN/AP

[66] Ver processo completo SEI/IPHAN: 01424.000258/2019-14. Acesso em 20 jun. 2019.



Figura 59: Foto do galpão construído de maneira irregular em fiscalização do IPHAN/AP, em julho de 2019
Fonte: arquivo Superintendência IPHAN/AP

O relatório fotográfico inserido no processo no dia 26/07/19 mostra a construção adiantada, com estruturas de telhado aparentes e tijolos no canteiro de obras, conforme mostram as figuras 58 e 59.

Uma vez que as terras estão em nome da Prefeitura de Serra do Navio, também é responsável por gerir o espaço, as multas foram emitidas em nome da autoridade municipal.

Percebe-se, com esses acontecimentos recentes, diversos grupos de interesses em um mesmo território. Por um lado, a Prefeitura Municipal, atualmente proprietária das terras, por outro, os empresários locais que vêm nas terras uma oportunidade de negócio e renda, além dos empresários de outras localidades que também vislumbram as terras férteis para uso da agricultura e/ou exploração mineral. Para complementar, tem-se o Governo do Estado do Amapá que, atualmente, se faz ausente nas discussões internas de soluções para a Vila e por fim, o IPHAN, que, em meio à isso tudo, tenta articular políticas de patrimônio e de desenvolvimento local para valorização da cidade. Portanto, a cidade se torna um território de constantes disputas, interesses e lutas onde os moradores devem e precisam ser inseridos no campo de debates e articulações de políticas públicas com ênfase, de fato, no desenvolvimento urbano e regional da cidade como um todo.

O desafio é, portanto, construir no atual território social e cultural mecanismos de percepção e compreensão que acolham os antigos e novos moradores. Nesse contexto, o discurso exclusivamente centrado na retórica do “projeto modernista” e da sua significação

histórica não encontra um campo sociocultural receptivo, tornando-se necessário desdobrá-lo nos atributos e qualidades que sejam percebidos e usados (IPHAN, 2018a). Diante dessa exposição, o terceiro e último capítulo visa refletir sobre o papel da tecnologia social e como ela pode ser apreendida pelos cidadãos serranavienses juntamente com ações articuladas entre a prefeitura, o governo do Estado e o IPHAN.

3. AÇÃO PROPOSITIVA DE FERRAMENTA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO – A RELAÇÃO ENTRE TECNOLOGIA SOCIAL E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Em uma perspectiva de ação propositiva, o terceiro e último capítulo desta dissertação visa discutir a temática do patrimônio cultural por meio da análise de iniciativas de reforço à participação social, ou, naquilo que o trabalho de campo na Vila Serra do Navio proporcionou para esta pesquisa, da proposição de novos espaços de contato envolvendo a pesquisadora e os moradores serranos. Isso significa que foram propostas e estudadas soluções que pudessem aproximar a população local com as diferentes instâncias de governança (municipal, estadual e federal) no Estado do Amapá. Como exposto no capítulo anterior, a pouca comunicação entre os entes ocasionou danos ao patrimônio tombado e desgastes entre os envolvidos; assim, os procedimentos e análises mapeados na pesquisa foram realizadas no intuito de promover o diálogo sobre o patrimônio cultural na cidade e propor novas formas de construção social dentro de um espaço patrimonializado. Vale destacar o lugar de fala da pesquisadora, que partiu de um contexto acadêmico, foi exposta a situações e experiências variadas referentes à rotina e embates dos moradores e poder público da VSN e que tenta, por meio desta pesquisa, propor soluções para atender as necessidades políticas e sociais da localidade. O objetivo principal desse capítulo envolve, portanto, apresentar ações e práticas experimentadas na cidade, do ponto de vista da participação social, que podem ser entendidas dentro do conceito da tecnologia social sob o viés do patrimônio cultural. Como o campo da discussão é recente, houve uma preocupação em revisar a bibliografia dos autores que se debruçam sobre o tema, na tentativa de definir o campo de atuação das tecnologias sociais.

As dificuldades para a elaboração de uma metodologia e práticas em campo derivam dos fatos já narrados no capítulo anterior. A distância para acessar a cidade (no período de chuvas - de novembro a maio - o acesso fica ainda pior), a pouca disponibilidade de carro na Superintendência do IPHAN/AP, a escassez de camas no alojamento no ICMBio[67] e a própria logística para acessar a cidade, fizeram com que a pesquisadora visitasse a cidade somente cinco vezes durante os quase dois anos em que permaneceu no Estado do Amapá. Sendo assim, as poucas estadas em campo eram planejadas antecipadamente e traçadas para que o tempo fosse bem aproveitado.

---

[67] Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) –Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/>. Acesso em 12 nov. 2019.

Torna-se um desafio muito grande expressar em palavras os sentimentos captados nas pesquisas em campo; os serranos experimentam a cidade de maneira dinâmica e o campo do patrimônio cultural pode ser destacado como uma das abordagens e novas formas possíveis de vivenciar esse espaço, que é diverso, cultural e muito complexo. Aqui será discutido como o uso da tecnologia social, como um viés da tecnologia digital, pode potencializar o diálogo, a troca, a participação e as novas formas de experimentar o espaço urbano. A proposta é expandir os canais de escuta e trazer os novos espaços de contato, que, no caso de Serra do Navio, identificam-se com o uso de ferramentas digitais para facilitar a comunicação entre o poder público e a comunidade local.

Através de pesquisas, levantamentos em campo e entrevistas, a pesquisadora buscou mapear os grupos que se comunicavam online (*whatsapp, facebook e instagram*), na tentativa de identificar e analisar quais as identidades que reforçavam, entender como eles se comunicam e como o patrimônio cultural é incorporado nas temáticas de cada grupo. Ou seja, a busca pela tecnologia da comunicação levou a pesquisadora a análises da antropologia digital, que coloca os métodos etnográficos nos contextos criados pelos avanços tecnológicos, tão marcantes desde a segunda metade do século passado. Cláudia Ferraz e André Alvez (2017) exploram esses novos contextos:

> No entanto, desprezar a condição digital da cultura contemporânea, a qual se alastra em todas as esferas das relações sociais (se apresentando também como campo e/ou objeto de pesquisa) é ignorar as recentes mídias no cotidiano das relações sociais como o fato social da nossa era. E tornar perecíveis os métodos antropológicos tradicionais para certas culturas, por não darem conta de explicar as relações culturais intoxicadas pelas tecnologias nas relações sociais e materiais. Na Antropologia clássica, livros, informantes e percursos terrestres eram tidos como a condição para os contatos preliminares no início da pesquisa, no entanto, na esfera atual das relações sociais em rede, são comumente substituídos por ícones em telas conectadas via online. (FERRAZ, 2019. p. 48)

As discussões relacionadas à proteção, conservação e gestão do patrimônio cultural vêm sendo amplamente discutidas desde os anos de 1930 (como se observou no capítulo 01 dessa Dissertação) até os dias de hoje, muitas vezes, porém, restritas a intelectuais, pesquisadores ou representantes de setores do poder público responsáveis pelo tema. Pretende-se, portanto, incorporar nesta pesquisa a ampliação dos atores envolvidos na preservação do patrimônio cultural, analisando o uso da tecnologia social através de ferramentais digitais como

instrumentos para a participação social, soluções de problemas, melhoria da qualidade de vida; enfim, para afirmação da cidadania dos cidadãos serranivenses.

3.1. A Tecnologia Social

A tecnologia social[68] remete às resoluções de problemas sociais, aliando o saber acadêmico com o saber popular em prol de uma ação em conjunto. Ela surge do encontro entre a experiência das pessoas das comunidades com o saber científico do profissional (sistematizado em ambiente acadêmico). De acordo com o Instituto de Tecnologia Social (ITS), no Caderno de Debate[69], tecnologia social consiste em:

> Conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. (ITS. 2004, p. 26)

Nesse contexto, as tecnologias devem abranger uma série de propriedades que, segundo Jesus Carlos Delgado Garcia (2007, p. 02), podem ser assim descritas:

> Em primeiro lugar, devem ser relevantes socialmente, isto é, conseguir eficácia e eficiência nas respostas aos problemas que propuseram resolver. Que consigam impactos sociais ou efeitos significativos de inclusão social, de diminuição da injustiça social, de bem estar, de melhoria das condições e qualidade de vida constitui seu fim último. Ao mesmo tempo devem fundamentar-se no âmbito dos direitos humanos e contribuir com sua efetivação ou realização. Consequentemente, devem possuir qualidades de cidadania e adotar métodos participativos em diferentes níveis e formas. Deriva-se, também, de suas características importante dimensão educativa e a procura de conseguir o máximo de empoderamento possível do seu público alvo.

Para Silvio Caccia Bava (2004), com a revolução tecnológica da informática e dos sistemas de informações e comunicações em esfera global nos anos 1990, as distâncias se encurtaram em todos os sentidos "tanto horizontalmente na sociedade, com a conformação de redes e fóruns que elaboram e debatem os novos paradigmas, quanto nas relações entre o local, o nacional e o global" (ibid, p. 104). Com isso, os instrumentos para o desenho de uma nova

[68] Ver mais em: http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/. Acesso em: 11 abr. 2019
[69] Ver mais em: http://itsbrasil.org.br/conheca/publicacoes/cadernos/. Acesso em: 12 abr. 2019.

sociedade foram traçados, com possibilidades de comunicação criadas a partir de recentes relações sociais e transformadoras, do século de muita informação.

> Nessa perspectiva, as experiências inovadoras podem ser avaliadas e valorizadas tanto pela sua dimensão de processos de construção de novos paradigmas e novos atores sociais, de fortalecimento da democracia e da cidadania, quanto pelos resultados que proporcionam em termos de melhoria da qualidade de vida. [...]
>
> É nesse registro que podemos identificar e valorizar o sentido maior atribuído aos esforços de elaboração teórica e prática sobre uma multiplicidade de experiências e iniciativas em áreas como economia solidária, microcrédito, desenvolvimento local, redes horizontais de solidariedade, cooperativas de produção e consumo, habitação, saúde, educação etc. (ibid, 2004, p. 106)

De acordo com mesmo autor, o que se busca atualmente, no campo da pesquisa, da democracia e da cidadania são as novas e possíveis relações entre Estado e sociedade civil "em que o Estado exerça um papel regulador que controle a voracidade dos agentes do mercado e crie as condições para um maior protagonismo dos atores coletivos da sociedade civil" (ibid, p. 107). Na dissertação de Rodrigo Ferreira Landucci (2017), buscando uma reflexão sobre as tecnologias sociais digitais aplicadas à educação sociocomunitária, ele descreve o uso das tecnologias com a capacidade de transformar o *fazer metodológico* em *fazer social;* assim, "devem estimular o empreendedorismo, a compreensão do mundo do trabalho e do mercado, o desenvolvimento de potencial humano sustentável, o acesso e uso de novas tecnologias, a cidadania, a transformação do meio e do social" (ibid, p. 29).

Para Ivete Rodrigues e José Carlos Barbieri (2008), a concepção de tecnologia social pode ser desenvolvida e praticada na interação com a população local e também, apropriada pela mesma. De acordo com os autores, os parâmetros da tecnologia social "fornecem os critérios para a análise das ações sociais decorrentes ou propostas" (ibid, p.1076), entre os quais incluem:

- Razão de ser da tecnologia social — atender as demandas sociais concretas vividas e identificadas pela população;
- Processo de tomada de decisão — processo democrático e desenvolvido a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população;
- Papel da população — há participação, apropriação e aprendizado por parte da população e de outros atores envolvidos;

- Sistemática — há planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada;
- Construção do conhecimento — há produção de novos conhecimentos a partir da prática;
- Sustentabilidade — a tecnologia social visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- Ampliação de escala — gera aprendizagem que serve de referência para novas experiências. (RODRIGUES e BARBIERI, 2008, p. 1076)

Voltando à discussão sobre a participação social, destaca-se o trabalho de Carole Pateman (1992) que descreve em seu livro *Participação e teoria democrática* como a palavra "participação" tornou-se parte do vocabulário das pessoas no final da década de 1960. Interessante destacar que, Pateman escreve muitos anos antes da popularização das mídias sociais em um contexto totalmente diferente do que se vivencia nos dias atuais. Propositalmente foi escolhida essa autora para mostrar como as palavras desse livro são contemporâneas e como podemos analisar a participação social desde os anos 1960 até o presente momento.

O uso da palavra - "participação" - foi usada com tanta frequência fazendo com que a autora levantasse a seguinte questão "a recente intensificação dos movimentos em prol de uma participação maior coloca uma questão crucial para a teoria política: qual o lugar da *participação* numa teoria da democracia moderna e viável?" Ao longo do livro ela discorre sobre essa pergunta e levanta questões relacionadas às tomadas de decisões no âmbito da teoria da democracia moderna. Dessa forma, segundo a autora, existem dois níveis de participação, que se assemelha no próprio modo de fazer da tecnologia social: o das decisões políticas – partilhando com a população o poder de decisão - e dos procedimentos técnicos – inserindo a população para o debate técnico sobre monitoramento, avaliação e tantos outros, associados aos profissionais técnicos (GARCIA, 2007). Vale destacar, nesse momento, a participação social após 1988, ano da Constituição, em que são traçadas ações coletivas e envolvendo diversos atores:

> A participação social no Brasil após 1988 é uma política institucional e um repertório de ação coletiva. Como política institucional, incorpora atores sociais nos processos de tomada de decisão em áreas tão importantes quando a saúde e a proteção social. Como repertório de ação coletiva, a participação institucional integra nos processos de tomada de decisão novos atores que ingressam em associações de bairro e

> associações ligadas a questões de saúde ou à educação, entre outros (AVRITZER, 2017, p. 44)

É interessante discutir o lugar da participação com a produção social do espaço, e destacar a relação do homem com o espaço que, segundo o sociólogo Henri Lefebvre (1974), o homem é sujeito da sua própria história e sendo assim, definem-se três momentos da sua produção social sobre o espaço. Tais noções são detalhadas por Charles Benedito Gemaque Souza:

> O espaço concebido é notadamente o da representação abstrata traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Advindo de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico, as representações do espaço privilegiam a idéia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral. O espaço percebido aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima referentes aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social. O espaço vivido denota as diferenças em relação ao modo de vida programado. Enquanto experiência cotidiana (ordem próxima) está vinculada ao espaço das representações através da insurreição de usos contextuais, tornando-se um resíduo de clandestinidade da obra e do irracional. O espaço social, então, configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas. Evidencia-se que esta análise espacial remete à produção do espaço no processo de reprodução social; por conseguinte, o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso. Em decorrência desta afirmação, percebe-se que não existe uma imutabilidade entre as dimensões espaciais; desta forma, nada impede que o espaço concebido absorva o espaço das representações (vivido). [...]
>
> A dialética entre o espaço concebido e o espaço vivido se materializa no momento que as temporalidades e as espacialidades ligadas à irredutibilidade do uso se fazem presente na apropriação da cidade. Tal dinâmica pode ser vislumbrada principalmente, porém não exclusivamente, nos espaços urbanos que reagem à forma metropolitana. O cotidiano destes lugares designa a atividade criadora por meio da construção individual e coletiva dos seus moradores diante da reprodução do espaço. O direito à cidade então é visto por Lefebvre (1991) como um direito inalienável à vida, pela valorização da obra e do uso, isto só é exequível através da construção de uma analise da cidade mais voltada para um novo humanismo. Portanto, o espaço (social) não é

> apenas uma condição e um produto, mas meio para as relações conflitantes dentro do capitalismo. Assim, é preciso apreender como a reprodução das relações do capitalismo moderno se desdobra para a vida cotidiana de uma sociedade urbana.[70] (SOUZA, 2009, p. 17)

Para Souza, em sua análise, que propõe do espaço urbano amazônico a partir das noções de Lefebvre, estas representariam contribuições importantes para subsidiar as discussões acerca do espaço vivido que traduz um conjunto de diferenças que, segundo o autor, é "o *lócus* da coexistência da pluralidade e das simultaneidades de maneiras distintas de viver no espaço urbano" (SOUZA, 2009, p. 16).

Mantendo o enfoque em definições de espaço, vale destacar o entendimento proposto por Manuel Castells (1999), a partir do ponto de vista da teoria social:

> Suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado. Imediatamente acrescento que qualquer suporte material tem sempre sentido simbólico. Por práticas sociais de tempo compartilhado, refiro-me ao fato de que o espaço reúne essas práticas que são simultâneas no tempo. É a articulação material dessa simultaneidade que dá sentido ao espaço *vis-à-vis* a sociedade. (CASTELLS, 1999, p. 436).

Apesar de este capítulo estar focado no aspecto de ação prática no campo da tecnologia social, nos interessa, sobremaneira, as visões de autores que abordam a importância do espaço do ponto de vista das práticas sociais. Assim, a tecnologia tem uma função como parte desse meio, já que pode promover e estimular a interação e comunicação entre os homens e, portanto, é parte de um processo interativo e participativo, que tem como ponto chave, o tema dessa pesquisa.

Destacando a *Política do Patrimônio Cultural Material* do IPHAN[71], observa-se o princípio da participação ativa, que deve assegurar à sociedade a participação na elaboração de estratégias para a preservação do patrimônio cultural material. Além disso, o art. 9 do capítulo 1 da mesma, diz que no contexto da educação patrimonial destaca-se três princípios que colaboram com a participação: a construção participativa e democrática do conhecimento /

---

[70] Referência eletrônica: Charles Benedito Gemaque Souza, «A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia», *Confins* [Online], 5 | 2009, posto online no dia 21 março 2009. URL: <http://journals.openedition.org/confins/5633 ; DOI : 10.4000/confins.5633>.

[71] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf>. Acesso em 17 jun. 2019.

criação de canais de interlocução com a sociedade / participação efetiva da sociedade nos processos de preservação (IPHAN, 2018b).

Nesse contexto, algumas questões se colocam: como o tema do patrimônio cultural articula-se ao espaço concebido da cidade (que tem a ver com a propostas urbanísticas, arquitetônicas, fundiárias, patrimoniais, normativas para a cidade) e ao espaço vivido da cidade (que tem a ver com os usos, costumes, experiências e de quem ocupa esse espaço)? Quais os atores são mobilizados para o diálogo em prol do patrimônio? Em que medida o uso de novas tecnologias digitais pode contribuir para a gestão do bem cultural? Estas e outras perguntas deverão ser respondidas ao longo desse capítulo com intuito de ampliar as reflexões acerca da preservação e da conservação dos bens materiais tombados no âmbito do IPHAN, numa perspectiva de ação prática na Vila Serra do Navio/AP.

As definições de tecnologias sociais dentro desse cenário de autonomia dos sujeitos, de formação e inclusão social, de promoção da cidadania e de acesso e apropriação de tecnologias específicas, abrem possibilidades para reflexões acerca das necessidades básicas sociais em Serra do Navio e, em especial, para a proposta dessa pesquisa com um viés de ação prática como medida de aproximação e melhoria da comunicação entre sociedade e o Estado através do uso das plataformas digitais.

3.2. A proposta prática para a Vila Serra do Navio

Diante dessa lógica e buscando aproximar o debate da tecnologia social com o campo do patrimônio cultural, retomam-se os estudos sobre a importância do trabalho de regularização fundiária como possibilidade de construção de canais de participações entre a comunidade serrana e o poder público. Proposto como alternativa de novos diálogos e articulações entre o IPHAN e a comunidade de Serra do Navio, percebe-se como a cidade pode ser explorada nas possibilidades da tecnologia social para tornar a cidade um espaço mais democrático, com o uso de ferramentas e metodologias participativas para melhor compreender esse território tombado.

Como relatado, diante da dificuldade de acesso à Vila Serra do Navio e de todos os problemas logísticos retratados na Dissertação[72], a pesquisadora observou uma oportunidade de contato próximo com a comunidade através da inserção em grupos de *whatsapp* e

[72] Problemas logísticos descritos anteriormente neste capítulo.

mapeamentos de conversas online através da página do *Facebook* entre os cidadãos serranos. Entendeu-se que seria uma maneira eficaz e rápida de comunicação para tentar problematizar a relação delas com o patrimônio tombado que, no caso, é a própria cidade onde residem. Como hoje as pessoas que moram na Vila são em grande parte flutuantes, (ficam na cidade por períodos determinados, com contratos de trabalho temporários) supõe-se que cada um tenha uma relação própria com o espaço urbano; assim, abordar o assunto do patrimônio em uma cidade tão diversa torna-se um desafio, mas também, um espaço para debates, uma vez que esta pesquisa está priorizando, em consonância com o que propõe Meneses (2015, p. 40), centrar nas "preocupações no habitante pois é ele quem deve ser o fruidor prioritário da *coisa boa*" (grifo no original). Em Serra do Navio, os moradores utilizam plataformas online (principalmente o *whatsapp*) para se comunicarem, para relatar problemas da cidade, compartilhar opiniões, solicitar informações, reclamações e sugestões, enviar fotos de paisagens bonitas e tantas outras. Ou seja, através das plataformas digitais, a população se comunica, discute e se relaciona com os diversos temas relacionados à gestão da cidade.

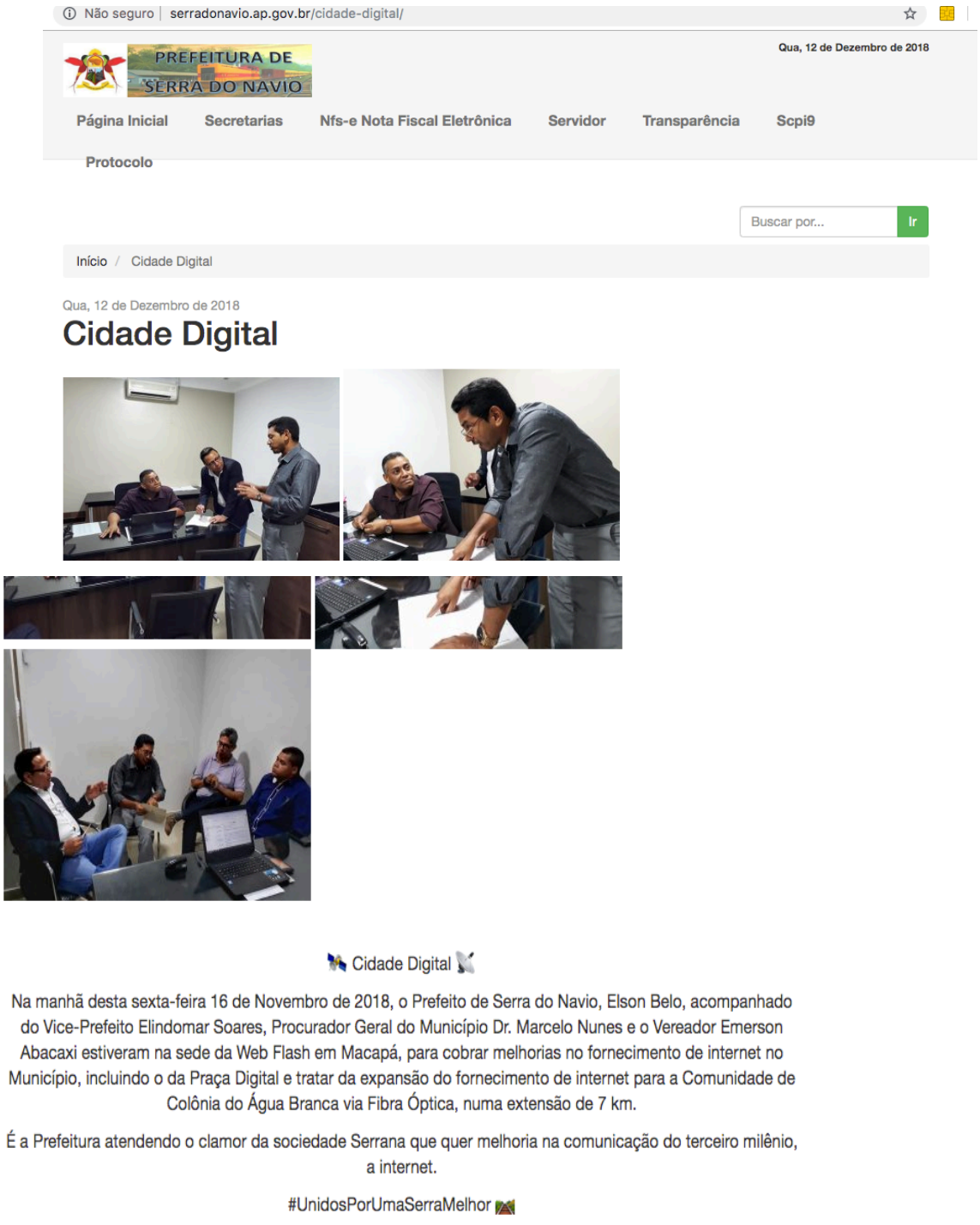


Figura 60: Foto oficial "Cidade Digital" Serra do Navio, noticiada no dia 12/12/18
Fonte: Acesso em 20 jun. 2019 – site oficial da Prefeitura: <http://serradonavio.ap.gov.br/cidade-digital/>

Dito isso, o atual prefeito da Serra do Navio, Elson Lobato, vislumbrou uma oportunidade no ano de 2018, de se tornar o primeiro município a ter o título de *Cidade Digital*. Ele procurou parcerias no estado do Amapá e divulgou no site oficial da Prefeitura de Serra do Navio um dos encontros em que o próprio prefeito está cobrando melhorias no fornecimento de

internet no município, inclusive na praça para que ela se torne uma "Praça Digital", e também, demandou estender o fornecimento da internet para outras comunidades vizinhas, numa extensão de 7km, como informa notícia, na Figura 60.

Desde novembro de 2018, a prefeitura de Serra do Navio tem investido no projeto digital para que a cidade tenha sinal da internet via satélite, e também acesso livre em áreas comuns, como a praça cívica, e as áreas de esportes, como o campo de futebol, por exemplo. Para se ter uma ideia da "força digital" que a cidade tem, em junho de 2019 a prefeitura divulgou um curso intitulado "Projeto Cidadão Digital", no qual, juntamente com o Centro de Gestão da Tecnologia do Amapá (PRODAP), a prefeitura ofertou cursos de capacitação voltados para a criação de artes visuais, fotografia e edição de vídeos. O curso (Figura 61) teve muito êxito, com grande procura e participação de profissionais de diversas idades; espera-se em breve, o lançamento de novos cursos voltados para a capacitação do cidadão digital. O curso foi divulgado na página oficial do *facebook* da prefeitura, como mostra na figura 61.

O uso das plataformas digitais pela população serrana levou a pesquisadora a buscar novas formas de *olhar* a cidade, tentando ampliar o conceito e a relação entre a tecnologia digital e o patrimônio cultural. Torna-se um esforço complexo de abordagem metodológica, descrever uma *vila operária* que se tornou um município e que hoje é uma cidade reconhecida como patrimônio cultural brasileiro com suas forças e tensões, conflitos e interesses, energias e expressões. Esforço esse que só é possível por meio da análise de práticas sociais:

> Sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais. É, portanto, apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais elas agem (e valendo-se de suportes materiais de sentidos e valores), que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio. (MENEZES, 2015, p. 36)



Figura 61: Foto de divulgação do curso "Projeto Cidadão Digital", em 24/06/19
Fonte: Acesso em 24 jun. 2019 – Divulgação página da Prefeitura de Serra do Navio no *Facebook*
Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/category/Government-Organization/Prefeitura-de-Serra-do-Navio-154628478528380/>

As transformações ocorridas na Vila Serra do Navio, desde à época do tombamento, trouxeram para a cidade um esforço de manutenção de um "espaço concebido", por vezes inclusive em detrimento do "espaço vivido" (recuperando LEFEBVRE, 1974). O espaço é, segundo Castells (1999, p. 499) "a expressão da sociedade. Uma vez que nossas sociedades estão passando por transformações estruturais, é razoável sugerir que atualmente estão surgindo novas formas e processos espaciais". Portanto, a finalidade desse trabalho é justamente de identificar a nova lógica da cidade que é fundamentada nos novos processos e formas de apropriações sociais, identificadas pela pesquisadora e que serão descritas nesse capítulo.

> Com o advento do ciberespaço, o saber articula-se à nova perspectiva de educação, em função das novas formas de se construir conhecimento, que contemplam a democratização do acesso à informação, os novos estilos de aprendizagem e a emergência da inteligência coletiva. Fatores como a grande velocidade das inovações tecnológicas, as decorrentes mudanças no mundo do trabalho e a proliferação de novos conhecimentos acabam por questionar os modelos tradicionais de ensino, que enfatizam a transmissão dos saberes. (SEBASTIÃO e PESCE, 2014, p. 68)

As próximas páginas descrevem os procedimentos metodológicos da proposta de diálogo com a tecnologia social, enfatizando as etapas ao longo da caminhada e o referencial teórico ao qual a metodologia foi embasada. O resultado imediato desse trabalho busca incluir ou mesmo traduzir os anseios da população serrana sobre o patrimônio tombado e, assim, procurou destacar as principais necessidades, o que pensam e como a cidade pode continuar sendo preservada e conservada.

Mediante o conceito de tecnologia social previamente definido e visando aproximações com os debates sobre a proteção do patrimônio cultural em Serra do Navio, os primeiros objetivos foram traçados para o início dos trabalhos:

- Entender como é a melhor forma de acessar a população;
- Conversar com os técnicos da prefeitura de Serra do Navio para dar suporte às etapas;
- Mapear grupos de pessoas nas redes sociais vislumbrando entender o comportamento delas e o que pensam;
- Contribuir para as atividades de comunicação da Vila Serra do Navio;
- Ajudar na construção de futuras políticas públicas e/ou privadas na tecnologia social.

3.3. A metodologia utilizada e pesquisas em campo

Vislumbra-se detalhar a partir desse momento, o passo-a-passo da metodologia e como ela foi elaborada juntamente com a população serrana numa perspectiva de ação prática relacionada ao patrimônio cultural. Antes de mais nada, é importante descrever o planejamento para a elaboração da metodologia, que se apresenta em cada uma das etapas:

a) Identificação do problema da falta ou pouca comunicação entre o poder público e a comunidade serrana – essa identificação foi constatada pela pesquisadora que mapeou 8 grupos durante quase 7 meses de *Whatsapp*[73] (a definição de quais grupos seriam mapeados foi realizada junto ao técnico da comunicação da Prefeitura de Serra do Navio, que tem mais de 300 grupos de *whatsapp* cadastrados no celular da Prefeitura);
b) Pesquisa teórica e bibliográfica sobre a história da Vila;
c) Pesquisa em campo com entrevistas direcionadas buscando um mapeamento da comunidade sobre as necessidades, preferências, anseios e demandas.

[73] Foi elaborado um Diário sobre a pesquisa de campo na Vila Serra do Navio, relatando como a pesquisadora entrou em 08 (oito) grupos de *Whatsapp* e ficou silenciosa, somente acompanhando as conversas diárias das pessoas. O Diário mostra, em linhas gerais, a comunicação durante um mês entre as pessoas, as dúvidas sobre algumas questões das cidades, divulgação de festas e outras, conforme figuras 62, 63 e 64.

d) Desenho de uma plataforma digital com os técnicos da Prefeitura que vislumbra solucionar/atender os anseios relacionados à gestão do patrimônio cultural;
e) Análise sobre a abrangência e validação da plataforma digital.

Para que pudesse ser uma ferramenta que dialogasse com todos da comunidade e que promovesse a inclusão, acessibilidade, sustentabilidade e cidadania, optou-se pelo uso da tecnologia social, uma vez que se constatou, por meio da literatura sobre o tema e das pesquisas de campo que essa alternativa abrangeria mais pessoas, sendo, portanto, a melhor solução para aquele contexto. Mais especificamente, e por causa das pesquisas levantadas em campo e análise dos grupos nas redes sociais, verificou-se que o desenvolvimento de um Aplicativo Digital seria a melhor opção, tendo em vista o número de pessoas ligadas às redes sociais como: *Whatsapp, Facebook e Instagram.* A ideia desde o começo, era que o aplicativo fosse retroalimentado pela própria população, destacando a visão e vivência deles para a sustentabilidade e "sobrevivência" da cidade; em contrapartida, a prefeitura teria acesso a um banco de dados e muitas informações para gerir a cidade. A Prefeitura de Serra do Navio tem hoje mais de 1500 (hum mil e quinhentos) grupos de *Whatsapp* cadastrados[74] e a assessoria de comunicação informa diariamente as notícias da cidade e, por meio desses grupos, os moradores se interagem. A Vila fica no centro do município de Serra do Navio e existem outros distritos próximos à Vila que são assentamentos informais (comunidades próximas), de muitos anos de consolidação, dentre eles: Comunidade do Cachaço, Colônia de Água Branca, Comunidade de Pedra Preta, Vila Paraíso (essa está dentro da Vila) e outros pequenos assentamentos.

As figuras abaixo (62, 63 e 64) exemplificam o *Diário de Serra do Navio* elaborado pela pesquisadora que descreve as atividades da seguinte maneira: na coluna da esquerda estão os dias que foram analisados, nas colunas da esquerda para direita estão as conversas em destaque em períodos/turnos (manhã, tarde e noite). Assim, a parte mais à esquerda foi a conversa na parte da manhã, a do meio da tarde e da direita a conversa da noite. Conforme já descrito, os grupos foram escolhidos juntamente com o técnico de comunicação da Prefeitura de Serra do Navio e definiu-se esses grupos: SerradoNavioqueEuQuero (54 membros) / Compra e Venda S.N.V (198 membros) / Em sintonia com o Povo (191 membros) / Mercado Livre S.N.V (205

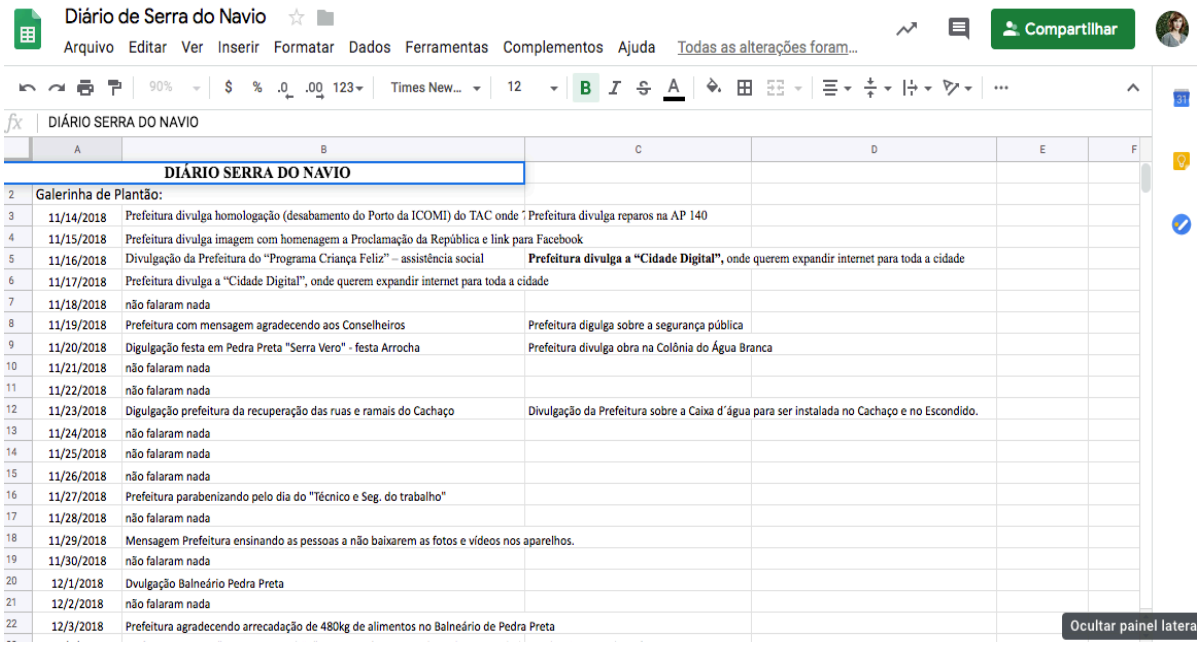
[74] A maioria dos grupos são ativos e usados constantemente. Correspondem aos moradores do município: as áreas próximas à Vila, à área tombada, aos assentamentos próximos e alguns ex-moradores da época da ICOMI. Sendo boa parte deles com mediadores dos grupos como os vereadores, radialistas, funcionários públicos, a prefeitura e/ou moradores que mais escrevem e promovem o diálogo. Para entrar nos grupos, basta solicitar acesso à prefeitura ou para algum colega próximo que também seja administrador do grupo.

membros) / Serra Cross (57 membros) / Galerinha de Plantão (66 membros) / G1 Serra do Navio (1.310 membros) / Serra0 (76 membros). Os grupos de *whatsapp* são diversos e com enfoques diferentes, então procuraram-se definir três linhas de atuação:

1- Grupos que falassem mais sobre a cidade e as questões relativas à gestão e preservação (G1 Serra do Navio / Serra0 / Galerinha de Plantão)

2- Grupos que abordassem assuntos voltados para o turismo e atividades econômicas (Serra Cross / SerradoNavioqueEuQuero/ Em sintonia com o Povo)

3- Grupos que fazem compra e venda de produtos e serviços (atividade muito comum no estado do Amapá, feito basicamente online, nos municípios pequenos) que foram os grupos Compra e Venda S.N.V e o Mercado Livre S.N.V.



Diário de Serra do Navio

Arquivo Editar Ver Inserir Formatar Dados Ferramentas Complementos Ajuda Todas as alterações foram...

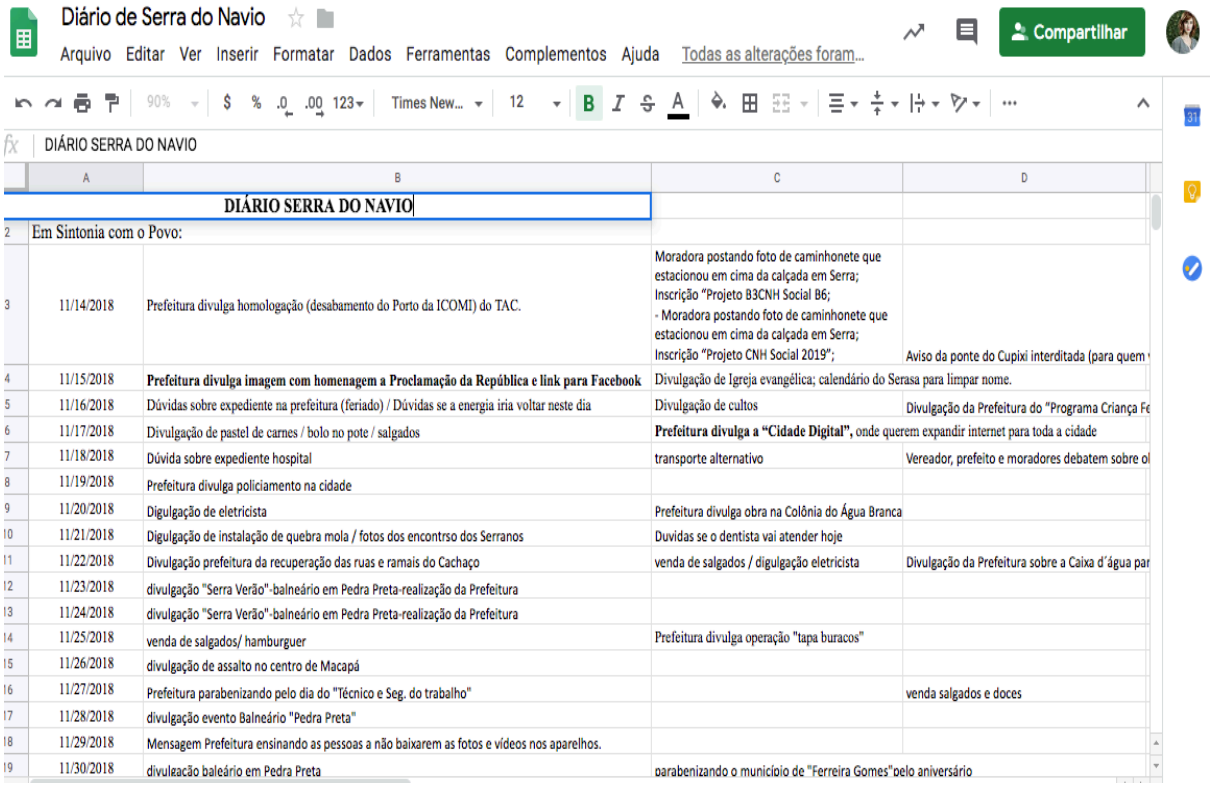
Compartilhar

DIÁRIO SERRA DO NAVIO

	A	B	C	D	E	F
1		**DIÁRIO SERRA DO NAVIO**				
2	Galerinha de Plantão:					
3	11/14/2018	Prefeitura divulga homologação (desabamento do Porto da ICOMI) do TAC onde	Prefeitura divulga reparos na AP 140			
4	11/15/2018	Prefeitura divulga imagem com homenagem a Proclamação da República e link para Facebook				
5	11/16/2018	Divulgação da Prefeitura do "Programa Criança Feliz" – assistência social	**Prefeitura divulga a "Cidade Digital",** onde querem expandir internet para toda a cidade			
6	11/17/2018	Prefeitura divulga a "Cidade Digital", onde querem expandir internet para toda a cidade				
7	11/18/2018	não falaram nada				
8	11/19/2018	Prefeitura com mensagem agradecendo aos Conselheiros	Prefeitura digulga sobre a segurança pública			
9	11/20/2018	Digulgação festa em Pedra Preta "Serra Vero" - festa Arrocha	Prefeitura divulga obra na Colônia do Água Branca			
10	11/21/2018	não falaram nada				
11	11/22/2018	não falaram nada				
12	11/23/2018	Digulgação prefeitura da recuperação das ruas e ramais do Cachaço	Divulgação da Prefeitura sobre a Caixa d´água para ser instalada no Cachaço e no Escondido.			
13	11/24/2018	não falaram nada				
14	11/25/2018	não falaram nada				
15	11/26/2018	não falaram nada				
16	11/27/2018	Prefeitura parabenizando pelo dia do "Técnico e Seg. do trabalho"				
17	11/28/2018	não falaram nada				
18	11/29/2018	Mensagem Prefeitura ensinando as pessoas a não baixarem as fotos e vídeos nos aparelhos.				
19	11/30/2018	não falaram nada				
20	12/1/2018	Dvulgação Balneário Pedra Preta				
21	12/2/2018	não falaram nada				
22	12/3/2018	Prefeitura agradecendo arrecadação de 480kg de alimentos no Balneário de Pedra Preta				

Ocultar painel latera

Figura 62 – Grupo 1: Galerinha de Plantão
Fonte: Diário de Obra feito pela pesquisadora Maíra Onofri em 2018/2019.



Diário de Serra do Navio

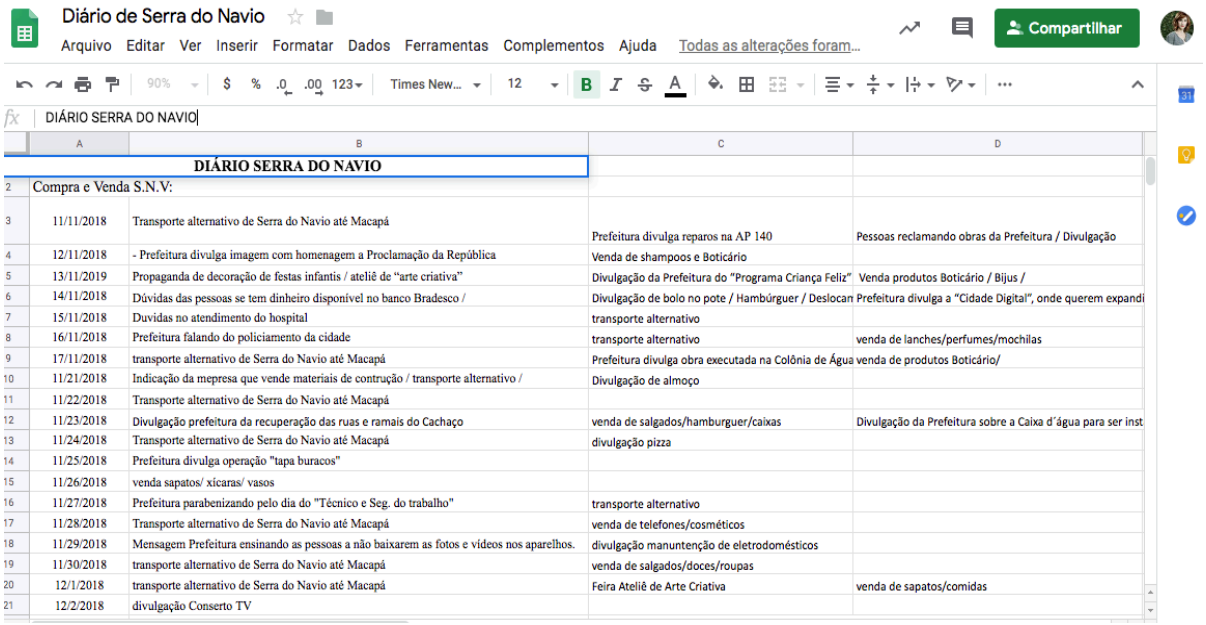
Arquivo Editar Ver Inserir Formatar Dados Ferramentas Complementos Ajuda Todas as alterações foram...

Compartilhar

DIÁRIO SERRA DO NAVIO

	A	B	C	D
		DIÁRIO SERRA DO NAVIO		
2	Em Sintonia com o Povo:			
3	11/14/2018	Prefeitura divulga homologação (desabamento do Porto da ICOMI) do TAC.	Moradora postando foto de caminhonete que estacionou em cima da calçada em Serra; Inscrição "Projeto B3CNH Social B6; - Moradora postando foto de caminhonete que estacionou em cima da calçada em Serra; Inscrição "Projeto CNH Social 2019";	Aviso da ponte do Cupixi interditada (para quem
4	11/15/2018	**Prefeitura divulga imagem com homenagem a Proclamação da República e link para Facebook**	Divulgação de Igreja evangélica; calendário do Serasa para limpar nome.	
5	11/16/2018	Dúvidas sobre expediente na prefeitura (feriado) / Dúvidas se a energia iria voltar neste dia	Divulgação de cultos	Divulgação da Prefeitura do "Programa Criança Fe
6	11/17/2018	Divulgação de pastel de carnes / bolo no pote / salgados	**Prefeitura divulga a "Cidade Digital",** onde querem expandir internet para toda a cidade	
7	11/18/2018	Dúvida sobre expediente hospital	transporte alternativo	Vereador, prefeito e moradores debatem sobre o
8	11/19/2018	Prefeitura divulga policiamento na cidade		
9	11/20/2018	Digulgação de eletricista	Prefeitura divulga obra na Colônia do Água Branca	
10	11/21/2018	Digulgação de instalação de quebra mola / fotos dos encontrso dos Serranos	Duvidas se o dentista vai atender hoje	
11	11/22/2018	Divulgação prefeitura da recuperação das ruas e ramais do Cachaço	venda de salgados / digulgação eletricista	Divulgação da Prefeitura sobre a Caixa d´água par
12	11/23/2018	divulgação "Serra Verão"-balneário em Pedra Preta-realização da Prefeitura		
13	11/24/2018	divulgação "Serra Verão"-balneário em Pedra Preta-realização da Prefeitura		
14	11/25/2018	venda de salgados/ hamburguer	Prefeitura divulga operação "tapa buracos"	
15	11/26/2018	divulgação de assalto no centro de Macapá		
16	11/27/2018	Prefeitura parabenizando pelo dia do "Técnico e Seg. do trabalho"		venda salgados e doces
17	11/28/2018	divulgação evento Balneário "Pedra Preta"		
18	11/29/2018	Mensagem Prefeitura ensinando as pessoas a não baixarem as fotos e vídeos nos aparelhos.		
19	11/30/2018	divulgeação baleário em Pedra Preta	parabenizando o município de "Ferreira Gomes"pelo aniversário	

Figura 63 – Grupo 2: Em sintonia com o Povo
Fonte: Diário de Obra feito pela pesquisadora Maíra Onofri em 2018/2019.



Diário de Serra do Navio

Arquivo Editar Ver Inserir Formatar Dados Ferramentas Complementos Ajuda Todas as alterações foram...

Compartilhar

DIÁRIO SERRA DO NAVIO

	A	B	C	D
		DIÁRIO SERRA DO NAVIO		
2	Compra e Venda S.N.V:			
3	11/11/2018	Transporte alternativo de Serra do Navio até Macapá	Prefeitura divulga reparos na AP 140	Pessoas reclamando obras da Prefeitura / Divulgação
4	12/11/2018	- Prefeitura divulga imagem com homenagem a Proclamação da República	Venda de shampoos e Boticário	
5	13/11/2019	Propaganda de decoração de festas infantis / ateliê de "arte criativa"	Divulgação da Prefeitura do "Programa Criança Feliz"	Venda produtos Boticário / Bijus /
6	14/11/2018	Dúvidas das pessoas se tem dinheiro disponível no banco Bradesco /	Divulgação de bolo no pote / Hambúrguer / Deslocan	Prefeitura divulga a "Cidade Digital", onde querem expandi
7	15/11/2018	Duvidas no atendimento do hospital	transporte alternativo	
8	16/11/2018	Prefeitura falando do policiamento da cidade	transporte alternativo	venda de lanches/perfumes/mochilas
9	17/11/2018	transporte alternativo de Serra do Navio até Macapá	Prefeitura divulga obra executada na Colônia de Água	venda de produtos Boticário/
10	11/21/2018	Indicação da mepresa que vende materiais de contrução / transporte alternativo /	Divulgação de almoço	
11	11/22/2018	Transporte alternativo de Serra do Navio até Macapá		
12	11/23/2018	Divulgação prefeitura da recuperação das ruas e ramais do Cachaço	venda de salgados/hamburguer/caixas	Divulgação da Prefeitura sobre a Caixa d´água para ser inst
13	11/24/2018	Transporte alternativo de Serra do Navio até Macapá	divulgação pizza	
14	11/25/2018	Prefeitura divulga operação "tapa buracos"		
15	11/26/2018	venda sapatos/ xícaras/ vasos		
16	11/27/2018	Prefeitura parabenizando pelo dia do "Técnico e Seg. do trabalho"	transporte alternativo	
17	11/28/2018	Transporte alternativo de Serra do Navio até Macapá	venda de telefones/cosméticos	
18	11/29/2018	Mensagem Prefeitura ensinando as pessoas a não baixarem as fotos e vídeos nos aparelhos.	divulgação manuntenção de eletrodomésticos	
19	11/30/2018	transporte alternativo de Serra do Navio até Macapá	venda de salgados/doces/roupas	
20	12/1/2018	transporte alternativo de Serra do Navio até Macapá	Feira Ateliê de Arte Criativa	venda de sapatos/comidas
21	12/2/2018	divulgação Conserto TV		

Figura 64 – Grupo 3: Compra e Venda S.N.V
Fonte: Diário de Obra feita pela pesquisadora Maíra Onofri em 2018/2019.

O Diário de Serra do Navio foi pensado de forma objetiva com as datas durante o mês analisado e as principais conversas em relação aos problemas da cidade, as sugestões, aos eventos culturais, enfim, o critério de preenchimento foram para os temas que destacassem a cidade de alguma maneira.

Mostra-se oportuno escrever nesse momento, sobre a importância do mundo digital para a construção de redes:

> E, à medida que a lógica da fabricação da tecnologia da informação passando dos produtores de equipamentos de tecnologia da informação para os usuários desses dispositivos em toda a esfera da indústria, também a nova lógica espacial se expande criando uma multiplicidade de redes industriais globais, cujas interseções e exclusões mudam o próprio conceito de localização [...]. (CASTELLS, 1999, p. 419)

No caso da Serra do Navio, reforçado talvez por sua característica geograficamente isolada, o uso de tecnologia contribuiu para multiplicar suas redes, para expandir e gerar novos contatos e também para reflexão do próprio conceito de localização e espaço temporal. A tecnologia, nesse contexto, pode auxiliar e promover o ambiente de diálogo entre a comunidade local e o poder público, de modo a resolver os problemas sociais (características da cidade) promovidos pelo acesso da comunidade à informação.

Buscando aproximações entre o patrimônio cultural e a tecnologia social, recorreu-se às dimensões sociais apresentadas pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS)[75] como constitutivas de qualquer tecnologia social e que partem não de modelos pré-concebidos, mas dos problemas sociais e da complexidade de cada caso que busque na TS, as soluções. Tais dimensões foram sistematizadas por Garcia (2007) em um quadro (Quadro 01), que segue abaixo:

CONHECIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO (1)	PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA, DEMOCRACIA (2)
EDUCAÇÃO (3)	RELEVÂNCIA SOCIAL (4)

Quadro 01: Quadro com as dimensões sociais da Tecnologia Social
Fonte: GARCIA,2007, adaptado pela autora

O primeiro campo tem como ponto de partida os problemas sociais, então, remete-se ao *conhecimento, ciência, tecnologia e inovação* numa perspectiva de organização e sistematização juntamente com a comunidade. O segundo momento, enfatiza a *participação* e envolvimento de toda a comunidade em prol do exercício de cidadania, sendo assim, são

[75] Ver mais em: http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/. Acesso em: 11 abr. 2019.

exercícios participativos que envolvem a população e dissemina a experiência. O terceiro momento é um dos mais relevantes pois diz respeito à *educação,* que nesse caso, realiza um processo pedagógico entre o saber técnico e o saber local e diante disso, a população se apropria e "passa para frente", através de autonomia adquirida ao longo do processo. E por fim, a última dimensão relaciona-se com a eficácia da proposta ou sua *relevância social,* que tem por intuito provocar a transformação baseada na sustentabilidade social. Para essa dissertação e com um viés voltado para o desenvolvimento sustentável, as dimensões sociais são pensadas para o município de Serra do Navio, no Amapá.

Mas então, como poderia articular as discussões sobre as dimensões sociais da TS com o tema do patrimônio cultural? Antônio Augusto Arantes apresenta uma interessante possibilidade, ao propor pensar o patrimônio enquanto recurso:

> Pensar o patrimônio enquanto recurso não é necessariamente vinculá-lo ao mundo da especulação e dos grandes negócios. É certo que megaempreendimentos imobiliários urbanísticos e turísticos valem-se dessa tendência e a estimulam. Mas é também verdade que programas de geração de renda, de consolidação da cultura pública e de valorização da cidadania nutrem-se e buscam eficácia no fortalecimento do que a população pode fazer, com recursos de que dispõe e que tradicionalmente acumulou, nos lugares onde vive e em seu próprio modo de vida. O patrimônio serve também – e principalmente, como a história mostra – para se desenvolver a cultura pública e, por isso, ele deve ser valorizado. Nesse sentido, o patrimônio urbano mostra-se bom para o desenvolvimento sustentável e para a civilidade. (ARANTES, 2015, p. 57)

Tendo o histórico e levantamento da Vila e os quatro campos principais delimitados da Tecnologia Social (somado à algumas entrevistas realizadas com a comunidade), a pesquisadora entra em contato com a assessoria de comunicação da prefeitura de Serra do Navio para iniciar os trabalhos e desenvolver o aplicativo. A ideia é que a Prefeitura fosse a principal parceira desse projeto, já que como gestora do bem cultural, ela deve valorizar e também colaborar na divulgação e validação das ideias, juntamente com a população serrana. O tema do patrimônio, da TS e da sustentabilidade precisam de investimento em todos os grupos de interesse na VSN, afinal, o poder público precisa ser sensibilizado em relação à compreensão da população sobre o tema e em relação às suas demandas. A Prefeitura precisa ser sensibilizada sobre o tema e os critérios que regem a gestão de um bem tombado; o IPHAN precisa ser sensibilizado sobre a dinâmica e interesses de demandas locais, entendimentos locais; e a população precisa ser sensibilizada sobre as possibilidades e limites das políticas de patrimônio.

O único assessor de comunicação[76] da Prefeitura de Serra do Navio (que também é morador da cidade) é Rômulo Costa, que trabalha desde 2018 na atual gestão do prefeito Elson Lobato. Sendo assim, as etapas foram traçadas em cada reunião e os encontros aconteceram na Superintendência do IPHAN/AP (figura 65), que está localizada no centro na cidade de Macapá/Amapá[77].



Figura 65: primeiro encontro entre a pesquisadora (Maíra Onofri) e o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa), no auditório do IPHAN/AP no dia 14/02/19.
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

Em linhas gerais, as seis etapas principais do trabalho e do processo de criação do aplicativo foram:

1- Entendimento (delimitação do que quer resolver) – Prefeitura de Serra do Navio (história, motivações, objetivos e preocupações);
2- Prototipação (rascunhar o aplicativo);
3- Validação (usabilidade-mostrar para as pessoas)
4- Visual (todo o Design interno do aplicativo);
5- Desenvolvimento (programador);
6- Lançamento (monitorar e coletar feedback para sempre melhorar).

[76] O envolvimento de um técnico da assessoria de comunicação da Prefeitura de Serra do Navio neste trabalho, se deu por ele estar diretamente ligado às redes sociais e ter um vínculo maior com cidade, por ser morador desde muitos anos. Além disso, aqui nesse momento, vale destacar que não houveram mais moradores presentes em todo o processo pois grande parte foi entrevistada e foi realizada pesquisas em campo com eles, assim, o grupo de trabalho ficou reduzido entre a pesquisadora e alguns técnicos da prefeitura (que também são moradores).

[77] Às 15:30hs do dia 14/02/2019, no auditório da Superintendência do IPHAN/AP, houve o primeiro encontro técnico entre a pesquisadora Maíra Onofri (mestranda IPHAN/AP) e Rômulo Costa (Assessoria de Comunicação de Serra do Navio) para apresentar as ideias sobre o desenvolvimento do aplicativo digital. A reunião durou o período da tarde e no primeiro momento a Pesquisadora apresentou suas ideias de como pensa o aplicativo de gestão e o Assessor contribuiu com sua experiência delimitando os interesses da Prefeitura.

Essas etapas foram pensadas em consonância com as dimensões previstas no *Conhecimento, ciência, tecnologia e inovação* da TS, na medida que se aproxima com as estratégias de resolver os problemas sociais, promovidos pelo acesso da comunidade à informação.

Tendo como principal objetivo a construção de um aplicativo como ferramenta de gestão e construção participativa junto à população, a ideia foi traçar e mapear os aplicativos existentes que têm como base a gestão e a comunicação entre o poder público e a população local. A ideia central é a construção de uma plataforma em que os usuários possam retroalimentar com a construção de novas referências culturais da população, ou seja, que incluem os locais de interesse, novos lugares, com novas formas de saber e fazer, novos olhares e caminhos do patrimônio e ainda, com novos interesses e benefícios para a gestão da cidade. Com isso, estudaram-se aplicativos como o "Smart City Laguna" (que é uma "cidade sustentável" localizada no interior do Ceará em que o usuário se conecta completamente com todos os serviços disponíveis, indica locais de interesse e seleciona filtros de navegação), "Outbarriers" (baseado na inclusão social sustentável, esse aplicativo identifica e informa obstáculos através de detector de proximidade para pessoas com deficiência visual) e o "Mapp4all" (que é um aplicativo que identifica todo tipo de interesse das cidades, como museus e serviços municipais que são acessíveis para as pessoas com mobilidade reduzida). Os aplicativos descritos acima e analisados têm como temática principal a sustentabilidade/ gestão das cidades e acessibilidade para pessoas especiais. No caso desta pesquisa, o grande diferencial é abordar temas de gestão da cidade, porém, retroalimentado pelos cidadãos com temas de inclusão social, sustentabilidade, empreendedorismo digital, assim como o tombamento da cidade e seu reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro.

O croqui com as ideias iniciais segue abaixo (figura 66), elaborado pela pesquisadora com contribuição do assessor Rômulo Costa. Inicialmente, pensou-se em um aplicativo que abordasse o tema da gestão do patrimônio, porém dividido em 3 eixos ou "árvores" principais. A primeira é relacionada *aos serviços básicos da prefeitura*, ou seja, serviços de emissão de documentos, dúvidas da situação do veículo pelo DETRAN/AP, canais de ouvidoria, informações de empregos e orçamentos participativos, por meio do que a comunidade vota na obra que ela considera mais urgente[78]. A segunda árvore do aplicativo relaciona-se *a gestão e*

[78] Aqui é necessário destacar uma importante informação que em 23/11/2018 foi aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, uma proposta que assegura a qualquer cidadão o direito de acompanhar a execução de obras, prestação de serviços públicos e aquisição de materiais e equipamentos públicos (nas três diferentes instâncias de governança – federal, estadual e municipal) através de

sustentabilidade da cidade, então são assuntos de mobilidade e acessibilidade, saúde, denúncias de descarte irregular de lixo, horários de ônibus e atendimento policial para roubos e furtos. E a terceira árvore ou eixo principal do aplicativo é sobre a história da cidade, o patrimônio, o turismo e suas relações com a população serrana. Aqui pergunta-se: "Qual é a sua cidade?", no intuito de fazer as pessoas contribuírem para as novas possibilidades do que é o patrimônio, ou, do que é a sua cidade. Articula-se aqui com as ideias do Lefebvre (1974) quando essas novas possibilidades do que é patrimônio ampliam-se, podendo ser articuladas ao espaço (ou a cidade) concebida - dentro dos parâmetros e normas urbanísticas e arquitetônicas do que foi realizado o projeto– com o espaço vivido pelos moradores, ou até, os concebidos a partir de uma vivência muito singular no universo da Amazônia.

Nesse eixo, existe a história da ICOMI, a história do tombamento pelo IPHAN, as possibilidades da política pública de preservação, assim como as festas e eventos, turismo, lazer, cadastro de pousadas e restaurantes, ou seja, é um eixo que pode e deve ser retroalimentada pela população, contada com diversos olhares sobre o mesmo espaço patrimonializado. Definiu-se nesse momento, que o nome do aplicativo seria "Cidade-Patrimônio / Serra do Navio" de acordo com as respostas que tivemos de alguns moradores sobre o possível nome do aplicativo (figura 66).

---

aplicativos. Para ler na íntegra, está disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/565859-COMISSAO-ASSEGURA-A-CIDADAO-DIREITO-DE-ACOMPANHAR-OBRAS-PUBLICAS-POR-MEIO-DE-APLICATIVOS.html?utm_campaign=boletim&utm_source=agencia&utm_medium=email>. Acesso em 12 jul. 2019.

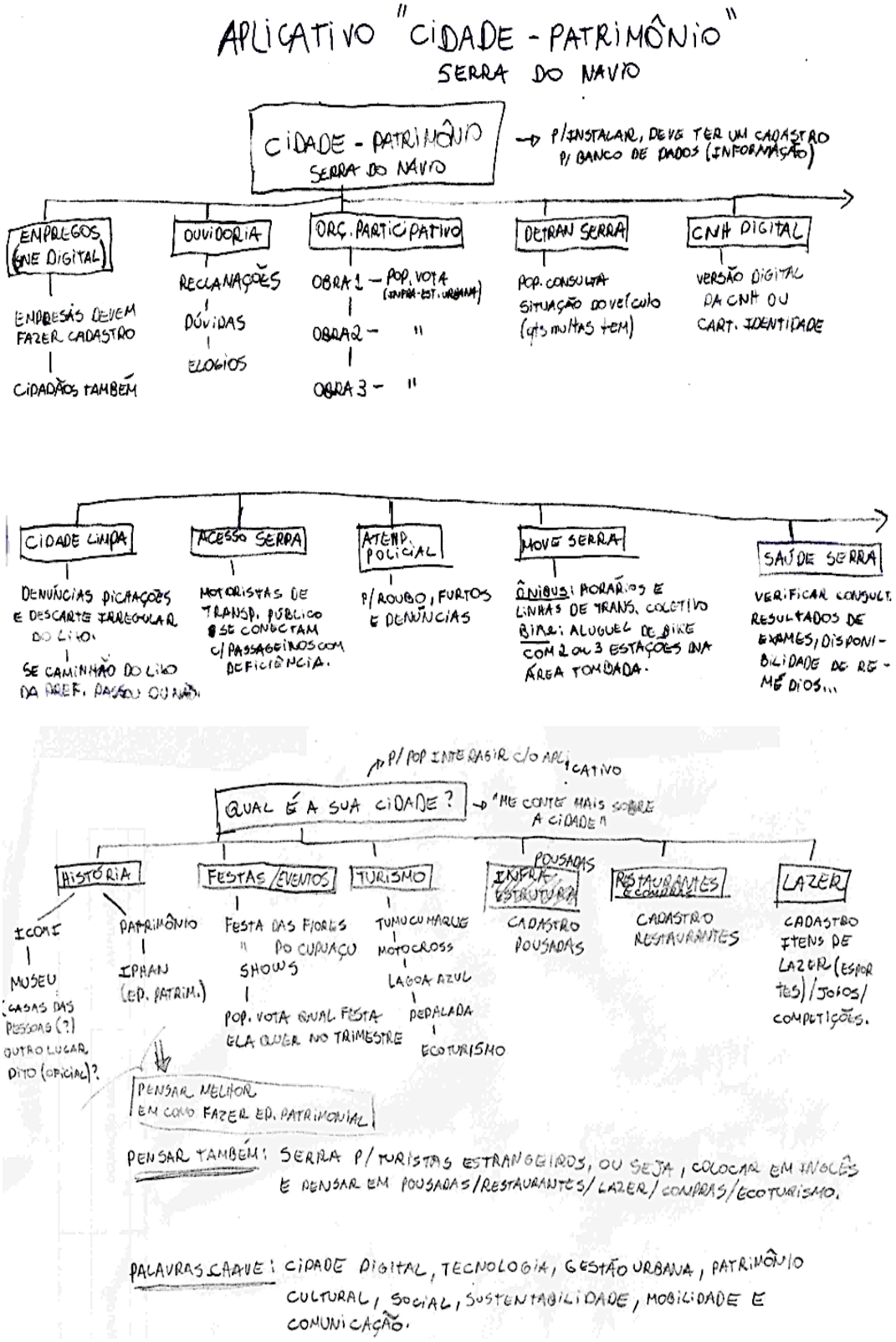
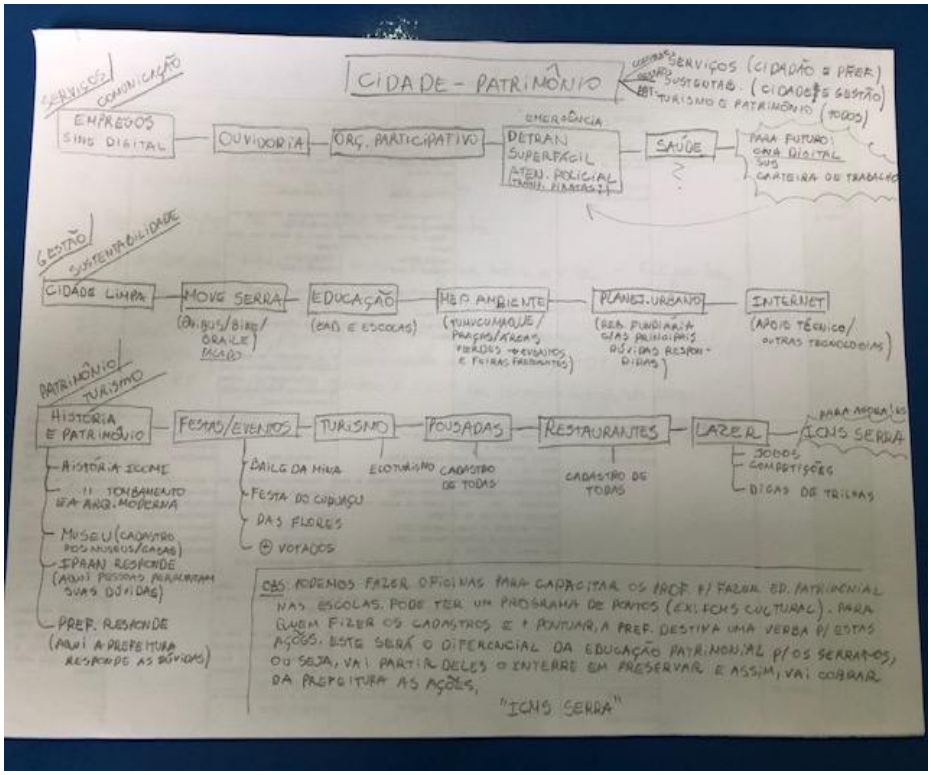


Figura 66: Primeiro croqui do encontro técnico entre a pesquisadora (Maíra Onofri) e o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa), no auditório do IPHAN/AP no dia 14/02/19.
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

Quatro dias depois do primeiro encontro, no dia 18/02/2019, houve uma nova reunião, desta vez contando com a pesquisadora, Rômulo Costa (Assessor da Prefeitura) e com Haroldo

Igor, morador de Serra do Navio que também trabalha na área de Tecnologia da Informação (TI) da Prefeitura, para ver a viabilidade do projeto. Delimitou-se melhor o escopo do aplicativo com as 3 árvores principais e, nesse momento, a pesquisadora sugere a opção "IPTU Serra" e explica sua sugestão para os presentes. O intuito do *IPTU Serra* é uma área do aplicativo que funciona inspirado no programa de incentivo à preservação dos bens culturais do estado de Minas Gerais, conhecido como *ICMS Patrimônio Cultural*[79], porém numa escala reduzida. A ideia é a existência de fichas de cadastro, que os moradores alimentariam trimestral ou semestral para avaliação final da Prefeitura, por meio das quais poderiam pleitear isenção total ou parcial do imposto do IPTU, dependendo da caracterização da atividade. Essas fichas estariam relacionadas às atividades de conservação da cidade, como por exemplo: limpeza de fachada, poda de grama, conservação e limpeza de sua calçada, a coleta do seu lixo, apresentação da cidade para algum turista, alguma palestra sobre a cidade. Ou seja, qualquer atividade que caracterize a preservação, conservação e promoção da cidade seria pontuada e no final, o relatório apontaria créditos e benefícios, como por exemplo, isenção total do IPTU. Abaixo, segue o novo croqui do aplicativo, construído em colaboração com Rômulo Costa e Haroldo Igor (figura 67).

[79] Disponível no site do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), o programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado (ICMS Patrimônio Cultural) é um repasse de recursos para os municípios que preservam seu patrimônio e referências culturais que tem ações de salvaguarda e proteção dos bens protegidos pelos municípios, através de políticas públicas relevantes. Ver mais em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural>. Acesso em: 25 jun. 2019.



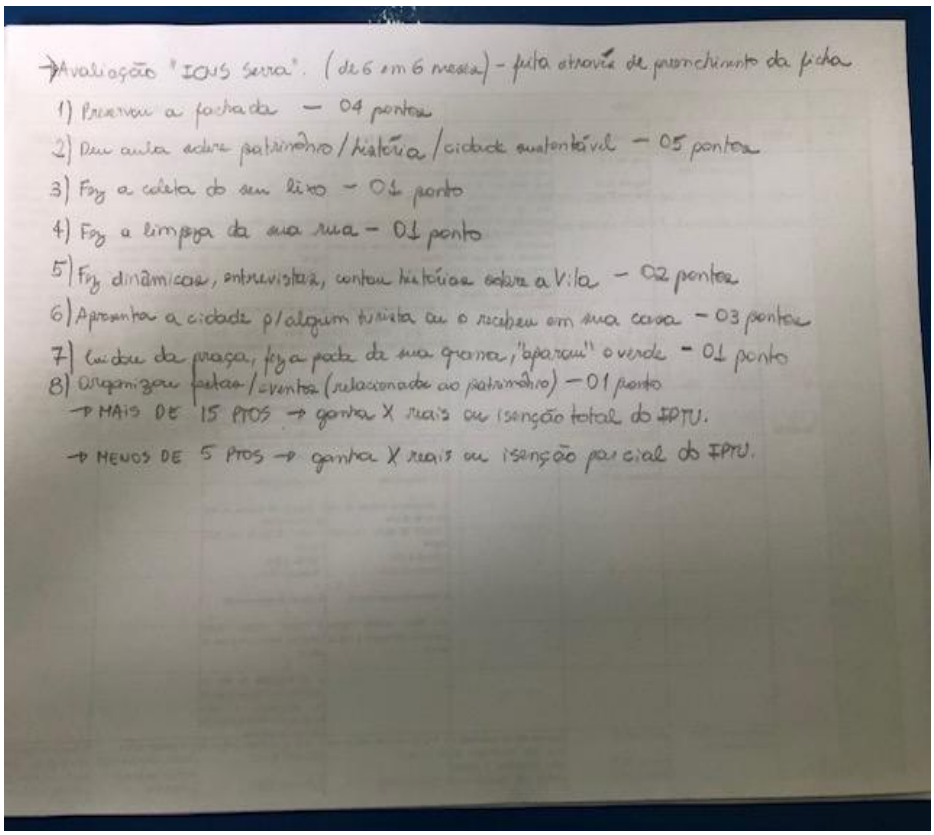


Figura 67: Segundo *croqui* do encontro técnico entre a pesquisadora (Maíra Onofri), o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa) e o técnico de TI da Prefeitura de Serra do Navio, no auditório do IPHAN/AP no dia 18/02/19.
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.



Figura 68: Fotos e segundo *croqui* do encontro técnico entre a pesquisadora (Maíra Onofri), o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa) e o técnico de TI da Prefeitura de Serra do Navio (Haroldo Igor), no auditório do IPHAN/AP no dia 18/02/19. Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

Assim, os estudos foram avançando em cada um dos lados (IPHAN/AP através da pesquisadora e Prefeitura de Serra do Navio através do assessor de comunicação e técnico de TI – figura 68) e os passos seguintes foram um agendamento com o SEBRAE/AP[80], para que pudéssemos ser orientados sobre as metodologias participativas com toda a comunidade e auxílio no desenvolvimento do protótipo do aplicativo digital. O apoio e auxílio técnico do SEBRAE (figura 69), nos fez refletir acerca da importância dessa tecnologia social no contexto de uma cidade tombada, e não pensando em expectativa de geração de lucros para aqueles que estão desenvolvendo. De acordo com Garcia (2007), acontece que:

> Por falta de poder financeiro das populações que precisam de Tecnologia Social, suas necessidades de perfil científico e tecnológico não chegam a constituir uma demanda econômica stricto sensu, capaz de estimular a oferta no mercado de ciência e tecnologia. Isto é, essas populações não possuem recursos econômicos suficientes para custear os investigadores e técnicos ou as instituições de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, e encomendar diretamente com eles as soluções para suas necessidades, por mais urgentes que sejam. Por esse motivo, as associações da sociedade civil, ONGs ou instituições sem fins lucrativos constituem um dos principais atores criadores de tecnologias sociais. Elas não vinculam, necessariamente, a criação de tecnologias sociais à expectativa de lucros. (GARCIA, 2007, p. 08 grifos nossos)

[80] O SEBRAE/AP foi inserido nesse momento do trabalho pois ele é muito atuante no Estado do Amapá e possui consultorias e metodologias participativas que nos interessavam, na ocasião. Os agendamentos foram feitos na própria sede do SEBRAE/AP e alguns avanços foram feitos enquanto estávamos nas consultorias presenciais.

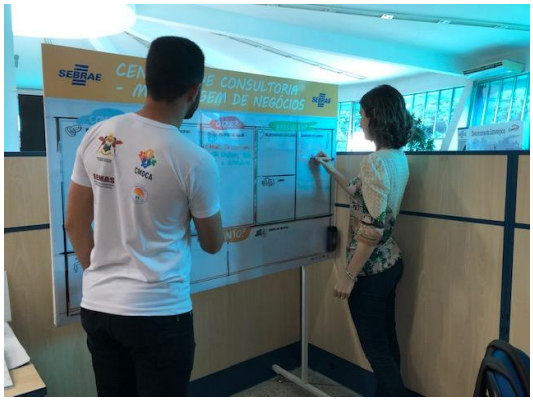



Figura 69: Fotos do encontro técnico entre a pesquisadora (Maíra Onofri), o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa) e o consultor do SEBRA/AP (Erick Dias), na sala reservada do SEBRAE, no dia 21/02/19.
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

Percebeu-se nesse encontro que não estávamos com informações suficientes para desenvolver o protótipo. Era necessário, segundo a consultoria técnica, fazer mapeamentos e pesquisas em campo. Nesse momento, o Assessor da Prefeitura, Rômulo Costa, convidou para compor à equipe o engenheiro-técnico Lucas Trindade (que é morador de Serra do Navio e tem uma *Startup*[81]). Foram então delimitadas, em conjunto e de forma colaborativa, estratégias de prototipação da ideia, sistematizadas no rascunho final após o encontro (figura 71), que segue abaixo (figura 70).

[81] Segundo o *Portal IG,* na setor de "Economia" define-se *Startup* uma empresa que se enquadre nos seguintes parâmetros, sendo o primeiro e mais importante ser uma operação em fase inicial:
1- Ter uma proposta inovadora para apresentar ao mercado;
2- Ter um modelo de negócio escalável;
3- Ser desenvolvida em uma base tecnológica;
4- Primordial ter baixo custo para iniciar as atividades;
5- Ser apresentada ao mercado com uma ideia com potencial de se transformar em negócio.
Ver mais em: <https://economia.ig.com.br/2016-06-30/startup-conceito.html>. Acesso 24 jun. 2019.
Vale destacar que o Lucas Trindade tem uma *Startup* em colaboração com outros integrantes onde ele desenvolveu um aplicativo que conecta os lojistas com os clientes finais. É uma plataforma rápida de conexão que também teve o apoio técnico do SEBRAE/AP para desenvolver as ferramentas da plataforma.



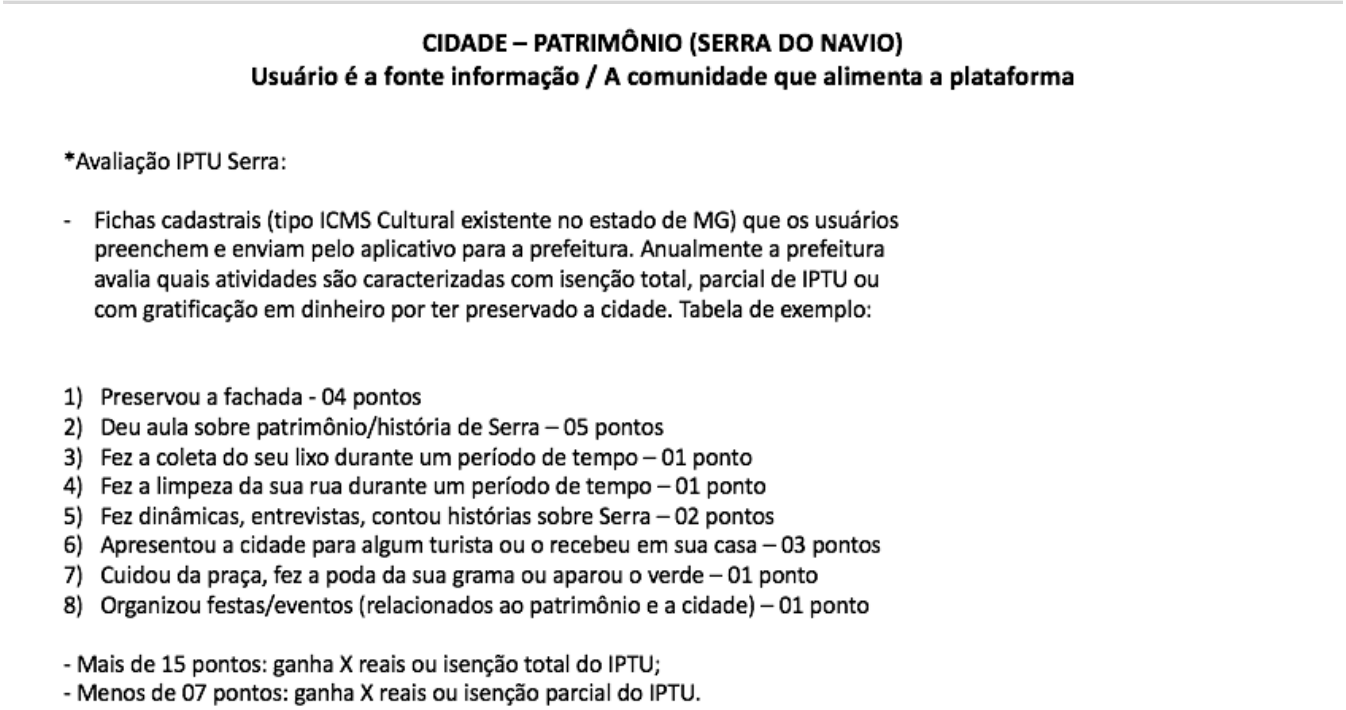


Figura 70: Fotos do rascunho final do aplicativo realizado entre a pesquisadora (Maíra Onofri), o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa) e o morador de Serra do Navio (Lucas Trindade), no auditório do IPHAN/AP, no dia 25/02/19.
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.



Figura 71: Fotos do encontro técnico entre a pesquisadora (Maíra Onofri), o assessor da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa) e o morador serrano (Lucas Trindade), no auditório do IPHAN/AP, no dia 25/02/19.
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

Os três eixos norteadores do aplicativo, conforme se lê na figura 70, são: Serviços/Comunicação, Gestão/Sustentabilidade e Patrimônio/Turismo. No item *História e Patrimônio* existe um campo (que talvez seja um dos mais importantes da construção desse aplicativo) relacionado ao *IPTU Serra.* Esse item diz respeito às atividades que os moradores já desenvolvem, mas que a pesquisadora entendeu que poderiam ser valorizadas, que são ações diárias que as pessoas já fazem em prol da conservação da cidade.

Ao longo dos meses, perceberam-se comportamentos espontâneos dos grupos de *Whatsapp* através dos mapeamentos diários com ações voluntárias das pessoas em preservar e cuidar da sua cidade (figuras 72 e 73). Algumas imagens abaixo exemplificam essa atitude, com ações realizadas no mês de maio de 2019, em que os moradores saem nas ruas para pintar os postes, as calçadas e os guarda-corpos das pontes que dão acesso à cidade. Percebe-se pelas fotografias a presença das crianças, adolescentes e adultos nessa ação no grupo "G1 Serra do Navio" (esse nome foi inspirado no "Portal G1" do site *www.globo.com*). Antes de fazer as postagens com as imagens, é postado um texto em que o morador coloca a seguinte frase: "quem quer faz". Isso é muito importante na medida que é possível articular essas iniciativas às necessidades de sensibilizar o poder público (Prefeitura e IPHAN) sobre o envolvimento da população com a gestão do espaço e do bem tombado, propondo assim, um reconhecimento e benefícios aos grupos mobilizados.



Figura 72: Mapeamentos em grupos de whatsapp em que os moradores estão pintando os postes, guarda-corpos das pontes e calçadas, em maio de 2019. Ações voluntárias dos moradores.
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

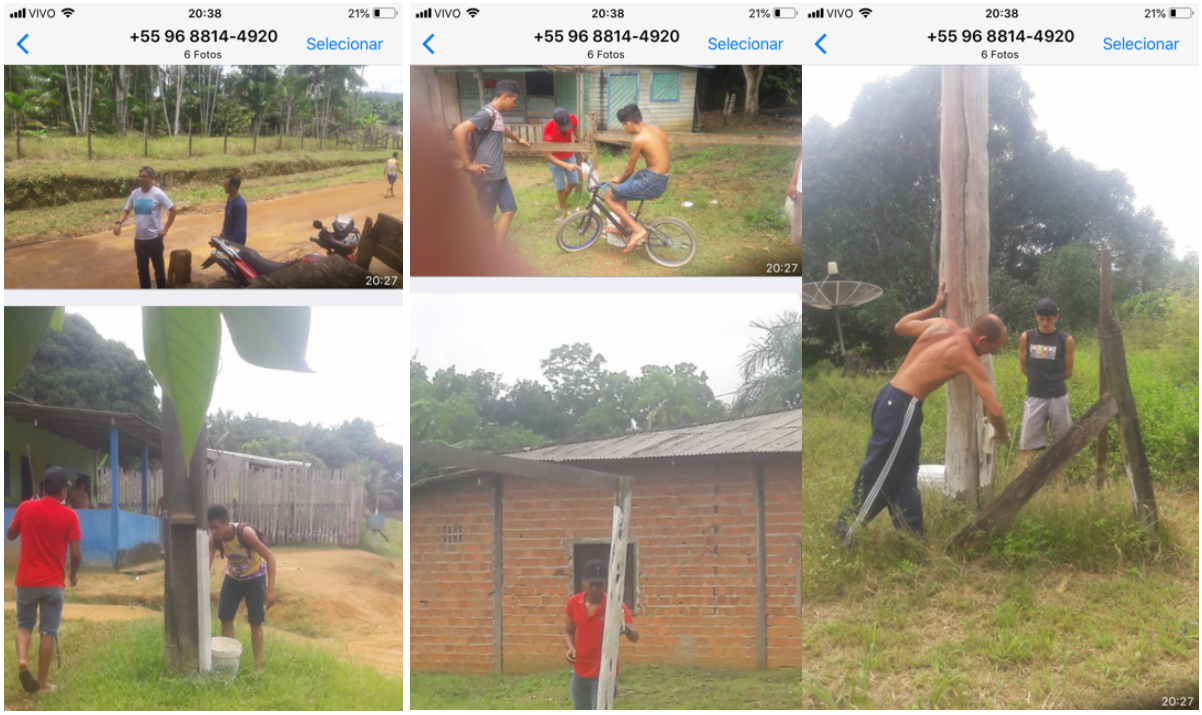


Figura 73: Mapeamentos em grupos de whatsapp em que os moradores estão pintando os postes, guarda-corpos das pontes, calçadas em maio de 2019. Ações voluntárias dos moradores.
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

Retomando a ideia do IPTU Serra, ele diz respeito a uma parte do aplicativo que será destinada às ações de preservação que os moradores já executam. Ou seja, são fichas de cadastro

em que estes podem preencher com formulário técnico e fotográfico relatando a atividade de preservação e conservação que fez na cidade e, assim, por meio das informações disponibilizadas, alcançar determinada pontuação para no final de 06 (seis) meses por exemplo, o morador ter isenção parcial ou total de IPTU. As atividades, como destacadas acima, são diversificadas e podem variar desde limpar as calçadas, até dar uma aula sobre patrimônio cultural, apresentar a cidade para algum turista, cuidar da praça ou organizar festas e eventos que promovam o convívio social entre as pessoas, dentre outros. Assim, dizem respeito a engajar os moradores em prol da preservação trabalhando na lógica do *pertencimento* ou de *empoderamento da comunidade,* valorizando e estimulando o protagonismo dessa comunidade, por meio de suas ações, as quais, por sua vez, são divulgadas e ajudam a encorajar novas iniciativas.

Em outras palavras, de acordo com Meneses (2015), o patrimônio entendido como "fato social" realça a importância de ações educativas e de construção em conjunto. Portanto, a ideia central desse capítulo, de cunho prático, é na elaboração de um aplicativo digital como ferramenta de mediação e comunicação entre comunidade e poder público, voltado também para sensibilizar os agentes envolvidos para as práticas do patrimônio cultural, para o respeito aos entendimentos variados sobre o sítio protegido e o espaço vivido, para a importância das formas diversas de preservar a cidade; enfim, para estimular o interesse coletivo em prol do bem comum.

> Por minha vez, para a educação, acrescentaria a necessidade de revitalizar noções cristalizadas de cidadania, memória, identidade e inclusão social numa perspectiva crítica e, principalmente, política, que privilegiasse os conteúdos republicanos, de bem comum, interesse coletivo, juntamente com as reinvindicações dos direitos devidos. Só assim é que se poderia levar a cabo o propósito de politizar a sociedade sem não instrumentalizar a cultura. (MENESES, 2015, p. 70)

Retomando às atividades relacionadas ao aplicativo, o técnico Lucas Trindade (morador de Serra do Navio) tem um grande domínio sobre modelagem e prototipação de aplicativos, e, com isso, ele se interessou no trabalho sobre Serra do Navio, se tornando o facilitador[82]. Ele intermediou os diálogos e sugeriu alterações para que a tecnologia seja fácil e acessível para

[82] De acordo com o site *Heller de Paula,* o facilitador é a pessoa responsável em ajudar o grupo de trabalho a encontrar as melhores soluções para definir um problema. O facilitador pode ou não participar da tomada de decisão ou se envolver com o grupo. Sua função permeia basicamente em atingir a eficácia do time em encontrar as resoluções dos problemas. Ver mais em:<https://www.hellerdepaula.com.br/facilitador/>. Acesso em 19 jun. 2019.

todos. O passo seguinte, portanto, foi a elaboração de um questionário quantitativo que foi enviado para 250 (duzentos e cinquenta) grupos de *Whatsapp* em que, 98 (noventa e oito) pessoas responderam e contribuíram com suas respostas.

Os objetivos principais com o questionário quantitativo foram:

- Mapear as pessoas interessadas na gestão da cidade tombada;
- Entender os motivos que levaram as pessoas a se instalar na cidade e o que motiva continuarem vivendo lá;
- Entender como o patrimônio é visto (envolvendo tanto o caráter material das casas, as festividades, vida cotidiana e cultural) pela população, a partir dos "desejos de alterações" das casas e da própria cidade (de acordo com pesquisas em campo já levantadas) e por último;
- Entender a comunicação entre a população e a prefeitura VSN e como a tecnologia pode ajudar nessa relação.

O resultado da pesquisa aponta para alguns dados, que já eram esperados, de acordo com as respostas enviadas. Os resultados da pesquisa Quantitativa podem ser encontrados no Apêndice 01.

A análise dos quadros (apêndice 01) mostra alguns resultados já esperados. Um deles é referente a idade: hoje a maioria da população pesquisada tem em torno de 21 a 35 anos o que mostra que é uma população jovem, que não viveu na "época da ICOMI". Além disso, a maioria da população migrou para o município motivada pelo trabalho (grande parte trabalha na área de mineração, concursados, prestação de serviços e outros). Como mostram os números, mais de 50% das pessoas que responderam à pesquisa não veem diferença do tombamento da cidade, ou seja, não viram muitos benefícios na cidade se tornar um patrimônio cultural brasileiro. Em contrapartida, todos parecem estar alinhados em relação à preservação da cidade, a respeito do que assinalam que eles não só têm que cobrar os serviços e atualizar a prefeitura dos problemas, mas também, que podem cuidar de suas casas e calçadas. Isso é um indicativo de que querem participar da conservação da cidade como um todo. Um outro dado interessante mostra que mais de 55% das pessoas frequentam o "Festival do Cupuaçu" (festival que ocorre em meados de junho/julho de todo ano e celebra a produção e comercialização da agricultura no município,

focando principalmente no Cupuaçu, como eixo para o desenvolvimento econômico local[83]), promovido pela Prefeitura de Serra do Navio e que agrega um número grande de moradores e turistas de todo estado. Por fim, e já esperando um resultado próximo disso, é constatado que mais de 85% tem facilidade com o uso da tecnologia digital e que 35% das pessoas se comunicam com a Prefeitura através das redes sociais como *Whatsapp, Facebook* e *Instagram*; além disso, afere-se que o acesso à internet é amplo, uma vez que mais da metade das pessoas que responderam ao questionário afirmaram que, em suas residências, até três pessoas tinham celulares ou computador com acesso à internet. Vale ressaltar sobre o último item analisado, o esforço do Prefeito Elson Lobato que, desde o final do ano de 2018, tem feito ações para tornar a Vila Serra do Navio a primeira "cidade digital" do Estado do Amapá, conforme mostrado no início do capítulo.

O passo seguinte, de acordo com as etapas definidas no item 3.3 deste capítulo, para a elaboração dos procedimentos para modelar esse aplicativo era entender como deveria ser a pesquisa qualitativa. Foi-se então, iniciada a metodologia de *Design Sprint* com a pesquisadora e o assessor de comunicação, tendo o Lucas Trindade como *facilitador.*

A metodologia *Design Sprint*[84] foi realizada em cinco dias corridos e visou responder perguntas sobre o negócio por meio do design, prototipagem e teste de ideias com o time envolvido. Essa metodologia é focada no usuário[85] e busca inseri-lo no processo de criação, permitindo economia de tempo e custo, assim, agilizando o trabalho em equipe[86]. Essa metodologia é baseada no *Design Thinking* em que busca promover uma interação e coparticipação entre a equipe técnica e usuários e sendo assim, quanto maior a diversidade e formação da equipe, melhor serão os resultados.

Realizada online e dentro da plataforma *Miro*[87], deu-se sequência aos trabalhos que contaram com a representação do IPHAN (através da autora), de técnico representando a

---

[83] Ver mais em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/joelma-e-atracao-principal-no-festival-do-cupuacu-em-serra-do-navio-no-amapa.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2019.

[84] "Sprints são corridas de alta velocidade em curtos períodos de tempo. Na gestão de projetos são marcos predefinidos e de curta duração, com objetivos claros e artefatos a serem entregues". SEBRAE, 2017. Ver mais em: <http://sebraemgcomvoce.com.br/design-sprint-o-que-e-e-como-usar/> e <https://www.gv.com/sprint/>. Acesso em 20 jun. 2019.

[85] Vale destacar que usuário aqui é entendido como um "modelo" que foi pensado através da pesquisa de campo e análise dos dados quantitativos mostrados acima, em que é previsto uma customização para o desenvolvimento do aplicativo.

[86] Metodologia disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursoseeventos/curso-design-sprint-acelere-a-resolucao-de-problemas,d65dab24f3aef610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 12 fev. 2020

[87] Essa plataforma online é uma ferramenta gratuita de planejamento visual e colaborativo onde você pode planejar, com mais usuários conectados, e construir ideias, diagramas e quadros com notas. Ver mais em: <https://smpwfe-

Prefeitura de Serra do Navio (através do Rômulo Costa) e o *facilitador* (Lucas Trindade). As imagens que seguem abaixo esboçam os esforços de compreensão desse "espaço digital" de acordo com a metodologia *Design Sprint,* que em linhas gerais, atuam de maneira coesa a partir dos 3 (três) eixos principais bem delimitados nesse aplicativo específico: Serviços/Comunicação, Gestão/Sustentabilidade e Patrimônio/Turismo. Vale destacar que o "turismo" se relaciona à divulgação dos pontos e atrativos turísticos como eixos econômicos de desenvolvimento do município, tendo em vista, o grande potencial que Serra do Navio tem pela proximidade com uma extensa cobertura vegetal primitiva além de estrategicamente estar ao lado de uma das entradas da maior reserva florestal do mundo que é o: Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque[88].

As próximas etapas que seguem abaixo mostram o passo a passo da metodologia, a começar com a etapa 01 (figuras 74 e 75), que se referem aos murais de Maíra Onofri e de Rômulo Costa, respectivamente, em relação aos aplicativos que ambos identificaram como importantes e que gostam de usar. Na etapa 02 (figura 76) é traçado o objetivo de ambos em relação à expectativa do trabalho, motivados pela pergunta do facilitador sobre quais seriam os objetivos do aplicativo em dois anos; foi votado a melhor opção, descrita pela seguinte frase: "Estar com o *app* consolidado e adaptado em toda a região Norte para posterior expansão".

prod-wcus.smp-ase-prod-wcus.p.azurewebsites.net/es-es/product/office/WA104381906?tab=Overview>. Acesso em 01 jul. 2019.

[88] Ver mais em: <https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?29829/Serra-do-Navio--portal-de-entrada-do-Parque-Nacional-Montanhas-do-Tumucumaque>. Acesso 20 jun. 2019.



Figura 74: Etapa 1 - Mural Maíra Onofri
Fonte: Painel da metodologia Design Sprint

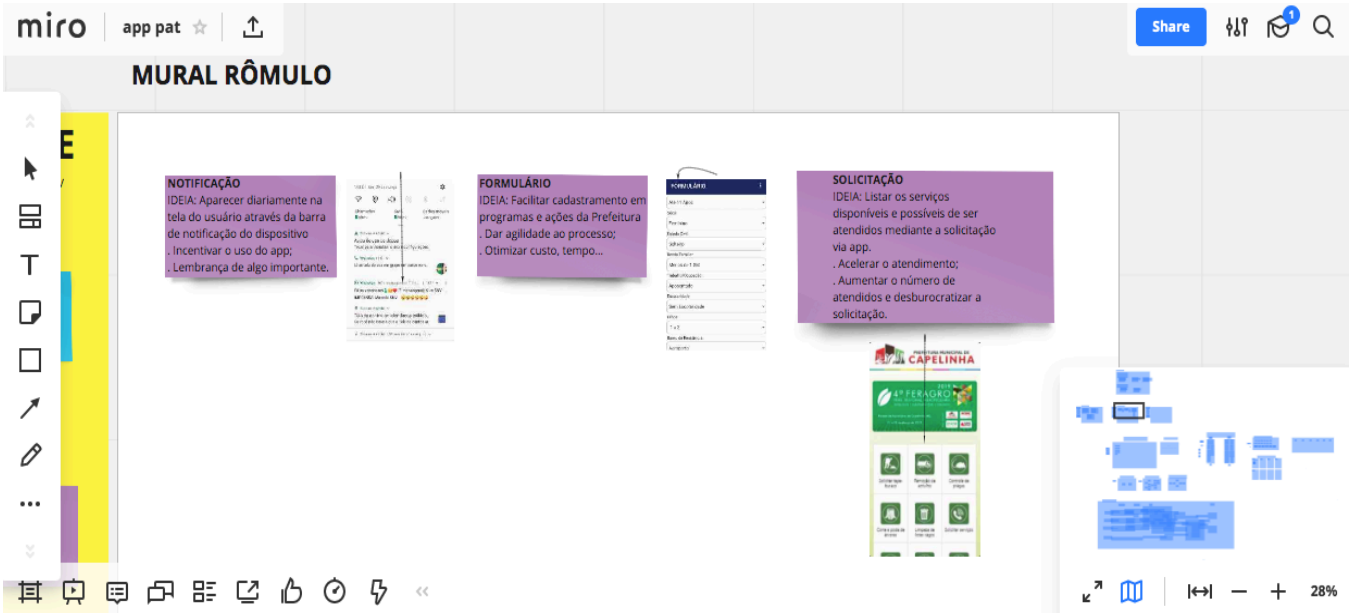


Figura 75: Etapa 1 - Mural Rômulo Costa
Fonte: Painel da metodologia Design Sprint

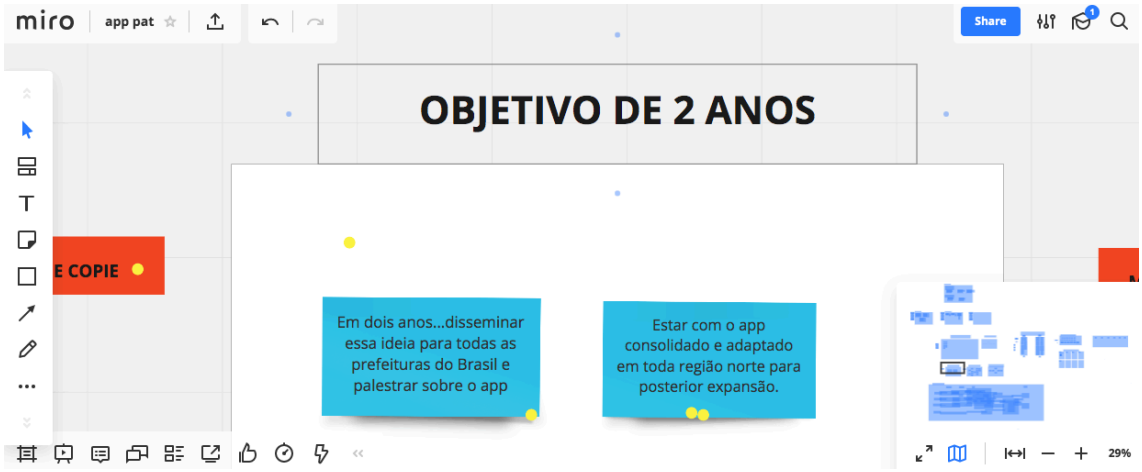


Figura 76: Etapa 2 - Objetivo em 2 (dois) anos
Fonte: Painel da metodologia Design Sprint

A etapa 03 (figura 77) refere-se às "perguntas da *Sprint*" que são perguntas que ambos os profissionais fizeram relacionados aos objetivos, metas e propostas do trabalho. Essa etapa, mostrou-se especialmente interessante para a pesquisa, por entender-se que poderia ser um canal e eixo participativo de comunicação e mediação de conflitos; poderia, portanto, contribuir para ampliar os debates sobre o patrimônio, cidade e gestão do bem cultural. A etapa seguinte 04 (figura 78), consistiu em votação das perguntas mais importantes e com possibilidade de priorização. Como o time é pequeno, os três integrantes votaram com uma bolinha amarela no canto do retângulo. A pergunta com maior votação foi: "Como podemos facilitar a comunicação em Serra do Navio?". Em seguida, as outras quatro mais votadas foram, respectivamente:

1- Podemos desenvolver uma plataforma simples para qualquer pessoa acessar?
2- Podemos oferecer serviços rápidos e básicos para a população serrana?
3- Podemos trabalhar em conjunto com a população em prol da cidade?
4- Podemos solucionar os problemas de gestão da cidade?

A última pergunta relacionada aos problemas de gestão da cidade era uma das mais importantes pois interessava entender a posição da Prefeitura de Serra do Navio sobre esse item e como pensavam e esperavam sobre essa etapa.



Figura 77: Etapa 3 - Responder Perguntas da Sprint (nesse caso, a pergunta começava "Como podemos..."?)
Fonte: Painel da metodologia Design Sprint

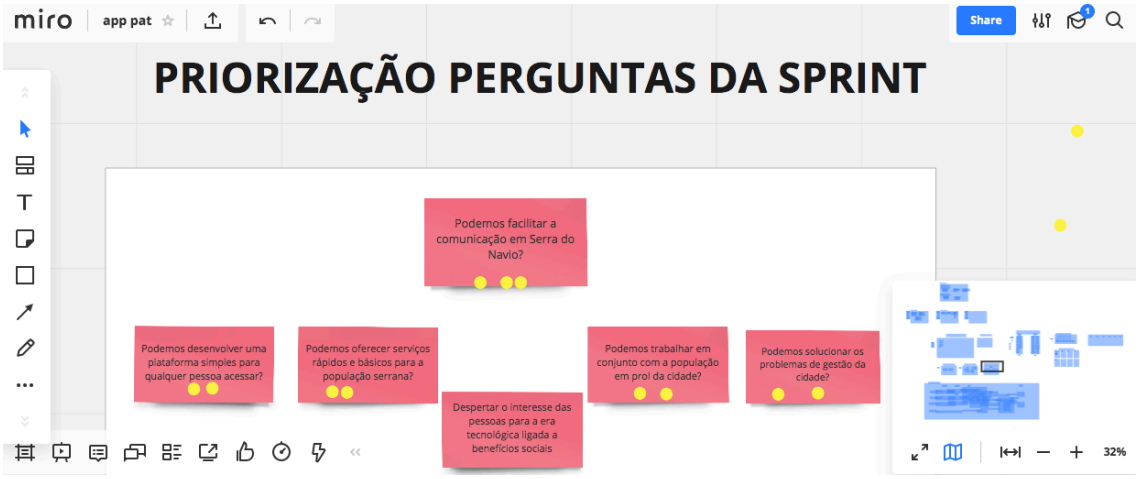


Figura 78: Etapa 4 - Priorização das perguntas da Sprint
Fonte: Painel da metodologia Design Sprint

A etapa 05 (figura 79) etapa, diz respeito ao fluxo dos usuários na plataforma, ou seja, como serão os caminhos que cada usuário vai percorrer internamente. Após muitos debates, definiu-se escolher a sugestão da pesquisadora, em que ficaram as seguintes etapas definidas:

1- Usuário baixa o aplicativo;
2- Faz o cadastro com nome/telefone/localização;
3- Alimenta a plataforma com fotos e vídeos no "museu digital";
4- Escreve sobre a sua história na cidade de Serra do Navio;
5- Ajuda a preservar a cidade denunciando descarte irregular de lixo e outros;
6- Usuário resolve algum serviço, alimenta sua "rede social da cidade" e sai da plataforma.

Nesse momento da pesquisa permeia uma consideração interessante, afinal, seria então possível pensar o fluxo dos usuários como novos fluxos e caminhos para novos diálogos sobre o patrimônio? Esta pergunta tentará ser respondida nas próximas páginas.

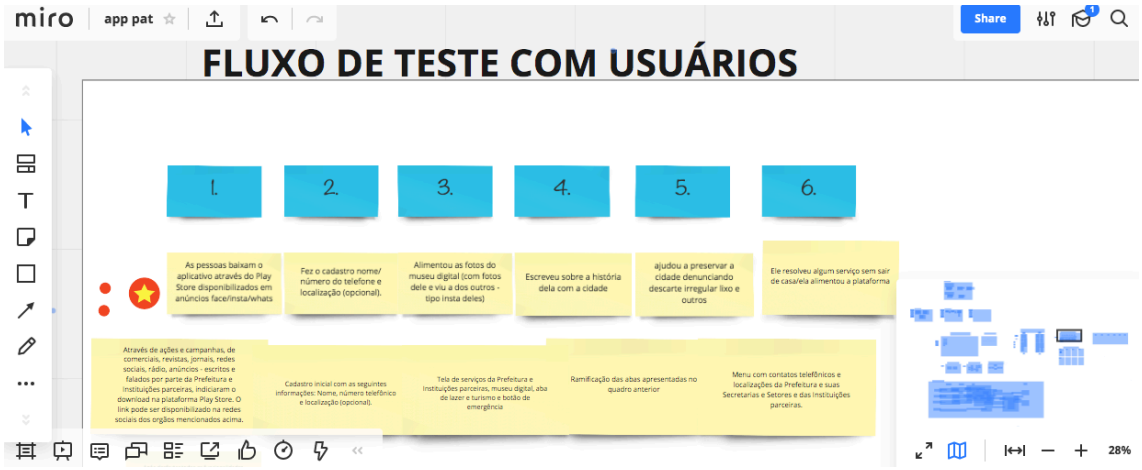


Figura 79: Etapa 5 - Mapeamento dos usuários em relação ao fluxo interno na plataforma
Fonte: Painel da metodologia Design Sprint

A etapa 06 (figura 80) contempla a *galeria de ideias* ou de rascunhos para a plataforma em si. Abaixo e à esquerda, tem-se o painel de Rômulo Costa com todos os caminhos e abas do aplicativo; à direita, vê-se as ideias da pesquisadora. Em linhas gerais, cada um desenha a plataforma respondendo as etapas anteriores da metodologia *Sprint* e tenta aplicar todas as perguntas e respostas para o desenho do aplicativo. A figura abaixo, exemplifica a galeria de ideias desenvolvida para Serra do Navio.

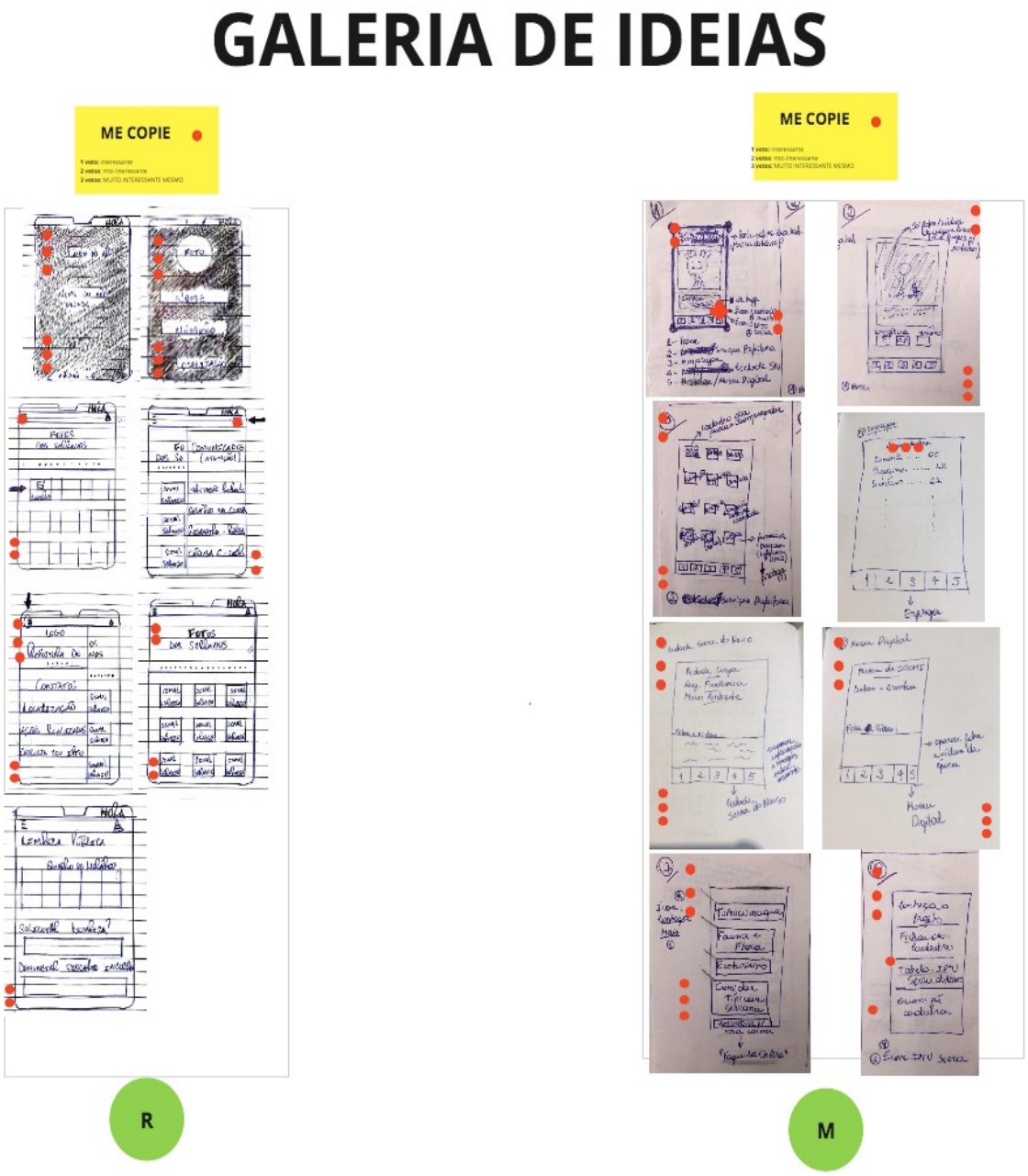


Figura 80: Etapa 06 - Galerias de ideias com os rascunhos do aplicativo desenvolvida pela Maíra Onofri (direita) e pelo Rômulo Costa (esquerda).
Fonte: Painel da metodologia Design Sprint

Finalmente, a etapa 07 e última (figura 81) corresponde ao mapa do aplicativo com o percurso final proposto ao usuário, contemplando responder a três desejos básicos: *"descobrir", "aprender", "agir",* de modo a atingir as metas (Serviço prestado / Satisfaz seu "amor" pela cidade). O interessante desse mapa é que ele demonstra um possível percurso do usuário com seus objetivos e metas a serem atingidas. Um exemplo proposto é em relação a

população, que *descobriria* pelas redes sociais (anúncios), divulgação da prefeitura ou boca a boca, *aprenderia* através do tutorial online ou ações da prefeitura ou com apresentação em PDF explicando toda a plataforma e *agiria* entrando na plataforma, quer seja acessando algum serviço, quer seja alimentando sua rede. Com isso e através de uma forma simples e objetiva, ela atingiria uma meta proposta, que seria: ou o serviço foi prestado e atendido ou ela ficou "satisfeita e alimentou seu amor pela cidade" (aqui entendendo "amor" como: interesses, expectativas e/ou demandas). Aqui coloca-se entre aspas pois partiu do interesse do próprio facilitador, Lucas Trindade, que é morador de Serra do Navio, que ele pudesse alimentar e satisfazer seus desejos de melhorias para sua cidade.

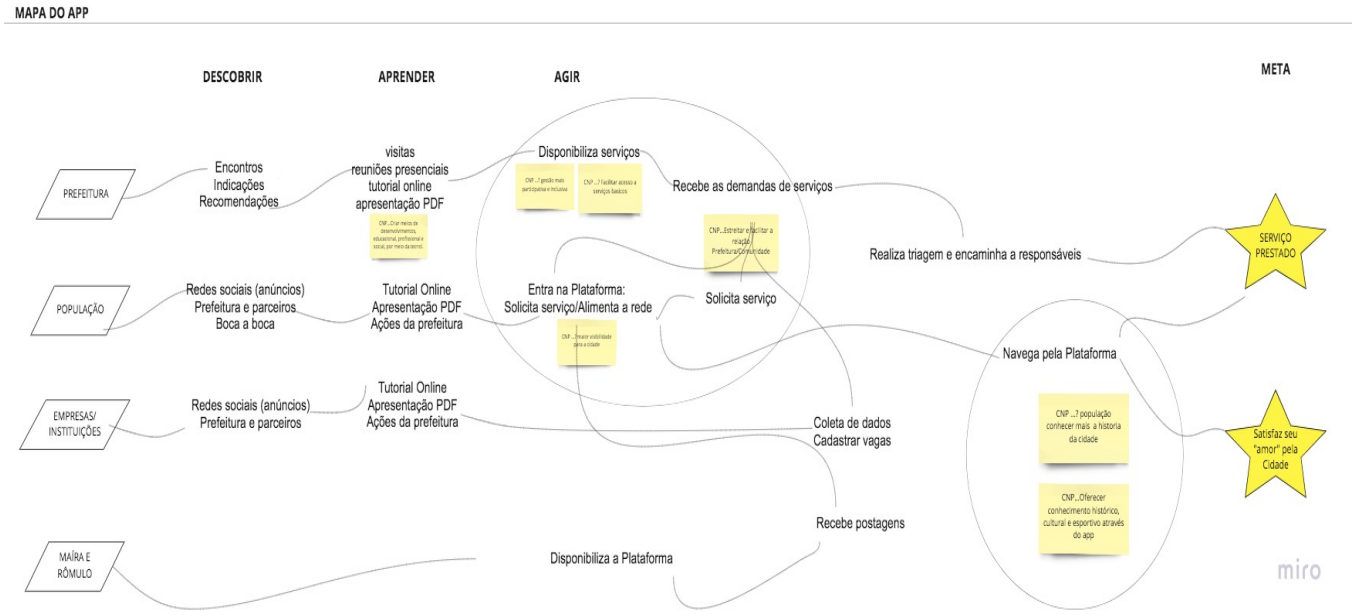
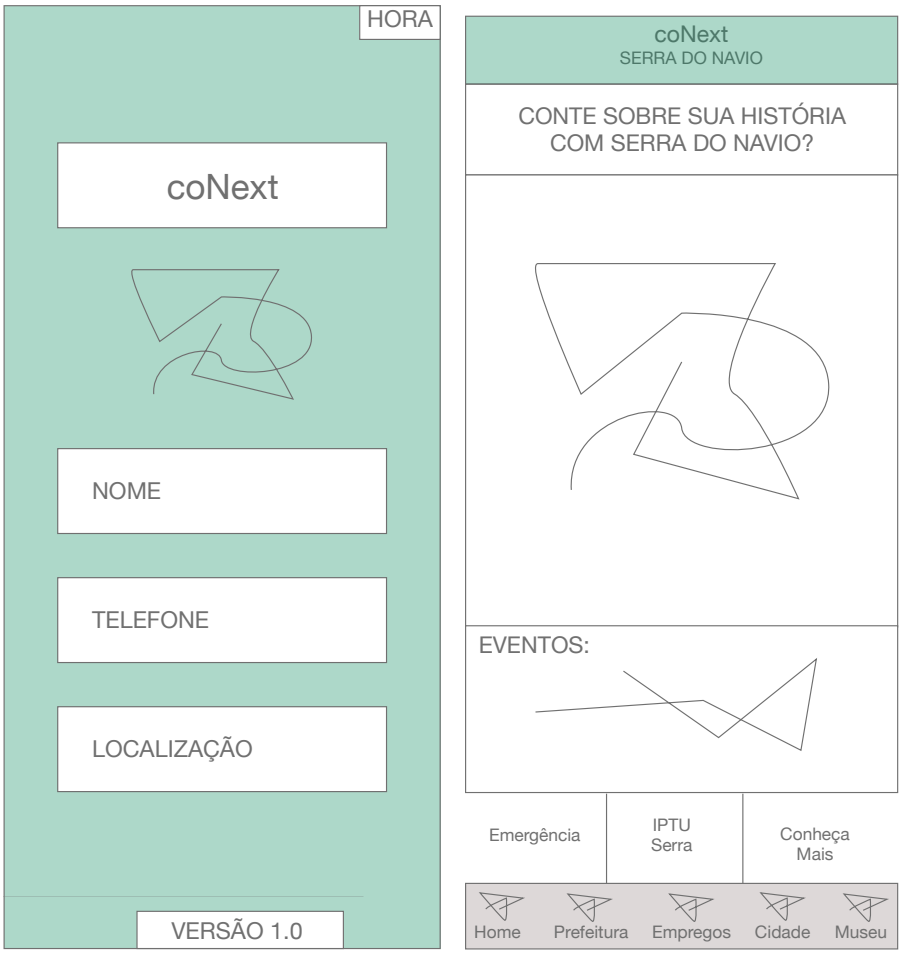


Figura 81: Etapa 7 - Mapa final de percurso do usuário
Fonte: Painel da metodologia Design Sprint

As próximas imagens são os protótipos ou croquis finais do aplicativo após toda a evolução do trabalho e as etapas concluídas (figura 82). É importante dizer que esse processo, além de ter sido pensado para atender as expectativas de customização do aplicativo para o grupo específico, traz à tona algumas discussões importantes no âmbito da valorização e destaque do cidadão como protagonista do espaço patrimonializado. A ideia desde o início foi trabalhar a ideia de *pertencimento* entre os cidadãos serranos, destacando sua leitura da cidade, seu entendimento do espaço e do patrimônio reconhecido, e reforçando novas formas de valorização do patrimônio mediante o engajamento das pessoas em plataformas online de comunicação e diálogo frequente.

O nome do aplicativo, ficou sendo o *coNext* sendo a letra “N” maiúscula para reforçar a palavra “Next” (próximo, em inglês). O anexo I mostra as imagens com as páginas finais do aplicativo de acordo com as cores do *pantone,* o estudo da marca para se chegar nesse nome e desenvolvimento do design:



Entrada Principal “coNext” Home do aplicativo com as abas principais.
Figura 82: Aplicativo desenvolvido pela pesquisadora Maíra Onofri, no software *Adobe XD.*
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

Com a *Design Sprint* concluída e com um rascunho geral do aplicativo, pensou-se na pesquisa qualitativa (desenvolvida em campo com a comunidade) com os seguintes objetivos:

- Entender o que as pessoas pensam sobre patrimônio;
- Quantificar quantas pessoas estariam dispostas a colaborar para a construção, em conjunto, com o aplicativo (ou plataforma digital);
- Entender o que as pessoas pensam sobre conservação das cidades, cidade digital e assuntos relacionados à tecnologia.

Depois de detalhados os objetivos do questionário, foi definido em conjunto com todos os técnicos envolvidos, o questionário qualitativo (que foi realizado em dois momentos, um na praça cívica e outro na Escola Estadual, aplicado entre os alunos da oitava série ao segundo ano). As perguntas dos questionários seguem abaixo:

1. O que você conhece como patrimônio?
2. Na sua opinião, como a Prefeitura pode preservar a cidade?
3. Você acha que as pessoas também podem preservar a cidade? Como?
4. O que você pensa sobre cidades sustentáveis aliada ao patrimônio?
5. Você acredita que um aplicativo poderia facilitar sua comunicação com a Prefeitura?
6. Você gostaria de ter um aplicativo que falasse sobre a Vila Serra do Navio? (Serviços da prefeitura, sustentabilidade e patrimônio)
7. Você baixaria um aplicativo e o alimentaria ele para poder resolver os problemas da cidade?

A dinâmica prática na Vila Serra do Navio aconteceu no dia 25 de abril de 2019 com a presença dos dois técnicos principais envolvidos com o trabalho, Maíra Onofri e Rômulo Costa; além do motorista do IPHAN/AP, Gil Gomes (estudante de História) e a estagiária de arquitetura e urbanismo do IPHAN/AP, Amandha Lima. Ao chegar na Vila Serra do Navio, todos se dividiram para que cada um pudesse fazer sua entrevista, assim ganharíamos tempo pois tínhamos somente 5 (cinco) horas para fazer todas as atividades e retornar à Macapá no final do dia. O eixo norteador da pesquisa qualitativa era, além de fazer propriamente as perguntas, buscar ampliar o conceito de patrimônio de acordo com as referências da Tecnologia Social, ou seja, buscar ampliar o debate nos quatro campos da dinâmica da tecnologia social (1-Conhecimento, Ciência, Tecnologia e Inovação / 2- Participação, Cidadania e Democracia / 3- Educação / 4- Relevância Social) associada às práticas de identidade, atualizadas como canal de escuta e dos novos espaços de contatos.

Voltando à prática em campo e visando realizar tudo no menor tempo possível, a pesquisa qualitativa foi dividida em duas partes. A primeira foi feita na praça cívica e com moradores que estavam na praça no momento para responder as perguntas em formato de entrevistas (conforme imagens 83 a 88) e o segundo momento foi realizado na Escola Estadual Hermelino Gusmão com estudantes de oitava série ao segundo ano.

Ao todo, 22 (vinte e duas) pessoas foram entrevistadas na praça e a pesquisadora destacou abaixo as seguintes respostas:

- Alfredo Vital: *"Patrimônio é minha casa que ganhei da ICOMI [...] As pessoas podem preservar a cidade sendo vigilantes umas das outras, fazer denúncias [...]Gostaria de baixar o aplicativo pois assim penso que meus direitos iriam valer, eu poderia fazer denúncias"*

- Ákuila de Souza: *"A prefeitura pode preservar a cidade permitindo que os próprios moradores possam dar manutenção em suas casas [...] O aplicativo iria facilitar a comunicação pois ao invés de ir no Gabinete eu poderia deixar um recado pelo aplicativo".*

- Mateus Gomes: *"Mesmo morando em Serra, tem muitos pontos que não conheço, então baixaria o aplicativo para poder conhecer mais sobre a cidade [...] A prefeitura pode preservar mobilizando a população para poder contribuir, prestando mais assistência"*

- Maria de Nazaré: *"Patrimônio é tudo aquilo que consigo com o suor do meu trabalho [...] As pessoas podem contribuir não jogando lixo nas ruas e cuidando mais de suas casas".*



Figura 83: Maíra Onofri entrevistando moradora na rodoviária de Serra do Navio
Fonte: Arquivo pessoal Maíra Onofri, 2019.



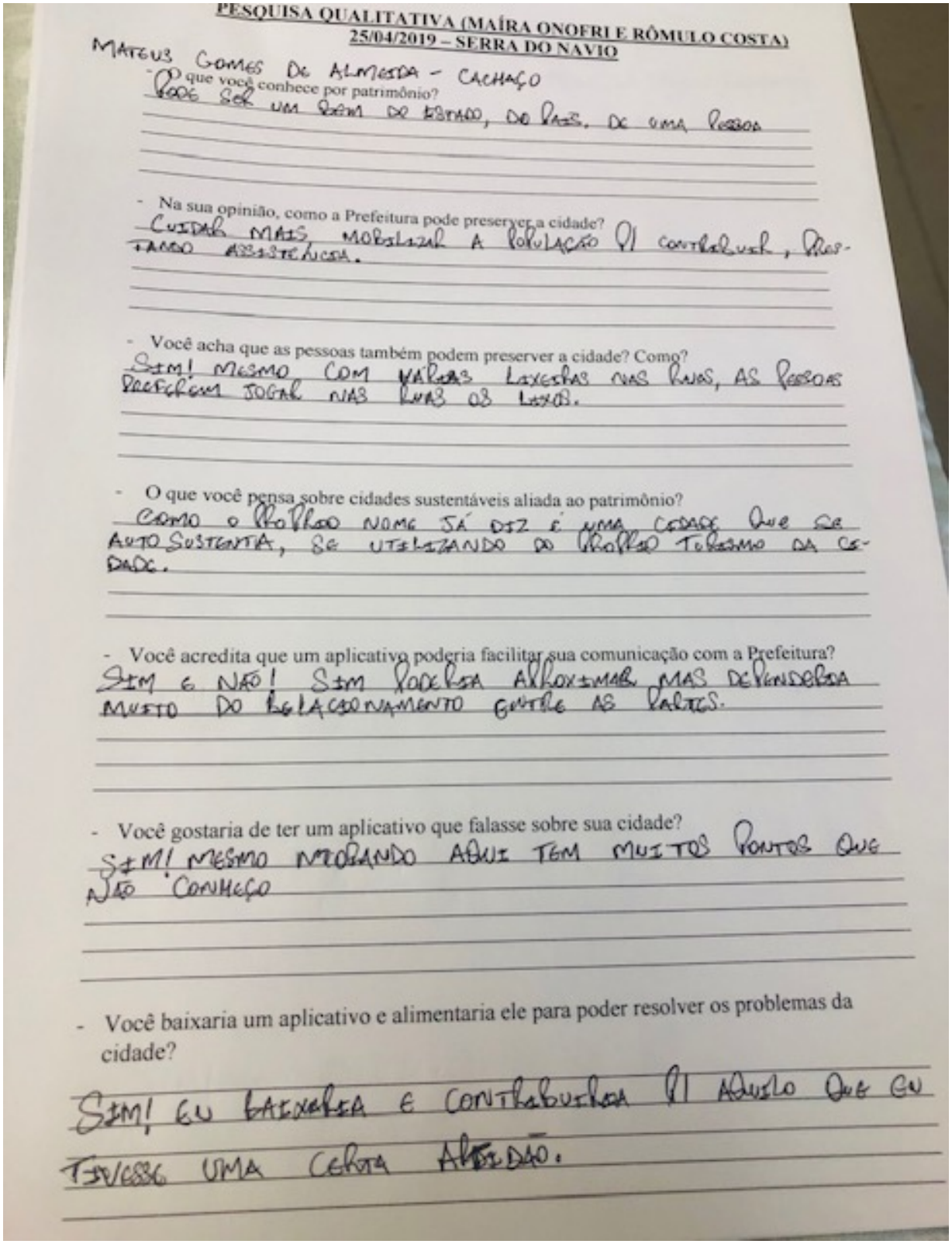
Figura 84: Gil Gomes entrevistando morador na praça cívica de Serra do Navio
Fonte: Arquivo pessoal Maíra Onofri, 2019.



Figura 85: Rômulo Costa entrevistando morador na praça cívica de Serra do Navio
Fonte: Arquivo pessoal Maíra Onofri, 2019.



Figura 86: Amandha Lima entrevistando morador na praça cívica de Serra do Navio
Fonte: Arquivo pessoal Maíra Onofri, 2019.



PESQUISA QUALITATIVA (MAÍRA ONOFRI E RÔMULO COSTA)
25/04/2019 – SERRA DO NAVIO

MATEUS GOMES DE ALMEIDA - CACHAÇO

- O que você conhece por patrimônio?
PODE SER UM BEM DO ESTADO, DO PAÍS, DE UMA PESSOA

- Na sua opinião, como a Prefeitura pode preservar a cidade?
CUIDAR MAIS, MOBILIZAR A POPULAÇÃO P/ CONTRIBUIR, PRESTANDO ASSISTÊNCIA.

- Você acha que as pessoas também podem preserver a cidade? Como?
SIM! MESMO COM VÁRIAS LIXEIRAS NAS RUAS, AS PESSOAS PREFEREM JOGAR NAS RUAS OS LIXOS.

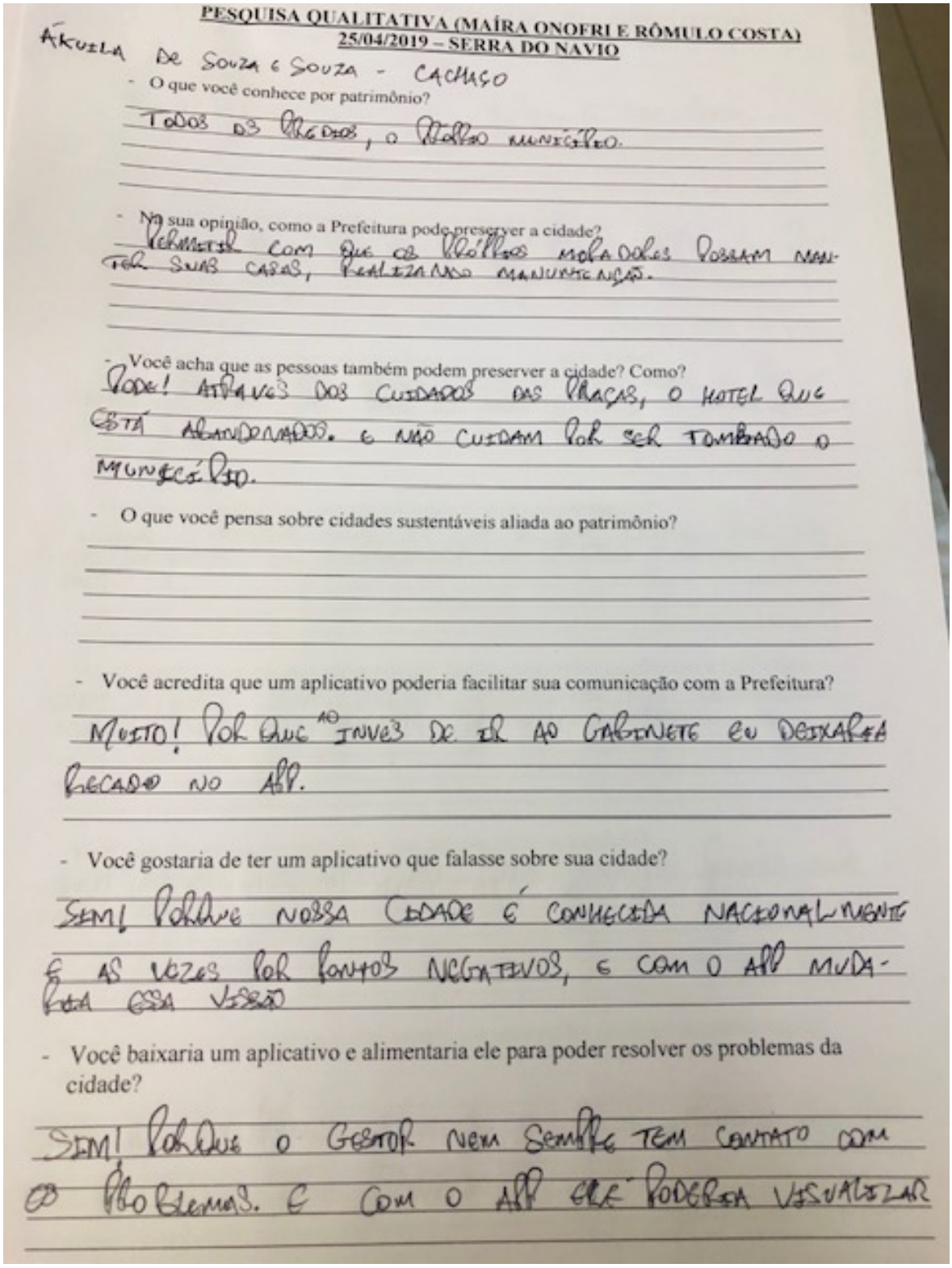
- O que você pensa sobre cidades sustentáveis aliada ao patrimônio?
COMO O PRÓPRIO NOME JÁ DIZ É UMA CIDADE QUE SE AUTOSUSTENTA, SE UTILIZANDO DO PRÓPRIO TURISMO DA CIDADE.

- Você acredita que um aplicativo poderia facilitar sua comunicação com a Prefeitura?
SIM E NÃO! SIM PODERIA AJUDAR MAS DEPENDERIA MUITO DO RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES.

- Você gostaria de ter um aplicativo que falasse sobre sua cidade?
SIM! MESMO MORANDO AQUI TEM MUITOS PONTOS QUE NÃO CONHEÇO

- Você baixaria um aplicativo e alimentaria ele para poder resolver os problemas da cidade?
SIM! EU BAIXARIA E CONTRIBUIRIA P/ AJUDAR QUE EU TIVESSE UMA CERTA AJUDA.

Figura 87: Entrevista respondida pelo Mateus Gomes, morador da comunidade do Cachaço, próximo à Vila Serra do Navio
Fonte: Arquivo pessoal Maíra Onofri, 2019.



PESQUISA QUALITATIVA (MAÍRA ONOFRI E RÔMULO COSTA)
25/04/2019 – SERRA DO NAVIO

ÁKUILA DE SOUZA E SOUZA - CACHAÇO

- O que você conhece por patrimônio?

TODOS OS PRÉDIOS, O PRÉDIO MUNICIPAL.

- Na sua opinião, como a Prefeitura pode preserver a cidade?

PERMITIR COM QUE OS PRÉDIOS MOLADORES POSSAM MANTER SUAS CASAS, REALIZANDO MANUTENÇÃO.

- Você acha que as pessoas também podem preserver a cidade? Como?

PODE! ATRAVÉS DOS CUIDADOS DAS PRAÇAS, O HOTEL QUE ESTÁ ABANDONADO. E NÃO CUIDAM POR SER TOMBADO O MONUMENTAL.

- O que você pensa sobre cidades sustentáveis aliada ao patrimônio?

- Você acredita que um aplicativo poderia facilitar sua comunicação com a Prefeitura?

MUITO! POR QUE AO INVÉS DE IR AO GABINETE EU DEIXARIA RECADO NO APP.

- Você gostaria de ter um aplicativo que falasse sobre sua cidade?

SIM, POIS NOSSA CIDADE É CONHECIDA NACIONALMENTE E AS VEZES POR PONTOS NEGATIVOS, E COM O APP MUDARIA ESSA VISÃO

- Você baixaria um aplicativo e alimentaria ele para poder resolver os problemas da cidade?

SIM! PORQUE O GESTOR NEM SEMPRE TEM CONTATO COM OS PROBLEMAS. E COM O APP ELE PODERIA VISUALIZAR

Figura 88: Entrevista respondida pelo Mateus Gomes, morador da comunidade do Cachaço, próximo à Vila Serra do Navio
Fonte: Arquivo pessoal Maíra Onofri, 2019.

A Vila Serra do Navio, por ser a sede do município, recebe diariamente muitos moradores das comunidades próximas que chegam ou para trabalhar ou para estudar ou simplesmente para passear/descansar. No dia da dinâmica em campo, a maioria das pessoas presentes na praça eram das comunidades e que demonstraram interesse em participar das entrevistas. Diante das respostas apresentadas acima, percebe-se como a comunidade serrana entende o reconhecimento de Serra do Navio como patrimônio e seus desdobramentos.

É oportuno nesse momento, trazer à tona as discussões de Arantes (2015) quando ele coloca que:

> Os bens culturais encontram-se necessariamente em contextos espaço-temporais reconhecíveis: localizam-se em territórios específicos, integram atividades de grupos sociais determinados e são suportes de significados e sentidos que são construídos e transformados por essas mesmas atividades e pelas estruturas de relacionamento social que as ordenam. (ARANTES apud MENESES, 2015, p. 57)

O autor toca em uma questão importante que diz respeito às novas formas de ação do poder público, frente às práticas sociais aqui levantadas. O marco de partida estratégico da pesquisa foi justamente a tentativa de compreensão do espaço patrimonializado para aquela população. Do ponto de vista do desenvolvimento e da elaboração das perguntas, objetivava-se entender como as sociedades contemporâneas apresentam características e visões diferentes e como se transformam permanentemente em um mundo que está cada vez mais veloz. A questão do patrimônio foi inserida nas entrevistas como "mote" de diálogo e muitas vezes, de discussões.

Quando, por exemplo, a moradora Maria de Nazaré responde que patrimônio para ela é tudo aquilo que ela conseguiu com seu suor, ela, no sentido mais literal, diz respeito às coisas materiais que conseguiu com seu trabalho. Por outro lado, a resposta do morador Mateus Gomes explicita conhecimento sobre o tombamento, quando diz que todo o município é patrimônio, o que leva a pensar que, talvez aqui, esse morador esteja entendendo patrimônio como espaço patrimonializado pela instituição federal do patrimônio, ou seja, o próprio IPHAN. Com essas diferentes visões, o tema do patrimônio pode ser ampliado, mas antes, segue-se com a dinâmica em campo, porém dessa vez, com alunos/adolescentes da escola estadual da Vila Serra do Navio.

A dinâmica na Escola contemplou duas etapas (figuras 89 a 91): na primeira etapa os estudantes responderam às perguntas na folha inicial (que eram as mesmas das entrevistas feitas com as pessoas da praça cívica) e numa segunda folha eles responderam/desenharam sobre a

seguinte pergunta: “Se você tivesse que viajar e nunca mais voltar para Serra do Navio, o que você levaria dentro da sua mala?” Com essa pergunta, a ideia era entender o que os alunos da escola estadual, sendo a maioria deles adolescentes, entendiam como patrimônio e o que eles realmente consideravam importante na cidade de Serra Navio. De acordo com Arantes (apud MENESES, 2015, p. 55), “as decisões de preservar e de como fazê-lo podem não estar de acordo com valores vigentes no meio social a que os bens preservados inicialmente pertencem”. Assim, na busca dessa *ressignificação* do patrimônio, procurou-se com essa metodologia poder discutir os novos valores e práticas sociais inseridos na sociedade serrana nos dias de hoje. As respostas das dinâmicas foram incríveis e os resultados foram inéditos no sentido de levantar as discussões acerca do bem cultural tombado.

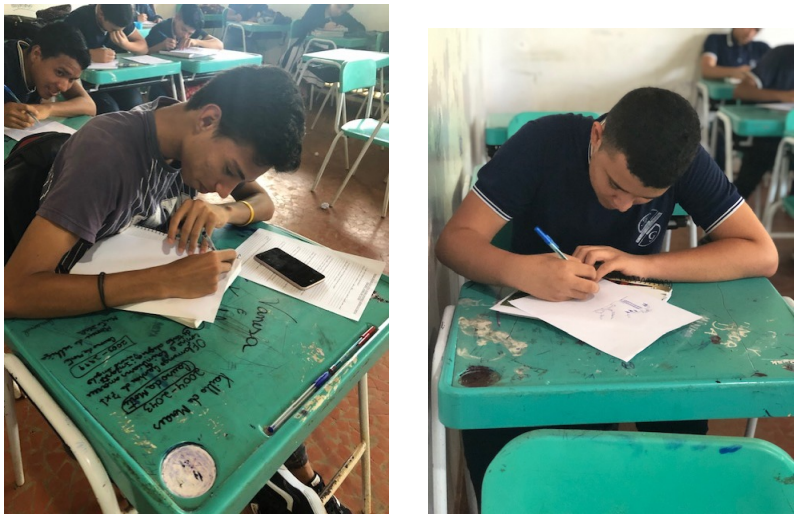


Figura 89: Alunos da Escola Estadual Hermelino Gusmão preenchendo o questionário
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.



Figura 90: A pesquisadora Maíra Onofri tirando dúvidas dos alunos sobre a dinâmica
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

Ao chegar em cada sala de sala, a pesquisadora explicava a dinâmica para os alunos e enquanto isso, o técnico da Prefeitura Rômulo Costa distribuía as folhas para todos e se colocava a disposição para tirar algumas dúvidas. Como o tempo foi bastante curto, optou-se por caminhar por todas as salas, explicar as dinâmicas e depois de 40 minutos, recolher as folhas dos alunos. Enquanto isso, cada técnico ficava em alguma sala para tirar dúvidas e ouvir sugestões/considerações sobre o trabalho.



Figura 91: Fotos da pesquisadora e do técnico explicando o trabalho e distribuindo as folhas para as atividades
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

No término das atividades e após recolher todas as folhas, os alunos pediram para tirar uma foto *selfie* (figura 92) com a equipe técnica do IPHAN (Maíra Onofri, Gil Gomes e Amandha Lima) e da Prefeitura de Serra do Navio (Rômulo Costa) para eles postarem em suas redes sociais. Vale destacar o desejo desses adolescentes em querer compartilhar a experiência em suas redes e o interesse com o universo digital que se mostra sempre presente na cidade, conforme o esforço detalhado desse capítulo, principalmente no que se tange ao contexto de isolamento geográfico que a Vila se encontra.



Figura 92: "Selfie" tirada pelo Romulo Costa com os alunos do segundo ano da Escola Hermelino Gusmão em Serra do Navio
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

O resultado da dinâmica na Escola Estadual Hermelino Gusmão mostra os diversos "olhares" sobre o patrimônio e como ele é percebido sob a ótica dos cidadãos que vivem nessa cidade tombada. Ao todo, foram 22 (vinte e duas) entrevistas realizadas com a população que se encontrava na praça cívica – com as perguntas 1 a 7 citadas anteriormente e 40 (quarenta) fichas com entrevistas e desenhos realizada com os alunos.

Em relação à dinâmica na Escola, para analisar todo o material, a pesquisadora separou as respostas por idade e salas de aula e com assuntos que mais se repetiram ao longo das fichas:

- Alunos de 14 a 16 anos:

Adryelle: *"Patrimônio para mim, são as pessoas que vivem aqui ainda, mesmo com os problemas [...]Na minha mala eu levaria minha família, um roteador (pois não sei para onde vou), ar condicionado, bola de vôlei e a quadra".*

Kevelly: *"Uma cidade jamais poderá ser sustentável sozinha, precisaria de auxílios locais[...] Patrimônio é um conjunto de bens que não pode ser modificado".*

Walter Júnior: *"Gostaria de ter um aplicativo que falasse sobre a cidade pois as pessoas ficariam curiosas e viriam conhecer nossa cidade [...] Eu baixaria o aplicativo se fosse resolver coisas".*

Cluizimara: *"Podemos ajudar a preservar a cidade limpando ela e tendo menos preconceito [...] Patrimônio pra mim é o açaí e os jogos divertidos que fazemos aqui e Serra".*

Gabriela: *"Patrimônio pra mim é o hospital, praça da cidade e a igreja católica como as coisas mais antigas de Serra do Navio [...] Eu acredito que o aplicativo poderia melhorar a comunicação. Todos vivemos em um mundo digital, nada melhor que um aplicativo para falar exclusivamente com a prefeitura"*

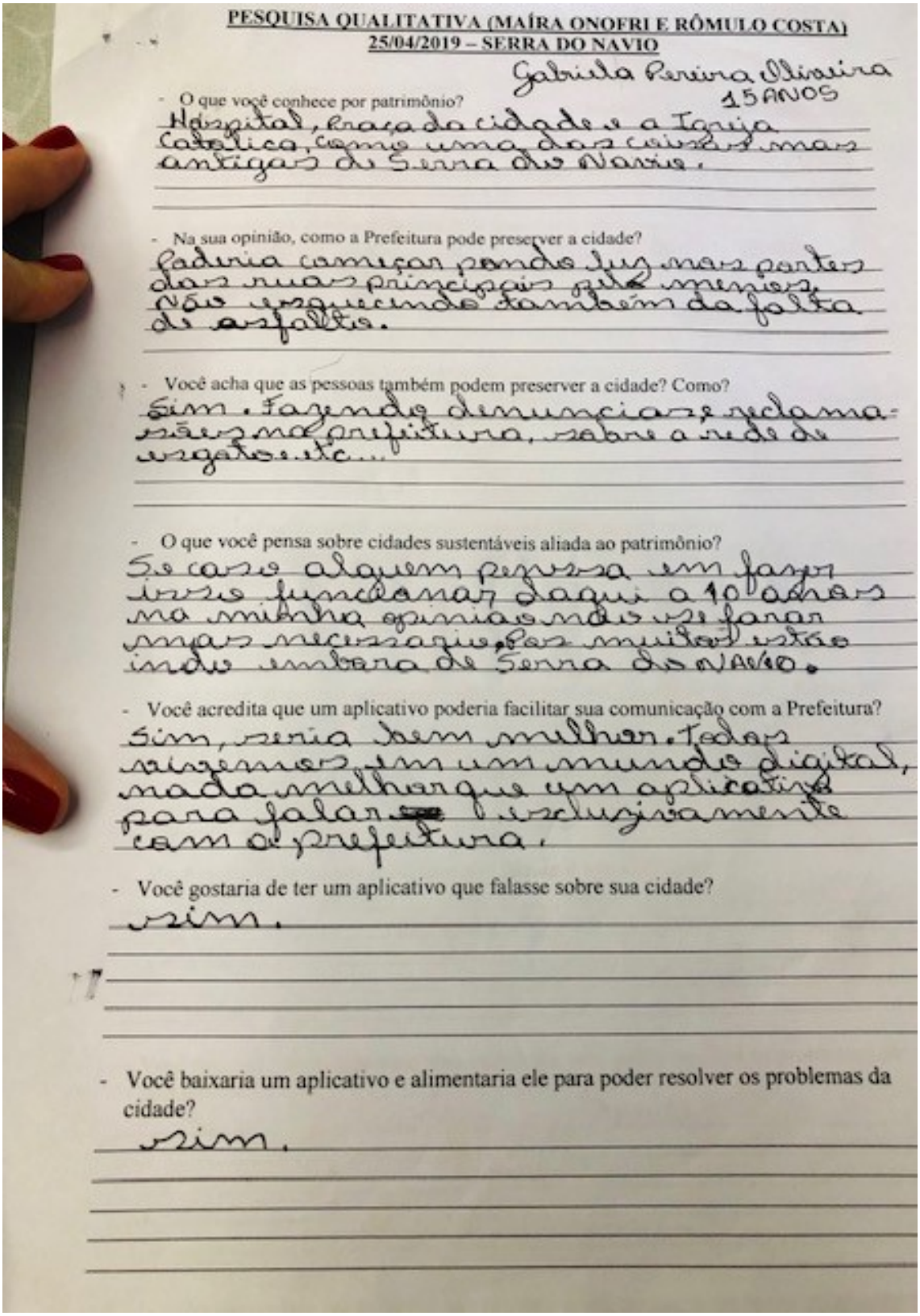
- Alunos de 17 a 18 anos:

Marlene: *"Patrimônio para mim é a escola, a praça e o hospital [...] A prefeitura pode preservar colocando mais lixeiras nas ruas, mais iluminação e tapando os buracos das vias [...] Gostaria de ter um aplicativo sobre Serra pois tem várias coisas que não conheço daqui".*

Emilly: *"Podemos ajudar não jogando os lixos nas ruas e colocando asfaltamento [...] O aplicativo ia facilitar muito a comunicação entre nós e a prefeitura; já deveria ter um aplicativo há muito tempo em nossa cidade. Eu baixaria ele e alimentaria com fotos e vídeos".*

Pablo Henrique: *"Podemos cuidar da cidade preservando o meio ambiente e a floresta amazônica que está aqui ao lado [...] A comunicação entre a prefeitura e a população é fundamental para o desenvolvimento da cidade. Então se o aplicativo atrair turistas e facilitar a comunicação, será perfeito!".*

As duas imagens que seguem abaixo exemplificam as respostas dos alunos Gabriela. P. (15 anos) e Marcus. V. (16 anos) – figuras 93 e 94, respectivamente - que responderam ao questionário, em que se destaca a importância do mundo digital para Gabriela e para a necessidade de desenvolvimento local, abordada pelo aluno Marcus.



PESQUISA QUALITATIVA (MAÍRA ONOFRI E RÔMULO COSTA)
25/04/2019 – SERRA DO NAVIO

Gabriela Pereira Oliveira
15 ANOS

- O que você conhece por patrimônio?
Hospital, praça da cidade e a Igreja Católica, como uma das coisas mais antigas da Serra do Navio.

- Na sua opinião, como a Prefeitura pode preserver a cidade?
Poderia começar pondo luz nas portas das ruas principais que menos. Não esquecendo também da falta de asfalto.

- Você acha que as pessoas também podem preserver a cidade? Como?
Sim. Fazendo denuncias, reclamações na prefeitura, sobre a rede de esgotos. etc...

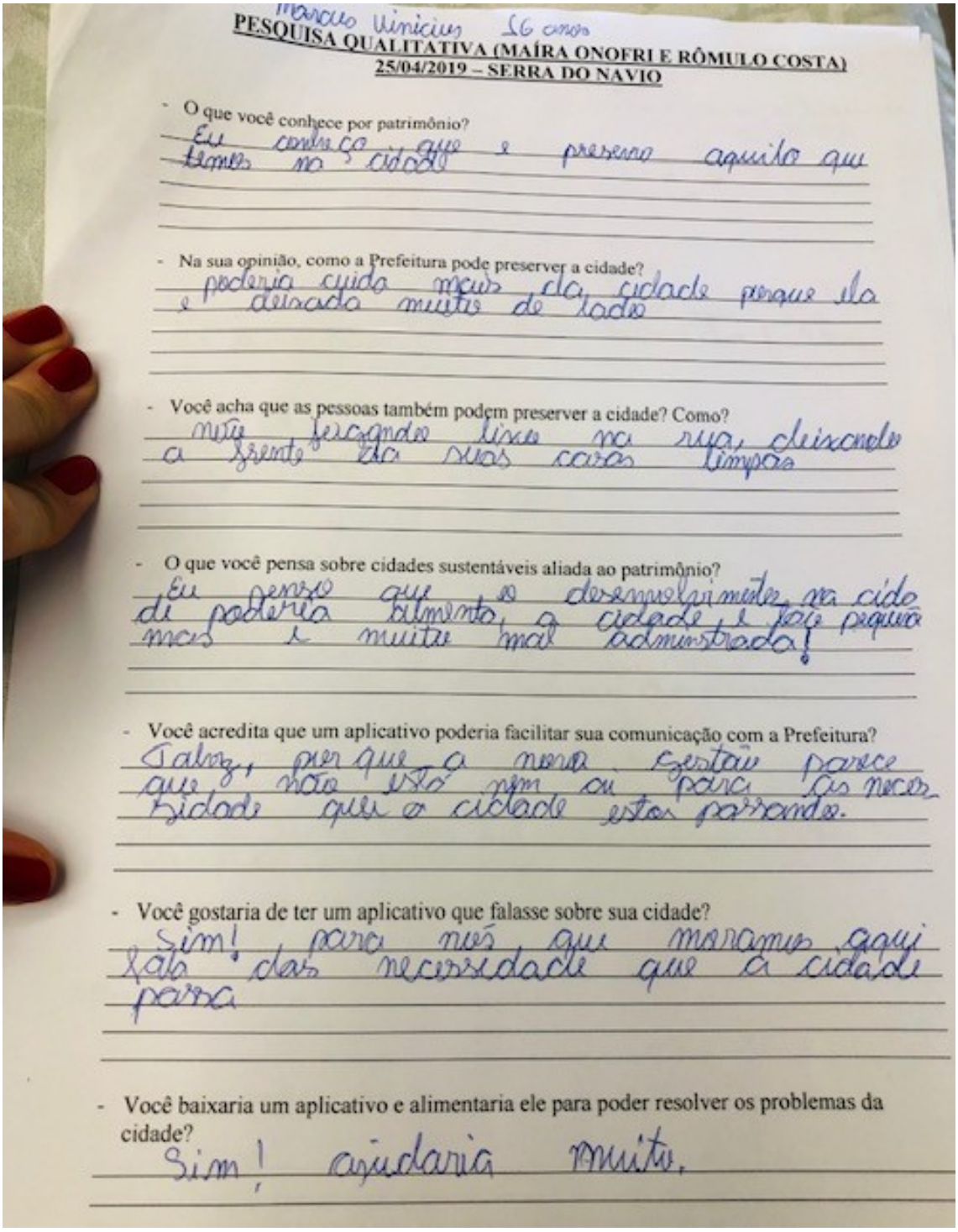
- O que você pensa sobre cidades sustentáveis aliada ao patrimônio?
Se caso alguem pensa em fazer isso funcionar daqui a 10 anos na minha opinião não vai fazer mas mensagens pois muitos estão indo embora da Serra do NAVIO.

- Você acredita que um aplicativo poderia facilitar sua comunicação com a Prefeitura?
Sim, seria bem melhor. Todas vizinhos, em um mundo digital, nada melhor que um aplicativo para falar exclusivamente com a prefeitura.

- Você gostaria de ter um aplicativo que falasse sobre sua cidade?
sim.

- Você baixaria um aplicativo e alimentaria ele para poder resolver os problemas da cidade?
sim.

Figura 93: Entrevista respondida pela aluna Gabriela P. de 15 anos, da Escola Estadual Hermelino Gusmão
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.



Marcus Vinicius 16 anos

PESQUISA QUALITATIVA (MAÍRA ONOFRI E RÔMULO COSTA)
25/04/2019 – SERRA DO NAVIO

- O que você conhece por patrimônio?
Eu conheço que é preserva aquilo que tenha na cidade

- Na sua opinião, como a Prefeitura pode preserver a cidade?
poderia cuida mais da cidade porque ela é deixada muito de lado

- Você acha que as pessoas também podem preserver a cidade? Como?
nós jogando lixo na rua, deixando a frente da nossa casa limpa

- O que você pensa sobre cidades sustentáveis aliada ao patrimônio?
Eu penso que o desenvolvimento na cidade poderia fluindo, a cidade é boa pequena mas é muito mal administrada!

- Você acredita que um aplicativo poderia facilitar sua comunicação com a Prefeitura?
Talvez, por que a nossa gestão parece que não está bem ou para as necessidade que a cidade estão passando.

- Você gostaria de ter um aplicativo que falasse sobre sua cidade?
Sim! para nós que moramos aqui falar das necessidade que a cidade passa

- Você baixaria um aplicativo e alimentaria ele para poder resolver os problemas da cidade?
Sim! ajudaria muito.

Figura 94: Entrevista respondida pelo aluno Marcus V. de 16 anos, da Escola Estadual Hermelino Gusmão
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

Nota-se, com essa dinâmica, um esforço de envolvimento da comunidade com os assuntos da administração local e com os problemas relativos à gestão da cidade. Ao terminar as respostas, muitos deles foram abordar os técnicos do IPHAN, inclusive a pesquisadora, para

tirar algumas dúvidas do que é “patrimônio” e se responderam “certo”, além de perguntas sobre reformas em suas casas, sobre novos projetos do IPHAN na cidade e outros assuntos diversos.

A próxima folha da dinâmica trazia espaço para desenhar ou escrever o que eles levariam em suas malas se fossem mudar da Vila Serra do Navio e nunca mais voltar. As respostas foram interessantes e permitem perceber quais os interesses e tensões presentes nesse ambiente. Uma coisa é certa: o uso das plataformas digitais tem potencializado as antigas (e novas) relações sociais entre os cidadãos serranos. Abaixo seguem as imagens (95 a 99) dos alunos com exemplos das respostas e desenhos que mais se repetiram para nortear as considerações finais do trabalho:

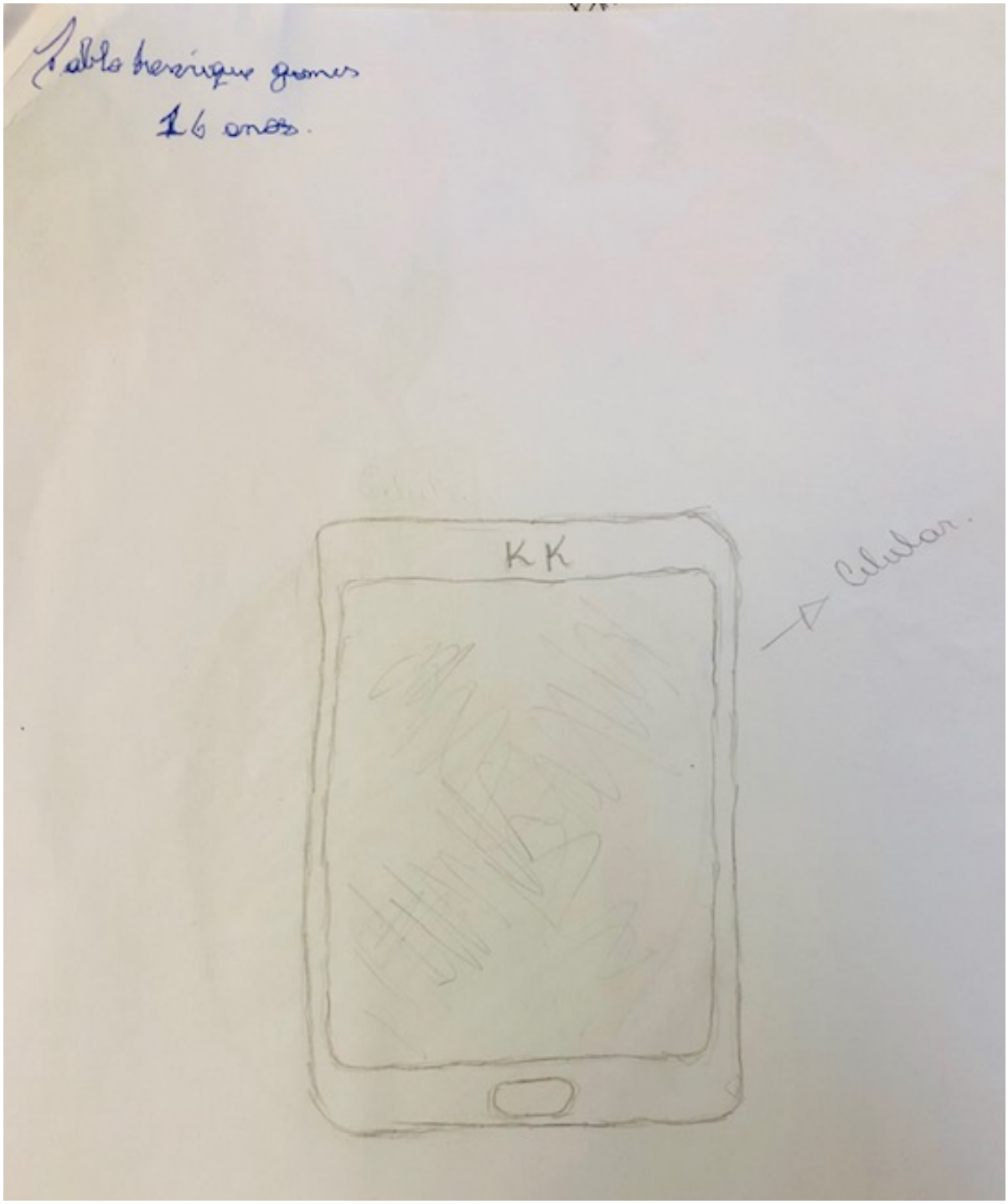


Figura 95: Desenho do aluno Pedro Henrique de 16 anos, sobre a dinâmica "O que você levaria na sua mala se você mudasse de Serra do Navio?"
Fonte: arquivo pessoal Maíra Onofri, 2019.



Figura 96: Desenho da aluna Emilly Cruz de 18 anos, sobre a dinâmica “O que você levaria na sua mala se você mudasse de Serra do Navio?”
Fonte: arquivo pessoal Maíra Onofri, 2019.

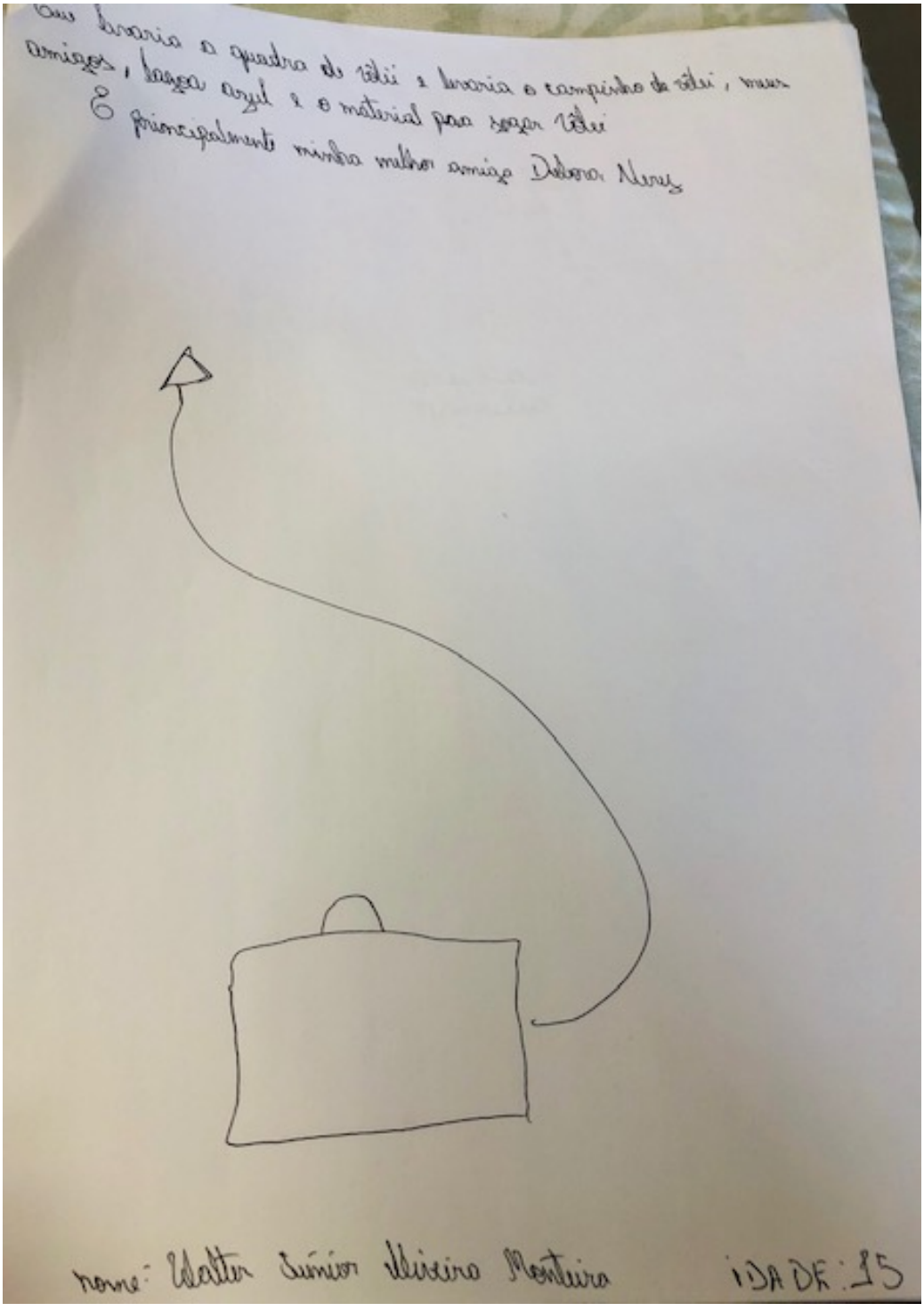


Figura 97: Desenho do aluno Walter Júnior de 15 anos, sobre a dinâmica "O que você levaria na sua mala se você mudasse de Serra do Navio?"
Fonte: arquivo pessoal Maíra Onofri, 2019.

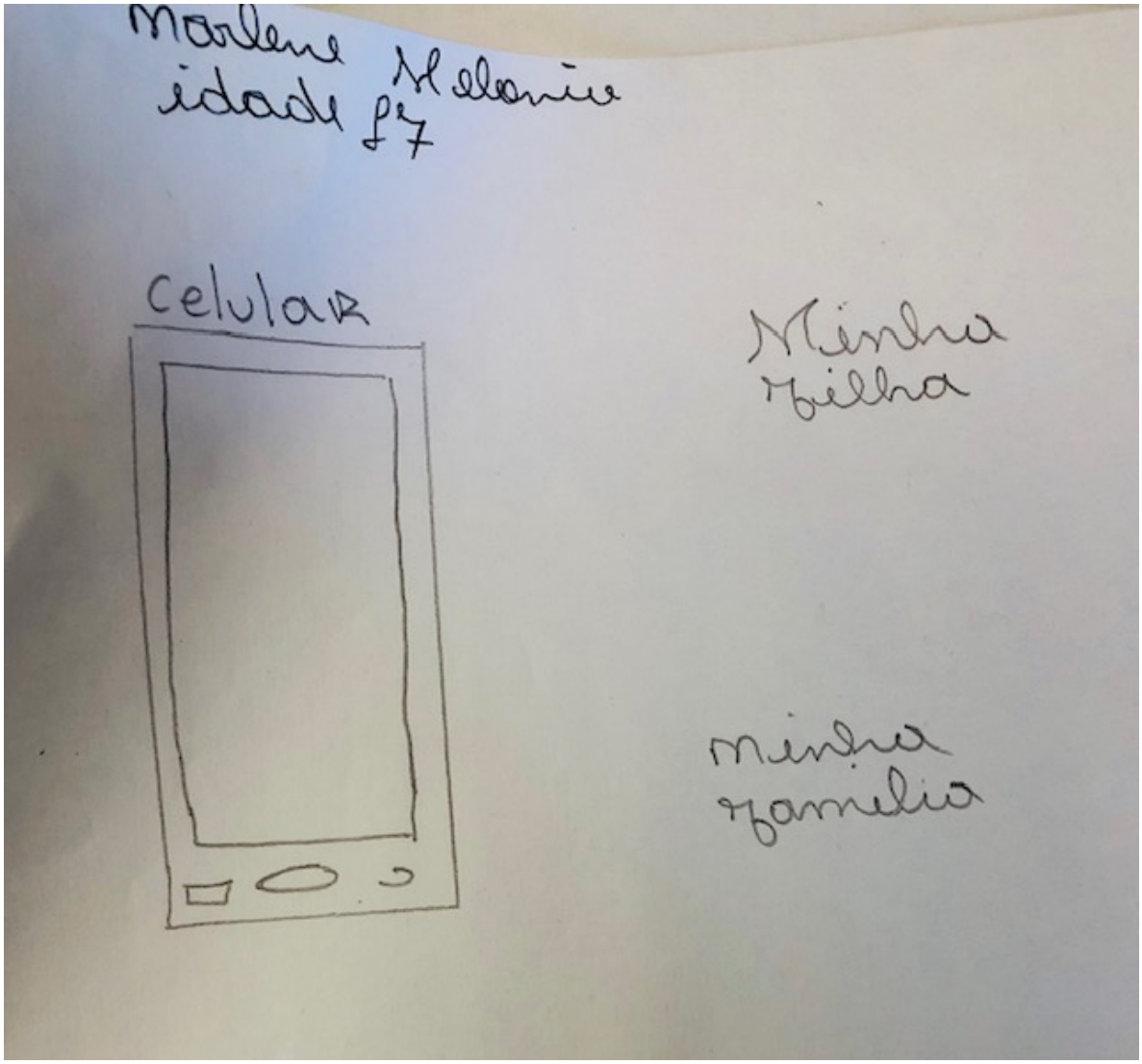


Figura 98: Desenho da aluna Marlene M. de 17 anos, sobre a dinâmica "O que você levaria na sua mala se você mudasse de Serra do Navio?"
Fonte: arquivo pessoal Maíra Onofri, 2019.

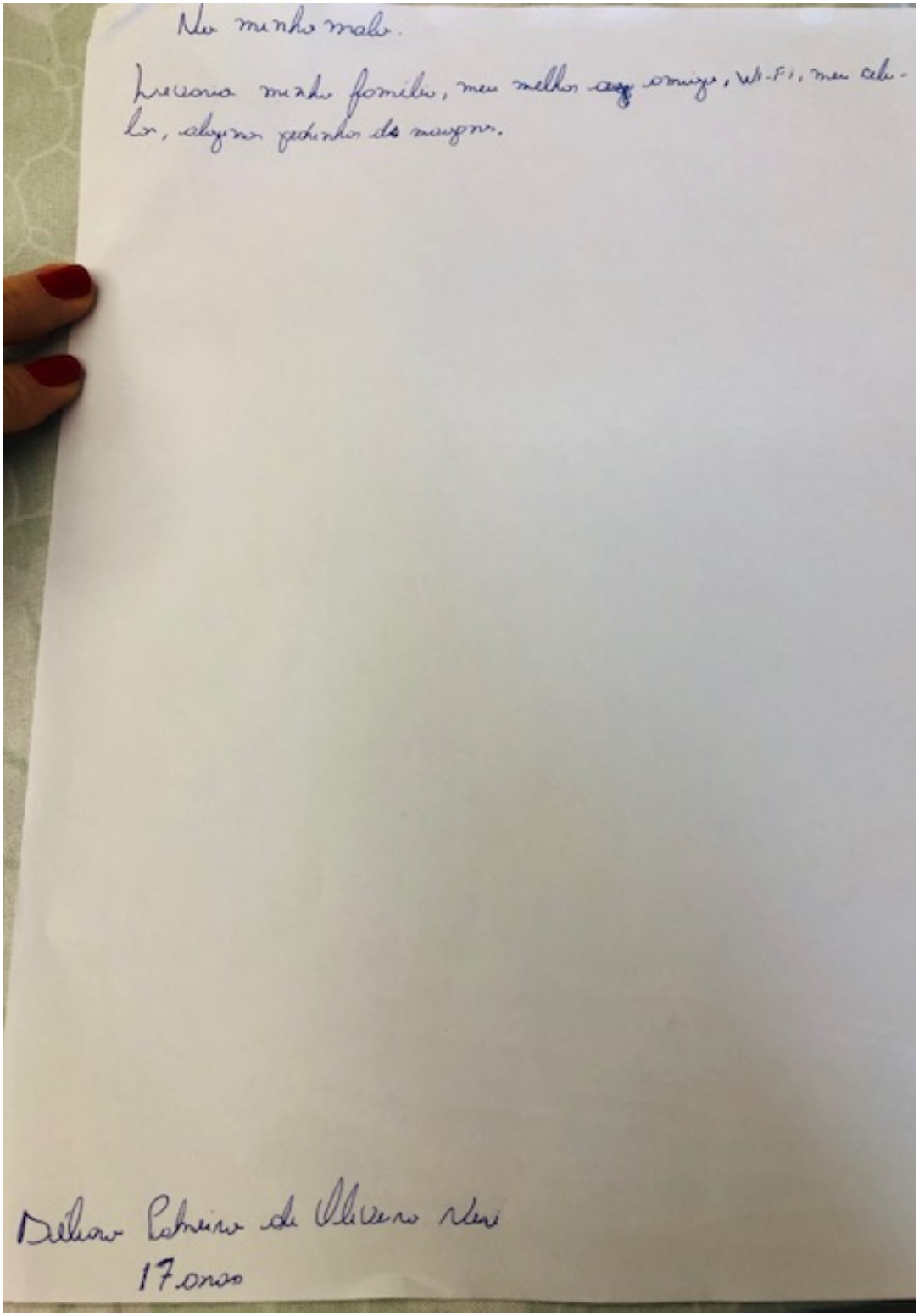


Figura 99: Desenho da aluna Deliana Pinheiro de 17 anos, sobre a dinâmica "O que você levaria na sua mala se você mudasse de Serra do Navio?"
Fonte: arquivo pessoal Maíra Onofri, 2019.

De forma quase que unânime, os alunos apontaram que não deixariam para trás o celular, o *wifi,* o roteador, a família e os amigos. Pedro Henrique, na figura 95, desenha sua mala em

formato de celular. Emilly (figura 96) desenhou um cupuaçu imenso, refletindo a importância da fruta em sua vida e também da família e dos animais. Os demais alunos cujos desenhos estão reproduzidos nas figuras 97 a 99 escreveram e desenharam que levariam a família, amigos, *wifi*. Destaca-se a ficha de Deliana (figura 99), em que consta que ela levaria umas "pedrinhas de manganês".

Com essa dinâmica aplicada na Escola Estadual, é possível dizer como os debates acerca do patrimônio podem ser ressignificados se observados o cotidiano e práticas sociais em espaços patrimonializados. É a *imagem da cidade,* como afirma Ulpiano Bezerra de Meneses (2015, p. 36): "Por isso, a cidade é também representação, imagem. A imagem que os habitantes se fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidade". Infere-se com isso, a necessidade de compreensão do ser humano e suas complexidades para que a cidade possa ser compreendida. O esforço desse capítulo, portanto, partiu das relações sociais dentro do contexto digital para que assim, pudessem ser discutidas as novas formas de comunicação e interpretação entre os diferentes indivíduos que experimentam as ditas "cidades tombadas". Em uma abordagem de múltiplos tempos sociais, de fluxo temporal irreversível, a cidade de Serra do Navio mescla cidadãos que moram desde à época da ICOMI, outros vindos de outras comunidades vizinhas, outros vindos de Macapá, outros que permanecem na cidade só para trabalhar e etc. Vale destacar o papel da representação identitária do sujeito como agente que constrói e promove suas relações com o ambiente e como agente transformador dos espaços:

> São as diferentes temporalidades próprias às sociedades consideradas que vão ter um papel fundamental nos processos identitários. Estes vão ser forjados e instaurados a partir de memórias cuja natureza depende estreitamente das modalidades segundo as quais os membros de um grupo representam o tempo – falamos da multiplicidade de tempos sociais – e se acomodam num fluxo temporal irreversível. (CANDAU, 2016, p. 85)

Visando finalizar as práticas supervisionadas do Mestrado Profissional no Amapá com êxito, a pesquisadora entrou em contato com o Centro de Gestão da Tecnologia da Informação do Estado do Amapá (PRODAP) que é referência em tecnologia no Estado para desenvolver o aplicativo de Serra do Navio, em abril de 2019. O aplicativo encontra-se em desenvolvimento e será testado e validado no ano de 2019, conforme cronograma da Prefeitura. Abriu-se um processo na Superintendência do IPHAN/Amapá em que foram detalhadas essas ações de preservação e conservação no bem tombado, definindo os objetivos práticos e metas na Vila

Serra do Navio[89]. Vislumbra-se com essa parceria facilitar a comunicação entre as diferentes instâncias de governo e a população serrana, em prol da preservação e conservação do conjunto urbano tombado.

- **Estratégias de Comunicação:**

Com vista não somente ao desenvolvimento do aplicativo, mas da comunicação e mediação de maneira geral, a pesquisadora viu a necessidade de abordar a construção do aplicativo de maneira mais ampla, ou seja, pontuar um conjunto de diretrizes de comunicação e estratégias em que o foco do desenvolvimento da cidade é o próprio cidadão e sendo assim, também retroalimentado por ele. Dessa maneira foram traçadas as seguintes estratégias (ainda em campo teórico), de acordo com as pesquisas e avanços que a pesquisadora se envolveu, durante o tempo de dedicação do Mestrado Profissional do IPHAN. Segue abaixo uma lista de ideias, que visam estrategicamente tornar a cidade um atrativo cultural e social em meio à floresta; já que a cidade se encontra como um dos acessos privilegiados de acesso ao Parque *Montanhas do Tumucumaque* (considerada uma das maiores florestas preservadas do mundo):

- Desenvolvimento de mobiliários urbanos (para estimular novos percursos);
- Acessibilidade (plano estratégico de acessibilidade universal);
- Sinalização dos acessos viários (ver Guia Brasileiro de Sinalização Turística[90]);
- Letreiros e placas para comércios e serviços (exemplo o Projeto do *Corredor Cultural* no Rio de Janeiro[91]);
- Portal de acesso à cidade (Desenvolver o projeto de layout e aprovar junto ao IPHAN/AP);

[89] O número do processo SEI/IPHAN referente ao aplicativo é o: 01424.000150/2019-13, em que a Nota Técnica (1153044) detalha o histórico, motivação, expectativas e metas relativas ao trabalho. Em 03/05/2019 é enviado um Ofício (202/2019) da Superintendência do IPHAN/AP para o Sr. Diretor-Presidente do Centro de Gestão da Tecnologia da Informação (PRODAP), Sr. José Lutiano Costa da Silva provocando-o para o desenvolvimento técnico de toda a plataforma online visando facilitar a comunicação entre o IPHAN, a Prefeitura de Serra do Navio, o Estado do Amapá e a população serrana.

[90] Disponível para download em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/41-guia-brasileiro-de-sinalizacao-turistica.html>. Acesso em 01 jul. 2019.

[91] Para conhecer o projeto: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/993-mapa>. Acesso em 01 jul. 2019.

- Identidade Visual da Prefeitura de Serra do Navio (logomarca, cartel de cores, marca, ações promocionais, eventos, sites e redes sociais). Toda a identidade visual da prefeitura deve estar padronizada;
- Criações de um *Calendário Cultural* (ex: Seresta de Diamantina/MG – compatível com a cultura em Serra do Navio);
- Criar linhas de produtos que simbolizam a cidade para os turistas do exterior, por exemplo. Antes foi o manganês, hoje é o que? Plantação de pimento do reino? Cupuaçu? Ou seja, ter lojas para os turistas comprarem coisas relacionadas à cidade. Ex: Produto Tamar[92] (na compra de qualquer produto você ajuda nas conservações das tartarugas);
- Folheteria e Folder que contam brevemente a história de Serra do Navio (uso de emblema do IPHAN e do patrimônio cultural) – Pode também conter: sinalização urbana, site prefeitura, folheteria turística, papelaria oficial do município, material de divulgação dos equipamentos culturais;
- Revistas com programações turísticas na cidade;
- Divulgar a cidade nos lugares onde as pessoas chegam, ou seja, no aeroporto, no trapiche Santa Inês, no Porto de Santana e em outros pontos turísticos da capital, Macapá;
- Execução de mapas tipo "Guia da Cidade" com história, fotografia e roteiros turísticos;
- Incluir tudo nas redes sociais e plataformas digital da Prefeitura e do IPHAN (aplicativo, redes sociais, canal Youtube, etc.)

Além das estratégias de comunicação acima mencionadas, vislumbraram-se as possibilidades de diálogo e aproximação com o *turismo,* como atrativo de desenvolvimento econômico local além de parcerias com universidades, museus, programas escolares e outros. Todos os itens abaixo foram inspirados pelo caderno referente a Comunicação do Programa Monumenta, em 2010[93].

- Desenvolver um personagem infantil inspirado no "Patrimonito[94]": personagem infantil de *cartoons* que auxilia crianças na compreensão da importância do *patrimônio*. Com

[92] Vem mais em: <https://www.tamar.org.br/>. Acesso em: 01 jul. 2019.
[93] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/comunicacao_cidades_patrimonio_mundial_no_brasil.pdf>. Acesso em: 01. Jul. 2019.
[94] Para conhecer mais: <https://whc.unesco.org/en/patrimonito/>. Acesso em: 02 jul. 2019.

isso, vislumbra-se soluções para ajudar na conservação dos bens tombados com auxílio das técnicas da educação patrimonial[95].

- Promover um programa de parcerias entre escolas estaduais e municipais de ensino básico que promovem atividades reflexivas sobre o patrimônio;
- Criação da "Casa do Patrimônio" como espaço de trocas e reflexões entre a comunidade e os entes federativos envolvidos;
- Criar espaços interativos para eventos artísticos, designers e projetos culturais;
- Incentivo para a Universidade Federal do Estado do Amapá (UNIFAP) instalar um pólo na cidade;
- Promover "mostras culturais" como: realidade aumentada, *videomapping* e projeções 3D;
- Programações culturais como por exemplo: "Programa Circulando Cultura" – em que o cidadão pega um ônibus para passear ao longo da área tombada e conhecer mais sobre o tombamento e própria história da cidade.

Vale salientar que não se pretende discutir aqui a relação do patrimônio cultural com o turismo e nem levantar os programas que já existiram que potencializa os turistas nas visitações em áreas tombadas. Nesse momento final do trabalho, acredita-se ser importante a reflexão acerca do papel da comunicação e mediação com a população de forma mais abrangente, seja privilegiando o uso sustentável na cidade seja potencializando a promoção cultural e social que a cidade apresenta.

[95] Educação Patrimonial no IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em 02 jul. 2019.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar essa dissertação, acionam-se as memórias que vivenciei na Amazônia e as dinâmicas que pude presenciar no ambiente singular que é a Vila Serra do Navio. O modo de viver da Amazônia é uma experiência que representa um presente para minha formação enquanto arquiteta/urbanista e pesquisadora da área de patrimônio: a dinâmica, adaptabilidade e expressão cultural tão representativos dessa região me sensibilizaram para os valores da vida e para o que realmente importa.

As experiências de preservação e as propostas de participação que foram analisadas não se esgotam nesta pesquisa, pelo contrário, acredita-se que abrem possibilidades para um novo olhar sobre o bem tombado e seus desdobramentos. Embora a análise metodológica e todas as ações propostas estejam no campo propositivo no âmbito do Mestrado Profissional do IPHAN, acredita-se que a pesquisa pode contribuir para orientação dos fluxos de trabalho na prefeitura de Serra do Navio e também nas práticas de atuação no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (especialmente da Superintendência do IPHAN/AP).

As abrangências de atribuições legais do IPHAN fazem com que os esforços de ações sejam cada vez mais discutidos, sobretudo, na atuação da gestão dos bens culturais tombados. Buscando retomar à Introdução deste trabalho, em que foram postas as questões norteadoras com vistas a ressaltar a trajetória da pesquisa, a formação da pesquisadora durante o curso, a articulação com os problemas locais, destaca-se em que medida o trabalho pode contribui para difundir o contexto analisado, na busca de encontrar soluções para os problemas identificados.

No que diz respeito ao reconhecimento da Vila Serra do Navio como patrimônio cultural, destacam-se os valores acionados pelo IPHAN: trata-se de um conjunto projetado por um arquiteto paulista renomado (Oswaldo Bratke) com características arquitetônicas e urbanísticas da arquitetura moderna, dentro da floresta amazônica. A Vila é tombada e, portanto, reconhecida como patrimônio cultural brasileiro no ano de 2012, mediante os valores da arquitetura moderna, valorizados e destacados no âmbito do IPHAN.

Esse reconhecimento, a partir de tais valores, influíram nas formas de intervenção do IPHAN sobre a cidade: à época do tombamento do IPHAN, os técnicos entenderam que ainda era possível "reverter" as descaracterizações das casas. Sendo assim, as fiscalizações foram frequentes no conjunto na tentativa de frear as construções ditas irregulares, as expansões em áreas de entorno e as constantes alterações físicas que estavam sendo feitas sem nenhum

critério. A partir de uma noção clara de um espaço concebido, intervia-se no espaço vivido da VSN.

Passados alguns anos de fortes tensões e conflitos no território, no ano de 2014 é firmado um acordo entre o IPHAN e a Universidade Federal do Pará (UFPA) na tentativa de solucionar os problemas relacionados às normas e direitos urbanísticos, que é o projeto de Regularização Fundiária na Vila Serra do Navio. O projeto, que ainda se encontra em vigência, demonstra claramente a iniciativa do IPHAN de tentar solucionar o problema jurídico das casas, trabalhando com questões de propriedade, delegação de responsabilidades, compartilhamento de papéis, mas também tutela sobre o espaço. Tais esforços por parte do IPHAN e da UFPA apresentam-se como uma das possiblidades de gestão do conjunto urbano protegido na Amazônia.

No entanto, a experiência desta pesquisa percebeu o esgarçamento das relações entre os moradores da VSN e o IPHAN, cada vez mais tensa e desgastada e, a partir da observação de dinâmicas do cotidiano da população, é proposto um olhar para a tecnologia social (TS) na tentativa de fortalecer a relação entre as instâncias de poder público e moradores. Essa abordagem da tecnologia social se destaca para a perspectiva desta pesquisa, na medida em que alia o saber técnico com os saberes locais e sendo assim, pode auxiliar na aproximação entre os agentes envolvidos, na sistematização dos diversos entendimentos e demandas referentes ao patrimônio, assim como nas práticas e ferramentas para a preservação e conservação do bem tombado.

Ou seja, o que se propôs nesse trabalho foi destacar as experiências de preservação como também sugerir propostas inclusivas e de participação de modo a fortalecer a relação entre os moradores e a Prefeitura de Serra do Navio, juntamente com o IPHAN.

O uso da metodologia proposta no *terceiro* e último capítulo da dissertação, sugere uma mobilização para agentes voltados à preservação do patrimônio que tem como perspectiva e objetivo a participação, trocas, envolvimento diário da Prefeitura com os moradores, criação de espaços de escuta entre a população pelo poder público, priorizando-se assim o diálogo em favor da preservação do bem cultural de Serra do Navio No contexto do desenvolvimento urbano e sustentável desta cidade, mas, de forma geral, de qualquer cidade, prioriza-se a comunicação, fortalecendo o valor de pertencimento de cada indivíduo e destacando as diferenças e características singulares de todos os indivíduos. Nesse sentido, vale retomar um trecho de Manuel Castells (1999) em que este aciona a noção de espaço como “tempo

cristalizado", o que implica entender espaço como passível de constantes mudanças, adequações e dinâmicas sociais.

> Não é uma tarefa fácil porque o conhecimento, aparentemente simples, de uma relação significativa entre sociedade e espaço esconde uma complexidade fundamental, uma vez que o espaço não é reflexo da sociedade, é sua expressão. Em outras palavras: o espaço não é uma fotocópia da sociedade, é a sociedade. As formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social. Há inclusão de tendências contraditórias derivadas de conflitos e estratégias entre os atores sociais que representam interesses e valores opostos. Ademais, os processos sociais exercem influência no espaço, atuando no ambiente construído, herdado das estruturas socioespaciais anteriores. Na verdade, espaço é tempo cristalizado. (CASTELLS, 1999, p. 435, grifos meus)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos nas cidades contemporâneas. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo; PINTO, Maria Cristina Donadelli (orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**, São Paulo: IPHAN, p. 54-58, 2015 (2ª edição ampliada).

AVRITZER, Leonardo. **Participação na democracia brasileira: a hegemonia popular e a inovação do protesto da classe média**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8650170/16551>. Acesso em 14. Mai. 2019.

BAVA, Silvio C. **Tecnologia social e desenvolvimento local: tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

BENEVOLO, Leonardo. **História de la arquitectura moderna.** Volumen primero. Madrid: Taurus Ediciones, 1963.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil.** São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

BRITO, Daniel Chaves de. **Extração mineral na Amazônia: a experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá.** Tese de mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 1994.

BUSTO, Cláudia de Assis. **Arquitetura moderna da Praça da Independência de Santos como representação da memória e do patrimônio local. Universidade Santa Cecília de Santos**. Pós Graduação em Patrimônio Cultural: Memória e Preservação. Revista Ceciliana.

Maio, 2012. Disponível em: <https://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_especial_museus/TEXTO3.pdf>.

CAMARGO. Mônica Junqueira de. Uma trajetória pela arquitetura paulista. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, v.203, p.149, 2004.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** Trad. Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Sônia Rabello. **O Estado na preservação de bens culturais.** Rio de Janeiro: Renovar, 1991

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHUVA, Márcia. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio,** Rio de Janeiro, n. 34, 2012

COMAS, Carlos Eduardo. Dias. Uma certa Arquitetura Moderna Brasileira: experiência a reconhecer. **Arquitetura Revista**, Rio de Janeiro, ed. 5, 1987.

CORDEIRO, Ana Carolina Aquareli. **O uso de cobogós como uma segunda pele em edifícios de escritórios: análise do desempenho lumínico de diferentes geometrias.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102131/tde-25042018-103424/publico/DissCorrigidaAnaCarolinaAquareliCordeiro.pdf>. Acesso em 12 ago. 2019

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998.

CORREIA, Telma de Barros. De Vila operária a cidade companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **R.B. Estudos Urbanos e regionais**, n. 4, 2001.

CORREIA, Telma de Barros. Arquitetura e ambiente: a noção de adaptabilidade ao meio no discurso modernista. **Pós: Revista de Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, n. 25, p. 134-150, 2009.

CORREIA, Telma de Barros. **Patrimônio Industrial e Agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residências.** Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial. São Carlos, 2010.

CRAWFORD, Margaret. **Building the workingman`s paradise: the design of American company towns.** New York: Verso, 1995.

CUNHA, Álvaro da. **Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá.** Macapá: RUMO, 1962.

DRUMMOND, José Augusto e PEREIRA, Mariângela de Araújo P**. O Amapá nos tempos do Manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um Estado Amazônico- 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FERRAZ, Cláudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 12, n 35, p. 46-69, jun. Set. 2019.

FLORENCIO, Sonia Regina Rampim. **Projeto Telecurso 2000 e qualificação do "novo" trabalhador, 2003.** 25-26p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253683>. Acesso em 02 dez. 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC - IPHAN, 2005.

GARCIA, Jesus Carlos Delgado. **Uma Metodologia de Análise das Tecnologias Sociais.** Instituto de Tecnologia Social, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996

GUIA, George A. da; e RIBEIRO, Sandra Bernardes. A questão urbana e o patrimônio cultural. **Revista Ciência & Ambientes** 45 – Habitação social e sustentabilidade, 2012.

IPHAN. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.** Brasília, 1980.

_____ **Dossiê de Tombamento da Vila Serra do Navio.** IPHAN-PA, 2008a

_____ **Processo de Tombamento n. 1567-T-08, Conjunto urbano Vila Serra do Navio,** Amapá, 2008b.

_____ Nota técnica nº 14/2018/CGN/DEPAM desenvolvida pela pesquisadora Maíra Onofri e o técnico Miguel Sousa, documento (0950155). **Processo de Rerratificação de Serra do Navio.** Processo SEI nº 01450.001633/2018-37. 2018a

_____**Política do Patrimônio Cultural Material,** 2018b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf>.

ITS. **Caderno de Debates. Tecnologia Social no Brasil. Direito å ciência e ciência para a cidadania.** São Paulo: Editora Raiz. Novembro, 2004. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/publicacoes/cadernos/> Acesso em Abril 2019

LANDUCCI, Rodrigo Ferreira. **Tecnologias sociais digitais e educação sociocomunitária: um levantamento dos atuais conceitos e de possibilidades.** Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2017.

LE CORBUSIER. **Por uma Arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

LEFEBVRE Henri. ***La production de l'espace.*** Paris: Ed anthropos, 1974.

LEONIDIO, Octavio. De arquiteturas e ideologias. O esquema arquitetura carioca versus arquitetura paulista. **Arquitextos**. 079.02, ano 07, dez, 2006. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/285>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos.** Lisboa/São Paulo. Ed. 70/Martins Fontes, 1981.

LUCENA, Adriana. **O IPHAN e a construção do patrimônio moderno brasileiro.** Artigo produzido como produto de pesquisa do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP). IPHAN/9ª Superintendência Regional/SP, 2008.

MAIA, Éolo. Resgatar e reinterpretar nossos valores culturais. **Revista Projeto**, n.78, p.52-53, 1985.

MARTINS, Carlos. "Hay algo de irracional...". **Block**, nº4, pp. 8-22, dez, 1999.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio Ambiental Urbano: Do lugar comum ou lugar de todos. **CJ Arquitetura**, n. 19, 1978.

_____. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo; PINTO, Maria Cristina Donadelli (orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2015 (2ª edição ampliada).

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos NAEA**. Belém: Moderna, 2003.

MOTTA, Lia. Valor de patrimônio e saber técnico institucional. In: CUREAU, Sandra et al. (Coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural.** Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 183-199. ISBN 978-85-7700-474-4.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Historiografia e habitação social: temas e lugares por meio dos manuais de arquitetura brasileira. **Risco (Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo).** São Paulo: IAU-USP, 2012. p. 6-16.

_____ **Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural.** São Paulo: USP, 2016.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Condephaat 50 anos: Balanço Crítico e Perspectivas Atuais. **Rev. CPC**, v.13, n.26 especial, p. 5-19, out/dez, 2018.

NUNES, Elke Daniela Rocha. **O controle social exercido pela Icomi como estratégia de uso e ação sobre o Território no Amapá, de 1960 a 1975.** Tese de mestrado. Universidade Federal do Amapá, 2010.

OLIVEIRA, Daniella Christina Acioli do Carmo de. **A perda nos processos de patrimonialização: Vila Operária como Patrimônio Cultural,** 2018. 211 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2018.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.

PAZ, Adalberto. **Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo operário no início da mineração industrial amazônica.** Belém: Paka-Tatu, 2014.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília.** Dissertação de Mestrado, IPHAN, Rio de Janeiro, 2015

PESSÔA, José. **Brasília e o Tombamento de uma Ideia.** In: Anais do 5º Seminário Docomomo-Brasil. São Carlos, SAP/EESC-USP, 2003. (CD-ROM.)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO (PMSN). **Arquivo cadastral de 2009.** Serra do Navio, PMSN.

PROGRESSO para o Amapá. O que é a COPRAM, a nova entidade criada pela ICOMI**. ICOMI Notícias**. Num. 7, Ano 1. Julho, 1964.

RIBEIRO, Benjamin Adiron. **Vila Serra do Navio: comunidade urbana na selva amazônica: Um Projeto do arq. Oswaldo Arthur Bratke** - São Paulo: Pini, 1992.

_____. **Plano Diretor de desenvolvimento urbano.** Relatório Parcial número 3. Análise de alternativas, 1994.

RODRIGUES, Ivete.; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, 2008.

RODRIGUES, Roberta M. **Empresas, company towns e territorialização em áreas de mineração na Amazônia Oriental.** Anais do XII Encontro da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. Belém, 2007.

SABBAG, Haiffa. Fazendo a Morada Popular. Vilas Operárias, IAPs e Conjuntos Habitacionais. **AU**, nov. 1985.

SANT'ANNA, Márcia. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: A Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990)**. Dissertação de Mestrado, FAU-UFBA. Salvador, 1995.

SEBASTIÃO, Marcia Pereira e PESCE, Lucila. Resenha da obra "Cibercultura" de Pierre Lévy. **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**. Edição 3. Jan/Jun, 2010. Disponível em: http://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/resenhas/2010/edicao_3/3-cibercultura-pierre_levy.pdf. Acesso em 02. Jul. 2019.

SEGAWA, Hugo e DOURADO, Guilherme Mazza. **Oswaldo Arthur Bratke – A arte de bem projetar e construir.** 2. ed. São Paulo: PW Editores, 2012.

SILVA, Daniel R. dos R**. Sobre sistemas de valores e classificações do patrimônio na cidade de Juiz de Fora.** In: A questão do nacional no IPHAN: Anais da III Oficina de Pesquisa. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/ Copedoc, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso: 06 ago. 2013.

SILVA, M. C. C., Unidade VI – **A Participação Social Em Projetos De Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social**. UFPA, 2015

SILVA, Renato Alves. **O Desafio da Preservação do Patrimônio Arquitetônico Modernista no Rio de Janeiro**, PEP/IPHAN, 2012.

SOUSA, Antonio M. L. **Habitação e Centros Históricos: a importância da política integrada para a reabilitação dos centros urbanos - Os casos de Salvador e do Porto**. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, 2015

SOUZA, Charles B. Gemaque. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano. **Confins (online),** n.5. Março, 2009. Disponível em: < https://journals.openedition.org/confins/5633>. Acesso em 02 abr. 2019.

THALEZ, Giselly Marília e COUTO, Magdiel Eliton Ayres do. O complexo Jari Celulose como prótese tecnológica no espaço paraense e suas implicações na formação do município de Laranjal do Jari (AP). **Geografia em Atos.** Presidente Prudente, n. 7, v.2, 2007.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOSTES, José Alberto. **A cidade moderna adaptada na selva amazônica**. I SAMA (Seminário de arquitetura moderna na Amazônia), Amazonas, 2016.

TOSTES, José Alberto. **Entre o sonho e a utopia: O argumento no projeto de arquitetura**. [s.l.], 2011. Disponível em https://josealbertostes.blogspot.com/2011/06/entre-o-sonho-e-utopia-o-argumento-no.html. Acesso em 02 out. 2017.

TOSTES, José Alberto. **Saber ver Arquitetura como argumento**. [s.l.], 2013. Disponível em https://josealbertostes.blogspot.com/2013/07/saber-ver-arquitetura-como-um-argumento.html. Acesso em 02 fev. 2018

UFPA. **Projeto de Parcelamento e Regularização Fundiária,** Belém, 2017.

WOLFF, Silvia. **Arquitetura Moderna Paulista: A preservação official.** Texto apresentado no I Seminário Docomomo – Vale do Paraíba. São Paulo, 2007.

LEIS E DECRETOS:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. O*rganiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017. *Institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm>. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009. *Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em*

terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11952.htm>. Acesso em: 19 ago. 2018.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009. *Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CARTAS PATRIMONIAIS

CARTA DE BRASÍLIA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2018.

CARTA DE MADRI. Disponível em: <http://www.icomos-isc20c.org/pdf/MDversionportugese.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

INTERNET:

<https://josealbertostes.blogspot.com/> .Acesso em 02 fev. 2018.

<https://ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=10663> . Acesso em 03 fev. 2018.

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3578/restauro-do-palacio-capanema-valoriza-icone-da-arquitetura-moderna> . Acesso em 10 set. 2017.

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/3> . Acesso em 20 set. 2017.

<https://josealbertostes.blogspot.com/2011/06/entre-o-sonho-e-utopia-o-argumento-no.html> . Acesso em 02 out. 2017.

<https://ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=12667> . Acesso em 10 set. 2017.

<http://www.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031> . Acesso em 15 mai. 2018.

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha2salvaguarda_bensculturaisregistrados_web.pdf> . Acesso em 16 mar. 2018.

<http://www.ferreoclube.com.br/2016/11/29/e-f-amapa/>. Acesso em 14 nov. 2018.

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Termo_referencia_salvaguarda_bens_registrados_2015.pdf> . Acesso em 16 nov. 2018.

<http://www.ufpa.br/xiienanpur/CD/ARQUIVOS/GT5-1042-839-20070107223702.pdf> . Acesso em 21 nov. 2018.

<https://www.guiageo.com/amapa.htm> . Acesso em 19 nov. 2018.

<https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/59813.pdf>.Acesso em 22 abr. 2018.

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>. Acesso em 09 ago. 2018.

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>. Acesso em 09 ago. 2018.

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Thiago%20Perp%C3%A9tuo.pdf>. Acesso em 10 ago. 2018.

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf> . Acesso em 11 set. 2018.

<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10962-da-enografia-virtual-a-etnografia-online-deslocamentos-dos-estudos-qualitativos-em-rede-digital/file> . Acesso em: 20 jun. 2019

<http://www.actuar-acd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/28metodologia_analise_tecnologias_sociais.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

<http://www.polis.org.br/uploads/1522/1522.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

<https://unisal.br/wp-content/uploads/2018/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Rodrigo-Ferreira-Landucci.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

PROCESSO ONLINE:

IPHAN, Processo de Tombamento n. 0373-T-47, Igreja de São Francisco de Assis, 1947

IPHAN, Processo de Tombamento, n. 1305-T-90, Brasília: Conjunto Urbanístico, 1990

IPHAN, Processo de Regularização Fundiária na Vila Serra do Navio: 01450.003756/2014-89. Convênio entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o IPHAN, 2017.

IPHAN, Processo de denúncia de construção de posto de gasolina na Vila Serra do Navio: 01424.000066/2019-18. (Parecer técnico nº 10/2019/DIVTEC/AMAPÁ, desenvolvido pelo arquiteto Rodrigo da Nóbrega Machado), 2019.

- Diretriz de Planejamento Urbano Nº SEI (0070792)

- Projeto de Parcelamento e Regularização Fundiária Nº SEI (0070814)

- Anexo Tabela Área - Setor - Lote Nº SEI (0070901)

- Anexo Plantas Nº SEI (0071488)

- Anexo Mapas Temáticos Nº SEI (0071500)

- Plano de Controle Ambiental – PCA Nº SEI (0071638)

ENTREVISTAS TÉCNICOS IPHAN:

Helena Santos – 19/06/2018

Liliane Monfardini – 17/07/2018

Luciano Souza – 27/06/2018

Maria Dorotea Lima – 12/07/2018

Patrícia Helena Turola Takamatsu – 16/08/2018

Simone da Silva Macedo – 15/07/2018

ENTREVISTAS OUTROS PROFISSIONAIS:

Fábio José Martins de Lima - arquiteto e engenheiro Doutor da FAU-UFJF

Flávio Lemos Carsalade – UFMG

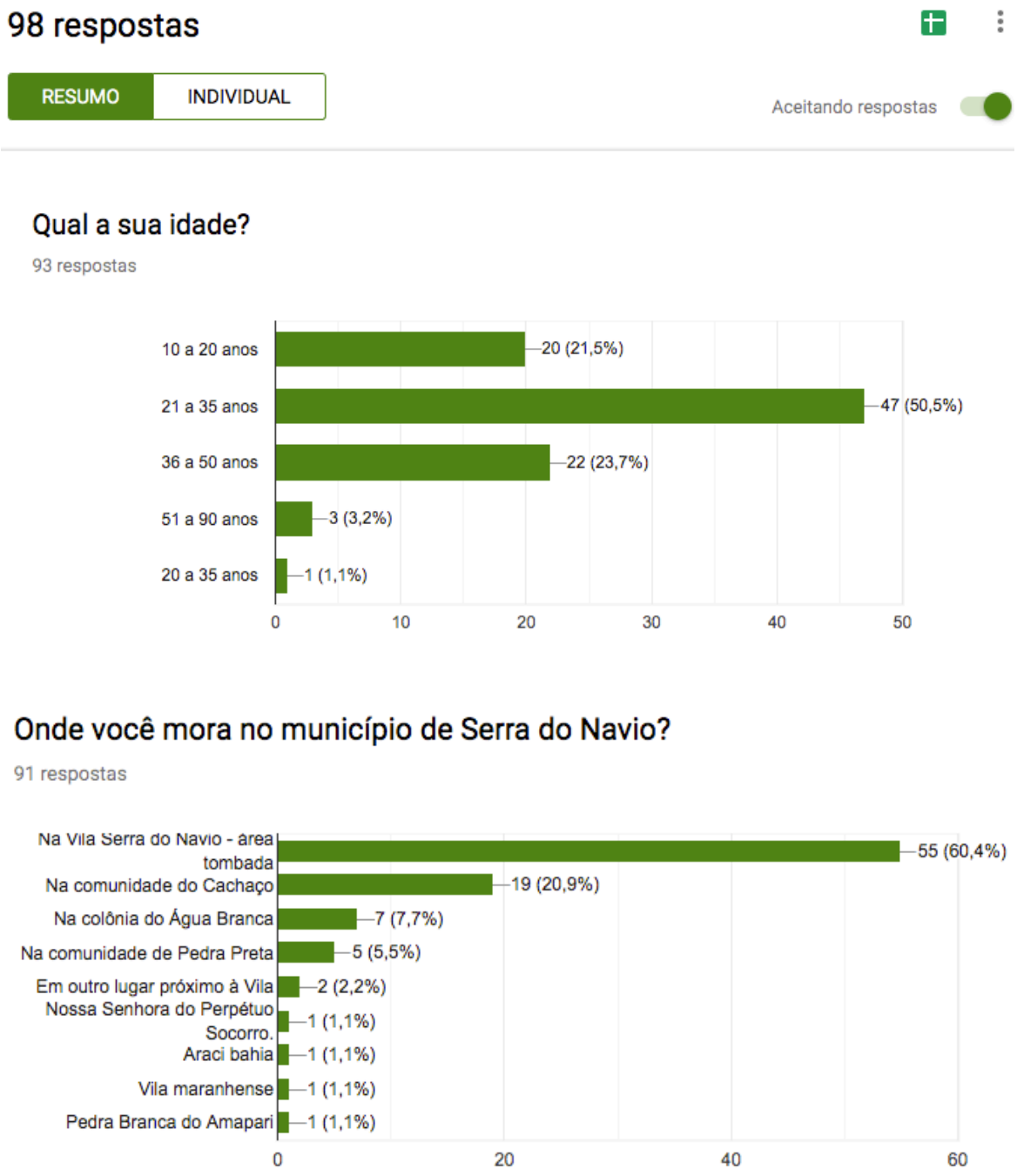
ENTREVISTAS MORADORES SERRA DO NAVIO:

Antônio Barbosa, dia 01/11/2018
Antônio Fernandes Menezes Silva, dia 01/11/2018
Antônio Moacir Valente Neves, dia 01/11/2018
Dalzira Alexandre da Silva, dia 18/06/2018
Daniel Márcio Ferreira Fortuna, dia 01/11/2018
José Maria Barreto de Jesus, dia 01/11/2018
Maria de Fátima de Souza Vieira, dia 01/11/2018

APÊNDICE I

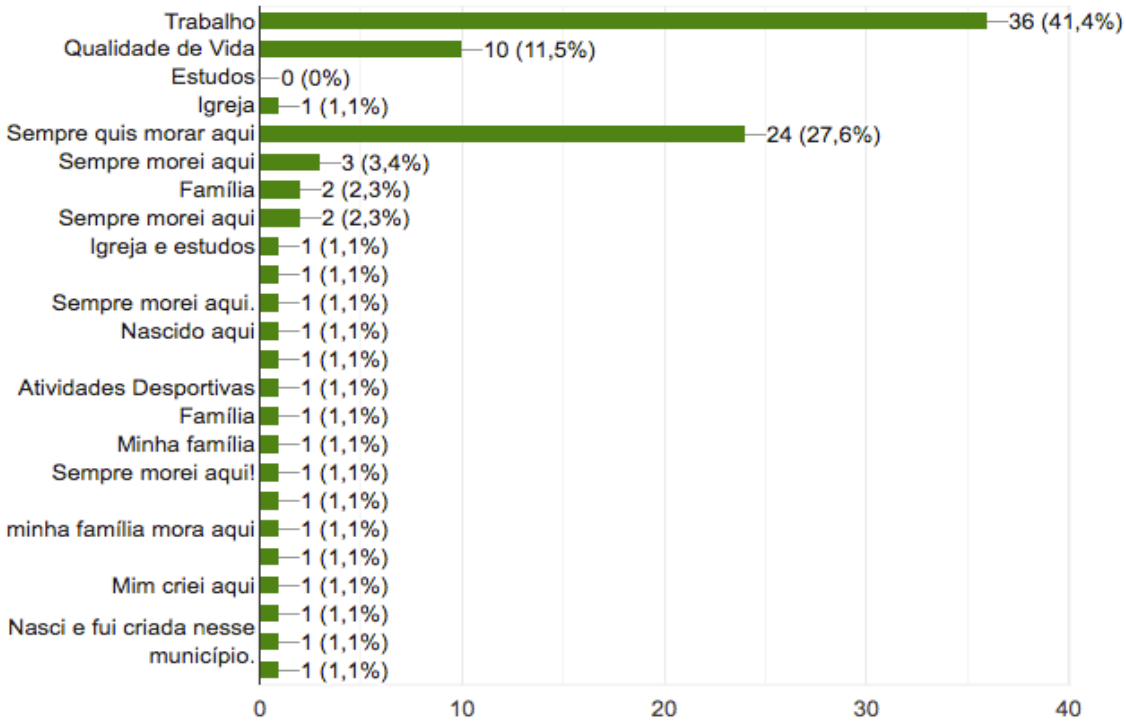
- **Pesquisas Quantitativa e Qualitativa:**

Seguem abaixo o resultado da pesquisa Quantitativa, feita online pelo *Google Formulários* (pesquisa realizada no mês de Abril/2019):



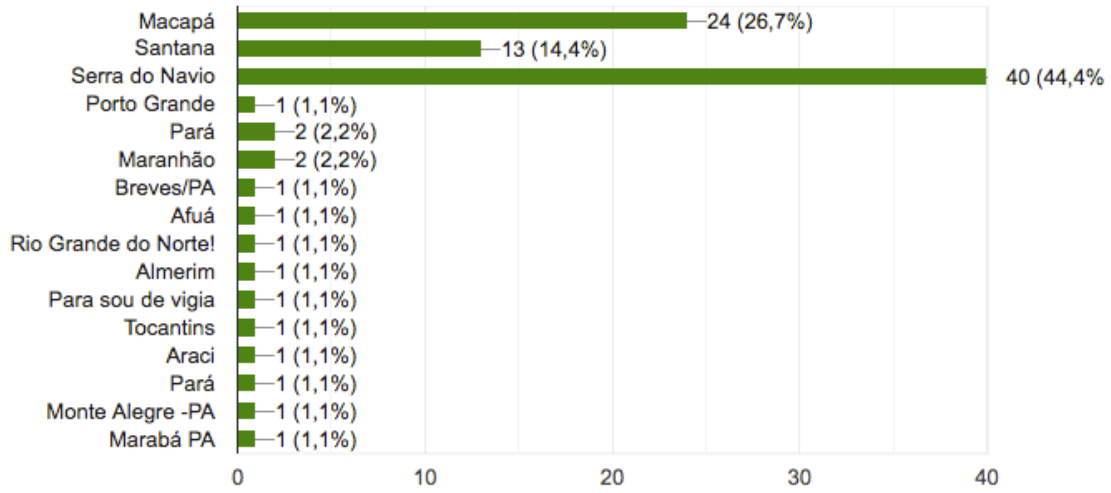
O que motivou sua mudança para Serra do Navio?

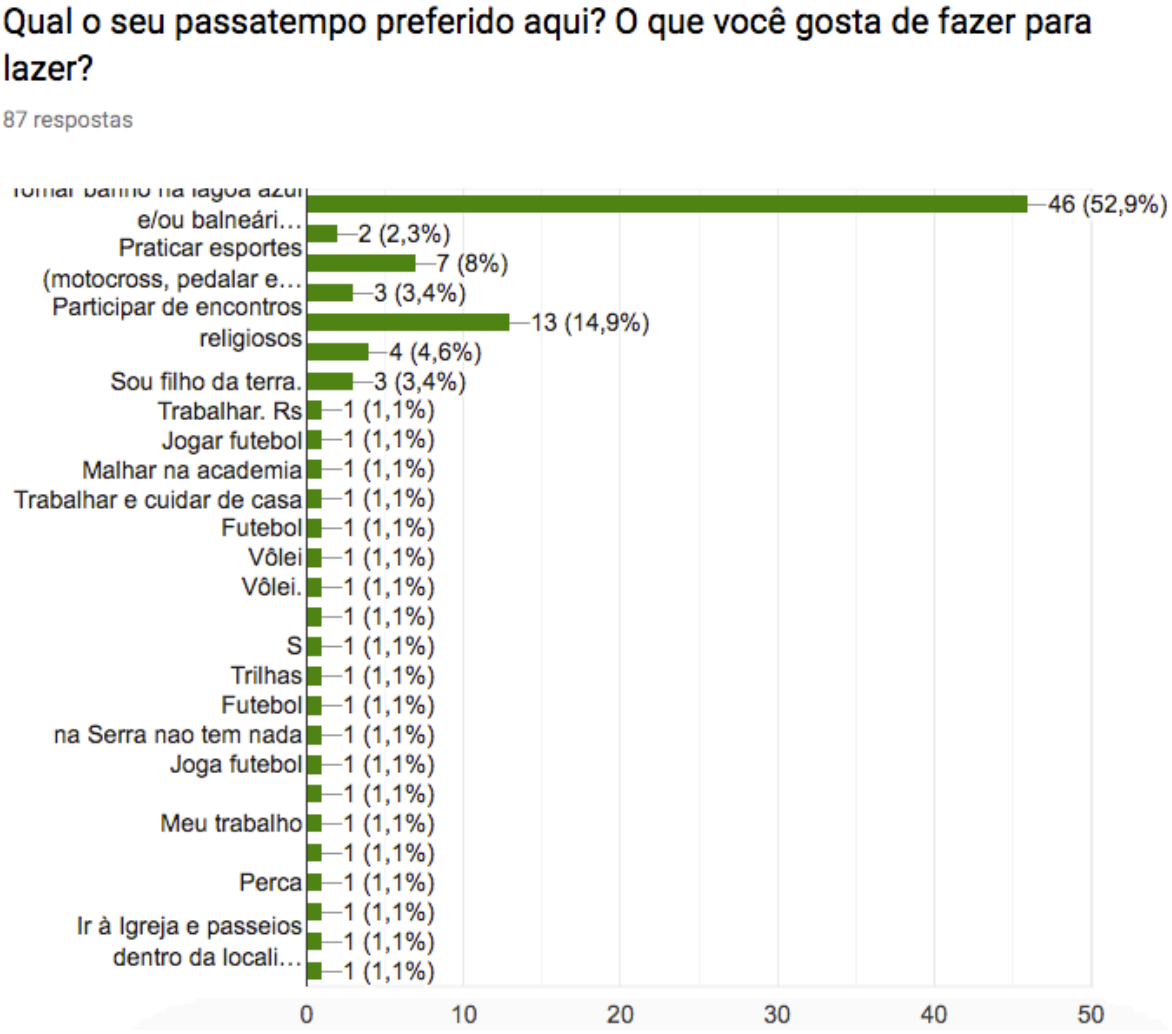
87 respostas



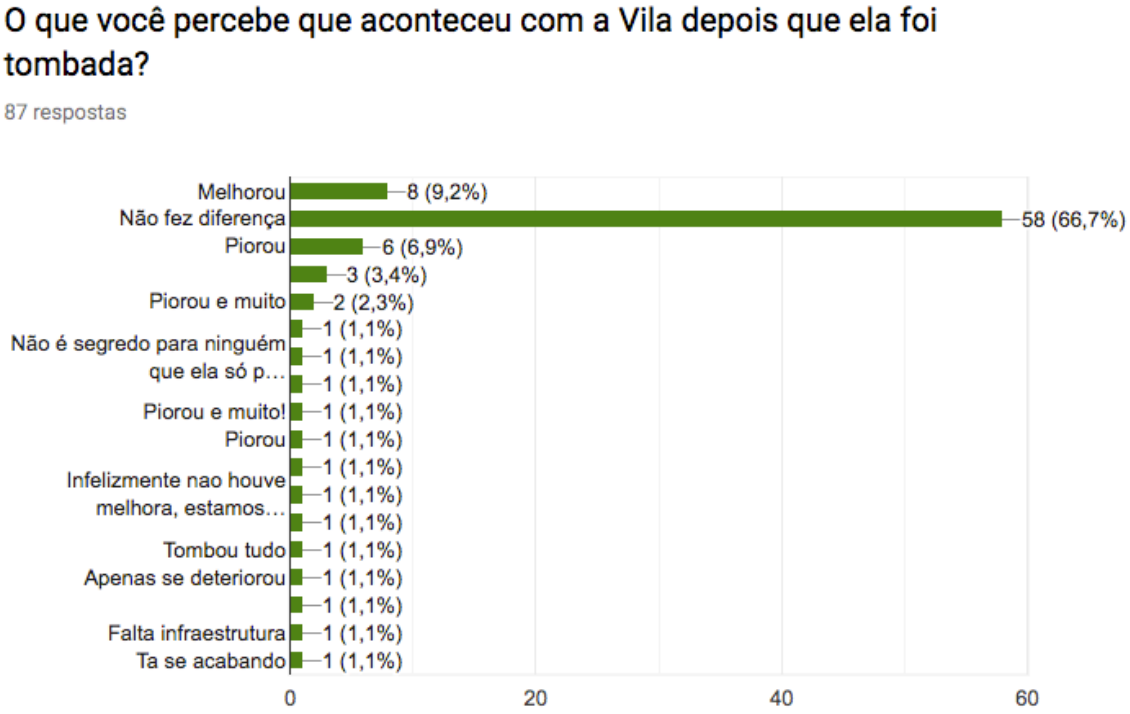
Qual é a sua naturalidade?

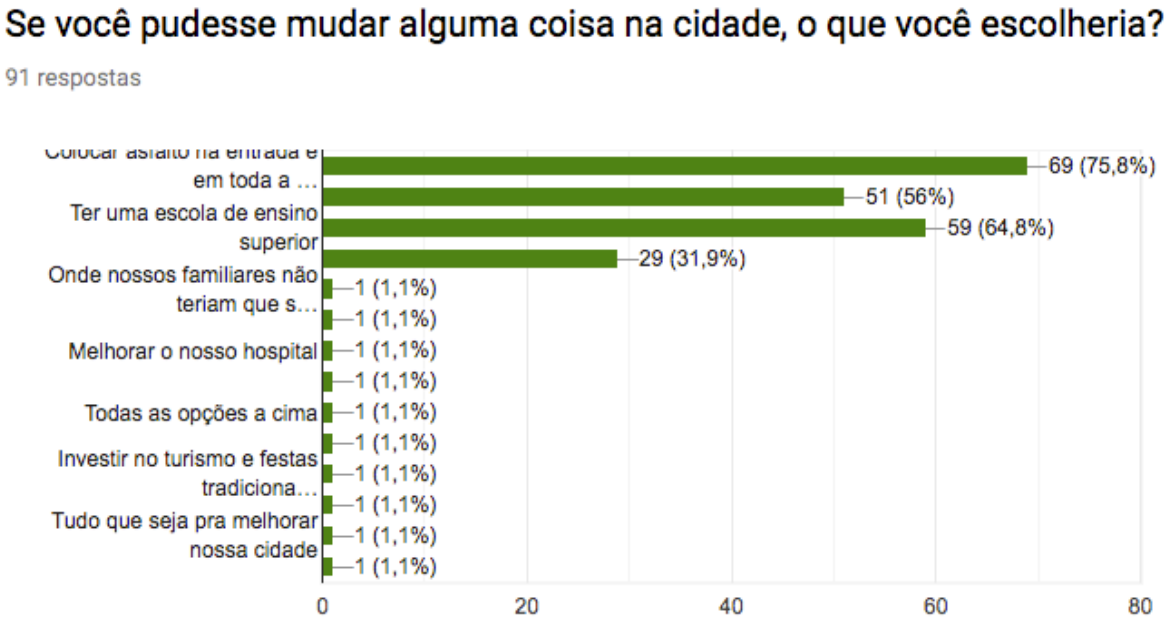
90 respostas





obs: a primeira linha que ficou desaparecida é a seguinte resposta: *"tomar banho na lagoa azul e/ou balneários"*.

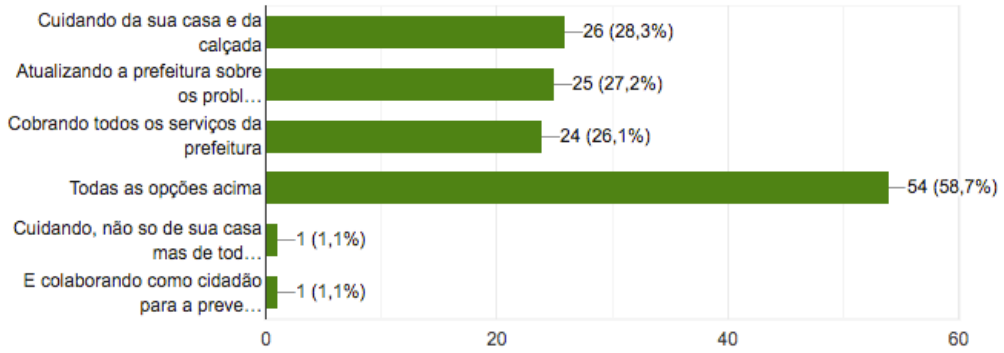




obs: a primeira linha que ficou desaparecida é a seguinte resposta: *"colocar asfalto na entrada e em toda a cidade"*.

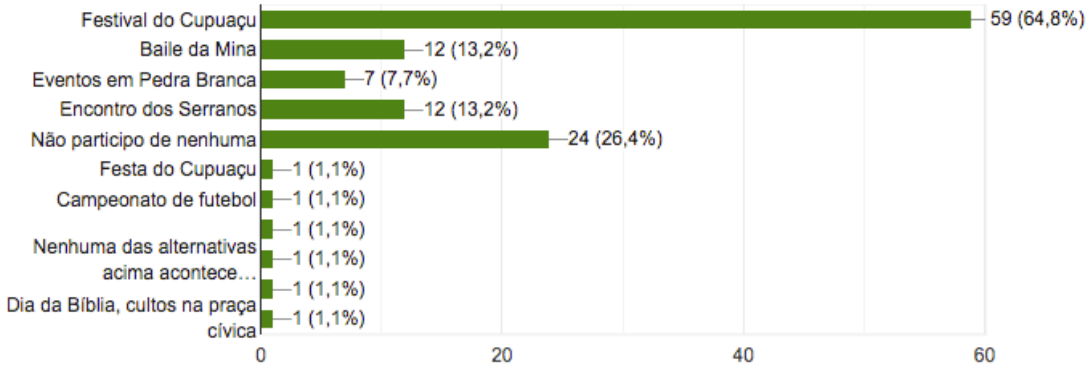
Como você acha que a comunidade pode ajudar na preservação da cidade?

92 respostas



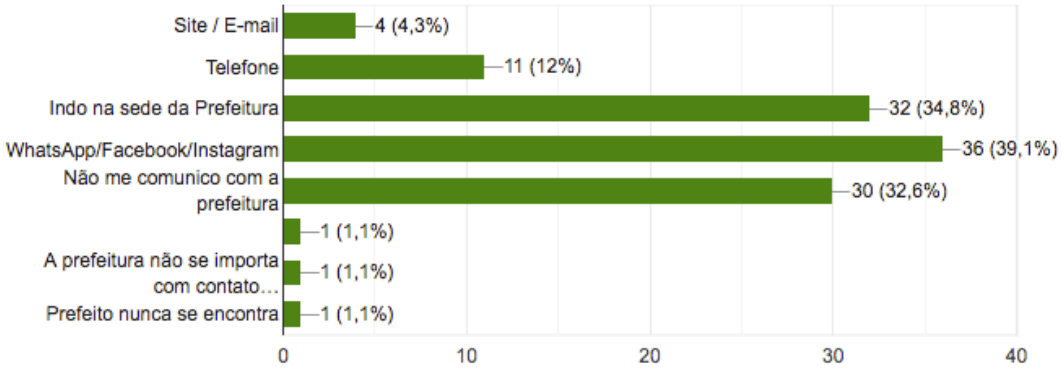
Quais as festas e eventos que você participa na Vila?

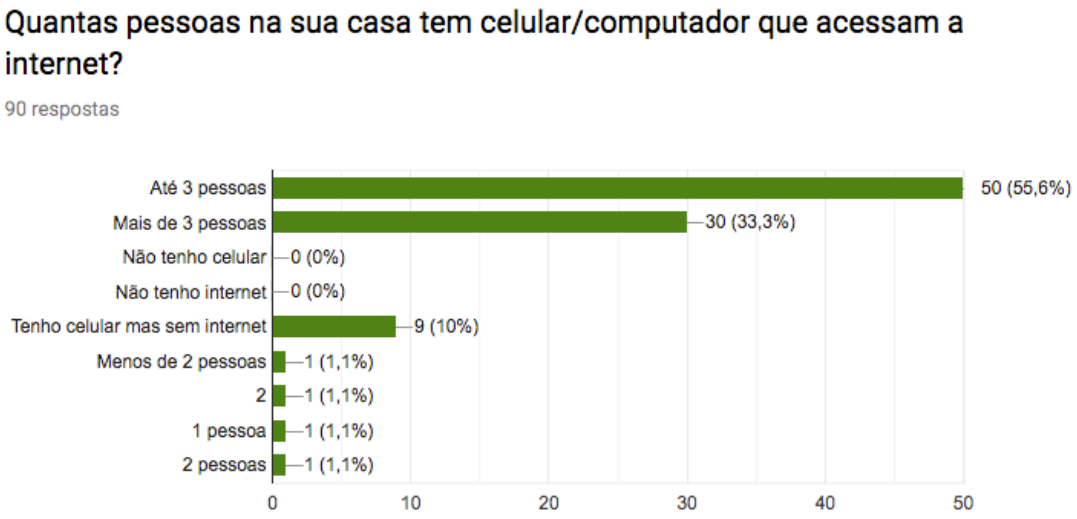
91 respostas

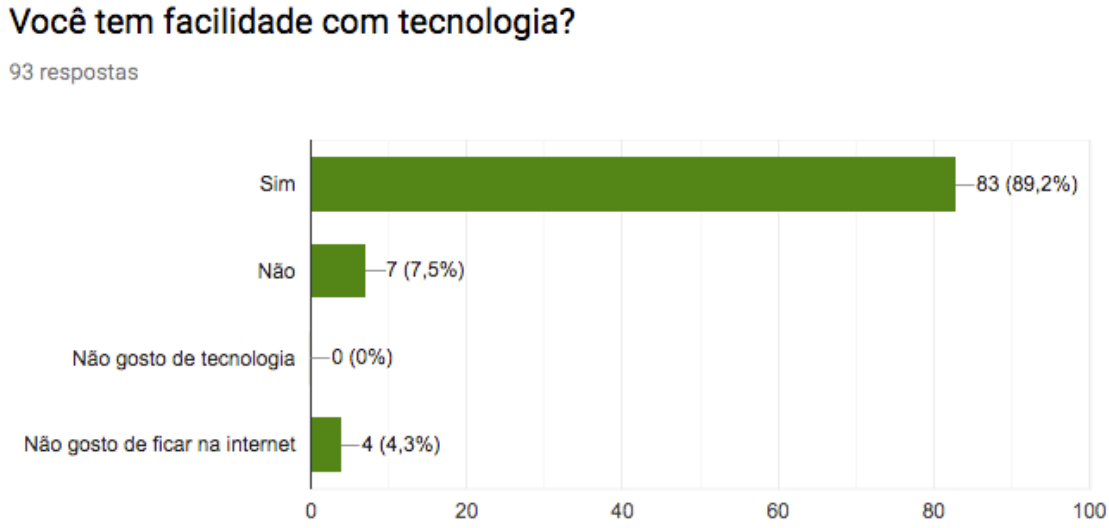


Como você se comunica com a prefeitura de Serra do Navio?

92 respostas



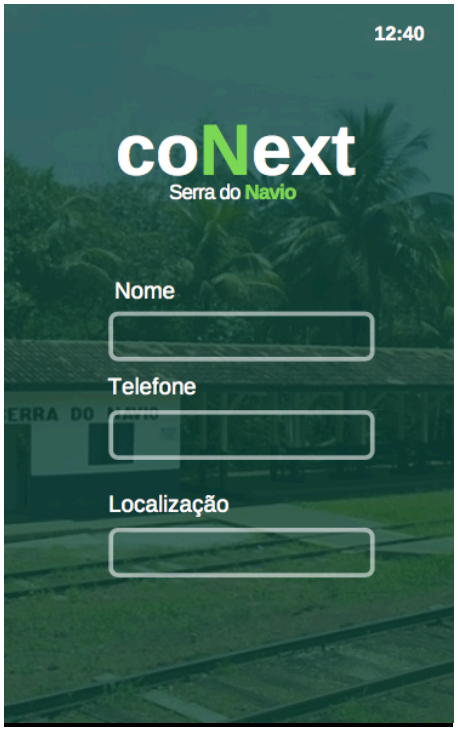




Resultado da Pesquisa Quantitativa, enviado nos grupos de Whatsapp, resultado dia 13 de abril de 2019. Obs: A pesquisa foi enviada pelo celular da assessoria de comunicação para todos os grupos, com mediante aprovação técnica e jurídica da Prefeitura.
Fonte: arquivo pessoal, Maíra Onofri, 2019.

APÊNDICE II

Imagens do aplicativo *coNext,* suas páginas e referências:



Página principal – ao baixar o aplicativo é a primeira tela



Logo que a pessoa se cadastra ela acessa essa página que é a “Home”



Quando a pessoa clicar em “prefeitura” ela vai para uma página com os serviços online que a prefeitura de Serra do Navio vai oferecer.



Quando ela clicar em “empregos”, uma aba surge com o número de vagas disponíveis na região e em qual área/empresa está com o processo seletivo em aberto.



Quando ela clicar em “cidade” essa página aparece tudo relativo à cidade em que o usuário pode interagir com os assuntos pertinentes a administração Pública de Serra do Navio

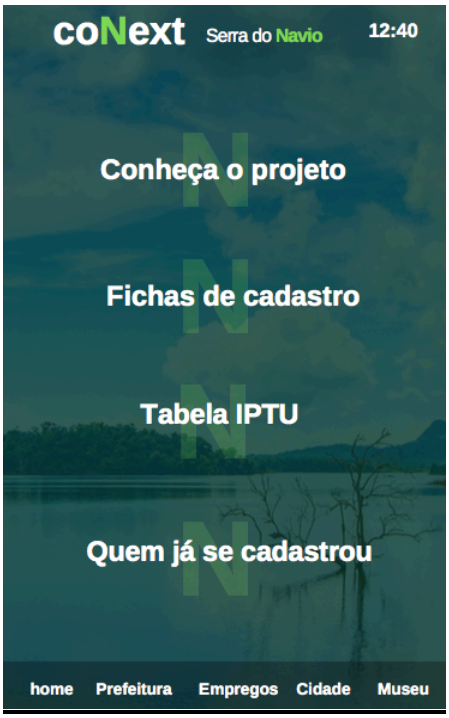


Ao clicar em “museu” ela pode conhecer tudo sobre a ICOMI, festas e eventos da época, sobre o tombamento e ainda colocar fotos e vídeos da época para se interagir na plataforma

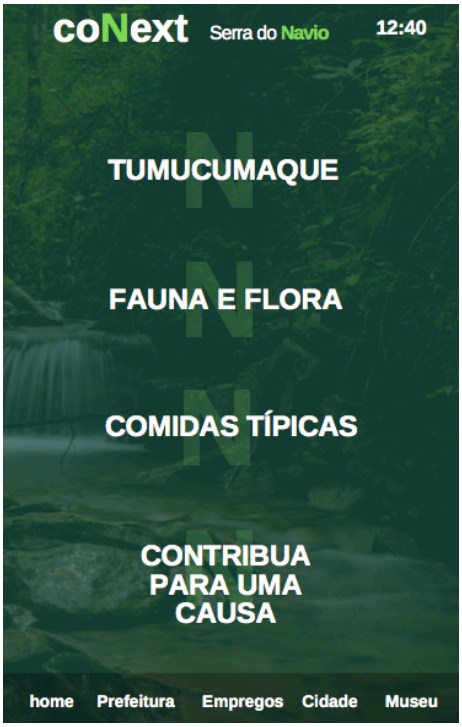
As próximas páginas são relativas aos ícones da “Home” em que aparecem os botões, “Emergência”, “IPTU” e “Conheça Mais”!



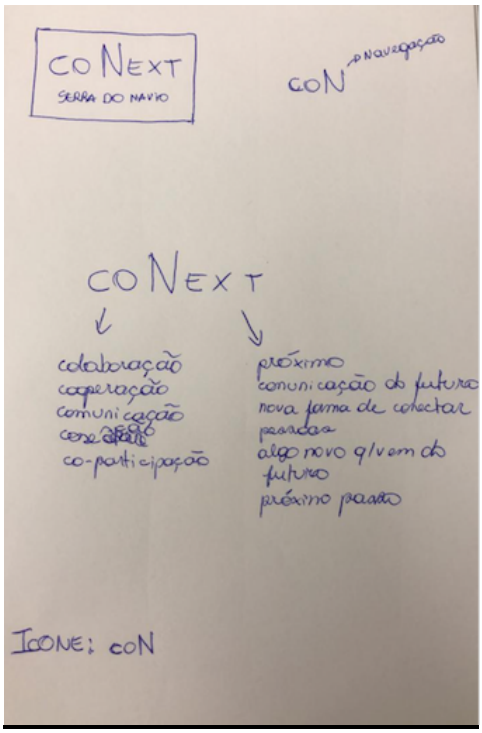
No botão “emergência” aparece essa página para fazer denúncias e com possibilidade de fazer o chamado à polícia através da plataforma



No botão “IPTU” é relativo ao “IPTU Serra” onde é explicado todo o projeto, com apresentação das fichas para o cadastro de atividades e outros assuntos pertinentes ao trabalho



Por fim, o botão “Conheça Mais!” é relativo a todos os atrativos turísticos da Serra do Navio com textos e fotos explicativos e ainda pode fazer sua contribuição para ajudar alguma “causa”, dentro do campo turístico.



Estudo da marca e do nome do aplicativo com referências as palavras que trazem harmonia para o projeto e que previamente foi definida pela pesquisadora e os integrantes do projeto aderiram a ideia.
Fonte: Desenvolvimento pela pesquisadora, Maíra Onofri, 2019.

APÊNDICE III

Esse apêndice contempla a transcrição de entrevistas com alguns moradores de Serra do Navio, ocorrido em 01/11/2018, no período da tarde. As partes grifadas são destacadas pela autora para auxílio na escrita dessa Dissertação.

_____

Nome: Maria de Fátima de Souza Viera
Profissão: Professora
Data de Nascimento: 06/12/1968
Data da entrevista: 01/11/2018
Endereço: Rua BC 6 - 205 – Vila Primária
Telefone: (96) 99913-3185

A Sra. Acompanhou o processo de tombamento, como foi?

Começaram a construir kitnet, por quê? Porque não tinha como construir mais. Não tinha espaço para se construir aqui dentro da Vila pra alojar esse pessoal que estava vindo trabalhar no município. Então quem tinha dinheiro comprava uma, duas, três casas, quantas casas pudessem comprar, iam construindo as kitnets em volta da casa, aí iam aumentando a casa (só não construíram pra cima). Aí começou a confusão pois foi aí que o IPHAN veio para tentar inibir muita gente mas aí não teve jeito mais. São poucas as casas que estão intactas, que não tiveram alteração. O que a gente brigava nas reuniões era (queriam tombar o município de Serra do Navio) pra preservar somente a fachada, aí por dentro você poderia fazer o que quiser.

Antigamente as casas nem precisam de ar condicionado, pois elas foram todas projetadas para uma boa ventilação. Era bem fresco, muito gostoso. Mas como temos pouco segurança aqui, a contingência de policiamento aqui é muito pouco, então cada um tem que fazer sua segurança em suas casas, aí todo mundo "vedou" as casas, fazendo os fechamentos e o calor infernal veio. As empresas chegaram e começou o desmatamento, aí aumenta o calor também. Naquela época não existia também, nem mosquito, nem mosca nem rato, esses bichos vieram depois que as empresas começaram a se instaurar, pois aumentaram o número de lixos. Por falar em lixo, naquela época ele era incinerado, hoje ele é acumulado e desandou tudo.

Pra concluir sobre o tombamento, eles falaram que podia fazer tudo internamente e por fora, preservar a fachada, fazer a cerca de madeira ou cerca-viva, porém ninguém obedeceu porque já estava tudo alterado mesmo.

Como que o município vive hoje? Quais as principais rendas?

Dizia-se antigamente que a Vila Serra do Navio era uma vila fantasma, por que os filhos dos funcionários foram embora, então muitas casas aqui foram invadidas, outras foram vendidas com o decorrer do tempo. A casa que eu moro por exemplo é uma casa cedida por uma amiga que hoje mora em Macapá. Depois que os funcionários da ICOMI saíram daqui a cidade passou a ser habitada por funcionários da prefeitura, do Estado (pois a escola da ICOMI passou a ser uma escola estadual, que é a Hermeliano Gusmão) e dos agricultores (que já existiam desde à época da ICOMI). Com a implantação das empresas aí que começou a vir mais gente.

As fontes de renda hoje daqui são da agricultura familiar (assentamento – toda quarta tem dia de feira deles, eles trazem frango, macaxeira, tucupi, farinha, verduras). Por exemplo: no Cachaço tem a "pimenta do reino" que eles exportam, vem no Pará e outros estados. Além da exportação da madeira. Além da empresa Beadell que querendo ou não é uma fonte de renda, além das terceirizadas.

Qual era sua percepção sobre a discussão do tombamento?

As pessoas não entendiam sobre arquitetura moderna, Bratke, nada disso...a maioria das pessoas não participavam das reuniões e os poucos que participavam já tinham uma mente fechada para um pensamento só. Então não interessavam se ficaria bonito ou se ficaria bom, eles interessavam em receber a casa e poder ganhar o dinheiro dele.

E o projeto de Regularização Fundiária, a Sra. Está acompanhando?

Eu acompanhei somente uma reunião pois os horários das reuniões são a noite e tenho compromisso a noite. Mas aí eu pergunto para as pessoas que participam e eles me atualizam. Precisamos urgente regularizar as terras pro município receber o patrimônio para eles darem a continuidade no processo. E tem um prazo, e se o município não se atentar, eles podem perder o prazo.

O que a Sra. acha que a comunidade espera, depois da Regularização Fundiária?

A gente conversa bastante sobre isso. O que a gente mais queria é que fosse revitalizado como era antigamente, até falta de lazer...acaba que a gente vive aqui pra trabalho. A maioria é estressado pois vivemos por conta do trabalho. O único lazer que tem (pra quem gosta) é a beira de rio. A gente gostaria que o cinema fosse realmente revitalizado, a escola precisa de uma quadra. As crianças por exemplo, só tem a praça pra brincar, tem poucos brinquedos para elas pela quantidade de crianças que tem no município. O espaço da praça também é pequeno pois só tem aquele "quadradinho" da praça, pois o resto tem bares e lanchonetes. Ali poderia

espalhar mais brinquedos. Além do estacionamento da prefeitura que pega quase a metade do espaço pro lazer das crianças.

A questão do espaço pra festa, tinha só o MEC, então que se revitalize, pra que as festas continuem. A parte "asfáltica" da cidade.

_____

Nome: Daniel Márcio Ferreira Fortuna

Profissão: Empresário

Data de Nascimento: 20/11/1978

Data da entrevista: 01/11/2018

Endereço: Rua BC 12 - 313 – Vila Primária

Telefone: (96) 98400-3522

Como o Sr. veio morar aqui na Vila Serra do Navio?

Eu sou no interior de Fortaleza, do estado do Ceará, então eu vim pra Pedra Branca primeiro. Minha irmã trabalha no comercio e vim ajudar ela, aí trabalhei com ela e de repente, eu vim trabalhar aqui no supermercado de Serra do Navio que estava fechado há quase 2 anos. Eu vim para Serra do Navio em 1995, quando as empresas ainda estavam ativas na cidade; tinham muitas festas na cidade (vim para o Baile da Mina, festa das Flores, festival do Cupuaçu...). Era uma cidade muito tranquila, fazia muito frio na época, então, eu olhava pra essa cidade e tinha um sonho de morar, apesar de achar uma dificuldade.

Ai quando a ICOMI foi embora e vi as pessoas abandonando as casas, eu pensei "como vou morar numa cidade que está indo todo mundo embora? Inclusive a mãe ICOMI?" Que cuidava das pessoas, do supermercado e da cidade. A gente tem o sonho de ver a cidade bonita novamente, aqueles brilhos nos olhos das pessoas da época da ICOMI, eu quero também ter esse brilho nos olhos; nessa terra maravilhosa que o povo me acolheu., eles me deram as boas vindas. É muito difícil você vir de fora e ser bem recebido, ainda mais como empresário.

O Laércio, o Gerônimo...são vizinhos que contam histórias sobre a ICOMI. E que hoje o meu sonho foi realizado pois vivo aqui em Serra do Navio e tenho um trabalho social como empresário/morador, então hoje me sinto bem morando aqui; aqui a cidade é bem tranquila.

Onde que são os encontros hoje? E as festas?

As festas da época tudo acabou. Então vamos pra Pedra Preta tomar um banho. Os encontros vão praticamente em festas na beirada de rio mesmo.

Você participou da discussão sobre o tombamento?

Não, mas o que percebi até hoje é o medo das pessoas. O valor que as pessoas olham sobre o tombamento é: para quem tem dinheiro faz o quer na casa (não vai na prefeitura ver o que é e pode ser feito) e o resto faz como quer. Eu acho que as pessoas tinham que valorizar o que era antes, pra mim, tinha que ser como era antes. Porque é assim, futuramente, as empresas vão embora (tipo uma Beadell por exemplo), assim como a ICOMI foi, a MMX também foi. Então eu acredito que se deixar essas casas do mesmo jeito, eu acho que iríamos atrair o turismo. Que aí a cidade ia sobreviver. Eu acho que é possível viver do turismo essa cidade, com a ajuda do Governo Federal, com o asfalto, uma estrada melhor, uma iluminação pra atrair os turistas e ensinar as pessoas como receber as pessoas (por que muita gente ainda recebe as pessoas mal, né?). A gente precisa desse ensino, seria bom capacitar as pessoas, para ver se nós podemos divulgar a Serra do Navio como são as cachoeiras, pássaros, rã, sapo, rios, enfim...

As pessoas sobrevivem aqui do emprego, ele não pensa no possível turista do futuro. Se as pessoas aqui vivessem do turismo, eles iriam acabar acreditando que a cidade pode viver do turismo, mas aqui as pessoas são muito leigo né? Não tem uma visão futura. Eu tenho essa visão futura. Eu acho que o município vai viver disso no futuro, daqui a 50 ou 30 anos. Por que se a empresa for embora, vai embora todo mundo de novo, poucas pessoas ficariam. Ficaria uma cidade fantasma de novo. Mas se os governantes investirem no turismo, eu acho que a cidade pode ficar até melhor. Tem que existir as parcerias entre o prefeito, os vereadores, para incentivar as pessoas. Hoje, cada um faz por si e cada um vive no si. Não existe união, eu acho que é isso que tá faltando no nosso município, união.

Como você acha que poderia ter essa união?

União da prefeitura, do governador, da população para Serra do navio poder voltar ao que era bom na época da ICOMI. Assim, a população poderia voltar a se interessar. Seria muito bom isso.

E o que você pensa sobre a Regularização Fundiária?

Rapaz, foi muito bom viu! Claro, que para as pessoas que entende. Pra mim, foi bom porque quando passar essas casas para as pessoas, e vamos pagar o IPTU, a gente vai saber que vai entrar um dinheiro que vai fazer alguma coisa para o município, tipo o asfalto, iluminação, nossa água (ela vem correndo naqueles canos de ferro que já estão enferrujados, tem que mudar os tubos). Hoje por exemplo, eu pago 5mil de aluguel no supermercado pro Giovani, por um espaço que na verdade não é dele. Deveríamos pagar essa taxa pra prefeitura, pois aí, eu saberia que esse dinheiro iria pra uma escola, merenda escolar, pagar um professor, material didático para as crianças, uniformes; dá pra fazer muita coisa se a pessoa souber gastar né! Se eu pagasse

pra prefeitura seria melhor, talvez houvesse uma concessão não sei. Não só pra mim, como pra prefeitura, como para as pessoas. Saberíamos que iríamos pagar e que esse dinheiro iria para alguma secretaria tipo saúde e educação. Eu já paguei mais de 200mil reais de aluguel aqui nesse supermercado. Que se esse dinheiro tivesse sido colocado na prefeitura, já teria como ter feito algumas reformas boas, né?

A maioria dos estabelecimentos aqui são assim? São pagos para particulares?

Sim, uma boa parte. Tipo casas alugadas, né? Vários pontos comerciais aqui. É triste essa situação. Se a prefeitura pudesse receber esse dinheiro, todo mês ela tava fazendo alguma coisa, tenho certeza. Eu quero pagar esse aluguel e ter esse conforto de que esse dinheiro está indo para obras, infraestrutura. E pelo que entendi, é isso que a regularização vai fazer né!

_____

Nome: Antônio Moacyr Valente Neves

Profissão: Autônomo

Data de Nascimento: 02/10/1951

Data da entrevista: 01/11/2018

Endereço: Rua BC 04 - 152 – Vila Primária

Telefone: -----

Como você veio morar aqui na Vila Serra do Navio?

Eu cheguei aqui em 17/11/1976 as 10hs da manhã. Antes eu tinha vindo por que eu ia trabalhar na ICOMI. Eu fiz uma prova (em Santana), e a prova que fiz me dava condições de trabalhar no Departamento pessoal/parte técnica, aí eu passei numa prova maior que tinha português, matemática, geografia...essas coisas assim. Aí eles falaram que o único lugar na ICOMI que daria para trabalhar era em Serra do Navio com o tratamento de água, aí mandou me chamar. Aí falaram que iriam me transferir para o departamento pessoal... eu não sabia de nada, eu só queria o emprego mesmo. Mas a fome estava mais forte que tudo e aí tinha que dar um jeito de trabalhar. Aí eu cheguei na Serra e fiz a prova de tratamento de água, fui aprovado e aí só faltava eu fazer o exame de saúde. Aí eu não passei no exame de vista porque tem um lado que não enxergo. Aí larguei pra lá. Ai depois de alguns anos, eu voltei para ser dono dessa loja (loja de materiais de construção, peças e outros). São os acasos da vida né? Se eu tivesse vindo pela ICOMI eu já teria ido embora, como foi pela loja eu fiquei.

Como eu toco um pouco, eu tocava no meio desse peão tudo e dos chefes também, aí eu animada a turma. Já animei muitas festas.

O que o senhor toca?

Toco um pouco de violão, cavaquinho, teclado, eu canto e animo todos. Eu animo (risos).

Quais eram as festas que o senhor tocava?

Hoje eu só toco na Igreja, toco muito pouco hoje. Porque o pessoal não sabe mais viver as festas. Não tinha nada aqui pra fazer, então a gente tinha que animar, aí eu inventava e ia tocar Seresta lá com o pessoal lá de cima, carnaval.

O que as pessoas fazem hoje para se divertir?

Hoje as pessoas fazem coisas para ganhar dinheiro, não é para se divertir, aí perdeu a graça. A nossa Igreja Católica faz o encontro de carnaval, no mês de fevereiro, aí vem comunidade de outros municípios como Itaubal, Porto Grande, Pedra Branca, aí a gente acolhe aqui e o pessoal passa três dias aqui e aí a gente toca de novo, faz pregação como acontece aí fora né? Mas eu sei que as Igrejas Evangélicas também fazem eventos. Eventos que fazem aqui na praça por exemplo, são para todas as religiões e partidos políticos, normalmente a prefeitura faz o "Festiçu", mas aí o dinheiro vem de fora, aí as opiniões dividem como por exemplo, se viessem pessoas de fora e recebessem uns 200$ cada um, com certeza cantariam melhor.

Na época da ICOMI, como quem ficava aqui eram funcionários e eles tinham que manter a disciplina (ele não podia abusar, brigar, roubar) aí por causa do emprego ele segurava (alguns, porque outros não seguravam e roubavam..mas era raro isso). Eles tinham respeito porque as 22hs da noite o vigilante vinha também e dava o toque de recolher. Se não obedece, pegava o nome do cara e no dia seguinte, estava demitido ou chamavam atenção. Por que aqui tinha um dono. Água, ninguém pagava, energia, ninguém pagava, quem não quer morar num paraíso desse? Até eu né..eu queria essa vida aí. Eu como comerciante, também não pagava nada.

Uma vez eu fui morar agregado na casa de um funcionário (que a família dele morava pra Macapá) e aí ele me deu um alojamento pra morar, porém somente eu (alojamento só de homem, mulher não entrava). Quando eu casei, eu só tinha ela, uma sacola e um ventilador, aí eu morei 1 ano numa casa, 6 meses em outra...quando foi um dia, já tinha uns 4 anos que morava no alojamento aí ele foi demitido da empresa, e fui chamado lá no Departamento de Vilas (pelo Sr. Rosa, ele administrava a Vila: mandava pintar, trocar tela) aí eles falaram que teria que desocupar a casa, pois o funcionário foi demitido e teremos que contratar outro e a casa será para esse novo funcionário. Eu disse, ok, me dá um prazo para eu sair. Só que aí, a esposa do gerente (que me conhecia das festas que eu animava) falou assim: "não esse cara não pode sair daqui não!!". Eu já ia entregar a chave da casa e ia embora pra Santana (que meus filhos

estudavam em Santana). Aí eles se juntaram e no dia que eu ia entregar a chave aí eles vieram pra mim e falaram assim: "podemos dizer que foram direitos adquiridos, você sempre colaborou na comunidade, nunca deu problema e só não podemos dar o documento da casa pra você pois nós temos um contrato com o Governo Federal...mas você pode ficar na casa o tempo que for preciso, mas nós só não podemos dar o documento! "e foi aí veio esse negócio de IPHAN.

E como o município consegue se desenvolver?

Eu pensava assim: " A ICOMI está indo embora e a gente precisava deixar alguma coisa que substituísse a ICOMI", comentei isso com o Fernando Guimarães (ex-funcionário da ICOMI), por que a ICOMI pegava o manganês e exportava, então nós temos que pegar outra coisa e exportar também. Aí o Fernando me perguntou: "Tu quer chegar aonde?" Aí eu falei: Lá no Cajarí, tem uma associação lá de castanheiros que eles estão vendendo mudas de castanheiras, castanheira dura 200 anos; do jeito que eles fazem lá em 08 já estão produzindo castanhas, então, se tiver um grande plantio nesse lugar, se criar uma cooperativa, isso tudo vai fazer falta. Por que aí, seria uma grande substituição do manganês. O Fernando olhou pra mim e falou: "você é doido, é?". Aí o Fernando foi lá, mostrei pra ele onde era e ele comprou não sei quantas mil mudas de castanhas. Mas ele não fez como eu pedi. Eu pedi pra ele comprar as mudas e entregar para a empresa que fazia o plantio dessas castanhas, aí não, ele acabou entregado pra prefeitura. Você sabe como é a prefeitura né? Aí saíram distribuindo as mudas, vem partidos políticos, aí você já viu né? Uns plantaram, outros deixaram de lado da casa e...e sonho da castanheira caiu por água abaixo.

Hoje, isso aqui é uma tristeza! Eu fui um dia desses na Câmara pra ver o perfil desses vereadores e ver o pensamento que eles tem. Coitados, eles não têm futuro. Aí perguntei para um empresário que estava lá: " você já pensou em alguma solução pra esse município se uma mineradora fechar?" E ele respondeu como assim. Eu que fico pensando como assim mesmo...aqui pode ser pro turista, tem a farinha com peixe...os caras vem de fora e não querem saber se tem ar condicionado, nem de piscina...o que penso é que tem que produzir algo que venda pro exterior. Essas terras aqui são propícias para: pimenta do reino, açaí, criação de peixes, abacaxi, banana, essas coisas que exportam e ainda se come aqui. Um sítio que tenha galinha, porco, peixe, açaí..por que aí esse cara nem precisa de emprego. Ou seja, produzir, focar mais na agricultura familiar.

E o tombamento da Vila, o Senhor participou das reuniões?

Foi uma coisa que poucas pessoas sabiam. Foi um atraso de vida pra cá. Por que não tem dono. Eles vão e restauraram por onde Dom Pedro passou e fala para as pessoas...grandes

coisas, isso não dá futuro pra ninguém. Você vai na Grécia, em Roma, as pirâmides velhas do Egito..eu não tenho vontade de conhecer essas coisas velhas não. Ir lá pra que? Nós precisamos de comida, um olhar fraterno, pra quê ficar olhando pedra velha? ninguém precisa disso não. PO isso eu gosto do Bolsonaro, ele tem um olhar firme sobre as coisas. Nós precisamos de comer e ter um bom relacionamento com as pessoas, isso que a gente precisa.

Como Senhor acha que a Vila poderia voltar a ser unida novamente?

Quando entrou a política já "esculhambou", aí entra um monte de religião, aí piorou (risos). Dentro de uma casa, as vezes a família tem 2 ou 3 religiões diferentes. Tem que haver mais união, mas não sei como. As pessoas hoje são muito desunidas.

O Senhor está acompanhando o Projeto de Regularização Fundiária?

Eu tenho participado de algumas reuniões. Estou acompanhando sim. Acho que é o certo, afinal na cidade, não é assim? Cada um não é dono da sua terra, por que aqui não pode ser assim também? Hoje está uma bagunça isso de vendas de casas, pra você ter uma ideia, tem casas que já foram, vendidas mais de 5 vezes. Tem 42 anos que estou aqui, já vi muita coisa.

O que o Senhor espera, daqui pra frente?

Eu acho que a administração pública, influencia muito. Tem tanto buracos nessas ruas. Eu mesmo já tampei vários, eu acho assim, todo mundo que tem carro deveria tampar pelo menos um buraco, que poderia ajudar. Aí eu lembrei daquele negócio da Globo: "Que Brasil que eu quero! " e aí eu pensei, o Brasil que eu quero é um país que as pessoas se unem para fazer resolver seus problemas, sem estar precisando pedir para o Prefeito ou para o Governador. O meu amigo me filmou eu tapando o buraco e colocou na internet, no outro dia todos já sabiam o que eu tinha feito, meu nome é Moacir e eu tava lá, dando o meu recado. O pessoal está "morrendo" nas academias por que não suam mais nas ruas, todo mundo tem que ajudar. As crianças aqui estão todas "conectadas", todos com os dedinhos nas telas. O povo tem que acordar porque os prefeitos que passam aqui, nem daqui eram. O cara chega aqui fala bonito e pronto, nem entende a nossa história direito. Teve um leite que os EUA mandavam pra cá "Aliança para o progresso" que era contaminado, que chegava numa determinada época que a criança não se desenvolvia mais numa determinada época.

Uma vez, a ICOMI trouxe o Alceu Valença pra cá, tinha só um *gatos pingados* lá na frente e eles ficaram desesperados chamando a gente. E aí o povo falava: "ahhh, coloca um brega aí!!". O povo aqui gosta de música para "soltar as franga" (risos).

Nome: José Maria Barreto de Jesus
Profissão: Técnico Mecânico
Data de Nascimento: 19/03/1968
Data da entrevista: 01/11/2018
Endereço: Rua Ramal do Cachaço – CC1 – 08 - Staff
Telefone: (96) 98409-2247

Como o senhor veio para na Vila?

Quando eu terminei meu curso técnico, aí eu fui convidado pra vim trabalhar aqui. Tinha a irmã do menino que estudou comigo que trabalhava aqui, aí o meu colega começou a trabalhar aqui e não se adaptou. Aí ele me indicou e vim trabalhar aqui, no ano de 1984. Eu fiquei aqui de 1984 até 1992. Eu trabalhava numa empresa que vendia peças pra ICOMI (suporte e peças de manutenção e reposição) mas morava na Vila, no RH (Residência de Homens).

Quando eu saí aqui no final de 1992, a ICOMI ainda estava aqui. Em 1993 ainda tinha pouca gente.

Quais eram os lugares que você frequentava na época, lazer?

Festa da Mina, tínhamos o MEC na época, Associação do Sindicato (ASSOP) aí tinha os pontos de lazer que a ICOMI proporcionava. Onde é a Câmara hoje, funcionava um "Inter", o pessoal da vila intermediária quando alguém fazia aniversário, era um espaço pra comemorar lá. igual tinha no CCH também, que tinha "Patropi", que era o espaço pra comemoração de aniversário, lá no RH também tinha. Além disso tinha os balneários, né? Principalmente o da Pedra Preta que eu frequentava, era onde realizava a festa da Mina que eu ia também. Essa festa da Mina era bancada todinha pela empresa, bebida, alimentação e até a premiação.

E quais os lazeres de hoje?

Nossa, hoje não temos nada. Tem uns encontros aí.. a gente que ficou aqui, sente a situação que o município ficou né? Retroagiu, ficou tudo acabado. Um abandono. Aí o pessoal que saiu daqui, quando chega aqui e vê, se assunta. Só que tem gente que trabalha dentro do Ministério do Meio Ambiente e não faz nada, então eles chegam aqui e só reclamam. Então estamos numa situação difícil mas pelo menos estamos colaborando. O que a gente faz hoje são reuniões familiares mesmo, em casa, por que na minha casa tem um terreno com balneário, aí reunimos lá. E algumas coisas de igreja, tem sido mais tendência.

O Senhor acompanhou o processo de tombamento?

Não, quando a gente soube já estava tombada. Quando eles fazem audiência pública, já é só pra informar pra gente por que a decisão é tomada lá em cima. É igual a história do Parque. Eles criam o parque todinho, quando reune a população pra saber se quer ou não, já está definido, você não pode mais fazer nada. É a mesma coisa do tombamento. Não tem mais como voltar atrás. Nunca ninguém aceitou o tombamento, só que nunca ouviram a gente né? E eles continuam dando continuidade e começo a tombar mesmo por que o MEC já caiu né? (risos). E assim vai. Por que tudo isso hoje era pro IPHAN tomar conta e eles abandonaram, igual todos os outros tombamento que eles fazem aí pro Brasil afora. É desse jeito.

O pessoal que acompanhou a ICOMI, que nasceu aqui, que trabalharam aqui, todos nós temos noção do valor histórico e tudo que aconteceu aqui, entendeu? Só que esse pessoal hoje é bem pouquinho, e os que estão lá fora é como eu lhe falei, eles chegam aqui acham feio e pronto. Tanto é que o projeto arquitetônico até o ano de 2016, ganhou um prêmio do melhor projeto urbanístico né?

É decisão tomada sem a participação do povo. Esse tipo de coisa eu acho que acontece no Brasil como um todo, temos que "empurrar guela a baixo". Nos municípios maiores eles já fazem isso, imagino o nosso que é pequeno né?

Como que o Sr. acha que a Vila poderia voltar a ser unida? O que espera daqui pra frente?

A sede do município era pra funcionar lá na Colônia de Água Branca, que é um vilarejo que tem aqui, aí o prefeito mexeu e trouxe pra cá pra Vila Serra do Navio. Nos outros municípios, onde você chega, você vê as obras do Governo (CAESA, CEA, Forum..), isso tudo pra desenvolver o município e como aqui já estava tudo construído, aí eles começaram a pegar as casas que a ICOMI deixou, para fazer adaptações pra funcionar. Então assim, os nossos governantes que já passaram por aqui, nenhum teve capacidade de manter e preservar o que a empresa deixou. Por que quando virou município em 1993, aqui tudo funcionava. Mas aí tudo foi caindo, caindo, caindo...hoje o que ainda temos que funciona (que um dia foi o melhor do Brasil), que é o tratamento de esgoto. Ele está meio precário mas ainda está funcionando. A precariedade é devido ao aumento, hoje isso triplicou, tem muito mais gente aqui agora. Aí sobrecarregou o sistema.

O Sr. Acompanhou o Projeto de Reg. Fundiária?

Acompanhei sim e sempre fui crítico com isso. Eu sempre falei que nunca vai acontecer de passar as casas, o título definitivo pra gente. Por que a prefeitura parou agora por que não pagou o cartório, isso que a Universidade falou. Não pagaram 22 mil reais para o cartório de

imóveis para regularizar os títulos. Só que a gente sabe que tem várias outras coisas pra acontecer. A gente que trabalha aqui com próximo a área rural, sabe que é muito difícil. Enquanto as terras forem da União, é muito complicado. A Universidade já entregou tudo que ela fez e lavou as mãos. Aí o outro que assumir, começo tudo de novo e assim vai se enrolando. Não sei até quando isso vai acontecer. Enquanto for da União isso não vai acontecer.

_____

Nome: Maria de Jesus da Silva Souza – "Dizé"
Profissão: Agente de Fiscalização Tributária
Data de Nascimento: 08/09/1964
Data da entrevista: 01/11/2018
Endereço: Rua A1 – 523 – Vila Intermediária
Telefone: (96) 98805-3709

Como a Sra. Veio parar aqui?

Eu nasci, naquele hospital. Meu pai era operador de máquinas pesadas, minha mãe dona de casa, somos 7 filhos ao todo. Eu saí daqui e fui estudar, A ICOMI nos ajudava até a oitava série e aí a gente precisava fazer fora o segundo grau, aí eu saí e fui estudar. Fiz Escola Técnica ali no CCA, em Macapá, fiz administração de Empresas, que na época o técnico já saia administrador. Na verdade, eu acho que a gente nasce administrador. Aí de lá eu conheci meu marido, meu ex-marido no caso pois hoje ele é falecido e fui embora morando 10 anos no Paraná e voltei em 1990 para Serra do Navio. Mas esses 10 anos que passei fora, eu nunca passei um ano sem vir aqui, por que os nossos parentes estavam todos aqui e eu acho que nunca cortei o "cordão umbilical com Serra" não. Meu avô tinha um sítio grande aqui e isso até hoje está nas mãos da minha família, tenho uma tia que mora lá (na Colônia) e a gente acabava voltando pra esse sítio sempre. Nascemos e nos criamos dentro da Assembleia de Deus, então a gente não participava dessas festas não, a gente participava das coisas da igreja. E toda a parte social nossa foi dentro desse sítio. Aí, meu pai aposentou saiu daqui e eu já estava fora mesmo e então eu sempre vinha pra cá mesmo. Conheci meu novo marido que até hoje eu vivo com ele e é isso. Logo quando cheguei aqui já teve esse concurso e eu passei. Tomava conta do MEC. Sou casada, tenho 3 filhos, além dos 2 do primeiro casamento e eles moram fora daqui (os dois).

Em 1990, quando voltei pra cá, a gente frequentava clube, rios...ainda era ICOMI né?Lazer hoje pra mim resume em pegar a família e ir para um rio.

E o que pessoas fazem hoje além dos encontros em casa?

Tenho umas amigas (Fátima e Dalzira que são ótimas!) e lá na porta de casa, toda noite, tem o café e nós fumamos aí a gente faz isso todo dia. Café e fumar na porta de casa (risos). Chega final de semana a Dalzira não tem muito tempo por que ela tem que o restaurante que serve café, almoço e janta, então ela não tem tempo, e eu, como sou cargo do Estado, eu vou pra beira de rio, tenho as outras funções do Estado.

O Sra. Acompanhou o tombamento?

Acompanhei sim, na verdade isso não existe de acompanhamento né? Na realidade quando eles chegavam aqui nos coloca por "guela a baixo", como Barreto disse mesmo. Agora, a senhora que vem muito aqui...a Maria do Carmo...ela fala assim com a gente: "não adianta fazer nada, vocês só tem que aprender a conviver com isso!". Quer dizer, nos colocaram um tombamento, nos enfiaram "guela a baixo" e pronto e acabou. Tenho 2 irmãos arquitetos, um deles me falou isso na época: "olha se levassem a sério isso, nós nunca íamos passar por nada. Ia ser a coisa mais linda! Manter a Serra do Navio como era. Não ia existir "portelinha", as áreas de expansão hoje, ia manter tudo como era..". Só que não foi isso que aconteceu. Ele mesmo diz quando vem aqui: "poxa, nada aconteceu aqui". E é..olha, você não vê ninguém do IPHAN aqui, quando vem, vem pra notificar uma casa que mexeu, que fez uma garagem ou que fez alguma coisa. Aí eles vem por que parece que alguém falou lá com eles, aí eles vem, notificam e vão embora. Na realidade, nós que somos fiscais aqui do Estado estamos fazendo o trabalho para eles, porque aquele negócio da pessoa estar levantando um muro ali e o fiscal tem que ir lá (que é o nosso caso), quem devia fazer isso era o IPHAN, não era a gente. Então olha, eles não ficaram aqui dentro. Hoje a gente conversa mais com o pessoal que fez esse trabalho. Tanto é que eu disse pra Maria do Carmo: "olha, não é assim, a gente não aceita as coisas. Mesmo que vocês explicam o tempo inteiro...a cidade não aceitou...o jeito que foi feito". Meu irmãos arquitetos falam isso, que se o IPHAN tivesse levado a sério o tombamento de Serra do Navio, você hoje teriam tudo!

E o que seria "levar a sério" para a Senhora?

Veja bem, eu penso assim, se tombou, não se "destomba" mais. Então como ela (Maria do Carmo) fala isso, então o IPHAN deveria ter colocado uma sala bem aqui dentro da prefeitura ou de algum órgão e dizer olha: "de hoje em diante nós vamos tomar conta". E o IPHAN fazer isso. A pessoa tá ali quebrando, mexendo na casa (porque hoje as casas todas estão modificadas) e o IPHAN orienta. Tem gente que toma multa aqui que não tem condição de pagar a multa do IPHAN. Então assim: eles tombaram, tombaram...o jeito do tombamento não foi legal pra gente, não chegaram e conversaram, não falaram nada, só chegaram e falaram que tombou. E a gente

acabou aceitando, quer dizer, aceitar não, afinal, já estava tombado, o que a gente podia fazer? Então eles que viessem tomar conta do que era tombado por eles. E isso não aconteceu. Até hoje o IPHAN não aparece aqui. SE alguma reclamação tem que ser feita, alguém vai lá na Fortaleza, fala com eles lá na Fortaleza e pra lá fica. Por que pra ti tombar, não podia ter tido modificação de energia (como já foi feita – a CEA fez), não era pra feito a tubulação (que também foi feita alteração). Ou seja, na época do tombamento um tanto de coisa já estava alterada da época da ICOMI. Se quisessem tombar, a gente sempre diz isso aqui na Serra, teria que ser um lugar, que é o Staff. Ou algumas casas específicas. Ou seja, o Staff e algumas casas específicas que ainda estavam originais na primária ou na intermediária.

Pra você ter ideia, o nosso hospital não é nem cadastrado como hospital do Estado, no SUS, no Governo Federal. E por que? Porque ele é cadastrado como hospital particular, vinha recursos pra cá. E o município mesmo fez coisas que não podia como a UBS, agora tá fazendo uma outra do lado, e também é do município. Então como que está tombado sendo que o próprio prefeito não acredita nisso? Ele mesmo tá mexendo com as coisas.

Então tem muita coisa que foi mexida! O assentamento por exemplo. Uma parte é nosso e outro é de Pedra Branca. Não era pra ter mexido, por que era uma área da ICOMI. Temos grandes áreas perto das minas, eu mesmo tenho um terreno pra lá.

Na época, o Governador não aceitou as terras. Hoje o município seria um município rico e nem precisava de ter tombado. A gente ficaria tanto com a parte dos bens, quanto da parte do minério, que hoje, é uma briga. Se a ICOMI deixou o minério aqui, não era pro Governo Federal, era pro município pegar e se desenvolver. Ou seja, o que seria o certo, o Governo do Estado ter pegado e ter passado pro município e pronto. Mas isso não aconteceu e por que? Por causa daquilo que falei, os novos da época somos nós que estamos aqui que temos essa força toda e que somos poucos. A maioria das pessoas hoje são todas de fora, então ninguém tem essa consciência.

E o projeto de Regularização Fundiária?

Olha, o pessoal já está desacreditado mesmo. Chega aqui esse pessoal do IPHAN, poucas pessoas vão nessas reuniões e as poucas que vão, não vão entender. Não adianta falar bonito que ninguém vai entender. A maior parte das pessoas que hoje, moram na Vila, são pessoas que eram das Colônias (Cachaço, de Água Branca, Pedra Preta). Eram filhos de lá que os pais morreram e vieram pra cá.

Quando a ICOMI saiu, não aparecemos no fantástico como cidade fantasma, ou seja, não tinha ninguém morando por que não vinha empresa aqui pra dentro. Não tinha empresa

aqui. Então esses filhos vieram pra cá e invadiram essas casas que estavam vazias aqui e isso aconteceu em toda a Vila. Tanto que tem gente que até hoje, que moram nas casas do Staff que não tem condições de manter uma casa naquela. Uma casa daquela, tipo da CC, que tem banheira...se você não tem condição de comprar nem uma água sanitária lá dentro o que você está fazendo lá dentro? Entendeu? As pessoas que ficaram e foram tomando conta das casas, são pessoas que foram embora e botaram um amigo, uma filha que casou e vai morar lá e por aí vai...e aí as coisas foram ficando lá.

Como a Senhora acha que a cidade pode voltar a ser mais unida? O que está faltando?

Hoje a parte social da cidade não está mais funcionando. E por que? Porque se o clube, que era a única coisa nossa, caiu, então onde podemos encontrar. Hoje existe um medo de sair de casa, se você ver no meio da praça, a meninada hoje tá usando drogas o tempo todo. Não existe mais a parte social. Hoje tomou conta as drogas, a violência, hoje tem ladrão na Vila (coisa que antigamente não tinha). Ninguém hoje toma conta de nada, não é como na época da ICOMI que a administração de vilas olhava tudo pra gente. Então hoje as pessoas vêm pra cá de tudo quanto é jeito, todos os familiares vem aqui, entra e sai gente que a gente nem sabe. Na época na ICOMI tinha que passar o nome e tudo mais, não era qualquer pessoa que entrada aqui.

Quais as novas formas de relações então?

Pra dizer a verdade eu não penso. Eu quero tirar as minhas filhas daqui, por ainda tem uma coisa. Você chega no segundo grau e parou, pronto, você tem que sair daqui. Não que Macapá ou Belém esteja melhor que aqui, que com certeza não estará, mas de fato, alguma hora por conta dos estudos eu tenho que sair por conta dos filhos. Com certeza não será eu que vou resolver, ou um grupo de 10 pessoas. Hoje são gestões. Hoje é o prefeito mesmo que tem que fazer alguma aliança com o governo e trabalhar a parte social desse município, mas sinceramente, não consegui ver por esse lado. Primeiro por que o prefeito é contra o governo, o governo é contra o prefeito. Eu sou do lado do governo e sou contra o prefeito. E aí? Como resolver? Sou um cargo do Estado. O prefeito não quer fazer parceria com o governo, aí fica difícil né! Se não trabalhar o município e estado juntos, isso aqui não vai pra frente. E não vai mesmo.

As pessoas hoje não têm esse amor que não como filhos da ICOMI temos. Quem está aqui hoje ou é por que o marido trabalha na mineradora, ou por que veio fazer algum trabalho aqui e vai embora. Então acabou o trabalho ele vai embora, ele não tem amor por isso aqui

como eu tenho...como os antigos têm. E essas pessoas que vieram de fora, trouxerem os filhos "problemáticos", eles trouxeram drogas, eles roubam e aí se deram com os nossos filhos e aí? Você fica perplexada se você chegar 10 horas da noite e entrar bem aqui do lado no beco e ver os pais comprando drogas, os filhos e netos comprando drogas, vendendo, consumindo...e um monte de família vivendo aí embaixo. Então isso é muito complexo. Então tem mesmo que trabalhar a parte social desse município.

Essas pessoas novas são rotativas. Elas vêm e voltam. Quando a gente se anima quando a pessoa compra uma casa e pensamos que ela vai ficar, elas vão embora. São pessoas muito rotativas. Ninguém mais pára a vida por causa de Serra, a não ser eu. Eu quis voltar pra cá. Eu quis voltar pra minha família, eu quis criar meus filhos num lugar mais tranquilo. A gente vive em Serra do Navio para comer. O que resta do meu salário é para comer mesmo, com meu marido desempregado, é isso mesmo. O que Serra poderia viver, que é uma mina que ainda não foi descoberta é dos pimenteiros. A agricultura poderia ser o negócio daqui sabia? O meu filho que mora em Minas e vem de Minas, tem uma plantação, estoca, vendo com esse negócio de Bolsa de valores e sustenta 15 funcionários. Ou seja, é um negócio rentável.